



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
DOUTORADO EM SOCIOLOGIA

FAGNER DOS SANTOS BOMFIM

**A CONSTRUÇÃO DE LIDERANÇAS POLÍTICAS: ALIANÇAS, REDES
DE RELAÇÕES E DOMINAÇÃO EM SERGIPE**

São Cristóvão/SE
Fevereiro, 2024



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
DOUTORADO EM SOCIOLOGIA

FAGNER DOS SANTOS BOMFIM

**A CONSTRUÇÃO DE LIDERANÇAS POLÍTICAS: ALIANÇAS, REDES
DE RELAÇÕES E DOMINAÇÃO EM SERGIPE**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia
- PPGS, da Universidade Federal de Sergipe, sob orientação da
Profa. Dra. Fernanda Rios Petrarca, como requisito final para a
aprovação e obtenção do título de Doutor em Sociologia.

São Cristóvão/SE
Fevereiro, 2024

FAGNER DOS SANTOS BOMFIM

BANCA EXAMINATÓRIA

Profa. Dra. Fernanda Rios Petrarca - Presidente – PPGS/UFS
(Orientadora)

Prof. Dr. Wilson José Ferreira de Oliveira – PPGS/UFS
(Membro Interno)

Prof. Dr. Paulo Sérgio da Costa Neves – PPGS/UFS
(Membro Interno)

Prof. Dr. Valdênio Freitas Menezes – UFCG/PB
(Membro Externo)

Profa. Dra. Adrielma Silveira Fortuna dos Santos – SEDUC/SE
(Membro Externo)

São Cristóvão/SE
Fevereiro, 2024

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

B695c Bomfim, Fagner dos Santos
A construção de lideranças políticas : alianças, redes de relações e dominação em Sergipe / Fagner dos Santos Bomfim; orientadora Fernanda Rios Petrarca. – São Cristóvão, SE, 2024.
243 f.: il.

Tese (doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Sergipe, 2024.

1. Sociologia. 2. Liderança política – Sergipe. 3. Elites (Ciências sociais) – Sergipe. 4. Poder (Ciências sociais). 5. Coligações. 6. Redes sociais. 7. Polarização (Ciências sociais). I. Petrarca, Fernanda Rios, orient. II. Título.

CDU 316.344.42:32(813.7)

AGRADECIMENTOS

Agradecer! Ter o que agradecer!

Quero agradecer, inicialmente, aos meus pais, Vera Lúcia e Cícero Bomfim, por sempre acreditarem que a educação é o melhor caminho para a construção de um Ser. Obrigado por sempre acreditarem em minhas escolhas e pelo respeito aos direcionamentos traçados por mim. Agradecer aos meus irmãos, Luciana Bomfim e Celso Ricardo Bomfim, por estarem lado a lado compartilhando a certeza de que a vitória é possível para todos, inclusive a nós mesmos. Amo-os!

Agradecer aos melhores presentes que ganhei nessa minha existência, os meus sobrinhos Rhaniel Bomfim e Maria Vitória, os quais são os maiores tesouros de minha existência. Não sei como seria esse caminhar sem a certeza de que vocês existem e são os presentes diários de nossas vidas. Aos meus sobrinhos do coração, Vinícius Manoel, Rayla Elesbão, Diógenes Júnior e Sayonara Bezerra, pela ternura e pelos afetos.

Agradecer àqueles que são e fazem com que tenha a alegria de também ser deles, meus amigos Cristiane Picanço, Célia Limeira, Kleber Firpo, Débora Kalyne, Cynthia Porto, Thaysa Mirthys, Augusto Sérgio, Val Alves, Rosemelre Elesbão, Rosangela Santos, Edjane Silva e Geraldo Júnior. Obrigado por existirem nesta minha existência! Aos meus amigos de caminhada sociológica e de vida - meus cururus -, Marília Oliveira, Jamile Pessoa, Greg Cerqueira e, em especial, a Arthur Ives Nunes da Mota Lima, meu coorientador e amigo querido.

Aos mais afetivos e queridos amigos singulares, Breno Franco e Rosely Fernandes. Por certo, não conseguiria definir o quanto são importantes e foram cruciais ao meu caminhar neste doutorado e à conclusão dele. Ele é uma parte de vocês! Amo-os!

Desejo agradecer especialmente à minha orientadora, a Profa. Dra. Fernanda Rios Petrarca, que esteve comigo desde minha graduação em Ciências Sociais, perpassando o Mestrado, até chegar ao Doutorado. Obrigado por acreditar em mim e pela sensibilidade de fazer de mim um pesquisador, permitindo que me tornasse um de seus orientandos. É um privilégio saber que a minha trajetória acadêmica (e toda a minha construção sociológica) foi formatada por sua orientação docente. Serei eternamente grato a ti e sentirei sempre o maior orgulho de chamar-lhe de professora. Obrigado pelo carinho, pela atenção e por tamanha dedicação em todo o meu caminhar!

Agradeço aos professores do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS/UFS) que contribuíram para o aprimoramento do meu conhecimento sociológico, especialmente ao

Prof. Dr. Wilson Oliveira, pelos melhores direcionamentos para minha Tese. E aos colegas da Secretaria do PPGS – especialmente a Dayanne – pela atenção e dedicação em sempre melhor nos acolher e atender!

Ao Laboratório dos Estudos do Poder e da Política (LEPP/UFS), por ser o ambiente de fomento, produção e saber sociológico. Obrigado por incluir-me neste time de profissionais excelentes. Especialmente aos colegas Pâmella Santos, Saulo Barbosa, Alex Menezes e Francielle Wilze.

À CAPES, pelo financiamento desta pesquisa, pois possibilitou que este trabalho acontecesse e fosse finalizado.

Aos amigos que fiz no Centro de Excelência Dr. Milton DORTAS, os quais torceram fortemente pela conclusão da escrita da Tese e da defesa do doutorado, Carlos Marcelo Silva, Everton Nascimento, Sanja Naiane de Menezes. Ao grupo da Área de Humanas, reverbero sinergia de agradecimento: a Marcelo Mendonça, pela amizade; a Hudson Jorge pela firmeza, a Edson Oliveira, pela doçura; a Fábio Serqueira, pelo abraço; à chefe, a profa. Dra. Alizete Santos, pela sensível capacidade de humanização, haja vista que, com conselhos assertivos, segurou a minha mão nos dias em que a Tese se fazia a minha maior inimiga. Muito obrigado!

Ao meu querido encontro de almas, Marcos Nobre, dileto e valoroso amigo. Obrigado pelos ouvidos, abraços e debates sociológicos, completamente intercambiados com os pensamentos de Clarice Lispector. Você é muito especial para mim!

Um agradecimento mais que especial aos meus amigos e professores acolhedores, os quais compõem o grupo do alojamento (os alojados), Mateus Andrade, Luiz Alberto e José Aquiles, este a quem chamo de “mestre e síndico geral”, em função da maravilhosa virtude de cuidado afetivo. Obrigado por serem distração e acolhimento nos dias em que o doutorado e a tese pesavam em meus ombros. Vocês são parte deste caminhar. Gratidão!

Ademais, a todos os meus alunos. Todos, irrestritamente, são especiais em minha elaboração profissional. Obrigado por fazerem despertar em mim a contínua caminhada e comunhão em torno de/com o saber! Valeu, meus queridos!

E o mais especial de todos os agradecimentos, a Deus. Obrigado, Deus! Obrigado por sua graça e luz. Agradecer à mão de graças e luz de Nossa Senhora das Graças, a Santo Antônio, por sua delicadeza em minha vida, à mãe Oxum, por sua água e força em meu caminhar, e a Ogum, por direcionar meus caminhos. Rendo-lhes graças pela genuína proteção e amparos à fé!

Obrigado!

Às minhas Marias: Oxum, Maria Santíssima, Minha Avó
Maria, Tia Irá, Mainha, Luciana e Maria Vitória!

Ogunhê!

Jorge sentou praça

Na cavalaria

E eu estou feliz porque eu também

Sou da sua companhia

Eu estou vestido com as roupas e as armas de Jorge

Para que meus inimigos tenham pés e não me alcancem

Para que meus inimigos tenham mãos e não me toquem

Para que meus inimigos tenham olhos e não me vejam

E nem mesmo em pensamento eles possam ter

Para me fazerem mal

Armas de fogo meu corpo não alcançarão

Facas e espadas se quebrem sem o meu corpo tocar

Cordas e correntes arrebentem sem o meu corpo amarrar

Pois eu estou vestido com as roupas e as armas de Jorge

Jorge é de Capadócia

Salve Jorge!

(Jorge da Capadócia, Jorge Bem Jor, 1975).

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADEMA – Administração Estadual do Meio Ambiente
ALESE – Assembléia Legislativa de Sergipe
ANL – Aliança Nacional Libertadora
ARENA – Aliança Renovadora Nacional
CIDADANIA – Cidadania
COPE – Centro de Operações Especiais
DEM – Democratas
DEOTAP – Departamento de Crimes Contra a Ordem Tributária e Administração Pública
DER/SE – Departamento Estadual da Infraestrutura Rodoviária de Sergipe
DETRAN – Departamento Estadual de Trânsito
DIPOL – Delegacia de Polícia
FECOMÉRCIO – Federação do Comércio de Sergipe
GAECCO – Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas e Investigações Criminais
GATI – Grupo de Ações Táticas do Interior
Ibad – Instituto Brasileiro de Ação Democrática
Ipes – Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
IPES/SE – Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Sergipe (IPES/SE)
MDB – Movimento Democrático Brasileiro
MPF/SE – Ministério Público Federal de Sergipe
PATRIOTA – Patriota
PC do B – Partido Comunista do Brasil
PDT – Partido Democrático Trabalhista
PFL – Partido da Frente Liberal
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PODE – Podemos
PP – Partido Progressista
PR – Partido da República
PRP – Partido Republicano Progressista
PSC – Partido Social Cristão
PSD – Partido Social Democrático
PSDB – Partido Social da Democracia Brasileira
PSOL – Partido Socialismo e Liberdade

PST – Partido Social Trabalhista

PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados

PT – Partido dos Trabalhadores

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

PV – Partido Verde

REDE – Rede Sustentabilidade

REPUBLICANOS – Republicanos

SD – Solidariedade

SEDETEC – Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia

SEIDES – Secretaria de Estado da Inclusão, Assistência e do Desenvolvimento Social

SINTESE – Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica do Estado de Sergipe

SISP – Sistema de Inteligência de Segurança Pública

TER/SE – Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe

TICs – Tecnologias da Informação e Comunicação

TRE – Tribunal Regional Eleitoral

TSE – Tribunal Superior Eleitoral

UDN – União Democrática Nacional

UFS – Universidade Federal de Sergipe

UFS – Universidade Federal de Sergipe

UNIÃO – Partido União Brasil

UNIT – Universidade Tiradentes

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Estrutura da Tese	45
Figura 02 – Sistema político coronelista	61
Figura 03 – A composição do sistema da Parentela	68
Figura 04 – Grupos, agrupamentos e blocos políticos	79
Figura 05 – Lideranças políticas aparentadas na Província de Sergipe (1820-1889)	87
Figura 06 – A dinâmica dos partidos, grupos e lideranças políticas sergipanas na República Velha (1889-1930)	101
Figura 07 – A dinâmica dos partidos, grupos e lideranças políticas sergipanas no Estado Novo (1930-1945)	112
Figura 08 – A dinâmica dos partidos, dos grupos e lideranças políticas sergipanas no Estado Populista (1946-1964)	122
Figura 09 – A Parentela Franco-Leite	136
Figura 10a – A dinâmica dos partidos, grupos e lideranças políticas sergipanas no Regime Militar (1964-1974)	140
Figura 10b – A dinâmica dos partidos, dos grupos e lideranças políticas sergipanas no Regime Militar (1975-1983)	141
Figura 11 – O agrupamento Franco e o surgimento de novos grupos e lideranças políticas em Sergipe	143
Figura 12 – Grupo investigado na Operação Navalha	160
Figura 13 – Agrupamento dos Herdeiros do Grupo Marcelo Déda: Belivaldo Chagas e Eliane Aquino em campanha eleitoral, 2008	176
Figura 14a – Agrupamento governista – liderança Belivaldo Chagas	185
Figura 14b – Distribuição de alianças do PSD: eleições municipais 2020	185
Figura 15 – Agrupamento Mitidieri, 2023	187
Figura 16 – Atores políticos no agrupamento Mitidieri	190
Figura 17 – Lideranças políticas para além do cargo eletivo no Agrupamento Mitidieri	191

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Grupos políticos sergipano na República: Cabaús e Pebas	94
Quadro 02 – Lideranças no Bipartidarismo: ARENA e MDB em Sergipe	129
Quadro 03 – Diversidade do recurso econômica do Grupo Franco	135
Quadro 04 – Agrupamentos e grupos políticos em Sergipe, 1995	153
Quadro 05 – Agrupamentos e grupos políticos em Sergipe, 1999	156
Quadro 06 – Agrupamentos e grupos políticos em Sergipe, 2003	159
Quadro 07 – Agrupamentos e grupos políticos em Sergipe 2007	164
Quadro 08 – Agrupamentos e grupos políticos em Sergipe, 2011	168
Quadro 09 – Agrupamentos e grupos políticos em Sergipe, 2015	172
Quadro 10 – Agrupamentos e grupos políticos em Sergipe, 2019	178
Quadro 11 – Agrupamentos e grupos políticos em Sergipe, 2023	189
Quadro 12 – Governadores de Sergipe (1983-2023): origens sociais	196
Quadro 13 – Governadores de Sergipe (1983-2023): naturalidade e idade	199
Quadro 14 – Governadores de Sergipe (1983-2023): recursos escolares e profissionais	201
Quadro 15 – Governadores de Sergipe (1983-2023): partidos, filiações e cargos políticos	205
Quadro 16 – Tipos de perfis de lideranças políticas (1983-2023)	224

RESUMO

O objeto dessa tese é analisar como se formam lideranças políticas. Neste sentido, problematiza-se analiticamente a relação entre os grupos e agrupamentos aos quais essas lideranças fazem parte e os recursos que eles acumulam ao longo de suas trajetórias. Parte-se, então, do princípio de que para se analisar essa construção é preciso levar em conta dois elementos que se cruzam, que são: a relação com grupos e agrupamentos, e os aspectos individuais dessa liderança, ou seja, os recursos sociais que eles acumulam ao longo de sua trajetória e na construção de sua carreira política. Para efeito de universo empírico, foram analisados os agrupamentos e grupos políticos a que fizeram e fazem parte os governadores do estado de Sergipe, eleitos a partir da redemocratização (1983-2022). Dessa maneira, especificadamente objetiva-se: a) apresentar uma sócio-história das lideranças políticas sergipanas, suas trajetórias e carreiras políticas dentro dos grupos, agrupamentos e blocos políticos que fizeram parte; b) construir uma sociogênese das espaços de atuação representativa (os partidos, os grupos e agrupamentos políticos) os quais foram tecidos pelas significativas redes de relações e dominação no ofício da política de fomento de seus atores; c) examinar como os recursos sociais (familiares, profissionais, políticos, culturais e militantes), as alianças, as redes de relações e dominação (amizades, indicações, apadrinhamentos etc.) contribuem para a construção dessas lideranças políticas; d) construir um perfil sociográfico dessas lideranças políticas, levando-se em consideração os recursos sociais acionados e reconvertidos em trunfos qualitativos para a elaboração da carreira profissional; e, e) avançar na contribuição da interpretação sociológica sobre a importância das alianças, redes de relações e dominação para a construção de carreiras profissionais no ofício da política. Os elementos metodológicos consistiram em: fontes documentais, dicionários bibliográficos, a exemplo do CPDOC, *sites* da ALESE, Câmara Federal e o Senado Federal; *sites* pessoais e perfis em redes sociais (*Instagram, Facebook e Twitter*), memórias, biografias e autobiografias, materiais de imprensa (jornais, televisão, rádio e internet), fotografias etc. Além da construção de um banco de dados sobre as trajetórias dessas lideranças. Dessa maneira, a Tese está dividida em quatro capítulos: (i) um debate teórico sobre as elites políticas, as formas personalistas de liderança na América Latina, além de apresentar a Parentela como um conceito analítico significativo para compreensão do sistema de alianças desenvolvido no Brasil, somando-se à condição de interpretação das coalizões na formação dos agrupamentos e blocos políticos; (ii) uma sócio-história das lideranças, grupos e agrupamentos políticos, desde a Proclamação da República (1889) até o Regime Militar (1964); (iii) apresenta uma análise de como os grupos e agrupamentos foram modificando-se ao longo desses períodos e como estes modificaram os recursos sociais utilizados para a consagração política nesse período de Regime Militar (1964) até a redemocratização e nos anos de 2022; por fim, (iv) é apresentado um perfil sociográfico das lideranças políticas sergipanas e sua composição entre líderes de grupo de base familiar, por pertencimento a grupo de base política profissional e por vinculação à militância política. Nesse sentido, a Tese demonstra que a construção de lideranças políticas perpassa não somente pela mera condição personalista e eletiva de construção de um ator político em líder, mas em um conjunto de elementos que se cruzam e permitem a capitalidade de transformação em liderança política. É por meio dos recursos sociais que são acionados e reconvertidos em trunfos eleitorais, como também nas lógicas de formação dos grupos e agrupamentos políticos, dos quais esses atores passam a fazer parte e a construir alianças, redes de relações e dominação na política nacional, estadual e local.

Palavras-chave: Lideranças; Grupos e agrupamentos políticos; Recursos sociais; Alianças; Rede de relações e dominação.

ABSTRACT

The aim of this thesis is to analyze how political leaders are formed. From this perspective, it analytically problematizes the relationship between the groups and groupings that these leaders belong to and the resources that they accumulate over the course of their careers. It is assumed that in order to analyze this construction, it is necessary to take into account two intersecting elements: the relationship with groups and groupings, and the individual aspects of this leadership, in plain English, the social resources they accumulate throughout their career and in the construction of their political career. For the purpose of the empirical universe, we have analyzed the political clusters and groupings to which the governors of the state of Sergipe were elected since the re-democratization belonged (1983-2022). Therefore, it specifically aims to: a) present a socio-history of Sergipe's political leaders, their trajectories and political careers within the groups, groupings and political blocs they were part of; b) construct a sociogenesis of the spaces of representative action (the political parties, groups and groupings) which these actors build as their significant networks of relations and domination in the craft of politics; c) examine how social resources (family, professional, political, cultural and militant), alliances, networks of relationships and domination (friendships, nominations, patronage, etc.) contribute to the construction of these political leaders; d) build a sociographic profile of these political leaders, taking into account the social resources used and reconverted into qualitative assets for their professional careers; and e) advance the contribution of sociological interpretation on the importance of alliances, networks of relationships and domination for the construction of professional careers in politics. The methodological elements consisted of: documentary sources, bibliographic dictionaries, such as CPDOC, the websites of ALESE, the Federal Chamber and the Federal Senate; personal websites and profiles on social networks (Instagram, Facebook and Twitter), memoirs, biographies and autobiographies, press materials (newspapers, television, radio and the internet), photographs, etc. In addition, building a database on the trajectories of these leaders. The thesis is divided into four chapters: (i) a theoretical debate on political elites, personalist forms of leadership in Latin America, as well as presenting the Parentela as a significant analytical concept for understanding the system of alliances developed in Brazil, in addition to the condition of interpreting coalitions in the formation of political groupings and blocs; (ii) a socio-history of political leaders, groups and groupings, from the Proclamation of the Republic (1889) to the Military Regime (1964); (iii) presents an analysis of how groups and groupings changed over these periods and how these have changed the social resources used for political consecration in this period from the Military Regime (1964) to redemocratization and in the years 2022; finally, (iv) presents a sociographic profile of Sergipe's political leaders and their composition among family-based group leaders, by belonging to a professional political group and by links to political militancy. In this sense, the thesis demonstrates that the construction of political leadership does not only involve the mere personalistic and elective condition of building a political actor into a leader, but a set of elements that intersect and allows the capitality of transformation into political leadership. It is through the social resources that are activated and reconverted into electoral assets, as well as the logic of the formation of political groups and groupings, to which these actors become part and build their alliances, networks of relationships and domination in national, state and local politics.

Keywords: Leaderships; Political groups and groupings; Social resources; Alliances; Network of relations and domination.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
Objeto, problema e justificativa da Tese	17
Direções teóricas da Tese	26
Percursos metodológicos da Tese	34
Estrutura da Tese	42
 CAPÍTULO I – ELITES DIRIGENTES, FORMAS PERSONALISTAS DE LIDERANÇA E ALIANÇAS POLÍTICA: CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS PARA A CONSTRUÇÃO DE LIDERANÇAS	46
1. 1 As elites políticas e suas possibilidades de perspectiva analítica.....	48
1.2 Formas personalistas de poder das lideranças políticas na América Latina e do Brasil.	55
1.3 A Parentela como um sistema de alianças para compreensão das famílias de elite e a política	65
1.4 O presidencialismo de coalização e construção de alianças na redemocratização do sistema de político brasileiro	71
1.5 O grupo, o agrupamento e o bloco político na dinâmica das elites dirigentes	75
 CAPÍTULO II – ENTRE AGRUPAMENTOS E GRUPOS POLÍTICOS: UMA SÓCIO-HISTÓRIA DAS LIDERANÇAS POLÍTICAS SERGIPANAS (1889-1964).....	82
2.1 Entre oligarquias e grupos de parentelas: a construção de lideranças políticas na República Velha (1889-1930).....	84
2.2 Agrupamentos, grupos e lideranças políticas no Governo Provisório e Constitucional ao Estado Novo em Sergipe (1930-1945)	102
2.3 As lideranças políticas sergipanas pós-queda de Vargas (1946-1964): uma elite populista	113
 CAPÍTULO III – DO REGIME MILITAR A REDEMOCRATIZAÇÃO: ALIANÇAS E AS REDES DE RELAÇÕES NA CONSTRUÇÃO DAS LÍDERANÇAS SERGIPANAS (1964-2022).....	123
3.1 As Lideranças políticas construídas do Regime Militar (1964 a 1982).....	124
3.2 As primeiras lideranças políticas na Redemocratização: João Alves Filho, Antônio Carlos Valadares e Albano Franco (1983 a 2007).....	144

3.3 As Alianças para a construção do Agrupamento Déda: ‘o novo governo’ de velhos líderes políticos (2007 a 2013).....	161
3.4 De Belivaldo à Mitidieri: um novo agrupamento político pós-liderança Déda (2018-2023).....	175
3.5 O agrupamento Mitidieri: o retorno de um agrupamento de base familiar a política sergipana	186

CAPÍTULO IV – AS LIDERANÇAS POLÍTICAS SERGIPANAS: RECURSOS, TRAJETÓRIAS E PERFIS POLÍTICOS..... 194

4.1 Origem e lugar de origem das lideranças políticas sergipanas: ‘Gente de quem?’ .	195
4.2 Formação e profissão: as trajetórias profissionais dos governadores	200
4.3 Partidos, filiações e cargos eletivos e delegados: caminhos para a consagração política	204
4.4 As trajetórias das lideranças: os caminhos para a construção de uma carreira	214
4.5 A construção de Perfis de lideranças: base familiar, de base política profissional e por vinculação a militância política	224
Lideranças política de grupo de base familiar	224
Lideranças política por pertencimento a grupo de base política profissional	226
Liderança política por militância político-partidária	228

CONCLUSÕES 231

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... 236

INTRODUÇÃO

A bibliografia na sociologia política tem se dedicado fortemente à compreensão dos partidos políticos e suas influências na dinâmica do sistema político, contudo, consideramos relevante promover a análise das lideranças políticas, pois elas têm sido um elemento significativo na formação dos próprios partidos políticos, nas estruturas políticas, inclusive na própria dinâmica do sistema político brasileiro.

Nesse sentido, analisar as lideranças políticas nos permite compreender de melhor maneira as dinâmicas de poder dentro dos partidos e como essas dinâmicas impactam as estratégias partidárias, as alianças políticas e as políticas públicas. A habilidade de comunicação, o carisma e a capacidade de construir coalizões são alguns dos fatores que podem influenciar significativamente o sucesso ou o fracasso na construção de líderes políticos, e, por extensão, do partido que esses lideram. Logo, uma abordagem mais abrangente que inclua a análise das lideranças políticas enriquece a compreensão da sociologia política, oferecendo *insights* valiosos sobre a interconexão entre indivíduos e estruturas políticas.

Neste sentido, em meio à sua importância nas dinâmicas e nas relações existentes no sistema político, tomamos como ponto de partida a inquietação de compreender como se constrói, ou como se dá a passagem, a transformação de um ator político em liderança política? Como esses atores conseguem, a partir do título de líder, dinamizar as estruturas dos grupos, dos agrupamentos e inclusive criar os elos na formação dos blocos políticos? Quais são os recursos sociais a que esses atores acionam para obterem sucesso nessa dinâmica multifacetada e completamente flutuante? Em outras palavras, como compreender e interpretar o processo de transformação das lideranças políticas, quando colocamos em questão os aspectos objetivos e subjetivos do sistema político, como a condição e pertencimento a grupos e a agrupamentos, e os recursos sociais a que esses atores acionam e reconvertem em qualitativos eleitorais?

Ao se levar em consideração o processo histórico de formação político-administrativo do Brasil, percebemos que inúmeros atores sociais aclamados politicamente como “grandes lideranças políticas”, ora por conta do peso das suas articulações e vinculações político-partidárias, ora por força do peso da base familiar e a perspectiva de dominação e poder que essas famílias exerciam na conjuntura local, ora pela construção de uma imagem significativa de representação dentro do partido, ora por força da articulação entre militância e defesa de uma causa. Contudo, o que de fato se pode afirmar, é que se trata de atores que passaram a ser

identificados como significativos artífices da política nacional e local – mesmo que existam controvérsias em relação às suas condições de liderança.

Entretanto, mesmo levando-se em condições todos esses questionamentos a respeito do que possibilitou a formação desses atores em lideranças políticas – questionamentos esses que podemos chamar de recursos significativos para a sua construção política, tendo em vista que funcionam como qualitativos para a sua carreira profissional –, alguns outros desdobramentos podem somar-se à essa inquirição, como os agrupamentos, da potencialidade dos grupos em determinados contextos históricos; o peso das alianças e das redes de relações construídas em virtude dos capitais e recursos disponíveis e valorados para a possível perpetuação política. Neste sentido, levando-se em consideração a perpetuação política, a qual podemos nominar de redes de dominação, visto que a construção destas permite, frequentemente, a sustentação e a continuidade política desses atores políticos.

Nesse sentido, compreender e interpretar a construção de lideranças políticas perpassa não somente pela mera condição personalista desse ator político ser identificado como um líder, mas sim em um conjunto de recursos sociais que possibilitam a sua existência, ou melhor, a sua construção. Isso se assegura porque é preciso não só compreender a sua mera condição de liderança, seja ela em virtude da sua participação e posição política partidária, tendo em vista o cargo eletivo que possa exercer, mas também por meio da soma de um conjunto de variáveis que o ajudaram a construir essa posição de elite na política, como, por exemplo, a própria conjuntura histórica da política de sua origem, as lógicas de formação dos agrupamentos e grupos políticos na política local, os processos históricos políticos nacionais que interferem diretamente na conjuntura local, além do peso das crises políticas e das pautas e causas de defesa partidária, entre outros.

Levando-se em consideração essas primeiras palavras sobre a construção de lideranças políticas, é que se estrutura a formação desta tese. Construção essa que não se dá apenas na análise da própria construção do ator político em um líder, mas também se levando em consideração a conjuntura dos grupos e agrupamentos políticos, os quais permitem a sua formação, além das suas redes de alianças e de dominação na política local.

Objeto, problema e justificativa da Tese

O objeto desta tese é analisar como se formam lideranças políticas. Em outras palavras, é compreender e interpretar como se empreende a construção dos atores políticos em lideranças políticas, levando-se em consideração as relações com os grupos e agrupamentos políticos aos

quais esses atores passam a fazer parte e incidem na construção das suas alianças e de redes de relações e dominação na política sergipana.

Visa-se, assim, a análise de como em determinados agrupamentos políticos alguns atores políticos conseguem acionar, converter e reconverter recursos sociais em condicionantes qualitativos para a sua consagração profissional e para a própria construção de sua figura como liderança política. Para efeito de universo empírico, são analisados os agrupamentos e grupos políticos dos quais fizeram e fazem parte os governadores do estado de Sergipe eleitos a partir da redemocratização (1983-2022), que somam um percentual de 07 (sete) governadores.

No entanto, o ponto de partida é tomar a relação entre os grupos e agrupamentos políticos dos quais essas lideranças fazem parte e os recursos que eles acumulam ao longo de suas trajetórias. Então, parte-se do princípio de que para analisar a construção de lideranças políticas, considera-se de fundamental importância a análise de dois elementos que se cruzam: a relação com os grupos e os aspectos individuais, que são os recursos sociais, de origem, escolares, institucionais e profissionais. Ou seja, refere-se a tudo aquilo que eles acumulam ao longo de sua trajetória. Entretanto, é importante ressaltar que a própria participação no grupo político é um recurso importante dentro do contexto de formação dessas lideranças.

Recursos familiares, partidários, empresariais, institucionais, militância, cargos eletivos, entre outros, são os que se apresentam pela literatura sociológica como uma espécie de condicionantes significativos para a valoração política desses atores políticos profissionais, como também a própria vinculação a determinados agrupamentos políticos. E é a partir desse propósito, o da vinculação com os agrupamentos políticos e a formatação de grupos políticos significativos na dinâmica política estadual que essa pesquisa de tese se questiona.

Contudo, para melhor compreender e interpretar essa relação entre grupos e agrupamentos políticos e a construção de lideranças políticas, problematizou-se a questão de quais recursos sociais são valorativos para a transformação de um ator político em uma liderança política dentro do grupo e do agrupamento. Neste sentido, partimos de alguns questionamentos, como: como esse ator se insere nesse agrupamento? Como esse ator consegue ao longo de sua trajetória galgar efetivo espaço dentro do agrupamento? Como consegue ser indicado e aclamado pelo agrupamento para a concorrência eleitoral aos cargos com maior significância na política local? Como o peso desse cargo eletivo produz novos direcionamentos e diretrizes no grupo e no agrupamento político? Como após se configurar como uma efetiva liderança política, esse ator passa a nominar de maneira personalista o agrupamento ao qual ele outrora era meramente um membro? Por fim, como essa liderança constroem suas alianças e ampliam as suas redes de relações e dominação dentro da política estadual ou nacional?

Tomando-se essas questões de partida, e principalmente somando-se a condição de dominação estabelecida a partir das lógicas de suas alianças e rede de relações traçadas por meio da sua condição de líder político, ou seja, é a partir de uma análise dessa condição de construção de liderança que podemos compreender como se estabelecem as alianças políticas (subjetivas e objetivas) entre essas alianças e os atores políticos eleitos na campanha eleitoral, os quais funcionam como uma espécie de sustentáculo dessas lideranças, bem como estabelecem os elos com os novos atores políticos que surgem a partir das composições dos grupos e agrupamentos políticos estruturados por essas lideranças. Em outras palavras, podemos dizer que a partir da análise de construção dessas lideranças políticas, compreendemos a estruturação de suas alianças e redes de relações e dominação, percebendo assim a dinâmica dessa articulação na própria geopolítica do estado de Sergipe.

Assim sendo, tomando os governadores como amostra empírica, temos como objeto de análise a busca por uma compreensão analítica e interpretativa sobre a formação das lideranças políticas nos mais diversos espaços da política - dentro dos espaços institucionalizados da política (seus agrupamentos, grupos políticos, partidos e cargos eletivos), bem como na força histórica atribuída a composição de seus cargos. Somando-se a composição de suas habilidades profissionais, aqui entendidas como atributos políticos profissionais, e a carga simbólica representativa atribuída a sua condição de líder. Características essas, que quando somadas a composição de suas alianças, a construção e manutenção de suas redes de relações e de dominação, passam a refletirem tanto na condição de liderança desses atores, como também na própria dinâmica cotidiana da política praticada dentro do universo das bases locais, neste caso, os municípios aos quais esses atores políticos se inserem e/ou consagram-se.

Neste sentido, atrelando-se a questões objetivas da própria carreira profissional dessas lideranças políticas, com as dinâmicas dos grupos políticos aos quais fazem parte, os agrupamentos que são construídos a partir da sua condição e manutenção de liderança, e os recursos sociais fortemente acionados e reconvertidos na dinâmica política desses líderes é que essa Tese se situa entre uma Sociologia das Elites Políticas e numa Sociologia dos Grupos Profissionais.

Esses atores são denominados lideranças políticas, em virtude do recurso social representativo que apresentam dentro do “jogo político” (Palmeira; Goldman, 1996). Recurso, o qual permite que esses também sejam denominados como políticos profissionais, tendo-se em vista a carga representativa que eles carregam ao longo de sua carreira profissional. Dito isto, como lideranças profissionais da política, esses atores constroem a sua carreira por meio do uso dos seus recursos sociais, ou seja, os seus qualitativos, reconvertidos em índices potenciadores

de seu ofício. Ofício construído por meio do uso das suas habilidades apreendidas e acionadas na prática cotidiana da política, como também nas situações diversas em que se apresentam, possibilitando assim resultados diferentes em vários contextos sociais. Desta forma, em meio à dinâmica estabelecida pelo próprio ofício da política, esses atores formatam sua configuração como líderes numa espécie de identidade profissional, cujo “processo biográfico e indenitário” se entrelaça (Phélippeau, 2001; Weber, 2011; Petrarca, 2015).

Neste sentido, a construção de uma liderança política se dá por força do processo biográfico deste, em que se incluem suas alianças e suas redes de relações – objetivas e/ou subjetivas da política –, mas que acionadas e convertidas em trunfos políticos eleitorais, como também, por força do seu processo identitário, cujas características próprias, e de certa forma intransferíveis, os definem e os qualificam, diferenciando-os dos demais. O processo biográfico e identitário, somado às habilidades e alianças próprias, é que permite identificá-los como lideranças.

Assim sendo, essas lideranças políticas, muitas das vezes, constroem o seu perfil profissional a partir dos espaços de representação política – partidos, movimentos sociais, sindicatos, militância, entre outros –, ou seja, são nesses espaços que esses atores ganham destaque e tornam-se os ‘baluartes representativos’ de um determinado grupo e agrupamento político. Por essa via de análise, as alianças e relações construídas por esses atores no cotidiano do próprio ofício da política, no *“fazer política, ser político e consagrar-se politicamente”*, permitem ampliar a discussão sobre a construção e perpetuação desses atores na política (Kuschnir, 2000; Palmeira e Barreira, 2004; Petrarca, 2015; Santos, 2016).

Nesse ínterim, vistos como atores ou “profissionais” da representação política, cuja legitimidade depende diretamente de processos eleitorais, compelidos a se posicionar diferentemente conforme a esfera de poder político em que atuam (federal, estadual ou municipal), ou seja, mais voltados à legitimação externa ou frente aos “leigos” ou, então às instâncias decisórias (Coradini, 2001; Bourdieu, 2011). Sendo assim, neste propósito de volta-se a outras instâncias dotadas de legitimação externa, é que a construção como líderes lhe permite formatar alianças e relações, as quais, por vezes, são estabelecidas por meio do retorno direto (ou intercomunicativo) entre esses líderes e com outros atores políticos e suas bases. Nisto se insere a perspectiva de retorno às suas bases locais (estados e municípios), identificando-os como campos significativos de apreensão, de legitimação e de mobilização de recursos eletivos e na própria reconstrução e reconfiguração de suas redes, tendo-se em vista o sucesso político, evidenciado principalmente por força do seu percentual eleitoral. Em outras palavras, quando esses atores se configuram como políticos profissionais e líderes políticos,

tornam-se elos entre o êxito político e a construção de alianças, as quais possibilitam a construção de uma rede de relações, as quais permitem que esses atores dominem e perpetuem-se dentro do ambiente político.

Nesta perspectiva, levando-se em consideração analítica a configuração desses atores políticos profissionais em lideranças, sua relação com o agrupamento e o grupo político ao qual faz parte, somando-se ao peso atribuído às suas alianças e às redes de relações e de dominação, bem como os recursos sociais utilizados por esses atores, reconvertendo-os em trunfos significativos para a construção de suas carreiras, é que se apresenta o problema de pesquisa que norteia e estrutura a Tese, ou seja:

- *Como se dá a construção de lideranças políticas em Sergipe, levando-se em consideração uma análise relacional com os agrupamentos e grupos políticos dos quais esses atores políticos profissionais fazem parte e, por diversas vezes, passam a reconstruir a própria conjuntura desses agrupamentos e grupos? E, assim, busca também analisar como se dão as formas de estruturação das alianças e redes de relações e dominação construídas por esses líderes, e essas se reconvertem em recursos significativos para a consagração de suas carreiras profissionais no ofício da política?*

Nesse sentido, a Tese empreende uma compreensão e interpretação acerca de como esses atores, dentro de suas carreiras profissionais no ofício da política, passam da condição de atores políticos profissionais para a de líderes representativos da política sergipana, ou seja, a condição de líder político com o maior alto grau no ofício da política. Soma-se a isso, o intuito de compreender como esses atores políticos passam a construir sua carreira profissional atrelada à condição da própria formatação do agrupamento político a que passa a fazer parte e do grupo político ao qual passa a liderar.

Além disso, também intenta-se empreender uma análise sobre como ao longo das suas histórias de vida e trajetórias esses atores políticos constroem e estruturam as suas alianças, reconvertidas, a partir de então, em redes de relações significativas para a manutenção e continuidade de suas carreiras políticas. Estas, quando estruturadas, permitem a ampliação de suas redes de dominação política, construídas por força da sua condição de líder. Ou seja, é por meio da sua condição de líder que esses atores utilizam as suas alianças, redes de relações e de dominação para o recrutamento, inserção e construção de novos atores na política.

Desta forma, relacionar as lideranças políticas aos seus agrupamentos e aos grupos políticos dos quais advêm, juntamente com suas alianças e para a construção de suas redes de

relações e dominação, percebidas principalmente através das suas ligações entre o legislativo estadual e federal, poderemos apreender por meio deles as relações entre política profissional e traçar as relações existentes por meio das suas redes de relações e dominação, exemplificada através do seu poderio representativo demonstrado através de suas vinculações em relação às bases pessoais locais, neste caso, principalmente os municípios.

Nesse sentido, o que também colocamos em análise na construção dessas lideranças são os jogos de articulação e de poder estabelecidos a partir de suas bases locais. Logo, se consagradas dentro de seu domínio local – o município de origem –, essas lideranças passam a estabelecer novas normativas para a construção da política estadual. Ou seja, tornam-se articuladoras nos sistemas de alianças nas dinâmicas de composição e de recomposição dos grupos políticos dirigentes na política estadual (Petrarca; Oliveira, 2021).

Importante ressaltar que atrelar o problema de tese à condição dos agrupamentos e grupos políticos é promover uma análise significativa a respeito da própria construção profissional desses atores políticos, tendo-se em vista a inserção em um determinado grupo, e por conseguinte, agrupamento, já denota uma das etapas expressivas para a construção biográfica e identitária desse ator. Ora, é no grupo político que o ator passa a ter acesso ao universo da política, aprendendo e apreendendo as formas e as condições básicas de se manter nesse jogo político. Quanto do agrupamento político, esse já representa um campo muito amplo de articulação e de alianças disponíveis para o sucesso político, visto que esse agrupamento compreende um universo diversificado de composição de outros grupos e de outras lideranças

De tal modo, a Tese é de que as lideranças políticas se configuram como políticos profissionais, pois estruturam e potencializam as suas carreiras políticas a partir da construção de uma rede de relações firmada principalmente por meio de suas alianças, as quais se firmam tanto por força dos seus recursos familiares, profissionais, políticos ou institucionais acionados, além de outros; recursos esses que são valorados e qualificados como fundamentais para o seu acesso aos agrupamentos e grupos políticos aos quais passam a fazer parte e passam a liderar; bem como por meio dos mecanismos e estruturas de poder os quais acionam-se na efetiva proposta de consagração e dominação das suas redes de relações e dominação, percebidas, principalmente, através das suas bases.

Desse modo, construindo-se as redes de relações desses atores, por meio de suas bases locais, tornar-se possível explicar como as suas redes de relações são estabelecidas nos municípios sergipanos, demonstrando que as suas composições como lideranças políticas estaduais e federais estão muito mais ligadas ao poderio de agrupamento e concentração eletiva do que meramente a sua posição política, a qual pode ser diminuída ou acrescentada de acordo

com cada pleito eleitoral, tendo sem vista que a condição de liderança está intimamente ligada à posição de continuidade e de representatividade históricas e numa espécie de ‘singularidade’ política sergipana, ou seja, nas credibilidades, expressas na configuração do *ethos* político incorporado por esses atores, em outras palavras, dos traços comportamentais, identitários e profissionais que tornam esses políticos ‘distintos’ na dinâmica política local.

Tendo-se definida a tese, essa justifica-se relevante, pois permite analisar sociologicamente a relação entre as lideranças políticas e a construção de alianças e redes de relações e dominação na política sergipana, por meio dos agrupamentos e grupos políticos desenhados a partir da composição desses atores como lideranças, e assim perceber como a partir da composição dessas lideranças é possível interpretar a construção dessas bases de dominação a serem percebidas dentro da política municipal do estado, as quais se constituem nas redes de dominação desses atores políticos identificados como líderes políticos profissionais. Dessa forma, decorre de um duplo desafio, tanto teórico quanto metodológico, o de apreensão relacional entre a construção de carreiras desses políticos profissionais consagrados como lideranças políticas e os imbricamentos cotidianos e institucionais do jogo político, ou seja, do peso dos grupos e agrupamentos políticos, da configuração das suas alianças, de suas redes de relações, e dos campos de dominação política e da utilização das bases como sustentáculos para a sua consagração na política.

Nesta perspectiva, a busca por uma análise relacional entre eixos temáticos da sociologia – liderança, alianças e suas redes de relações e dominação, os agrupamentos e grupos políticos e ofício na política –, dentro da argumentação teórica e metodológica da sociologia política, permite com que possamos nos diferenciar de uma gama de trabalhos que só centralizam sua discussão em um dos pontos envolvidos nessa temática, ou seja, o acesso aos altos postos, ora a profissionalização do ofício na política, ora questionam as relações apenas no âmbito na política institucional. O que propomos aqui é construir relações em torno dessas temáticas. Ou seja, perceber que a liderança política pode ser instituída institucionalmente, como também construída pelas alianças, nas redes de relações e/ou somadas ao longo da composição das carreiras profissionais e na própria dinâmica da política, principalmente percebidas na composição dos seus agrupamentos e grupos políticos. O que esbarra na contribuição adquirida por meio das bases locais, que se impõem como campos significativos para a prática, *expertise* e/ou controle da dinâmica política.

Quando situada numa Sociologia dos Grupos Profissionais, este estudo interpreta e compreende que a formação de uma carreira consagrada no ofício da política dar-se-á através da posição de liderança, dos atributos e práticas provenientes da investidura do cargo eletivo

quando da própria condição de nomeação de liderança. Título esse adquirido por meio da própria investidura e pela soma de recursos sociais reconvertidos para a construção de sua carreira política. Já no campo analítico da Sociologia Política, perpassa-se pela interpretação e compreensão da institucionalização da política, por meio das posições dirigentes nos partidos, na formação dos grupos e agrupamentos políticos liderados e em torno dessas lideranças, bem como pelo peso dado à formação e ao enrijecimento das alianças, das redes de relações e do domínio de poder estabelecidos por elas no campo da política institucional, eletiva e das relações sociais às quais a dinâmica do dia a dia da política se apresenta.

Em harmonia com essa busca interpretativa, analisar a relação existente entre liderança política e a construção das suas alianças e redes de relações e dominação, as quais são identificadas neste estudo como qualitativos significativos (recursos sociais) para a perpetuação desses atores políticos como líderes, bem como na construção de suas redes de dominação, percebidas principalmente por meio da formatação de seus grupos e agrupamentos políticos e na dominação das suas bases locais.

Assim, o que estamos questionando através dessa relação é que a condição de ser líder político não está apenas associada a sua vinculação política partidária, mas sim a um conjunto de recursos que são acionados, apreendidos e reconvertidos no *métier político* (Grill; Reis, 2016) em trunfos eleitorais, mas que também se oficializam como credenciadores para a consagração política, a exemplo das suas redes de relações, a formação de seus agrupamentos políticos e ou dos grupos nos quais esses atores possam transitar e negociar seu ‘poderio’ político, onde claramente são percebidas em suas bases (Palmeira e Goldman, 1996; Kuschnir, 2000; Santos, 2016).

Nesse sentido, promover uma investigação científica sobre a construção de atores políticos profissionais, reconhecidos como líderes políticos, integrantes de uma elite política, e no caso deste estudo, em Sergipe, requer demonstrar que essas lideranças são construídas por força das suas articulações dentro dos grupos e nos agrupamentos a que fazem parte, visto que é dentro do próprio grupo político e dos agrupamentos que possam fazer parte que os recursos sociais passam a serem valorizados e são acionados e reconvertidos como qualitativos de sucesso político, condicionando a esses atores a serem identificados como membros desta elite política.

Em outras palavras, justifica-se torná-los objeto de estudo sociológico, pois saímos do senso comum, no qual, numa espécie de “mágica política”, esses atores políticos passam a se construírem como lideranças. Como se fosse uma espécie de rito de passagem mágico e como uma espécie de rito de passagem mágico, ficando assim encrustados na história política do

município de origem, do estado ou do país. O ponto crucial no qual se defende essa investigação é de que não podemos aceitar de maneira tácita a ideia de que alguns atores políticos se consagram na política pelo mero exercício do ofício da política em seus cargos eletivos, mas sim, a defesa de que esses se constroem por força de uma soma de recursos sociais – aqui se inserem principalmente os recursos familiares, institucionais e profissionais, principalmente – e principalmente por força das redes de alianças que esses começam a construir dentro dos espaços de socialização política, bem como por força das relações sociais construídas dentro e muitas das vezes fora do próprio ‘mundo da política’ (Kuschnir, 2000), construídas e alicerçadas dentro da própria diversificação de suas poses e ou das relações que constroem antes mesmo de entrarem na política.

Desta feita, justifica-se então compreender a relação existente entre a construção de lideranças políticas e suas redes de relações e dominação na política, tomando como recurso social valorativo as alianças aos quais constroem antes e durante a sua carreira. Nesse sentido, tomar os governadores eleitos pós-redemocratização do país como campo empírico, implica desvendar, ou melhor dizendo, promover uma análise sociológica para além da construção narrativa histórica de ‘políticos iluminados’ e redefinir de maneira compreensiva e interpretativa a construção desses atores políticos profissionais em meio à força exercida e alimentada pelos grupos e agrupamentos dos quais fazem parte.

Assim sendo, os atores políticos passam a ser compreendidos para além da própria personificação. A partir desta análise, não é a personificação do ator político que nos interessa, mas sim a soma de muitos outros atributos que permitiram a sua construção como liderança – seus capitais e suas alianças e redes de relações. Por exemplo, não é meramente a condição subjetiva de líder atribuída a ‘Marcelo Déda Chagas’, mas sim a relação que ele estabelece com um conjunto de outros líderes políticos partidários, nos campos de socialização a qual ele pertence, em uma análise do seu processo biográfico e identitário, principalmente na dinâmica histórica e política local, que permitiu a construção desse ator como uma liderança política.

Ou seja, aqui podemos observar que se trata de uma análise sobre a relação existente entre a posição que ele ocupa nos agrupamentos, que foi construindo dentro do agrupamento político que ele faz parte, e os recursos que ele acumulou ao longo de sua trajetória profissional. Em outras palavras, não é apenas o acesso e participação de um grupo político ou apenas a soma dos recursos sociais os quais ele acumula e reconverte para a carreira política, mas sim a soma desses dois elementos que nos permitem compreender como se constrói uma liderança política.

Direções teóricas da Tese

Na sociologia dos grupos profissionais e das elites políticas, uma soma de estudos tem direcionado as suas argumentações sociológicas em um universo de possibilidades interpretativas, desde perspectivas meramente quantitativas dos cargos e ou dos percentuais eleitorais, quanto na análise engessada da reconversão e acionamento de seus recursos sociais como trunfos eleitorais e profissionais. Diretrizes sociológicas que ficam muitas vezes condicionadas a um eixo europeu-norte-americano de interpretações, o qual muitas vezes tem servido de modelos estruturais para outras interpretações sociológicas atuais, principalmente nos países emergentes, como na América Latina e do Brasil.

Contudo, partir dessas discussões sociológicas e das fronteiras que podem ser percebidas quando dos seus pesos e influências nas análises das ciências sociais brasileira, é que o presente estudo toma como direções teóricas a promoção de uma soma entre esses estudos balizadores – como muitas das vezes é entendida a sociologia norte-americana e europeia, principalmente – e as interpretações sociológicas promovida pelos sociólogos brasileiros, construindo assim, uma espécie de “artesanato intelectual” (Mills, 2009) dessas teorias, tendo-se em vista que a escolha por esse modelo de interpretação analítica fortalece a perspectiva sociológica brasileira e, sobretudo, promove a atualização das diretrizes compreensivas do fazer sociológico.

Neste sentido, levando-se em consideração essas diretrizes de uma promoção artesanal intelectual da teoria sociológica, partimos do próprio amadurecimento do problema de pesquisa que norteia esta Tese, o qual foi fortalecido a partir das pesquisas desenvolvidas pelos trabalhos e questionamentos levantados ao longo das pesquisas desenvolvidas junto ao Laboratório de Estudos do Poder e da Política – LEPP/UFS¹.

Trabalhos esses que já direcionavam a interpretação sociológica por meio de uma reinterpretação teórica brasileira e norte-americana e europeia. Como o conceito de Parentela (Queiróz, 1976; Lewin 1993), utilizado como modelo teórico dentro do laboratório e das diversas pesquisas desenvolvidas pelos pesquisadores e colaboradores do laboratório, o qual

¹ O LEPP foi fundado em 2007, sendo formado pelos professores, a Dra. Fernanda Petrarca e o Dr. Wilson José Ferreira de Oliveira e por estudantes da área de Ciências Sociais. Vinculado ao Departamento de Ciências Sociais (DCS) e aos Programas de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS/UFS) e Antropologia (PPGA/UFS). O LEPP também está vinculado a redes nacionais e internacionais de pesquisas, como o Projeto Circulação Internacional de Universitários e Redefinição do Espaço Cultural, que integra os centros de pesquisa da França e do Brasil, e o Observatório de Elites Políticas e Sociais do Brasil, que aloca pesquisadores da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC). Reúne trabalhos que tenham como eixo comum a reflexão sobre os princípios de estruturação e as dinâmicas de funcionamento do poder e suas relações com gramáticas e práticas políticas diversificadas.

permite uma maior compreensão sobre a formação e construção das redes de relações e alianças produzidas pelas elites políticas.

A parentela, então, mesmo que percebendo suas fragilidades e especificidades de atuação teórica, tem sido levada à luz interpretativa dos diversos problemas de pesquisa observados, compreendidos e interpretados pelos estudiosos brasileiros e sergipanos, especialmente nas pesquisas que tomam o nordeste brasileiro e a realidade política do estado de Sergipe como campo empírico. É o que ocorre aqui neste estudo, que toma a construção dos líderes políticos sergipanos e seus grupos e agrupamentos políticos.

Neste direcionamento, o amadurecimento teórico desta pesquisa deu-se sobretudo a partir dos estudos aos quais fiz parte, e foram endossando o meu capital heurístico acerca do tema da política de Sergipe. Destaca-se inicialmente a pesquisa em torno da institucionalização da medicina em Sergipe, da qual foi possível perceber os imbricamentos existentes entre profissionalização acadêmica (a medicina), a política e os vínculos familiares, analisados por meio do uso da “parentela quanto os domínios de base familiar” (Queiróz, 1976; Lewin 1993), além dos estudos sobre “Parentelas, grupos dirigentes e alianças políticas” (Petrarca; Oliveira, 2016).

Neste trabalho, foi possível perceber a forte presença da condição particularista de alguns atores políticos dentro da institucionalização do estado de Sergipe, o que permitiu o levantamento do questionamento de como uma personalidade poderia ter adquirido tanto poder e prestígio político e profissional a ponto de liderar diversos ramos da economia sergipana, a exemplo do médico Augusto César Leite e a sua família Leite. São desdobramentos dessa pesquisa os trabalhos de Petrarca, Bomfim e Nunes (2016), que recaiu na trajetória profissional do médico Augusto César Leite; e outro trabalho intitulado “Modalidades de recrutamento e consagração na elite médica sergipana no século XIX: uma análise prosopográfica que demonstra esse percurso de consagração na medicina e seu entrelace com a política. Outros trabalhos tomaram essa temática como norte analítico e campo empíricos, como, por exemplo, os trabalhos de Igor Salmeron (2017; 2022), que apresentaram análises sobre os espaços de atuação profissional desses médicos e um estudo sobre as relações entre medicina e política a partir do empresariado médico em Sergipe.

Pesquisas que também contribuíram significativamente a respeito da institucionalização da política em Sergipe, foram as pesquisas desenvolvidas em torno das elites jurídicas. Pesquisa essa que se desdobrou em vários estudos que marcavam a forte presença dos recursos familiares e políticos na institucionalização de uma carreira profissionalizante, em semelhante perspectiva com o que já outrora tínhamos observado nas elites médicas sergipanas. Destacam-se os

trabalhos de Petrarca (2021) sobre uma espécie de República dos Bacharéis e os mandarins do direto; somando-se aos trabalhos de Arthur Lima (2016; 2019) sobre o processo de redefinição do judiciário e da política sergipana no século XIX, como também sobre os padrões de recrutamento dos desembargadores de Sergipe (1891-2018). E o livro *‘Elites Jurídicas em Sergipe: Recrutamento, recursos sociais e redes de relações’*, de autoria de Fernanda Petrarca, Arthur Ives e Fagner Bomfim (2021), o qual resume um conjunto de pesquisas que perpassam pela temática dos grupos profissionais e as suas formas de inserção e consagração na área profissional.

Efetivamente esses trabalhos direcionaram a pesquisa aos seus principais temas sociológicos, os grupos profissionais e às formas de recrutamento e construção de suas redes de relações e redes de relações. Mas que ganharam uma nova gramática analítica, com a inserção nas pesquisas da perspectiva da Parentela como um conceito que pode melhor empreender a realidade da política sergipana, a exemplo dos trabalhos de Petrarca e Oliveira (2017) *“Parentelas, grupos dirigentes e alianças políticas”*; Pâmella Santos, Arthur Lima e Fagner Bomfim (2018), *“No tempo da política”: parentela, redes de relações e política profissional no interior sergipano”*; Oliveira e Petrarca (2018 e 2023) com *“Inovações temáticas, ‘guinadas’ teóricas e tradição intelectual no Brasil”* e *“Familismo à brasileira: das interpretações do país à construção de um modelo teórico-metodológico”*. Importante sinalizar que todos esses trabalhos trouxeram como seu ponto central a questão da Parentela (Queiróz, 1976; Lewin 1993) como modelo analítico importante e inovador para os estudos sobre a sociologia política e sua relação com um amplo leque de discussões sobre os grupos profissionais, e principalmente a condição da base familiar como um recurso significativo.

Tendo a Tese também o direcionamento analítico sobre o ofício na política e a construção de carreiras profissionais pelos atores políticos, alguns trabalhos desenvolvidos dentro do laboratório foram basilares para o endossamento da pesquisa, a exemplo do estudo de Pâmella Santos (2016) sobre os cabos eleitorais e as práticas no cotidiano da política, e sua tese de doutorado intitulada *“Em nome das redes: família, amizades políticas e alianças em Sergipe”* (2020), estudo esse significativo para o desenvolvimento da pesquisa que aqui se desenvolve, tendo em vista que a autora promove uma análise a respeito da composição dessas redes, levando-se em consideração a relação entre a política profissional, os recursos familiares e a formação dos agrupamentos políticos no estado de Sergipe, tomando como campo empírico os deputados estadual e federais por Sergipe nos anos de 2014 a 2018, evidenciando assim o peso das redes de base familiar na composição dessas redes.

Na perspectiva das redes de relações políticas, outro trabalho significativo foi o de Bergson Vieira (2020) intitulado “*Representação política, redes de sociabilidade e composição de bases de apoio parlamentar: mudanças e continuidades na gramática política brasileira*”, direcionando a análise sobre os princípios organizadores do sistema de classificação parlamentar – o modo de fazer política, institucional e não institucional, bem como, sobre a manutenção do que o autor identifica como ‘savoir-faire’ parlamentar no Brasil, demonstrando que essa prática sustenta a manutenção do poder de representação com base nas famílias e parentelas até a formação dos grupos ligados por redes políticas extensas e diversificadas, ou seja, a diversificação das redes de relações e dominação política em Sergipe. Tomando como campo empírico os deputados federais eleitos nas últimas eleições federais (2002, 2006, 2010, 2014 e 2018).

Esses trabalhos direcionaram a pesquisa para um novo patamar analítico, visto que empreenderam uma gama de aspectos que estão imbricados com a realidade empírica da política brasileira e sergipana, principalmente relacionada ao peso valorativo e construtivista que a base familiar por meio de uma lógica de parentela constrói as trajetórias e os percursos biográficos e identitários dos atores políticos. Além de direcionar a construção de suas alianças como um arcabouço fundamental para a manutenção e diversificação de suas carreiras profissionais, melhor representadas a partir do campo de dominação e das redes de relações que esses apresentam.

Por certo, o efetivo desejo de investigação sociológica sobre a construção das lideranças políticas a partir de uma interpretação relacional com os seus agrupamentos e grupos políticos se fez a partir das primeiras pesquisas sociológicas as quais desenvolvi dentro da Universidade Federal de Sergipe no Departamento de Ciências Sociais (DCS/UFS) e no Laboratório de Estudos do Poder e da Política – LEPP/UFS, como acima foi mencionado. Precisamente, a pesquisa de monografia de conclusão de curso, intitulada “*Modalidades de inserção, processo de recrutamento e investimentos na carreira política: os governadores sergipanos, pós-redemocratização do Brasil*” (Bomfim, 2016), sobre a construção de carreiras profissionais no ofício da política do maior escalão político no estado, em que pude apresentar os primeiros ensaios interpretativos sobre a construção de uma carreira política, enfatizando o período pós-regime militar como uma espécie de auge da diversificação política. Fato esse que volta a ser analisado aqui na Tese, principalmente na construção dos perfis de liderança e o questionamento se de fato houve essa diversificação.

Por conseguinte, a dissertação de mestrado, intitulada “*Os vereadores e o ofício da política em Riachuelo: recursos sociais, redes de relações e dominação*” (Bomfim, 2019), pelo

programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Sergipe-UFS, faz um mergulho na análise dos cargos mais emblemáticos e esquecidos da política brasileira, o qual é o de vereadores. Isso porque se acredita a esses a mera condição de serem os articuladores e ou cabos eleitorais dos prefeitos, mas que, na verdade, correspondem a um significativo cargo, quando analisado a partir da própria conjuntura e dinâmica desses na política local, estadual e federal, pois esses servem como elo de articulação entre os deputados estaduais, deputados federais e senadores. Ou seja, demonstra que os vereadores são uma peça fundamental na construção da carreira política.

Em síntese, esse estudo de dissertação analisou os recursos sociais (familiares, escolares, profissionais, institucionais, políticos, as redes de relações sociais e de dominação) fundamentais para a construção do ofício na política, em soma às suas habilidades voltadas para a consagração na política. Neste estudo, questões como: *“a carreira profissional de um político é instituída apenas por força de sua vinculação partidária e seu mero desejo de fazer parte do ‘jogo político’? De que maneira são construídas as habilidades e competências ditas como primordiais para a composição de um ‘bom político’?”*.

Contudo, algumas questões ficaram sobrevoando as argumentações expostas na dissertação, as quais estavam principalmente relacionadas à condição dos atores políticos em meio a construção de suas carreiras políticas ao se tornarem lideranças, ou seja, se a liderança política, a sua condição de existência e legitimidade está intimamente ligada à posição de dominação que esse político mantém com a arregimentação de seu bloco? E qual o ponto de importância dada a sua base local nessa rede de relações? Ou seja, como são dadas as relações de dominação e dependências existentes entre os líderes políticos em seus cargos eletivos (senadores, deputados federais e estaduais) e os líderes municipais (prefeitos e vereadores)? Essas questões fizeram com que novas indagações teóricas pudessem serem desenvolvidas, como, por exemplo, até que ponto, uma sociologia francesa das profissões, ou norte-americana dos ofícios, como também da sociologia política das instituições e dos grandes cargos eletivos podem nos responder a respeito das particularidades observadas na realidade brasileira, neste caso, em Sergipe, especialmente? E utilizando-se de como a Parentela, quanto idioma teórico, pode auxiliar na compreensão dinâmica e multifacetada da política brasileira, completamente estruturada na lógica do familismo e na personificação carismática da elite no poder? Questões cruciais para a compreensão da formação das elites políticas nacionais e sergipanas, ou seja, nas lideranças políticas.

Assim sendo, ao tomar como universo empírico o estado de Sergipe, a Tese parte do princípio de que este estado, em concordância com muitos outros do Nordeste e da federação

brasileira, possibilita apresentar uma apreensão compreensiva e interpretativa sobre a dinâmica política de parentelas, das suas alianças e de suas redes de articulação e dominação. Contudo, é importante salientar que mesmo se tratando de um pequeno estado da federação, esse pode servir para demonstrar como se processa a dinâmica das alianças e das redes de relações utilizadas para estruturarem a construção de lideranças políticas. Pois, mergulhando na realidade empírica demonstrada historicamente pela política sergipana, não recaímos numa lógica de singularidades, mas sim de especificidades características na dinâmica do Brasil.

Soma-se a isto, por mais que existam estudos votados e direcionados para a compreensão do ofício e da política institucionalizada, percebemos características especificidades na dinâmica política sergipana, principalmente no que diz respeito a articulação, composição e na própria construção das lideranças políticas sergipanas. Ou seja, lideranças essas que são comumente construídas historicamente, a partir do ponto de partida das suas carreiras políticas e das histórias de vida de alguns líderes políticos históricos. Como se deu com figuras políticas emblemáticas, a exemplo de Fausto Cardoso, Olímpio Campos, Graccho Cardoso, Seixas Dória, Luís García, Augusto Franco, Marcelo Déda, Antônio Valadares, João Alves Filho, entre outros, os quais se tornaram e são identificados na política local como referências personalistas para os partidos políticos, agrupamentos e grupos políticos.

Essa afirmativa, quando somada à expressividade desses atores políticos e suas bases locais (municípios), nos apresenta indicadores significativos, como, por exemplo, quando analisamos o quadro de governabilidade, dos 49² (quarenta e nove) governadores (eleitos e ou indicados durante o Regime Militar) a grande maioria deles são oriundos do interior do Estado, tendo-se um pequeno índice de 04 (quatro) oriundos da Capital, Aracaju. O que esse dado, meio que medíocre, pensando-se *a lá* Bourdieu (1998), nos desvenda é que as forças políticas sergipanas sempre, ou na maioria das vezes, estiveram centradas nos municípios, tanto do Leste quanto do Sertão sergipano, a exemplo de Laranjeiras, N. Sra. do Socorro, Maruim Estância, Itaporanga, Lagarto e Itabaiana. Outro dado que nos é desvendado trata da importância da capital Aracaju, que se dá em virtude de ser o espaço de socialização mais extenso das redes de relações desses políticos, tornando-se, assim, o palco da construção das facções e agrupamentos

² Esse total de 49 (quarenta e nove) governadores durante o período republicano, perfazem o número de atores políticos que assumiram a condição do cargo de maior destaque e poderio político estadual. Contudo, essa soma modifica-se para 51 (cinquenta e um) quando inserimos nesse universo as reeleições, aprovada a partir da emenda constitucional n.º 16 de 1997 (Brasil, 1997), que abriu a possibilidade de reeleição para quem ocupava cargos no poder executivo em todos os níveis de governo. Assim, sendo, temos Albano do Prado Franco (1995-1999 e 1999-2003), como o primeiro governador reeleito no estado de Sergipe, seguido por Marcelo Déda Chagas (2007-2011 / 2011-02 de dez.2013), Jackson Barreto (02 de dez.2013-2015 / 2015-06 de abril de 2018) e Belivaldo Chagas (06 de abril de 2018-2019 / 2019-2023).

políticos, bem como o centro da institucionalização da política, ou seja, a sede dos partidos políticos, e das articulações dos agrupamentos e dos grupos políticos.

A afirmativa apresentada por esses dados contribui para a promoção de uma interpretação sociológica macro das relações em torno da composição das lideranças, o ponto de partida nasce com uma sociogênese dos espaços de representação política (os partidos políticos), a composição histórica dos agrupamentos, grupos e facções políticas na política sergipana; os critérios de seleções estabelecidos dentro de cada um desses espaços de atuação, a disposição dos cargos de chefia e controle operacional, as distinções e somas políticas, de como são construídas as legendas e coligações de campanha, toda essa estrutura representativa, com o intuito de se obter uma ampla dimensão sobre como esses espaços influenciam na construção das lideranças.

Quando observados de forma micro, recaímos na dimensão da construção efetiva dessas lideranças, ou seja, como essas se formam, como se constrói especificadamente essas lideranças, quais os critérios de seleção para a sua composição, quem são esses atores, quais perfis apresentam e quais recursos são mobilizados para a construção de suas carreiras profissionais. Por meio dessa análise micro, conseguimos reconstruir historicamente e compreender e interpretar sociologicamente a construção das redes de relações que ligam a política institucional as práticas institucionais desses profissionais da política e assim chegar à construção de suas bases, percebendo assim a importância delas na composição de suas redes de relações e dominação – sejam elas formadas por vinculação partidária, agrupamentos familiares e ou por interações profissionais –, construindo, dessa maneira, um amplo conhecimento sociológico sobre a construção de carreiras profissionais, que, para além do mero ofício político, mas sim entrelaçado a uma soma de qualitativos apreendidos e reconvertidos em trunfos na política eletiva.

Através do estudo dos atores políticos sergipanos identificados como lideranças, conseguimos identificar a existência de vinculações entre a sua prática política e a institucionalização dos espaços representativos, principalmente nos partidos políticos identificados e ou aclamados por esses políticos como espaços de poder e legitimação de sua condição de liderança. Esses ocupam cargos de direção nos partidos políticos, formatam agrupamentos e facções em torno de seu nome, personificando-os, tornando-se assim líderes políticos institucionalizados, profissionais da política, como demonstra um conjunto de trabalhos (Phélippeau, 2001; Weber, 2011; Coradini, 2001; Canedo, 2003; Grill, 2008; Izumi e Neiva, 2014; Santos, 2016), os quais têm demonstrado a importância de se entender a construção das carreiras profissionais dos políticos nos diferentes espaços nacionais.

Somam-se a esses estudos as pesquisas de Heinz (2010), Charle (2006) e de Noronha (2011), os quais demonstram de forma empírica o uso da prosopografia como método de pesquisa para a apreensão dos universos e mecanismos de estruturação na carreira política e nos seus espaços de representatividade, além dos trabalhos de Grijó (2008), sobre a importância do uso de biografias e do estudo de Izumi e Neiva (2014), que mapeiam o repertório biográfico de todos os senadores brasileiros (1826-2010), abordando principalmente suas profissões/ocupações. Esses exemplos empíricos que de a investigação das lideranças políticas podem ser conduzidas no imbricamento com outros espaços de articulação.

Quando somados a outros estudos que enviesam a discussão para o cotidiano da política direcionam ao entendimento e importância das bases e formação das redes de relações e dominação (Bezerra, 1999; Kuschnir, 2000; Palmeira e Barreira, 2004; Petrarca, 2015; Langüéns, 2017). Quanto nas relações desses políticos, profissionais políticos e as relações e suas bases, trabalhos exponenciais demonstram que a realidade brasileira apresenta singularidades de como essas redes de relações e dominação são construídas, sejam elas tanto por base familiar como por vínculos profissionais e ou na construção de facções, agrupamentos e ou dissidências (Dantas, 2004, 2016; Petrarca e Oliveira, 2017; Blondel, 1957, Lewin, 1993, Queiróz, 1976, Palmeira; Barreira, 1998).

Uma gama de trabalhos científicos tem se debruçado em traçar o perfil das lideranças políticas no Brasil, a exemplo do CPDOC e os verbetes biográficos dos políticos brasileiros, como também os trabalhos de Dantas (2000; 2004; 2016), que prisma por uma discussão histórica e biográfica dos governadores, bem como em reconstruir a história política sergipana tomando alguns deles como ponto de partida. Soma-se a mesma perspectiva os trabalhos de Fonseca (1954), Fortes (1968) Oliva de Souza (1985), Medina (2012), Carmelo (2005) entre outros, demonstram a importância de retratar os fatos históricos sergipanos atrelados a ícones políticos. E ou trabalhos como o de Santos (2002), que implica em biografar o que ele chama de “*grandes políticos sergipanos do século XX*”. Contudo, esses trabalhos, embora significativos para a compreensão histórica sergipana, pouco nos informam a respeito da condição de formação e manutenção dessas lideranças políticas no Estado.

Em outro viés analítico, os estudos de Oliveira e Petrarca (2017), a respeito da formação de lideranças políticas e os grupos dirigentes na política sergipana, tem permitido compreender a formação desses líderes políticos para além de sua posição política, mas sim compreendendo os seus elos juntos a suas redes de relações e dominação na política local municipal e dissipando-se na formatação de novos grupos dirigentes.

Desta feita, por meio desses estudos foi possível construir contribuições significativas para o avanço das discussões sobre os grupos profissionais e por uma sociologia política que toma a formação de lideranças políticas estaduais como base analítica para empreender a construção da dinâmica representativa eleitoral. Onde nesta junção entre política e profissão, toma a política como um campo de apropriação de habilidades e “truques” específicos de sua realidade específica, componentes necessários para a dinamização de uma profissionalização – o construir de um ofício, e de entender que a base local se torna o universo empírico significativo para observar, interpretar e compreender a formação de políticos e suas redes de relações e dominação.

Assim sendo, possibilitou-nos compreender a construção das lideranças políticas, como também entender a formação das alianças e das redes de relações e dominação as quais esses atores políticos constroem ou fazem parte. Melhor explicando, justifica-se possibilitar compreender a formação dessa liderança para além da sociografia desses políticos, ou seja, para além das suas características sociais – origem social, profissão, vínculos familiares, recursos escolares, profissionais e políticos – e de suas vinculações partidárias, grupos ou agrupamentos. Permitindo também se questiona quanto à formação do próprio agrupamento interligado, a figura representativa dessa liderança e a construção das redes de relações e dominação. Quesito esse cujas bases tornam-se o ponto crucial de observação do poderio desses atores, pois esta se configura no palco da dinâmica política tanto institucionalizada quanto na política subjetiva dos ‘favores e trocas’ eleitorais. É nas bases locais que se demonstra a concentração do poder de dominação e relacional dessas lideranças.

Percursos metodológicos da Tese

Centrada num recorte geográfico do estado de Sergipe, e tendo como universo empírico os atores políticos profissionais identificados como lideranças políticas, a presente pesquisa visa analisar a construção desses atores como lideranças políticas, levando-se em consideração a relação existente entre a sua condição valorativa de liderança com os seus agrupamentos e grupos políticos aos quais pertencem. Tomando essa relação como premissa fundamental para a construção de sua condição de liderança, analisa-se também a estruturação de suas redes de alianças e de relações e dominação como condicionantes essenciais para a manutenção de sua consagração como líder.

Para tal, à compreensão e à interpretação relacional, utilizamos como campo empírico os atores políticos profissionais identificados histórica e legitimamente no universo da política sergipana como lideranças políticas; tomamos como estudo de caso a construção de alianças

desses atores políticos identificados como lideranças políticas, ou seja, as suas redes de relações. Nesse sentido, são analisados os 07 (sete) governadores eleitos a partir da redemocratização do Brasil, pós-Regime Militar, compreendendo o período de 1983 até os dias atuais³.

O campo empírico do estudo melhor se explica quando tomamos como ponto de partida a condição dos líderes políticos serem identificados pelos que compõem ou adquiriram o maior grau de destaque na política sergipana, neste caso os governadores, visto que esses muitas vezes passam e continuam a ser identificados como líderes em virtude de terem chegado ao cargo eletivo de maior destaque e relevância dentro do Estado de Sergipe, o cargo de Governador⁴. Isso se justifica, pois tendo-se acesso à literatura local e com base nos trabalhos mais relevantes sobre o tema (Dantas, 1987, 2002; Santos, 2016, 2020; Petrarca, 2017; 2020), demonstram que a chegada ao cargo de governador se torna o principal expoente dentro dos grupos e agrupamentos políticos, pois é a condição deste cargo que denota para os outros políticos a significativa representação e legitimidade política de o denominem como ‘líder’⁵.

Nesse sentido, tomando os governadores como ponto de partida, na sua condição de liderança, partimos para a análise da construção de suas alianças e redes de relações, as quais são percebidas principalmente através das suas ligações com outros atores sociais em diversas áreas de sociabilidade, mas principalmente no universo político, como, por exemplo, os deputados estaduais e federais. Condição essa que é fortemente percebida dentro dos seus grupos e agrupamentos políticos. Esses, na condição de representantes de um significativo eleitorado, funcionam como uma espécie de bases de sustentação dessas lideranças, fazendo a interlocução entre a sua posição de governabilidade e de dominação com as bases.

Assim, nesse entendimento sobre quais atores sociais são identificados como lideranças, temos os senadores como uma espécie de ‘segunda ordem de líderes’, tendo-se em vista que

³ Inicialmente a Tese apenas faria a análise dos governos pós-regime militar, compreendendo os governos de João Alves Filho (1985) até o governo de Belivaldo Chagas (2018), contudo, para melhor demonstrar a dinâmica das alianças e das redes de relações construídas por esses atores e seus reflexos na própria dinâmica política de Sergipe, foi inserido o governo de Fábio Mitidieri (2023).

⁴ O peso do cargo de governador na trajetória dos atores políticos em Sergipe é bastante significativo, pois mesmo alguns atores políticos tendo historicamente chegado ao cargo de Senador e de Ministros, eles muitas das vezes não são identificados pelos grupos e nos agrupamentos políticos, ou até mesmo nos blocos políticos como líderes. Contudo, é importante ressaltar a condição de liderança atribuída ao ex-governador João Alves Filho, que muito antes de ser Ministro do Interior no governo Sarney, já gozava no estado de Sergipe o título de líder político.

⁵ Isso pode ser observado principalmente em torno da figura política de Jackson Barreto de Lima e de Belivaldo Chagas, os quais mesmo após terem deixado o cargo de governador do Estado de Sergipe, se configuram como lideranças políticas bastante significativas no cenário sergipano, seja na condição de líder de um agrupamento, seja na condição de líder de um grupo, ou na liderança de um partido político, ou até mesmo líder representativo de uma determinada região do Estado. Isso ficará mais bem demonstrado no Capítulo IV deste estudo de Tese.

por conta da sua área de atuação no cenário federal da política, esses fiquem relegados segundo o senso comum, relegando-o de certa maneira a uma condição secundária de importância, embora no campo político isso não seja de fato verdade. Por certo, os senadores aqui neste estudo são tomados como lideranças, mas que funcionam muitas das vezes como articuladores e/ou executores da governabilidade desses políticos em condição de líderes (governadores). Ou seja, aos senadores ficam imputadas a condição de facilitarem o jogo dinâmico da política de facilitar a liberação de emendas com também de legislar a favor do estado e potencializar o governo ao qual se vincula. Aos deputados estaduais e federais, esses estão direcionados a uma condição (também) de articuladores da política local, mesmo que estejam em campo de atuação federal. Ou seja, cabe aos deputados estaduais e federais ‘costurarem’ as alianças e as redes de relações políticas dos líderes governamentais com as outras esferas de poder, principalmente com as bases locais, representadas principalmente através dos prefeitos.

Por meio dessa dinâmica desses níveis de lideranças, ficam bem mais definidas quando compreendemos a construção das redes de alianças dentro dos grupos e agrupamentos políticos, pois esses nos permitem abarcar de maneira significativa como essa conjuntura local se expressa.

Com base no exposto, nesta perspectiva, a Tese se apresenta como objetivo geral:

- Analisar a relação existente entre a construção das lideranças políticas e a formação de alianças e redes de relações e dominação na política sergipana. Em outras palavras, analisar de maneira relacional como se processa a construção de atores políticos profissionais em lideranças políticas, levando-se em consideração os seus grupos e agrupamentos políticos.

Assim, objetiva especificadamente:

- a) Apresentar uma sócio-história das lideranças políticas sergipanas, compreendendo principalmente as suas trajetórias e a construção de suas carreiras profissionais dentro dos seus grupos, agrupamentos e blocos políticos;

- b) Construir uma sociogênese dos espaços de atuação representativa (os partidos, os grupos e agrupamentos políticos) os quais esses atores constroem como suas significativas redes de relações e dominação e assim compreender o funcionamento desses espaços de atuação representativa institucional, por meio da efetiva atividade profissional das suas lideranças no ofício da política;

c) Examinar como os recursos sociais (familiar, profissional, político, culturais e militantes), as alianças, as redes de relações e dominação (amizades, indicações, apadrinhamentos etc.) contribuem para a construção dessas lideranças políticas.

d) Construir perfis sociográficos dessas lideranças, com vistas a apresentar uma interpretação sociológica de como se processa a construção profissional desses atores na política, tendo como base as suas redes de relações e dominação na política estadual.

e) Avançar na contribuição da interpretação sociológica sobre a importância das alianças, redes de relações e dominação para a construção de carreiras profissionais no ofício da política.

Tomando os objetivos geral e específicos acima descritos, os procedimentos metodológicos sobre os quais a tese se desenvolve, inicia-se com a construção do arcabouço teórico através do levantamento de fontes primárias relacionadas à história política do Estado de Sergipe, a governabilidade e construção dos ícones políticos sergipanos, aos quais serão intitulados nesse estudo como lideranças históricas. Através desse levantamento inicial nas fontes primárias, construiremos uma sociogênese das lideranças políticas e dos seus espaços de representação política, ou seja, os seus partidos e as lideranças em Sergipe.

Somando-se a isso, levantamos os nomes das lideranças políticas através dos cargos eletivos ocupados (governador, vice-governador, dos deputados estaduais e federais e senadores, como também os atrelados às presidências dos partidos políticos em Sergipe), tendo em vista que a grande maioria dessas lideranças apresentam ligações diretas aos deputados e/ou outros cargos eletivos.

Para a análise desse conjunto de atores, será utilizado o método prosopográfico, pois permitirá analisar as características sociográficas desses políticos, o que ocasionará a construção dos blocos analíticos relacionados à construção dessas lideranças políticas, como também permitirá a compreensão da formação das redes de relações por eles traçadas nas suas bases locais. Com base nesse conjunto biográfico de fontes primárias de investigação, operacionalmente, esta pesquisa seguiu os seguintes passos metodológicos:

1) *Construindo lideranças políticas de Sergipe.* Iniciaremos a investigação identificando o que chamamos de ‘Lideranças Políticas’, que são aqueles políticos que chegaram ao mais alto cargo de destaque na política sergipana – governo do Estado de Sergipe. Para tal propósito, partimos da coleta de dados sobre os políticos tradicionais de Sergipe e traçando assim vinculações com as lideranças atuais, ou seja, os novos políticos de destaque na política estadual, os quais mantêm relações diretas por meio das suas redes de relações (familiares, políticas, partidárias). A coleta dessas lideranças se dará inicialmente através dos

fatos históricos da política sergipana, concomitante com a investigação da composição dos espaços de atuação representativa das quais essas lideranças são destaque – os partidos políticos, os agrupamentos e grupos políticos.

2) *Os espaços de atuação representativa desses líderes políticos.* A construção de uma sociogênese dos agrupamentos políticos e grupos políticos aos quais esses atores fazem parte se deu por meio de uma investigação histórica de informações inerentes a construção da política partidária em Sergipe, bem como a construção dos grupos, agrupamentos e blocos políticos. Com isso foi possível perceber como se deu a construção histórica desses partidos e/ou como esses contribuíram para a formação de lideranças políticas no estado, tendo-se em vista que grande parte dos partidos políticos no Estado ganham notabilidade por meio dos seus membros e não os membros por meio dos seus partidos, a exemplo do Democratas (DEM) na figura de João Alves Filho, o Partido Socialista Brasileiro (PSB) sobre o sobrenome dos Valadares⁶, entre outros, partidos esses que receberam os nomes relativos às lideranças políticas que o ocupavam.

Tendo identificado historicamente a composição dos espaços de atuação desses atores, tanto historicamente como por meio de suas convenções formais, passamos ao processo de inserção no terreno de análise, ou seja, compreender o funcionamento desses espaços – *Como acontece a escolha das lideranças dentro dos grupos políticos? Onde estão inseridas as questões relacionadas a ideologias partidárias por meio desses atores e suas vinculações com a sede federal desses partidos? Como acontece a escolha por grupos e agrupamentos políticos? Quem define as coligações, ou os blocos políticos? Dá-se por imposição do ‘nome’ do político de maior representatividade ou por indicação de outros grandes políticos que fazem parte desses partidos?* Essas questões foram respondidas com o auxílio da observação participante, visto que esta técnica de pesquisa possibilitou apreender e compreender a dinâmica do dia a dia da política institucional desses políticos. Como também, permitiu ampliar o horizonte acerca das redes de relações e dominação traçadas por eles dentro desses espaços e que se projetam para a política eletiva.

Soma-se a questão desses espaços de representação, o próprio *lócus* de trabalho dessas lideranças que, por meio da dinâmica de observação da atuação desses políticos através dos

⁶ Em dezembro de 2023, o PSB passou a ser liderado em Sergipe pelo vice-governador José Macedo Sobral (Zezinho Sobral), ex-PDT e atual PSB. De acordo com as informações e reportagens apresentadas durante o período, a mudança de vinculação partidária de Zezinho Sobral para o PSB foi motivada com o intuito de promover um fortalecimento do agrupamento político ao qual faz parte (PSD, UNIÃO, PP, REPUBLICADOS e PDT), como também para o enfraquecimento da liderança política do ex-senador e ex-governador Antônio Carlos Valadares, que historicamente liderava a legenda partidária no estado de Sergipe. Maiores informações, disponível em: <https://www.f5news.com.br/politica/zezinho-sobral-assume-diretorio-estadual-do-psb-em-sergipe.html>. Acesso em 28 dez. 2023.

atos de governo, das proposituras e engajamentos dos deputados e senadores, bem como do vice-governador, quanto da participação em programas e projetos de governo. Assim, foi possível compreender como acontecem as articulações com os outros políticos, a exemplo dos assessores, cabos eleitorais, entre outros. Respondendo assim, tanto a construção da sociogênese dos espaços de representação, como compreender o funcionamento institucional e dinâmico do dia a dia desses espaços.

3) *O perfil sociográfico das lideranças políticas.* Esse perfil foi edificado com base na construção de biografias coletivas ou prosopográficas desses atores, onde as principais bases de dados consistem em fontes documentais, dicionários bibliográficos, a exemplo do CPDOC, *sites* da Assembleia Legislativa de Sergipe, Câmara Federal e o Senado Federal, bem como os próprios *sites* pessoais desses políticos, perfis em redes sociais – *Instagram, Facebook e Twitter* – memórias, biografias e autobiografias, materiais de imprensa (jornais, televisão, rádio e internet), fotografias, etc. Neste momento, foi possível examinar os recursos sociais (profissionais, políticos, culturais e militantes) fundamentais utilizados na composição de suas carreiras profissionais. Com base nesse material, na construção desses dados biográficos, foi possível construir um banco de dados com as informações coletadas, e por conseguinte, utilizando o SPSS, foram feitas o cruzamento de informações e variáveis para a composição das análises, direcionando a construção do perfil sociográfico dessas lideranças.

Inicialmente, na construção do projeto de Tese e ao longo do processo que qualificação, foi construída a ideia de entrevistas semiestruturadas com os ex-governadores e com o governador em atuação. Contudo, ao longo da pesquisa, essas entrevistas foram sendo excluídas da pesquisa em virtude de alguns acontecimentos, os quais valem serem relatados: (i) em virtude da pandemia de Covid-19⁷, o contato e a disponibilidade de acesso a esses atores ficaram extremamente complicadas, em virtude das medidas sanitárias; (ii) a condição de acesso a esses políticos, que por muitas vezes, desmarcaram e/ou dificultavam a possibilidade de serem entrevistados, mesmo que informalmente, em virtude da proximidade com a campanha eleitoral de 2022; (iii) percebeu-se ao longo desse percurso que melhor seria o acesso a seus assessores e ex-assessores, o que de fato foi melhor direcionado, mas que não surtiam muitos efeitos analíticos, tendo-se em vista a ideia de ‘blindar’ o político de quaisquer dissabores em virtude dos possíveis desdobramentos da entrevista; (iv) curiosamente, a condição de ser uma pesquisa de Tese em Sociologia, demonstrou aos investigados uma espécie de desconfiança. Acredito

⁷ A Covid-19 é uma doença causada por um tipo de coronavírus, que leva o nome de SARS-CoV-2. A doença foi classificada pela Organização Mundial da Saúde, como pandemia em março de 2020 (OMS, 2020).

que por conta do período político e das rivalidades partidárias decorridas da polaridade partidária no cenário federal⁸.

Em virtude desses descompassos na pesquisa – os quais valem serem mencionados, pois denotam as agruras do desenvolvimento de uma pesquisa, e que também servem para reconduzir a pesquisa para outros horizontes analíticos –, a solução foi a construção de um questionário biográfico, o qual serviu de subsídio para a construção do banco de informações sobre as lideranças, como também para a orientação da construção analíticas das trajetórias e carreiras das lideranças em seus grupos e agrupamentos políticos. Assim, o questionário foi formatado nos seguintes indicadores: a) origem social, como profissão e nível de escolaridade dos genitores, formação escolar, profissão acadêmica; b) indicadores de socialização profissional na política: onde e como iniciou sua participação na política (por meio de amigos, familiares, parentes, direcionamento partidário, militância partidária, vinculação a movimentos sociais, sindicatos, cooperativas), quais os cargos exerceram na estrutura política estadual, municipal ou federal (secretarias, cabos eleitorais, chefias de gabinete, etc.).

Essas informações permitiram compreender tanto a estrutura da distribuição dos diferentes tipos de recursos sociais colocados em jogo na composição da carreira profissional dessas lideranças como em suas tomadas de decisões, os princípios de adesão e de identificação profissional como político, bem como as concepções de político, de líderes políticos.

Tais indicadores permitirão apreender quais os recursos sociais, em quais redes de relações, bem como em quais redes de relações esses atores se constroem como líderes políticos. Por meio desse eixo, conseguimos examinar os recursos sociais acionados e reconvertidos em trunfos para a construção das lideranças políticas, bem como construir o perfil sociográfico desses atores.

4) A construção das alianças e redes de relações das lideranças políticas sergipanas. A partir do acompanhamento biográfico, das informações, dos atos de campanha, das diretivas dos partidos, foi possível construir, em soma com o banco de informações dos próprios líderes (ex-governadores e governador), um banco paralelo dos políticos que gravitavam nos agrupamentos e grupos políticos desses líderes. Para isso, a análise dos atores políticos e seus cargos, bem como as suas vinculações as bases locais foram importantes para se compreender como determinada liderança passa a liderar um grupo político, bem como de como se deu e se

⁸ A polaridade percebida na dinâmica política das eleições gerais de 2022 no Brasil, que circundavam em torno de duas grandes correntes, uma encabeçada pelo Partido dos Trabalhadores (PT) tendo como candidato o ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva e a tentativa de se eleger para o seu 3º mandato na presidência federal, e a outra pelo Partido Liberal (PL) na figura do presidente e concorrendo a reeleição, Jair Messias Bolsonaro. Uma dinâmica política marcada pela divergência entre corrente progressista e uma corrente de extrema-direita no Brasil.

dá a junção de vários grupos políticos em agrupamentos. E principalmente nas campanhas eleitorais de 2018 e 2022⁹ (governado, vice-governador, senadores, deputados estaduais e federais), analisando a construção de suas redes de relações e assim perceber como a partir desta esses atores políticos passam a construir e trabalharem como uma espécie de elo entre os líderes e os outros eixos de estruturação da política em torno dessas lideranças.

5) A importância das bases locais na construção das carreiras das lideranças políticas. Examinando-se por meio da identificação das lideranças políticas, foi possível compreender como os municípios de origem contribuíram para a inserção desses atores na política, bem como foi possível perceber que muitas das vezes esses municípios não foram por certo o principal centro de projeção dessas lideranças, mas sim outros grandes municípios, principalmente a capital, Aracaju, tiveram maior peso para a sua consagração de suas carreiras profissionais. Entretanto, percebe-se a manutenção do seu poderio político nesses municípios, como uma espécie de “curral eleitoral”.

A análise desses municípios, os quais identifico como as bases locais, revelam para a análise sociológica aqui descrita uma compreensão de como se dão as redes dessas lideranças com as lideranças locais, ou seja, se as redes se dão por vinculações partidárias ou representativas conforme a herança política de outras lideranças políticas históricas, corroborando com a perspectiva de que esses municípios se configuram como bases efetivas das redes de dominação desses políticos.

Assim sendo, produzir uma interpretação sociológica sobre as bases locais permitiu ampliar as discussões acerca da formação das carreiras profissionais dos políticos identificados como lideranças, bem como acrescentar à análise a importância das bases locais (municípios) como alicerce para a composição das redes de relações e dominações desses políticos, representando assim como qualitativos significativos para a consagração desses políticos profissionais. Por meio deste passo, examinar as redes de relações e dominação que contribuem para a construção dessas lideranças, como também, identificar como esses constroem redes de relações às quais o auxiliam na manutenção e consagração de suas carreiras.

Ao longo do desenvolvimento da pesquisa, foi também utilizado e construído um diário de campo, com vistas a catalogar as informações adquiridas nas visitas aos espaços de atuação desses políticos, a exemplo da Assembleia Legislativa, dos seus gabinetes de trabalho, como

⁹ A inserção da campanha de 2022 na pesquisa foi escolhida, pois demonstra como se deu a expansão do poderio político de uma das lideranças analisadas pela Tese, o qual é o caso do ex-governador Belivaldo Chagas (ex-PSB e atual PSD) e sua participação na eleição que elegeu o seu ‘apadrinhado’ Fábio Mitidieri (PSD) como chefe do executivo estadual.

também nas sedes dos partidos políticos etc. Contudo, conforme citado logo acima, em decorrência da pandemia do novo Coronavírus – a pandemia da Covid-19 – as possíveis visitas foram canceladas, ficando apenas possível o contato por meio das redes sociais e por e-mails institucionais (e-mails quase que nunca respondidos pelos atores). Assim, se fez a escolha por uma espécie de ‘diário de campo adaptado’, onde são anotados e catalogados os dados encontrados nas redes sociais desses políticos, bem como nas visitas feitas as sedes dos partidos em decorrência das campanhas eleitorais de 2022, por exemplo. Nesse sentido, tive a possibilidade de acompanhar a campanha eleitoral de uns dos candidatos a governador e a deputado federal¹⁰, o que facilitou a aquisição de informações inerentes as lideranças aqui investigadas.

Assim sendo, com base na formação estrutural, metodológica e bibliográfica dessa pesquisa, objetivamos alcançar e responder os objetivos propostos pelo estudo, bem como validar e aprimorar as investigações inerentes às realidades de estruturação da carreira profissional das lideranças políticas estaduais, as suas redes de relações e dominação na política do estado de Sergipe.

Estrutura da Tese

A tese apresenta os seguintes capítulos: a **Introdução**, a qual aqui se apresenta e está estruturada em 03 (três) subitens – objeto, problema e justificativa; as direções teóricas e os procedimentos metodológicos – apresentando de maneira geral como se estrutura a tese e em que linhas objetiva se desenvolve e o problema que norteia toda a discussão; por conseguinte, se apresenta o **Capítulo I**, construído visando apresentar os nortes teóricos que dão sustentáculo à tese. Composto por uma argumentação teórica interpretativa e analítica sobre os principais conceitos inerentes a Sociologia Política e a Sociologia das Elites, perpassando-se os debates inerentes à Sociologia dos Grupos Profissionais. E para efeito de uma melhor interpretação teórica que fundamenta e ajuda a melhor compreender o problema de tese aqui apresentado – a construção de lideranças políticas em seus agrupamentos e grupos políticos e sua relação com a construção das redes de alianças, relações e dominação na política estadual. Nesse sentido,

¹⁰ Foi possibilitado ao longo da pesquisa que pudesse acompanhar a candidatura e campanha eleitoral da ex-primeira-dama, ex-vice-prefeita de Aracaju e ex-vice-governadora, Eliane Aquino Custódio (PT) para o cargo de deputada federal pelo Partido dos Trabalhadores (PT), o que facilitou a inserção e o contato junto a própria candidata, como também a alguns assessores e políticos municipais (vereadores e ex-prefeitos) que compunham a sua base de alianças municipais. Importante salientar que este acesso permitiu com que se tivesse maior acesso a informações sobre o seu marido, Marcelo Déda Chagas (PT), ex-governador do estado e um dos atores investigados pela pesquisa de Tese.

abordam-se especialmente as inserções teóricas sobre a construção de lideranças personalista, como, por exemplo, o Coronelismo, como um sistema político personalista, e a Parentela, como um sistema de construção das alianças e redes de relações na política brasileira. Por conseguinte, são apresentadas as discussões teóricas sobre o peso atribuído às alianças na construção do presidencialismo de coalizão no Brasil, ou seja, a formação dos grupos e agrupamentos para a efetiva governabilidade das lideranças políticas.

Em seguida, o **Capítulo II**, apresenta a dimensão sócio-histórica do objeto empírico, apresentando uma análise da variação dos agrupamentos e grupos políticos sergipanos e recursos sociais utilizados pelos atores políticos no início da República (1889) até o fim do Estado Populista (1964). Esse capítulo apresenta como os agrupamentos e grupos políticos foram se construindo historicamente, transformando-se e passaram a se moldarem conforme as transformaram ao longo do tempo, e como a partir dessas transformações, os recursos sociais utilizados pelos atores políticos também sofreram modificações, alterando as possibilidades de carreira política dentro do Estado de Sergipe. Se no início da república os grupos eram construídos por força de um domínio de base familiar oligárquico, ao longo dos períodos políticos subsequentes foram ganhando outras conjuntas de construção, embora em diversas vezes ainda potencializando o capital familiar como um recurso político valorativo.

Por conseguinte, o **Capítulo III** apresenta uma análise sociológica da dinâmica política a partir do Regime Militar (1964) até a redemocratização (1984 até os dias atuais), direcionando sobre uma investigação das lideranças políticas, dos seus grupos e agrupamentos construídos nesse período. Num primeiro momento, demonstrar como os grupos e agrupamentos políticos advindos dos regimes políticos anteriores (o Estado Novo e o Populismo) passaram a diversificar os recursos e as formas de composição dos grupos e agrupamentos políticos, inclusive pontuando o surgimento de ‘novas lideranças políticas’. Por conseguinte, demonstrar como a partir da Redemocratização a condição de construção dos agrupamentos e grupos políticos sofreram os reflexos dos períodos anteriores, mas que passaram a produzirem uma nova lógica de acesso dos grupos e agrupamentos, bem como das suas lideranças. Percebe-se, a partir desse período, que as lideranças políticas foram sendo construídas por intermédio das causas e das frentes que calharam a defender, como também passaram a ser construídas por força da diversificação dos seus capitais políticos, principalmente em meio a uma construção de bases profissionais na política. O ponto crucial dessa análise é demonstrar como esses atores passaram a diversificar a sua posição política e a investir em novos recursos sociais, principalmente direcionados a uma ideia progressiva da política, distanciando-se ‘aparentemente’ do capital político familiar que pertencem. Assim também, demonstra como

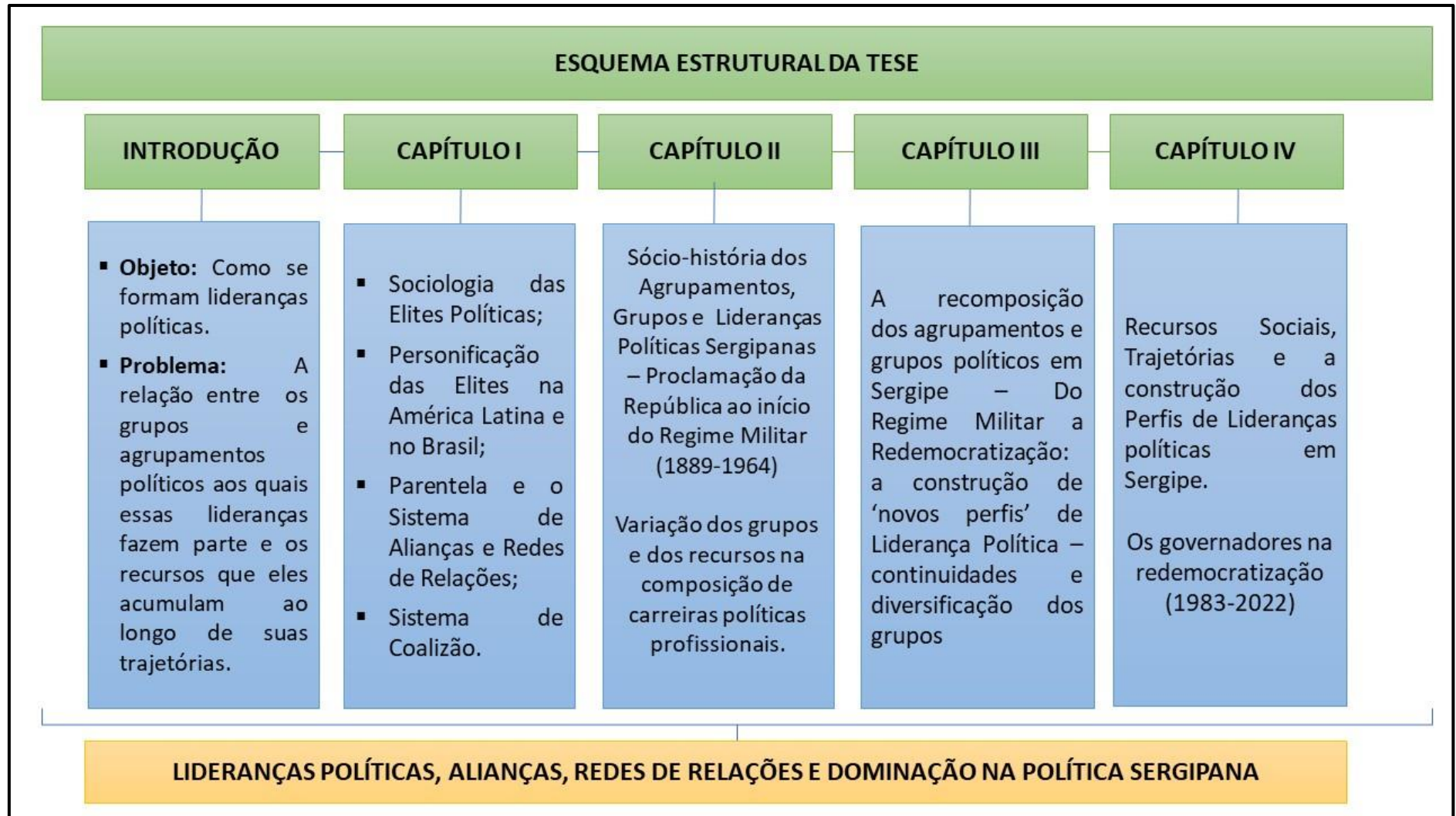
essas lideranças fortaleceram a condição democrática da existência de agrupamentos e novos grupos políticos (muitas das vezes chamados de blocos), formados constantemente por força da articulação partidária e por defesa a uma determinada causa, que amplamente foi construída e ‘importada’ para o cenário estadual.

Também é importante salientar que foi possível, a partir desse exercício, demonstrar como os períodos da política brasileira foram diversificando a condição de lideranças, em virtude das influências econômicas e políticas nacionais e locais, principalmente em meio à diversificação dos recursos sociais acionados e reconvertidos por esses atores na política.

No **Capítulo IV**, temos uma análise sobre os recursos sociais dos governadores eleitos durante o período pós-regime militar, abrangendo os 07 (sete) governados, desde João Alves Filho até Fábio Cruz Mitidieri (1983 a 2023). Além da análise dos recursos sociais, são analisadas e construídas as trajetórias desses políticos, tendo em vista que a partir das suas trajetórias é possível compreender como esses atores foram ao longo de suas carreiras profissionais se construindo em lideranças e/ou conseguiram atingir o cargo mais significativo da política sergipana, o cargo de governador. Por fim, são apresentados os perfis de liderança desses atores políticos profissionais, que a partir do cargo eletivo de governador estruturam-se dentro da política sergipana como os principais líderes dos grupos e agrupamentos políticos, emprestando, por diversos momentos, o seu sobrenome para a construção desses blocos políticos.

Por fim, serão apresentadas as **Conclusões**, e as **Referências Bibliográficas** da Tese.

Figura 1 – Estrutura da Tese



Fonte: Elaborado pelo (2024).

CAPÍTULO I – ELITES DIRIGENTES, FORMAS PERSONALISTAS DE LIDERANÇA E ALIANÇAS POLÍTICA: CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS PARA A CONSTRUÇÃO DE LIDERANÇAS

“Qualquer homem que se entregue à política aspira ao poder” (Max Weber, 2011, p. 61).

Responder teoricamente à problemática empreendida pela Tese é o principal objetivo deste capítulo teórico. Contudo, ele visa a apresentação de uma discussão fortemente alicerçada nas interpretações sociológicas, cuja perspectiva apresenta-se analítica acerca das elites dirigentes, tanto no mundo, quando no Brasil. Assim sendo, tomando como ponto de partida o problema aqui definido, em soma aos objetivos desenhados pela pesquisa, a construção deste capítulo retoma temas centrais a serem tratados no âmbito da Sociologia dos Grupos Profissionais, bem como na Sociologia Política.

O ponto de partida da análise teórica recai sobre alguns questionamentos, dentre os quais os que melhor alicerçam a problemática são: *Como se dá a construção das elites políticas no Brasil? Como o sistema político brasileiro contribuiu para a personificação das lideranças políticas? Em que medida um sistema de alianças alicerça a carreira política dessas lideranças? Como os grupos e agrupamentos políticos são construídos e alimentam a construção das lideranças?* É sobre a ótica dessas argumentações que se insere este capítulo. Contudo, é sabido por todos que uma gama de estudos se debruçam sobre essas perspectiva, entretanto, o que aqui se apresenta é, na verdade, uma resposta compreensiva e interpretativa a respeito das lideranças perpassando pelas diretrizes clássicas da Sociologia hegemônica – Norte-americana e Europeia, principalmente a Francesa, em virtude de haver uma forte tendência de estudos dedicados à profissionalização na política – e uma soma com as abordagens teóricas e epistemológicas construídas no Sociologia brasileira.

No universo das sociologias hegemônicas, o ponto central de análise se sustenta em como os autores norte-americanos e europeus passaram a construir a ideia de elites dominantes e como construíram metateóricas sobre a temática, objetivando assim, principalmente, produzir uma nova narrativa interpretativa sobre como esses atores políticos passam a ser recrutados, e como passam a utilizar os seus capitais e recursos em condicionantes valorativos para a construção de suas carreiras. Destacam-se aqui as perspectivas analíticas dos padrões de recrutamento e reconversão de capitais em potenciais qualitativos eleitorais somados à história de vida e à trajetória profissional.

Por conseguinte, apresentamos como esses estudos em soma a uma grande parte de pesquisas históricas contribuíram para uma espécie de “personificação” dessas lideranças na América Latina, bem como no Brasil. E como essa personificação contribuiu para uma interpretação enviesada da política nacional, ou seja, ora compreendida como uma política da falta, ora como uma política sem estruturação institucional, numa espécie de compreensão pejorativa da política nacional. Aqui se destacam os conceitos de coronelismo, caciquismo e caudilhismo, empreendidos como maneiras engessadas de entendimento das dinâmicas do sistema político latino-americano. Destaca-se o coronelismo no Brasil como uma espécie de “modelo” político, doravante ainda utilizado de maneira errônea nas interpretações das dinâmicas de alianças e estruturação de favores e trocas da política brasileira, tendo-se em vista que se trata de uma prática completamente extirpada a partir da Revolução de 1930, com a assunção de Getúlio Vargas à Presidência da República.

Com base nesses direcionamentos, os quais demonstram avanços e retrocessos, ou melhor, engessamentos na análise sociológica da dinâmica política nacional, apresenta-se o conceito de Parentela, conceito também datado (no final do século XIX e meados dos anos de 1930), aqui neste estudo defende-se a sua utilização, visto que este permite uma melhor erudição da realidade do sistema político nacional, bem como contribui como um modelo analítico de fundamental importância heurística, pois nos permite compreender, interpretar e apreender o papel central desempenhado pelo sistema de alianças nos modos de composição e de recomposição das elites políticas no Brasil, principalmente por empreender um diálogo mais aproximado às particularidades da política brasileira e por ovacionar temas ora esquecidos nas análises políticas locais.

De tal modo, a parentela demonstra-se um conceito que permite entender as relações existentes a partir da construção das alianças políticas, e como essas fortemente estruturam a condição de sucesso dos atores políticos e os direcionam à condição de líderes. Também permite compreender em que vias de estruturação dão-se as possibilidades de diversificação dos recursos sociais em qualitativos eleitorais, a exemplo do bacharelismo e da própria diversificação das causas e frentes de trabalho defendidos pelos líderes, ou seja, auxilia na compreensão das redes de relações desses atores e de que forma essas contribuem para a formatação de uma rede de dominação dentro do cenário político. Em outras palavras, contribuem para a compreensão da formação dos grupos e dos agrupamentos políticos, os quais possibilitam ser o palco e o útero de formação desses atores políticos.

Assim, o que esse capítulo apresenta é um ‘artesanato intelectual’ de correntes e interpretações teóricas, que possibilita melhor compreensão e resposta ao problema de Tese ora

apresentado na Introdução, perpassando pelas limitações e avanços desses estudos, visando apresentar contribuições heurísticas sobre as lideranças políticas, seus grupos e agrupamentos e os sistemas de alianças.

1. 1 As elites políticas e suas possibilidades de perspectiva analítica

Os estudos das elites dominantes, dos grupos dominantes e das elites políticas – o que compreende o estudo dos atores sociais que ocupam posição dominante na definição e distribuição de recursos em diferentes espaços sociais, isso numa ideia abrangente do termo elite – foram ao longo das interpretações sociológicas direcionados por uma corrente genealógica, reconhecida pelas Ciências Sociais como os ‘pais fundadores’ da teoria das elites, uma espécie de volta à sua origem, principalmente exemplificado através dos autores europeus, Gaetano Mosca, Vilfredo Pareto e Robert Michels.

Efetivamente, as primeiras interpretações sobre as elites já direcionavam a uma interpretação política desses atores que demonstravam um determinado destaque na carreira política, embora ainda não se fale por certo da construção efetiva de uma carreira profissional, como hoje uma gama de estudos se inclina. Mosca e Pareto abordam a discussão das elites com uma caracterização das “minorias politicamente ativas” (Grynszpan, 1996; Codato, 2008; Monteiro, 2009), ou seja, um pequeno contingente de atores que detinham o poder. Entretanto, a partir da década de 50, Mills inaugura uma reinterpretação das elites, numa espécie de reforma metodológica e interpretativa, por conseguinte, trazendo para a discussão sociológica a natureza pluralista das elites, a partir dos anos 60 e 70, por Dahl e Putman. Por certo, temos o período de 03 (três) gerações de análise das elites, assim correspondentes: a 1ª geração, a qual podemos identificá-la como ‘governos das minorias’, representada por Mosca e os seus estudos da Classe Política; Pareto e os seus estudos das Elites Dominantes; e Michels, com os estudos das Oligarquias representativas. Já a 2ª geração, representada por Mills, intitulada de ‘elitistas ou monistas’; e a 3ª geração, dos ‘pluralistas’, representada por Robert Dahl e Putnam.

Essa demarcação histórica de estudos voltados às elites também direcionou a uma significativa diminuição dos trabalhos científicos, o que segundo Codato (2008), é ocasionado por uma ‘redescoberta’ dos estudos voltados às instituições políticas, os estudos sobre os regimes políticos, os partidos e sobre eleições, o Estado capitalista e suas relações com a economia, entre outros. Diminuindo-se os estudos voltados a compreensão particularista das elites, no que diz respeito à concentração de uma minoria.

Contudo, em meio a tal ‘crise’ de estudos voltados para as elites dominantes e grupos dominantes, é preciso voltar a compreensão para o entendimento de quem são e quem pode ser qualificado como uma elite, e para tal conteúdo, torna-se necessário uma volta história sobre essas concepções, mas não com o intuito de promover um debate sobre a materialidade conceitual, mas sim, numa tradução de como esses conceitos serviram e servem como arcabouço interpretativo para a compreensão das elites e a sua condição de lugar de privilégio e liderança. E dessa forma, produzir uma interpretação de como essa pode ser estudada.

Questão essa que passa a ser observada inclusive na difusão e construção de trabalhos aqui no Brasil, como demonstraram Oliveira & Petrarca (2017), quando apresentam uma análise sobre a produção de trabalhos voltados aos grupos dirigentes no Brasil, perpassando desde as tensões no movimento intelectual brasileiro, entre os ‘uspianos’ e os ‘iuperjianos’, à questão da ‘guinada’ bourdieusianas e à própria mudança metodológica e teórica acerca da interpretação das elites, até uma crítica que há referência da bibliografia nacional das elites nos próprios estudos nacionais¹¹.

Estudos como o de Oliveira e Petrarca (2008) e Petrarca (2015), Grill (2008), Perissinotto e Codato (2008), Valdênio (2021), ampliam a discussão sobre como estudar as elites, inclusive produzindo trabalhos que vão desde a ampliação interpretativa e heurística, para além das reproduções bourdieusianas e interacionista (europeias e norte-americanas) a estudos muito mais amplos, no que diz respeito aos avanços e limitações desses métodos interpretativos. É neste sentido que aqui produzimos essa análise, de modo a responder teoricamente como têm sido produzidos os trabalhos e os estudos voltados às elites, alargando as perspectivas teóricas e metodológicas do campo e percebendo as possíveis limitações dessas teorias para as realidades características do objeto, neste caso, a realidade do sistema político brasileiro e a sua elite dirigente.

Os estudos das elites ficaram centrados em três correntes: o “antielitismo do marxismo estruturalista”, o “institucionalismo de escolha racional” e a “crítica da sociologia relacional de Bourdieu”. Contudo, é importante afirmar que a seguir apenas apresento essas implicações e alguns questionamentos, como também algumas respostas dadas pelos estudiosos das elites políticas para essas inquietações. O intuito aqui não é definir zonas bilaterais de interpretações, certo e errado, mas sim ampliar as construções analíticas e interpretativas em torno do estudo da teoria das elites e dos grupos dirigentes.

¹¹ Para mais informações sobre o estudo em: OLIVEIRA, W. J; PETRARCA, Fernanda. *Inovações temáticas, “guinadas” teóricas e tradição intelectual no Brasil*. IN: Revista Brasileira de Sociologia. v. 6, n. 14. Set-Dez, 2018. Disponível em: <https://rbs.sbsociologia.com.br/index.php/rbs/article/view/421>. Acesso em: 18 jul. 2023.

Conforme o antielitismo do marxismo estruturalista, ou estruturalismo marxista, Perissinotto & Codato (2008), afirmam que Nicos Poulantzas proclamou, em “Poder político e classes sociais”, que os problemas políticos, tais como formulados tradicionalmente pela teoria das elites, ou seja, aquele e quem detém o poder numa comunidade, quantos grupos políticos existem, de onde vêm o seu poder, “não podem ser resolvidos senão na problemática científica do marxismo” (1971). Essa afirmativa buscava trazer para o interior do marxismo a problemática das elites, centralizando essa crítica em três pontos: a de que o problema dos atores do poder e da fonte do poder só poderem ser resolvidos dentro da perspectiva marxista, ou seja, na perspectiva de classes; a outra enfatizando que o conceito de elite não poder dar conta efetivamente do problema da dominação exercida por esses atores em condição de sua classe, porque esse não teria levado em consideração o problema da estrutura de classe da sociedade, e o terceiro ponto, que enfatiza a perspectiva elitista como a que não poderia identificar os fundamentos do poder político.

Nesse sentido, os estudos das elites, pela ótica do antielitismo marxista, direcionam a uma crítica ao Estado capitalista, em semelhante perspectiva como Codato (2008), afirma, ou seja, a uma nova frente de interpretação, voltada principalmente a própria crítica de uma elite e grupo dominante, o qual é fruto do Estado capitalista e a sua condição de classe só deve ser explicitada a partir dos vínculos objetivos existentes entre essa estrutura específica da sociedade e a sociedade capitalista.

Contudo, por estarmos interessados em demonstrar a amplitude e mitigação desta corrente frente aos estudos das elites, corroboro com Mills (1968), pois a condição de que o Estado é composto para além das interpretações de manutenção da coesão social e da dominação de classes defendida pelos marxistas, ou seja, o Estado precisa ser compreendido em suas linhas de intenções, pelas suas redes de articulações e principalmente pelas posições estabelecidas e construídas pelos detentores de determinado poder na sociedade, neste caso, os grupos dominantes. Nesse sentido, os estudos compreendidos pela direção teórica marxista, recaiam na dicotomia entre classes, mas não exemplificando ou alargando a compreensão da formação dessa elite. Recai-se na reprodução entre uma minoria agraciada pela ‘luz do poder econômico’ e a outra exercida por uma grande parte da sociedade que fortalecia a manutenção dessa dinâmica desigual. Aqui incidi, então, uma limitação quanto à compressão das elites políticas, visto que essas são formadas, grosso modo, pelo capital eleitoral e pela condição de reconverter e direcionar seus qualitativos social em trunfos políticos, ou seja, nem todos os que fazem parte da política são componentes da classe dominante, mas repetidas vezes direcionam-se a essa movimentação de classe.

Outro ponto a ser esclarecido é a condição da existência de um vínculo explicativo entre os atributos da elite política e o seu comportamento efetivo. Por certo, a condição da natureza de uma classe política – seu perfil social, seus atributos profissionais, os valores mentais compartilhados pela classe – se configuram em um fator importante de análise da dinâmica política executada por esses atores políticos, contudo, essa natureza deve ser vista como uma das hipóteses de trabalho, mas não como um condicionante engessado de compreensão sobre a formação e construção das elites políticas dirigentes, tendo-se em vista que outros atributos devem ser adicionados à investigação, como, por exemplo, quem governa e quais as consequências da gestão por essa elite? (Petrarca; Reis, 2008; Codato, 1998).

Outra corrente teórica que direcionou os seus estudos a uma crítica aos atributos das elites como uma variável legítima para compreender as decisões no cenário público, foi o institucionalismo de escolha racional e os seus atores intercambiáveis. Pela condição de se falar em uma ideia de atores intercambiáveis, essa argumentação já direciona a uma ideia de atores políticos iguais, ou seja, que a sua ação social é direcionada por força de ‘regras’ impostas pelo jogo político. É como se os atores políticos agissem em uma espécie de negação do seu *background* social (alto, baixo, ideológico, radical, liberal), que conduziria a uma racionalização coletiva desses atores em busca da manutenção e maximização dos seus objetivos (Tsbelis, 1998; Bomfim, 2016).

Os defensores da corrente institucionalista se voltaram a uma abordagem individualista, preocupados metodologicamente em análises quantitativas, principalmente estimulados por questões voltadas à elite dirigente, no sentido que compreender as elites políticas por meio de questões como “quem se torna governador, deputados, senadores etc.,”, tomando o recrutamento político como uma relação entre variáveis ‘fortes e fracas’. Neste mesmo sentido, estão os trabalhos voltados à análise dos partidos políticos, ou seja, à seleção dos candidatos, e visando encontrar respostas sobre “quem pode ser eleito”? “quem se elege”? “quem é selecionado”? (Braga, Bolognese, 2013; Codato, Cervi, Perissinoto, 2013).

Por certo, ao observar essa condição racional institucionalizada desses atores sociais, relegamos às instituições políticas a condição de variável independente, como se ela funcionasse desconectada do contexto social ao qual é formatada. Isso se observa em alguns trabalhos que buscaram entender a dinâmica de funcionamento e construção das elites políticas, dissociando-as de um contexto social de origem, como também da própria sociogênese das instituições políticas, que alicerçam a dinâmica política estadual e local. Assim, recai-se em argumentações de falta e de escassez, de zoneamento periférico e de restrição argumentativa.

Nesse sentido, sigo de acordo com Perissinotto e Codato (2008), que sinalizam a importância de não negar a existência dos períodos históricos para a concepção das instituições, pois ao ampliar a análise e direcionar a importância histórica, estamos evocando - ao horizonte analítico das elites - outros arcabouços que se somam à sua construção, não apenas à condição de sua classe e à sua racionalização institucional, mas sim a uma soma de condicionantes, como os períodos históricos importantes para a compreensão de como algumas lideranças se formam e conseguem manter a sua condição de elite em virtude das transições históricas, das próprias transições políticas, a exemplo do Brasil que passou por ditaduras, redemocratização, crises estruturais de sua normatização democrática, além da própria forma de pluralidade eletiva promovida pelo jogo político.

Contudo, no campo da discussão francesa sobre os estudos das elites, os grupos dominantes, os grupos dirigentes, temos a sociologia relacional de Pierre Bourdieu, a qual se alicerça na tese de que o poder não pode ser compreendido como ou fruto de uma relação entre ‘indivíduos’, mas sim de uma relação entre diferentes posições que distribuem desigualmente os capitais específicos de um campo. Campo este que permite aos ocupantes dessas posições de elite as potencialidades distintas para produzir ganhos nas lutas que caracterizam o mesmo campo. Em outras palavras, Bourdieu (1989) direciona seus estudos em compreender a lógica de funcionamento de um determinado campo, cabendo então aos estudos das elites compreender qual é a lógica objetiva da existência desse campo de disputa, em que os agentes constroem suas relações e acionam e reconvertem as suas potencialidades distintas.

O que Bourdieu propõe é a necessidade de estudar espaços estruturados por relações objetivas entre indivíduos e propriedades, capitais (recursos) que se aproximam ou se diferenciam e princípios de legitimação concorrentes. Assim, trata-se de apreender a multidimensionalidade dos recursos dos agentes, a estrutura do capital, de poder, e de dominação em diferentes esferas sociais, distanciando-se, então, de uma perspectiva que confunde objeto analítico e objeto empírico (Grill, 2008).

Por essa linha, Perissinotto e Codato (2008, p. 11), afirmam que “os grupos socialmente dominantes” remetem a uma abordagem “posicional” *à la Mills* (1968), reflete-se na concepção de capital”, noutras palavras, o poder é visto como a posse de uma quantidade determinada de recursos, os recursos sociais. O que podemos inferir é que segundo as interpretações sociológicas de Bourdieu, os termos “poder” e “capital”, assim, são postos como sinônimos, cujo capital é visto como um atributo de posição e, em consequência, o poder também deve ser, o que se reflete numa definição de elite como um grupo que detém poder. Assim, automaticamente estamos afirmando que a elite é um grupo que ocupa uma posição

dominante, cuja condição *sine qua non* para se definir como uma elite é espalhar-se na definição de ter mais poder, ou seja, significa ter mais recursos, e que a posição objetiva dominante coloca à disposição dos agentes, valendo-se o inverso para os dominados (Bomfim, 2016).

Dentro dessa perspectiva, uma gama de trabalhos foram produzida no Brasil, direcionados a uma busca por demonstrar quais os mecanismos de recrutamento e de seleção, ou seja, os critérios de seleção escolar, peso atribuído aos títulos etc., os quais são acionados para a escolha e formação daqueles que ocuparão os mais altos postos de comando nos campos sociais (Seidl, 2013). Trabalhos esses que ficaram conhecidos por estarem voltados a uma busca pelos padrões de recrutamento, os chamados bourdieusianos, priorizando as investigações, enfatizando os processos de recrutamento e seleção das elites em diferentes esferas, mas o destaque se dá primordialmente nas relações objetivas entre as propriedades (capitais) e as trajetórias sociais que aproximam ou opõem os agentes, ou seja, na dinâmica dos capitais que são acionados e reconvertidos em trunfos significativos de posicionamento dentro do campo político.

De acordo com Coradini (2008), Bourdieu defende um estudo voltado para a análise dos espaços “definidos por relações objetivas entre indivíduos e entre propriedades que se aproximam ou opõem-se”, ou o “campo de poder” como “campo de força cuja estrutura define-se pelo estado das relações de força entre espécies de capital”, no qual estão em pauta as lutas pela imposição dos princípios legítimos de dominação e sua tomada de decisões (Bomfim, 2016). São exponenciais os trabalhos de Canedo (2003), Coradini (2008) e Miceli (2001), que oferecem uma gama de estudos voltados a uma apreensão das informações biográficas dos indivíduos compositores das elites, priorizando os seus capitais de diferenciação, a exemplo das propriedades sociais e os deslocamentos dos dirigentes no espaço social e político, articulando-o com as mudanças e transformações diacrônicas (Petrarca; Oliveira, 2018).

Contudo, esses direcionamentos da sociologia relacional de Bourdieu, pode nos remeter a uma implicação, a qual é a de reduzir a teoria das elites a um problema apenas significativo do poder, de um pequeno grupo que detém os capitais, ou de estudar as elites numa perspectiva de grupo dirigentes, nas e das estruturas de capital que condicionam e formalizam as esferas de dominação e de poder nos campos sociais. E não direcionando o estudo para a compreensão dos atributos e características sociais do grupo, estabelecendo parâmetros em que se identifiquem as transformações e as reconfigurações do jogo, ou do próprio campo social ao qual estejam inseridos. Neste caso, na política.

Essas correntes de estudos das elites, quando aproximadas ao estudo dos grupos profissionais, podem nos fornecer alguns direcionamentos teórico-metodológicos que,

respeitando as limitações de expansão e realidade analítica, nos direciona à construção de avanços interpretativos e metodológicos, como o caso dos estudos das elites dominantes dentro dos grupos profissionais.

Ao Mills (1968), estabelecer que as elites correspondem a um grupo de atores que ocupam uma posição diferenciada nas grandes instituições, em soma com as vantagens do privilégio de pertencer a uma determinada posição, permitiu que pudéssemos identificar novos traços de importância profissional na construção das elites. Elas, as elites, não mais só podem ser vistas como uma minoria dominantes, mas sim como uma minoria que se sobrepõe em uma determinada esfera da sociedade. Assim, somando-se à interpretação de Coradini (2008), quando estamos estudando os grupos dominantes nas profissões e ofícios, estamos produzindo novos conhecimentos teóricos e metodológicos que envolvem análise de estruturas de capital, de poder e de dominação em diferentes esferas sociais.

É nesse sentido que este estudo defende teoricamente a associação entre estudos de elites e políticos profissionais, tendo em vista que os que chegam a ocupar os cargos de comando e dominação passam a ser reconhecidos como uma elite, principalmente por construírem, em sua trajetória profissional, a condição de consagração. É o que ocorre com os políticos profissionais, pois permitem, a partir da análise de suas carreiras o peso da socialização profissional e dos processos de aprendizagem sobre a tarefa ou ofício desempenhado (Bomfim, 2016; Petrarca, 2015).

Entendimento esse, que desde um dos clássicos da sociologia, Max Weber, já sinalizava a condição da política como uma profissão, na qual o ator faz da política o seu exercício profissional. Em soma à perspectiva weberiana, Phélippeau (2001) em seu estudo sobre uma sociogênese da profissão política já denota a política como uma profissão, em que para se compreender os profissionais que atuam e constituem carreira, é necessário analisar as condições de emergência dos agrupamentos políticos, das configurações e das relações humanas que estão inseridas nessa prática, ou seja, “como e porque nascem essas formações sociais, e explicar as transformações que afetam de um ponto a outro as lógicas de institucionalização dessa profissão (Bomfim, 2019).

Nas palavras de Phélippeau (2001, p. 187), refere-se a análise sobre “*as condições propícias tanto do aparecimento quanto do desenvolvimento de um corpo de agentes e de organizações especializadas na conquista dos cargos eletivos [...] a fabricação de uma atividade parlamentar de profissão [...]*”. Essa fabricação da atividade parlamentar de profissão permite examinar e entender os esquemas mentais, os códigos de conduta característicos da própria atuação política, como também a incorporação desses códigos retraduzidos em

habilidades profissionais, em uma espécie de regras táticas oriundas do dia a dia da política, que são acionadas para o aumento das suas chances de prestígio e de poder sociais oriundos da própria investidura no cargo.

Em semelhante perspectiva, Garraud (1989) em seu trabalho intitulado “Ocupação política: a carreira popular dos prefeitos urbanos”, apresenta uma interpretação sobre como se constrói a carreira popular de um político, tomando como base a institucionalização do poder político a partir da conexão com instituições especializadas na área política, a exemplo das Assembleias Nacionais, dos Conselhos Gerais, dos Municípios, etc., atrelando o surgimento dessas instituições à criação dos políticos, numa espécie de “quadro de pessoal político especializado”, recrutados e profissionalizados para essa função, ou profissão: a política. Recrutados para o exercício do cargo político.

Cargo esse que também deve ser compreendido a partir da compreensão do que Grill e Reis (2015) chamou de uma técnica de formalização, de um “*métier político*”, de um campo onde o poder está na acumulação de capital político, ou seja, que seria, na verdade, uma espécie de recursos sociais acionados à carreira política, a cujas esferas de formação (escolar, social e partidária) são somados os traços da trajetória familiar, como também os laços com o mundo da política, frequência e familiaridade com as tarefas políticas em seu município, no Estado e em sua forma de engajamento militante, além de relações sociais com pessoas e lugares frequentados por essas elites políticas.

Desta feita, construir esses direcionamentos sobre os estudos das elites dominantes, perpassando por suas correntes, sejam elas uma elite de minorias, uma elite recrutada, ou mesmo o exercício da política sobre a detenção do poder de ser recrutado, ou mesmo a própria profissionalização do ofício - como demonstram os trabalhos franceses e brasileiros – recaem substantivamente do abandono de alguns questionamentos e características fundamentais para o entendimento do sistema político da América Latina e do Brasil, que é entendimento do sistema de alianças, suas lógicas e representação, bem com as formas personalistas de representação política - o coronelismo, do mandonismo local e caudilhismo.

1.2 Formas personalistas de poder das lideranças políticas na América Latina e do Brasil.

Em virtude da importação de várias correntes teórico-metodológicas direcionadas ao estudo das elites dominantes, percebeu-se dentro do cenário latino-americano e brasileiro, um afastamento e abandono dos estudos personalíssimos, os quais historicamente ficaram rotulados como ‘atrasados e ultrapassados’.

Esses estudos, por muito tempo, ficaram relegados a uma condição de inferioridade interpretativa das elites, tendo em vista que muitos deles eram colocados como condições particulares de uma determinada região, não sendo compreendidos analiticamente como um sistema e uma característica proveniente dos contextos nacionais. É o que Brandão (2010) ocasionou chamar de posição subordinada do conhecimento sociológico, e que Petrarca e Oliveira (2018) chamaram a atenção para uma “restrição na aplicação dos conceitos e técnicas importadas para compreender a dinâmica da sociedade brasileira”, restrição que também direcionou aos estudos na América Latina.

Numa disputa entre a imposição de temáticas institucionalistas e bourdieusianas, o cenário de discussão teórica das elites dominantes foi cada vez mais sendo afastado de tais temáticas, principalmente por uma escolha por diretrizes universalizantes dos conceitos e das formas de pensar, compreender e interpretar as elites latino-americanas sobre a forma e moldes estruturais norte-americanos e europeus. São exemplos desses afastamentos e enviesamento interpretativos os conceitos de coronelismo, caudilhismo e caciquismo.

A partir dos estudos dessas personificações de poder, representados pela condição de insurgência de um ator político ativo e passivo nas lógicas das relações sociais, é que também características típicas dessas relações personalistas de poder também ganharam desprezo analítico na compreensão e interpretação sociológica das elites, sobre a qual trata o caso do mandonismo local e do clientelismo.

Assim, compreendendo a relevância dos contextos nacionais nas discussões sociológicas das elites dirigentes, e ao perceber que a partir da compreensão dessas formas de exercício de poder personalista faz parte da conjuntura estrutural da política nacional, tanto no Brasil quanto na América Latina, é que retomamos a discussão sobre essas formas de imposição de poder, tendo em vista que nos permite compreender as dinâmicas dos sistemas de relações produzidas por esses atores sociais, como também, nos admitem encontrar pontos de continuidade e naturalização de algumas práticas ainda hoje observadas dentro do espectro democrático da política, como, por exemplo, as práticas clientelistas.

O que todas essas lógicas de exercício de poder têm em comum é a condição de subordinação de uma grande parcela da população (dominados) em detrimento de uma minoria que detém o poder local e direciona para si as estruturas do estado ao seu favor, tanto de maneira ilegítima como legítima, como foi o caso dos coronéis, que se assumiram, no início do período republicano, líderes e detentores do exercício de poder republicano nas suas bases locais. Em outras palavras, todas essas formas de poder exercidas por representantes de uma elite

dominante formataram-se e estruturaram-se dentro da realidade política a partir de uma característica fundamental: a personalização de seu poder.

Por se tratar de uma elite instituída com base em uma base personalista de poder, e fortemente empreendida em determinados períodos da história republicana, os estudos das elites quase que relegaram esses estudos a uma ínfima condição de fonte histórica, direcionando raramente a devida interpretação a essas formas de dinâmica de poder. Quase sempre, os estudos direcionados principalmente ao coronelismo do Brasil ficaram condicionados a teses e a dissertações na História, e por muitas das vezes sendo utilizados pela Sociologia apenas como aportes históricos de determinadas regiões do país, principalmente do Nordeste e Norte.

Especialmente discutido na historiografia argentina, o caudilhismo, sustentado pela condição de imposição de poder ruralizada, tendo a violência como a forma de competência política e dotado de um vazio institucional (Teles, 2015; Goldman; Salvatore, 1998). O caudilho como a forma de poder exercida durante o período de independência da Argentina, por exemplo, e caracterizado de um chefe de um poder local, provincial que se colocava em contraposição a um poder central e que produzia assim conflitos locais significativos na dinâmica política local. Outra corrente interpretativa, atribui aos caudilhos a condição de uma liderança política personalista que impactava sentimental e emocionalmente “as massas” populares, que o seguiam de maneira incondicional e apaixonante, numa espécie de estado de passividade e manipulação, numa forma de dominação carismática, mas que por muitas das vezes reforçadas pelo uso das forças. Isso principalmente na Argentina.

Já nas colônias espanholas, segundo Gabriel Silva (2022), a figura de liderança do caudilho, dava-se pela imposição de uma liderança, carismática e autoritária, que expressava o poder e governabilidade a partir de uma gestão voltada aos interesses de uma elite da sociedade, por vezes das massas populares. Aproveitando-se dos períodos de tensão e conflitos políticos e territoriais para tomar o poder através da força, tendo o apoio do exército e criando as próprias milícias. Caracterizados por uma política de força e de populismo, os caudilhos, esses atores conseguiam flutuar tanto em meio as elites locais, como também para as massas camponesas. Essa mobilidade em meio as classes pelos caudilhos foi o clientelismo, representado pelas relações sociais complexas de negociação entre o patrão (caudilho) e os clientes (grandes, médios e pequenos proprietários de terras, além dos comandantes militares, os criadores de gado, comerciantes, peões, lavradores, agricultores etc.) (Goldman; Salvatore, 1998).

Estudos demonstram que várias lideranças políticas nos países da América Latina configuraram-se como líderes caudilhos, inclusive no Brasil. Na Argentina, representado pelo governo de Juan Manuel de Rosas (1829-1832 / 1835-1852); na Bolívia, com a presidência de

Mariano Melgarejo (1864-1871); no Chile, durante o governo de Bernardo O'higinns (1817-1823); Na Colômbia, representada pelos grupos conservadores que assumiram o controle do país e se mantiveram no poder até o fim do século XIX; No Equador, pelo militar Huan José Flores (1830-1845); no Paraguai, com o ditador José Gaspar de França (1811 a 1840, ficando 3 décadas no poder); na Venezuela, com as disputas entre os caudilhos Rose Monegas e Rose Antonio Páez. Também na Venezuela, na presidência de Hugo Chaves (1999-2002 / 2002-2013). E no Brasil, embora quase a literatura histórica e as análises sociológicas identifiquem-no como liderança política carismática e ditatorial, o governo de Getúlio Vargas, também se configura como um líder caudilho, pois tomou o poder por golpe militar, governou por decretos leis e centralizou o poder político sobre a sua liderança, marcando a história política como o político que teve o mais longo governo (1930-1945).

O caciquismo também é outra forma personalista de liderança. Geralmente utilizado e empregado aqui no Brasil pelo senso comum como uma espécie burlesca para identificar e qualificar um determinado ator político que exerce determinado poder na política local. Contudo, o caciquismo na literatura sociológica e histórica ficou caracterizado pelo que ficou chamado de caciquismo mediterrâneo, ou seja, semelhante como o caudilhismo, o caciquismo configura-se como uma prática clientelista, que engloba uma forma de organização política em que se estabelecem os laços entre 'patrão' e 'cliente', dando origem a relações pessoais duráveis, nas quais a vida econômica e a organização social e política se entrelaçam.

Semelhante ao caudilhismo, o caciquismo se configurou durante o período da Restauração na Espanha (1875-1923), no qual a proliferação de práticas clientelísticas desenvolvidas pelos atores políticos locais, chamados de caciques, representavam um ponto significativo no sistema político espanhol. O que segundo as discussões latino-americanas atribuem a prática caciquista o atraso e fracasso na transição democrática na Espanha (Luzón, 2006).

O cacique é o ator político que controla determinando distrito e que, a partir da sua condição mandatária, traça relações de interesses pessoais junto ao Parlamento; em troca, o cacique político mantém o distrito numa condição de voto ao parlamentar. Semelhante a uma prática clientelista, envolve-se principalmente duas classes econômicas significativas e utiliza-se a classe dominada como uma espécie de 'tripo eleitoral' para a manutenção eleitoral dos deputados no parlamento. Em troca dessa dinâmica entre cacique-deputado, a ampliação de poder do cacique se expressa e se fortalece. Dessa relação clientelista bilateral entre cacique e o parlamento, construiu, na estrutura política espanhola, um regime parlamentar completamente oligárquico e reconhecido pelos seus estudiosos como corrupto e abusivo e não moderado pelas

instituições democráticas parlamentares. Direciona-se, assim, a prática caciquista à condição de total possibilidade de avanço progressista ao governo espanhol (Luzón, 2006; Garcia, 2023).

A partir dessa condição de interrelações pessoais, em que todo privilégio e ganhos econômicos, advindos dessa lógica de mando, está alicerçado em um sistema de classe, classe essa na qual o próprio cacique se insere e faz jus à condição de classe junto aos oligarcas, pois só se instrumentaliza a partir das práticas de poder das elites proprietárias que exercem cargos eletivos no parlamento, e demonstra a sua hegemonia de poder local por meio de uma relação política de patrão e cliente. E que poderia se apresentar em quatro formas: um caciquismo tradicional, estabelecido pelo apoio e respeito; o caciquismo transicional, que se estabeleceu por apoio e por compensação, ou seja, pela troca de favores; o caciquismo violento, que se estabelece pelo apoio imposto pela ameaça; e o caciquismo transacional, que era o apoio por compra, com trocas financeiras escancaradas.

Os caciques, influentes entre os políticos nacionais, mantiveram a sua condição de poder a partir de uma função de mediação entre as elites nacionais, neste caso os deputados que muitas das vezes não têm ligação com o ambiente o qual o elegeu, e o Estado (Sobral; Almeida, 1982), ou seja, eles exercem a função de líderes de um determinado círculo eleitoral, que poderíamos chamar de comunidade local, são a personalidade local, o que se mobilizam aos votos indispensáveis ao sucesso eleitoral do deputado. Assim, mantêm a sua condição de prestígio junto as elites políticas e em troca mantêm a sua condição de liderança na dinâmica social das relações locais.

A figura e o modo operante dos caciques políticos europeus assemelham-se às formas de clientelismo observadas nas políticas locais. Cabendo à figura do vereador ser percebida como uma espécie de cacique daquele local, pois ele faz o elo entre os seus interesses particulares revestidos na ótica de interesses comunitários, junto aos deputados federais, deputados estaduais e senadores e os governadores, sendo entendido como a última esfera da relação política. É uma espécie de cabo eleitoral, que funciona como um interlocutor entre os eleitores e o candidato, mas que a partir dessa condição, almeja alcançar prestígios e ascensão política junto ao seu assessorado, neste caso, o político.

O caciquismo, embora mantenha a condição clientelista e a associação ao mando, não pode ser empreendido no mesmo aspecto de sustentabilidade, pois se o caudilho sustentava-se pela condição de mando associada a uma espécie de dominação carismática, mesmo que às vezes imposta, mas que atribuía à condição de um notável dentro do ceio da relação política, numa espécie de aproximação entre o senhor dominador e o dominado. Já na condição do caciquismo, a dominação é completamente tradicional e permeada pelos favores que serão

completamente direcionados ao próprio cacique, assim mantendo a sua condição de poder na localidade, principalmente em função do prestígio local e territorial.

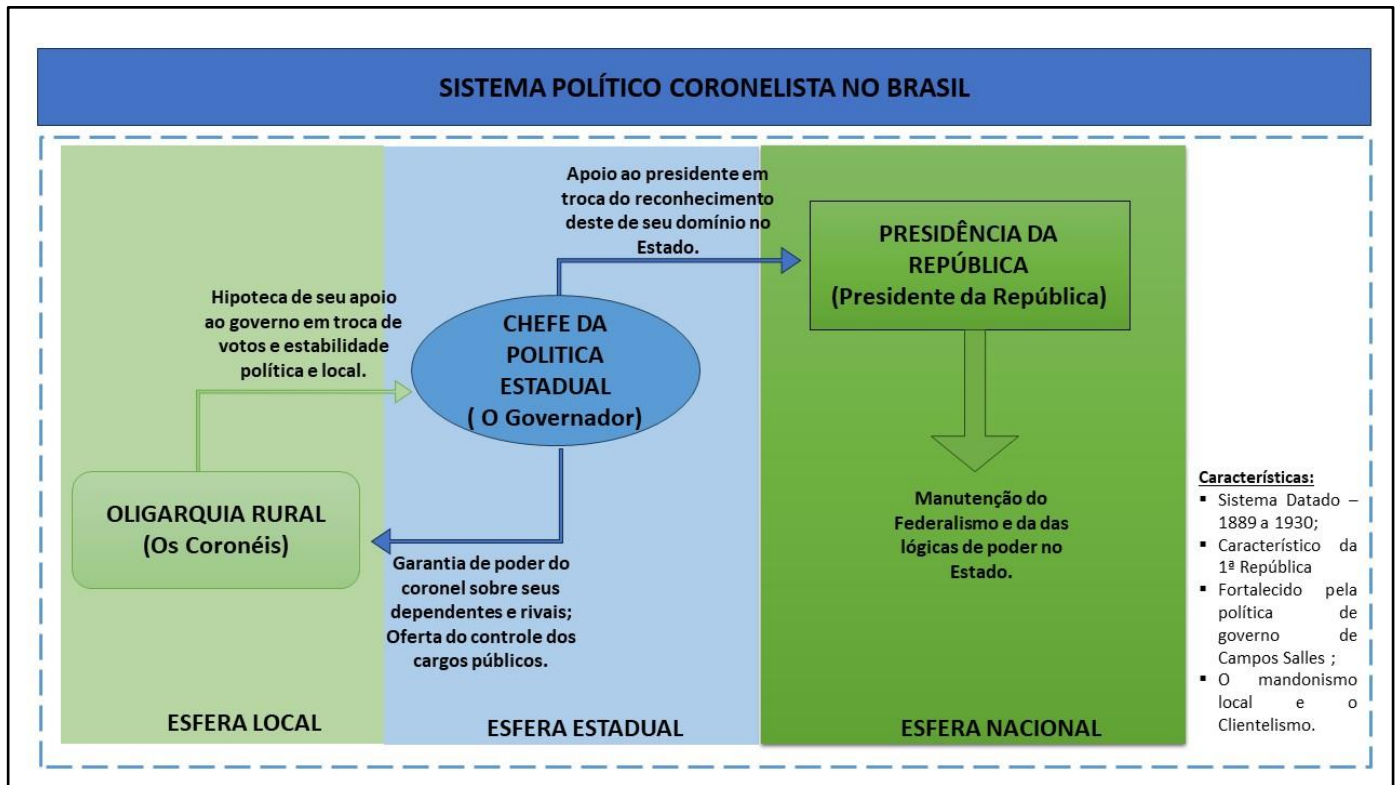
Essas formas personalistas de mando, clientela e poder são facilmente associadas à realidade brasileira quando da explicação do sistema político brasileiro a partir do coronelismo. Como uma forma personalista de liderança bastante difundida e debatida no Brasil, o coronelismo, para além do caudilhismo e do caciquismo, precisa ser compreendido como um sistema político (Carvalho, 1996, 1997; Leal, 1997). E com um sistema, envolve diversos aspectos da sociedade, como, por exemplo, a questão econômica, social, cultural, psicológica e principalmente política, a qual se alicerça e demonstra a sua principal faceta. Em outras palavras, o coronelismo nos permite compreender a dinâmica de articulação e sistematização da dinâmica de construção de alianças e rede de relações na política brasileira.

Partindo-se desse princípio, o coronelismo configura-se como um sistema político, que se estrutura a partir de uma complexa rede de relações, da qual o coronel, sendo visto como figura significativa nessa dinâmica, faz a interlocução entre a sua figura personalista e a de políticos mais expressivos – como, por exemplo, o governador –, envolvendo assim compromissos recíprocos. Como se trata de um sistema político também datado historicamente, esse deve ser utilizado como subsídio interpretativo da política. De acordo com Carvalho (1997, p. 05), o *“coronelismo era fruto de alteração na relação de forças entre os proprietários rurais e o governo e significava o fortalecimento do poder do Estado antes que o predomínio do coronel. O momento histórico em que se deu essa transformação foi a Primeira República, que durou de 1889 até 1930”*. O que podemos concluir nessa concepção é que o coronelismo é, então, um sistema político nacional, baseado em barganhas entre o governo e os coronéis. A **Figura 02**, melhor, demonstra como funcionava esse sistema político de relações sociais coronelísticas.

Nesse princípio de barganhas é que se estabelece o mandonismo local, que é uma característica do coronelismo. Ou seja, o mandonismo sempre existiu ou coexistiu tanto num sistema coronelismo e de parentelas. E se configura como um modo específico de se estabelecer poder sobre determinado grupo, local ou bloco. O mandonismo “refere-se à existência local de estruturas oligárquicas e personalizadas de poder” (Carvalho, 1996, p. 8), ou seja, essas estruturas oligárquicas correspondem a própria configuração do ator político representado pelo coronel, o qual passa a ser considerado o próprio representante do poder de base familiar defendido na figura desse indivíduo oligárquico. Essa condição oligárquica atribuída à figura do coronel se estabelece e pode ser percebida quando num alargamento da condição da estrutura

política brasileira atrelada à estrutura socioeconômica tradicional do país se fundamenta nos grupos de parentelas¹².

Figura 02. Sistema político coronelista



Fonte: Elaborado pelo autor com base em Carvalho (1997) e Leal (1997).

Nesse sentido, o coronel, que representa o mandatário, potencializado e chefe local, na sua condição de indivíduo, de ator social, exerce a função de controle e dominação, restringindo para si e para a sua classe a condição de poder, mas não de soberania, visto que a sua existência estava atrelada à condição do governo federal, ou seja, o fato político de alicerce para a sua manutenção de poder em meio à 'democracia republicana recente'. Em outras palavras, a condição de chefe local está associada à característica do mando, do mandonismo.

O mandonismo está fortemente atrelado à permanência da estrutura social baseada no latifúndio, representada principalmente na condição da família grande e do seu patriarca, o senhor de terras, o latifundiário. Questão essa que pode ser percebida por meio da própria composição histórica e geográfica do país, neste caso, o Brasil, cujas grandes fatias de terras deram subsídio às lógicas de exploração e de mando, tendo em vista que desde o período

¹² O próximo subitem dedica-se a explicar como o conceito de Parentela nos permite empreender a concepção e funcionamento do sistema de alianças e estruturação socioeconômica e estrutural da política brasileira.

colonial que essa concepção de atribuir aos locais a condição de governabilidade foi imposta, isto porque o distanciamento entre Metrópole e Colônia é percebido como um empecilho para a governabilidade colonialista (Queiroz, 1975).

Uma importante condição para o entendimento do mandonismo local é que essa característica de mando sempre existiu, embora se encontre no período descendente, em virtude das próprias leis e concepções de representatividade e democracia. Embora se observe nas dinâmicas políticas locais traços característicos do mandonismo, mas sempre atrelado a outras práticas de relações, como o clientelismo.

Em semelhante perspectiva, a condição do clientelismo é vista também como uma característica atribuída ao coronelismo, inclusive a outras formas personalistas de poder, como, por exemplo, o caudilhismo e o caciquismo mediterrâneo. Sempre empregado de maneira frouxa e pouco explicativa, o clientelismo indica uma relação entre atores políticos, que envolve concessão de benefícios públicos, na forma de empregos, benefícios fiscais, isenções, troca de apoio político e inclusive voto. O clientelismo, embora sempre atrelado aos estudos direcionado à classe coronelística e às práticas de mandonismo local, tem sido percebido inclusive nas novas formas de construção de relações sociais e de alianças dentro do sistema político brasileiro, embora que apresente oscilações e flutuações.

Embora estudados em uma mesma direção de interpretação e fortemente relacionados, esses não podem ser construídos como sinônimos, pois o coronelismo como um sistema e o mandonismo local e o clientelismo como características fundamentais para a manutenção desse sistema político, o entendimento da política oligárquica e dos fundamentos de estruturação do próprio sistema político brasileiro não podem ser compreendidos sem a interconexão dos mesmo, entretanto, respeitando a sua ocorrência e o seu grau de atenção. O coronelismo respeitando a sua datação (1889-1930), atingiu seu ápice na política de Campos Salles (1898-1902), e a sua decadência com Getúlio Vargas. Já o mandonismo surge e se desfalece a partir das próprias mitigações do poder atribuído ao indivíduo, na condição de coronel. E o clientelismo perdura, mesmo que oscilando, numa perspectiva de barganhas e fluxo de articulação ente os atores sociais envolvidos.

Ao voltar à perspectiva analítica dos coronéis e à estruturação do coronelismo, conforme interpretações de Murilo de Carvalho (1996), a estruturação política e administrativa, os vícios e continuidades do modo de gerir e de instituir as futuras representações políticas do país que perduram até hoje na dinâmica política do Brasil, são e foram instituídos a partir das regalias provenientes da época colonial, as quais prosseguiram durante o Império e resulta na República, que foram bastante reproduzidas no período ditatorial.

Essa afirmação de Carvalho (1997), se soma com a de Dantas¹³ (1987, p. 19), em que “*é na República que o coronelismo se realiza com todas suas características*”, ou seja, configurando-se como a forma assumida de mandonismo local, a partir da república, mas que durante os outros períodos históricos brasileiros, principalmente no fim do Império, com o estabelecimento das bases de posse e de propriedade dos senhores de engenhos, e, por conseguinte, dos proprietários rurais que vão ganhando novas denominações ao longo da história.

Nesse sentido, o coronelismo é um sistema de representação política exercido pelos proprietários de terra, formado por uma classe dominante, por uma elite dominante, e personificado na figura do ator político do coronel, o qual impõe a sua condição de chefe local mediante práticas de mandonismo e de clientelismo entre as classes dominadas que recebem respaldo representativo por meio dos acordos entre o governo estadual e federal, em um amplo sistema de relações sociais, que perpassam por flutuações históricas, mas que conseguem se manter vigente durante o seu período de existência (1889-1930), por força das suas adaptações e transformações (Dantas, 1987; Carvalho, 1996; Leal, 1997).

Assim sendo, o coronelismo é visto como resultado de uma tripla fundamentação, sendo ela econômica-social, ideológica e política. Econômico-social, em virtude de se destacar o grande proprietário rural mantendo relações sociais com os trabalhadores, numa espécie de dominação sobre a forma de dependência social. Já no âmbito ideológico, demonstra-se através dos laços de lealdade e das práticas de submissão que são impostas aos trabalhadores rurais.

É no processo ideológico de confirmação do coronelismo que as linhas de dominação e de manutenção da dependência entre o proprietário rural, detentor dos meios de produção e facilitador das relações cotidianas entre os seus empregados rurais, dão-se. Já a esfera política, dá-se associada às outras duas, mas só se caracteriza no papel de intermediação que o proprietário rural exerce entre a sociedade política municipal e do estado e as massas rurais por eles regimentadas no âmbito municipal. Seu poderio fica estabelecido em uma dupla lógica de ação, ora controla as massas e por ora, também se legitima e legitima a política local e do

¹³ Apresentar a discussão de Ibarê Dantas (1987) para a análise teórica deste capítulo é uma das formas de aproximação dialogal e metodológica de compreender a realidade brasileira tomando tanto o ponto local, neste caso o Estado de Sergipe, e perceber as possíveis conexões interpretativas dos contextos nacionais e locais. Assim sendo, embora existam outras definições sobre o coronelismo brasileiro e sua multifacetada organização, a escolha pela conceituação de Ibarê Dantas (1987) a que se soma com a de Nunes Leal (1997), recai em dois pontos cruciais: a) o primeiro pelo fato de demonstrar como as flutuações na construção desse tipo de dominação se apresentam, levando-se em consideração as três esferas de fundamentação- econômica-social, política e ideológica em um mesmo peso de articulação; b) segundo porque o autor se propõe quando da sua conceituação em apresentar um estudo de caso que expressa significativamente como ocorreram as formas de coronelismo no interior do Estado, a exemplo de Itabaiana, agreste sergipano.

Estado, encabeçando frentes partidárias, legitimando acordos políticos e alicerçando suas bases político-econômicas. Ou seja, estrutura as suas alianças e constroem uma rede de relações pessoais vinculadas a atores políticos com peso e estruturam as lógicas de dominação nas bases locais. Em outras palavras, legitima a política nos municípios e estrutura a política estadual e fortalece a sua posição de ‘poder’ na dinâmica política.

Por certo, essas formas de exercício e manutenção de poder caracterizados pelas lógicas clientelistas e de mandonismo local possibilitam ampliar a compreensão acerca da personificação de líderes políticos dentro dos jogos políticos. Alicerçando sistemas políticos, como o coronelismo, essas práticas denotam como em diversos contextos nacionais as formas de representação e construção da política se processou. Se na Europa espanhola com o caciquismo, ou na maioria dos países latino-americanos com o caudilhismo, essas práticas denotam uma gênese de formação do campo político local, possibilitando assim, uma reconstrução e volta à compreensão analítica das características nacionais dos seus sistemas políticos.

É nesse sentido que, retomando os estudos no Brasil para a prática sistêmica do coronelismo, podemos ampliar a discussão sociológica e política sobre a estruturação das elites políticas nacionais e assim compreender e interpretar os seus mecanismos de estruturação, inclusive perceber como e porque mesmo sendo um sistema completamente datado historicamente, ainda podemos observar práticas tipicamente coronelísticas nas dinâmicas políticas locais, percebidas principalmente a partir da condição de perpetuação de grandes famílias no ceio político nacional. Na política nacional, encontramos típicos ‘sobrenomes’ que se associam diretamente aos mecanismos de estruturação da política de determinados estados, determinando inclusive a identificação de políticos como potenciais representantes desses estados e como fies perpetuadores do capital familiar na política nacional¹⁴, a exemplo dos Sarney no Maranhão, dos Franco em Sergipe, dos Magalhães na Bahia etc.

Desta feita, para promover uma compreensão da formação sistêmica da política brasileira, é preciso ampliar os horizontes teóricos e metodológicos e promover uma

¹⁴ Segundo reportagem do site *Intercept Brasil*, publicada em 02 de setembro de 2018, intitulada “Famílias tradicionais dominam a política brasileira”, denunciam a existência de um Congresso Brasileiro completamente formado por família de poder, ou seja, uma elite familiar. Conforme o cientista político Ricardo Oliveira, “[...] 62% da Câmara é formada por deputados originários de famílias políticas, enquanto no Senado esse número sobe para mais de 70%. Ou seja, praticamente dois terços do Congresso brasileiro está tomado por algumas famílias. [...] indica que 16 dos 26 prefeitos de capitais eleitos em 2016 vieram de famílias políticas”. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2018/09/02/familias-tradicionais-dominam-a-politica-brasileira-e-isso-nao-tem-hora-para-acabar/>. Acesso em 07 dez. 2023.

aproximação com o debate sócio-histórico brasileiro no que se refere à formação do corpo elitista nacional, e direcionar-se às chamadas famílias de elite na política.

1.3 A Parentela como um sistema de alianças para compreensão das famílias de elite e a política

A construção de uma compreensão teórica e metodologia da formação das elites brasileiras perpassam por uma análise dos clãs familiares dessas elites. Esse direcionamento interpretativo se posiciona em virtude das conexões existentes entre as famílias de elite e a política, ou seja, as relações entre essas duas variáveis interpretativas na própria formatação do sistema político e na compreensão do sistema de alianças e de redes de relações.

Neste sentido, a parentela se revela como uma ferramenta teórico-metodológica que permite apreender as conexões, relações entre elites, família e política. Relações fortemente demonstradas a partir dos estudos das lideranças políticas nacionais e dos espaços de profissionalização política e provenientes das articulações por elas construídas.

Assim sendo, o conceito de Parentela, empreendido por Maria Isaura de Queiroz (1976) e Linda Lewin (1993) apresenta uma interpretação sobre a constituição dos grupos faccionais parentais – por consanguinidade e de afinidade – na composição e estruturação do sistema político brasileiro. Por certo, a parentela é evidenciada e interpretada como um condicionante para a compreensão da formatação de um sistema de alianças que alicerçam a política nacional e nos permite compreender como se dá a formatação das redes de relações e dominações sustentadas por meio dessas alianças consanguíneas e afins, na economia e na política.

Embora datado ao período correspondente ao final do século XIX até meados da década de 30, o conceito de parentela contribui analiticamente ainda hoje, para direcionar uma compreensão sobre a construção da rede de parentes e amigos de um chefe político, a qual se constituía na sua base de dominação e de apoio político. De tal modo, a parentela se constituiu como uma estrutura de dominação e hierarquização social, das esferas políticas, profissionais e sociais do Estado.

Designada como um tipo específico de relações sociais alicerçado na estrutura da base familiar, a parentela é constituída por um ‘grupo de parentesco de sangue formado por várias famílias nucleares e algumas famílias grandes, vivendo cada qual em sua moradia, regra economicamente independentes (Queiroz, 1975). Ampliando a interpretação dessa relação familiar, percebe-se que é na parentela que existe a célula de formação de um grupo de parentesco que contribui para a construção dos blocos dominantes da política nacional, tendo

em vista que “[...] *o pertencer a uma parentela, uma família extensa, constituía a sua mais importante afiliação organizacional*” (Lewin, 1993, p. 112).

Por muitas vezes, os termos “política de família”, “família extensa”, “política de base familiar”, “famílias de elite”, tornaram-se sinônimos da maneira com a qual as elites dominantes construíram as suas bases de sustentação na política, sendo que, contudo, o conceito de Parentela melhor apreende essa condição nativa de funcionamento dos acordos e desacordos para a existência de um entendimento tipicamente ‘brasileiro’ de empreender entendimentos sobre os ‘jeitinhos brasileiros’ de conduzir a política.

Conforme foi demonstrado no subitem anterior sobre as formas de personalista de poder empreendida pelo coronelismo, demonstra-se que a condição de mando na política nacional ficou marcada pela base familiar como o condicionante singular para a sua perpetuação de poder. Isso pode ser compreendido quando colocamos em questão a própria condição do chefe político local que, em meio à sua imposição de poder, estruturava-se também em meio às trocas de favores com os governadores, os quais forneciam-lhe acesso às instituições estaduais por meio dos cargos públicos, que eram ocupados pelos familiares dos coronéis e por seu aparentados.

Isso ficou bastante caracterizado, principalmente, com a queda do domínio coronelístico em virtude da Revolução de 1930, pois os coronéis, perdendo a sua condição de poder mandatário, passaram a ocupar os espaços do estado com a introdução de seus filhos nos mais altos cargos da administração pública e na corrida eleitoral. Nesse sentido, Linda Lewin (1993, p. 112) é enfática quando afirma que “[...] *a política se enraizava numa base familiar. [...] Muito mais que uma organização social, a parentela estava subjacente à base da rede de parentes e amigos de um amigo*”. Ou seja, a coerente estruturação de uma política de parentela está alicerçada nos laços de amizade produzidos pelo ator político.

A partir da construção desses laços de amizade, a parentela permitia compreender a formação de uma espécie de grupo organizacional, onde os vínculos instituídos se sobrepõem a vida do chefe político local (o patriarca, o patrono do núcleo familiar. Assim, aspectos econômicos se torna um recurso significativo nessa construção do grupo. A parentela permite perceber que esse grupo se sustenta não somente pela condição consanguínea, mas também por uma lógica de apadrinhamento que se estende para as fronteiras econômicas dessa vinculação. Segundo Petrarca e Oliveira (2017; 2022), dois pontos significativos definem uma parentela: (i) a condição de corporativismo entre os membros, e principalmente fortalecida pela potencialidade dada a condição econômica e geralmente a condição de apropriação de terras como condicionantes significativos para a definição de uma espécie de ator político líder de

uma parentela, ou seja, o líder político é aquele que detém o maior quantitativo de terras, por exemplo, o oligarca; (ii) o peso dado ao termo ‘parentesco’, como uma condição de filiação e pertencimento a um grupo. Pertencer ao grupo do chefe local, do líder local é um recurso significativo tanto para o líder político como para o que está sendo apadrinhado.

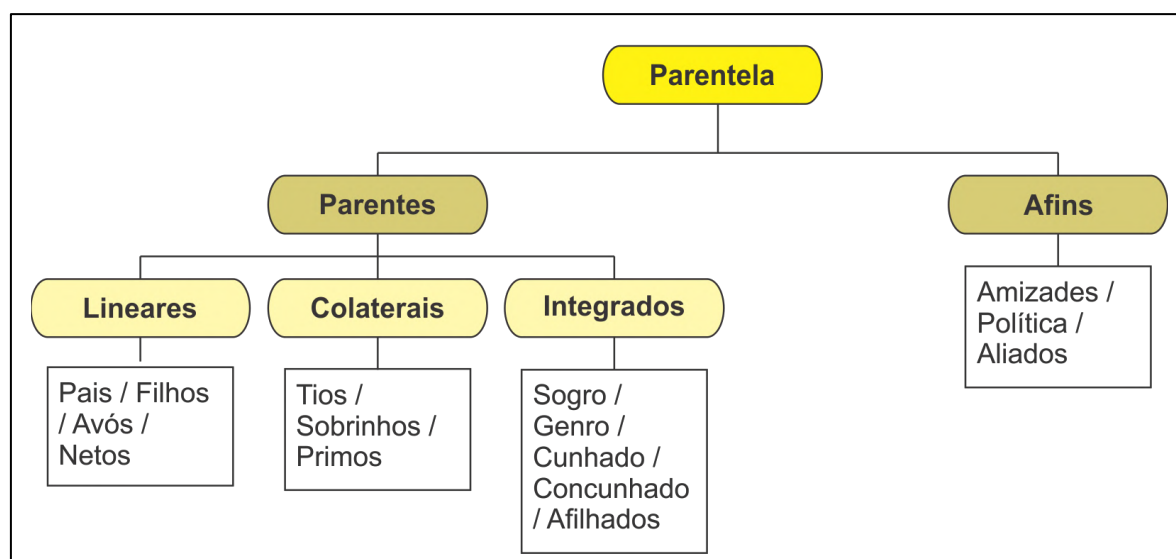
Vale ressaltar que a apreensão e uso do termo ‘parentesco’ não trazem a mesma conotação universalmente usada pela Antropologia, a de uma ligação apenas consanguínea, mas sim, o uso como uma espécie de melhor entendimento para o uso nativo dado aos atores sociais inseridos ao grupo dos atores políticos, uma espécie de ‘gente de quem’, ‘sobrinho de’, ‘afilhado de’ e ‘apadrinhado de’. Termos bastante comuns nos entendimentos de ‘família’ *a la* brasileira. Assim, a autora objetiva apresentar e situar a parentela no interior do sistema brasileiro de parentesco. Contudo, é importante ressaltar que dentro dessa ótica de construção de um sistema brasileiro de parentesco, alguns princípios básicos de aliança e reciprocidade existente na ótica do parentesco, comumente estabelecido pela Antropologia, também se apresenta na definição da autora.

Por esse entendimento, questões como a descendência ambilinear e superficial, a organização segmentar, as preferências matrimoniais endogâmicas e o caráter quase-corporativo da parentela, permitem demonstrar e apresentar conclusões-chave de como as vinculações dos atores políticos, suas segmentações e afiliações de linhagens estavam diretamente ligados à organização da política.

Esse caráter quase-corporativo da parentela apresenta em sua estruturação um núcleo de membros aparentados, o qual comporta também membros fundamentais que não são parentes. Sendo que estabelece, como princípio básico, a inclusão de uma rede de parentes, afilhados e amigos, ou seja, tanto parentes sanguíneos como os ‘parentes’ por vínculos de afinidade, por objetivos políticos e de alianças. Envolve-se uma ancestralidade bilateral, sem hierarquia rígida, considerando como parentes aqueles que com quem se têm laços sanguíneos, aos que ingressaram na família pelo casamento e os de cuja entrada foi dada por apadrinhamento ou por adoção (Petrarca; Lima; Bomfim, 2016).

Assim sendo, a parentela pode ser estruturada na composição de parentes, sejam eles lineares (pais, filhos, avós e netos), colaterais (tios, sobrinhos e primos) e integrados (sogro, genro, cunhado, concunhado e afilhados; e principalmente os afins, compostos pelas amizades, pela própria política e pelos aliados. Conforme demonstra a **Figura 03** abaixo.

Figura 03 – Composição do Sistema de Parentela



Fonte: Adaptado de Petrarca e Oliveira (2017); Bomfim (2019)

Com base nessa composição, a parentela está diretamente intercambiada ao conceito de ‘família extensa’¹⁵, termo esse desenvolvido por Antônio Cândido (1951). Sendo a família extensa brasileira compreendida como um grupo de descendência bilateral de um indivíduo, incluindo os ascendentes maternos e paternos e os descendentes lineares de várias gerações. Dela fazem parte também os colaterais consanguíneos (tios e tias ou sobrinhos e sobrinhas). Também ainda compõem os parentes não consanguíneos, incorporados nos seus limites os parentes afins, ou ingressos na família através do casamento, e os pretensos parentes, nela incluídos por meio de uma relação ritual – compadrio – ou de uma relação de adoção – o criado da família, reconhecido civilmente ou por costume.

Compreendendo essa estruturação, ampliamos o entendimento de sistema parental para a composição dos grupos de elite aparentados, ou melhor dizendo, as ‘bases grupais de afiliação’, que é efetivamente a interpretativa resposta dada a questão de *‘quem podia ser recrutado para pertencer a essa parentela’*. Ou seja, quem seria acionado e se tornaria o apadrinhado para pertencer a esse agrupamento de base familiar (conforme o quadro acima demonstra), seriam os parentes colaterais e integrados, juntamente com os afins. Esses seriam acionados para a manter a continuidade do poder e para se defender na sociedade inclusiva. Que era a mesma sociedade que incluía e que permitia a composição de elos fortes e fracos na dinâmica das inclusões. Essa sociedade inclusiva, já atribui em sua essência a condição de

¹⁵ O termo ‘família extensa’ faz parte da definição apresentada por Antônio Cândido no artigo “A família brasileira”, o qual faz parte do livro *Brazil: Portrait of Half a Continent*, resultado de um encontro de pesquisadores promovido pelo Institute of Brazilian Studies da Vanderbilt University em 1948. (Vanali & Oliveira, 2020, p. 86).

incluir, onde “o sistema de parentesco influenciava a extensão da mobilidade na estrutura social e, por conseguinte, a capacidade da elite oligárquica de manter a sua posição privilegiada na sociedade politicamente organizada” (Lewin, 1993, p. 117),

Nessa configuração fluída atribuída pela parentela, que inclui o parentesco por afinidade e os vínculos do pretense parentesco ou parentesco ritual, ou seja, a subjetividade do sentimento de fazer parte desta família de elite da oligarquia brasileira, era evidente na vida política em diferentes níveis. O que evidenciava uma espécie de subjetividade no sistema de descendência bilateral ou cognática para o reconhecimento do parentesco, o que evidencia uma efetiva manipulação das afiliações de linhagens para os propósitos políticos dessa classe dominante na política brasileira.

Sendo assim, a apreensão da parentela como afiliação organizacional denuncia, e melhor, demonstra como se desenvolveu os contornos de funcionamento das engrenagens da política brasileira. Isto posto, dar-se por conta da apreensão de um conceito cunhado, principalmente levando-se em consideração a gramática nativa brasileira. Ou seja, a lógica como as alianças, os acordos e as vinculações ganharam contornos, desde a consanguinidade até os afins apadrinhados numa lógica: a perpetuação dos grupos dirigentes na dominação da política local e brasileira.

Assim, o conceito de parentela proporciona compreender que na formatação da política brasileira existem ligações entre as instituições formais, tais como, cargos políticos, eleições, polícia, normas e sanções legais vitais para a autoridade do Estado, somadas às estruturas informais mantidas pelos laços de parentesco, amizades políticas e associações pessoais. Sendo que essas alianças de estruturação do sistema político brasileiro se configuram por meio de regras não escritas existentes no sistema de parentesco que ajudava, o grupo familiar a selecionar membros de maneira a adquirir ou manter o poder político. Regras essas que determinavam quem pertencia ao grupo familiar por nascimento e quem poderia ser recrutado através do casamento ou inclusão cerimonial (compadrio e compadresco). Já na política essas regras de alianças e estruturação se ampliam para além das relações familiares.

Por certo, o que a parentela evidencia é a condição de alianças externas para além dos seus vínculos familiares consanguíneos, numa espécie de diversificação e amplitude de alianças. Essa ampliação de alianças se dava tanto de forma endogâmica, como pessoas do mesmo nível econômico e social, com também endogâmico, com os seus aparentados, os quais se tornavam também pessoas dessa parentela. E como o princípio é a manutenção de poder, os laços familiares iam sendo construídos, formando grupos familiares, ou seja, uma parentela era formada por um domínio de ‘base familiar’ e não apenas de uma família no poder. Isso denota

que a própria constituição da parentela coexistia várias classes distintas, ou seja, ‘famílias de níveis socioeconômicos desiguais conectados por alianças, sejam elas matrimoniais e por lações políticos (Oliveira; Petrarca, 2023).

Nessa lógica de estruturação política da oligarquia brasileira, a diversificação de segmentos recrutados por essa parentela para a composição de um bloco coeso e multifacetado, as esferas de ação da política eram facilitadas numa composição de elite política, no qual os participantes de diversos ramos estratégicos do cenário decisório e funcional do Estado eram cooptados, construindo, dessa maneira, uma rede de relações e dominações e alianças dessa ‘parentela política’.

Por meio dessa lógica de compreensão da política de base familiar, tomando a parentela como um princípio de interpretação da estruturação dessa política de alianças e lógicas e práticas de organização do sistema político nacional, podemos apresentar as seguintes interpretações: (i) analisar a condição de autoridade política, a formação de líderes políticos, ou de até mesmo atores políticos, estão ligados a uma subordinação às alegações de linhagens, sejam elas consanguíneas, afins ou partidárias; (ii) compreender as formas de dominação exercidas pela política de base familiar e como criam bases para o fenômeno de nepotismo, clientelismo e o empreguismo; (iii) perceber e interpretar como são construídas as redes de dominação nas lógicas de estruturação das alianças no sistema político brasileiro demonstra resquícios de uma espécie de ‘mandonismo local’ na política. Exemplificados através das questões “partido de fulano” etc.; (iv) demonstrar como ocorreu a substituição dos apadrinhamentos diretos pelos afins, ou seja, o colapso da dependência histórica com relação ao parentesco consanguíneo e fortificando-se as relações por meio de um parentesco por afinidade; (v) perceber a continuidade da estrutura social extremamente hierárquica no Brasil e a continuidade de famílias e redes familiares ocupando cargos na esfera política e administrativa do Estado, ou seja, redes de relações e redes de dominação no sistema político brasileiro; (vi) demonstra como a mudança da dependência com relação ao parentesco para uma maior dependência com relação à amizade política, assentada nos grupos formais e informais da política, ou seja, instituições, empresas etc., passam a interferir na dinâmica da política; e (vii) compreender a lógica de estruturação de uma espécie de “solidariedade” da família de elite atual confinada a uma geração, em virtude das perdas de privilégios estabelecidos por meio da legislação relativa a heranças, garantindo um novo impulso ao individualismo, em detrimento da coletividade familiar.

Essas questões demonstram como o estudo do sistema de alianças e de dominação estabelecidos e interpretado por meio da parentela na política brasileira, contribuem

significativamente para a construção de novas perspectivas de estudos no que diz respeito às formas de estruturação, de funcionamento, de recrutamento e de potencialização do sistema político brasileiro e da construção de lideranças políticas.

1.4 O presidencialismo de coalização e construção de alianças na redemocratização do sistema de político brasileiro

Os estudos das elites dirigentes, embora tenha se afastado das discussões sobre as perspectivas personalistas das elites no poder, principalmente o coronelismo e o seu sistema político respaldado no clientelismo e no mandonismo local, centra-se na estruturação parental entre famílias extensas, das quais possibilitavam a construção de outro sistema de manutenção e diversificação do seu poder, a qual foi a Parentela. Contudo, tanto o coronelismo, como também a parentela são sistemas historicamente datados, e mesmo assim não perderam a sua ampla capacidade de ampliação heurística sobre a dinâmica e os jogos políticos nacionais, ao contrário, ampliam o horizonte discursivo sobre a temática das elites e potencializa o entendimento de outros conceitos construídos a partir das novas dinâmicas próprias do próprio sistema político brasileiro.

É o caso do ‘presidencialismo de coalizão’ (Abranches, 1988), conceito cunhado visando descrever o sistema político brasileiro, por meio do qual, metodologicamente, divide a República brasileira em três fases: a primeira república, que compreende o período de 1889 a 1930, denomina-se república oligárquica; a segunda república, que compreende o período de 1946 até o golpe militar de 1964; e a terceira república, que abarca o período de redemocratização, 1988, até os dias atuais. Conceitua-se então como um tipo de presidencialismo multipartidário e proporcional, no qual o presidente não consegue fazer maioria com seu partido no Congresso, portanto, ele precisa fazer uma coalizão, uma aliança que apoia às suas políticas e o seu governo.

Nesse sentido de coalizão e de alianças é que podemos construir imbricamentos com os outros sistemas e modos de governança percebidos no Brasil. Em primeira instância, parece que estamos falando de uma gramática completamente distinta dos jogos políticos mandatários e clientelistas, contudo, se examinarmos no cerne da construção dos elos entre a perspectiva de governabilidade, empreendida durante o período de sustentação coronelista pelos senhores da oligarquia rural e as suas lógicas de perpetuação familiar no poder, através da construção de uma política de parentelas, o que observamos é a construção de alianças, coalizão e apoios.

No cerne do sistema coronelístico, o apoio dos coronéis aos governadores e vice-versa, e dos governadores para com o presidente, o que observamos é uma política de alianças e acordos sustentada pela lógica ou no intuito da lógica de manutenção do poder de todos os atores políticos envolvidos nessa dinâmica. Não podemos esquecer que o coronel, mesmo que não estivesse na condição figurativa de ator político, ele aparentava um dos seus – *Ser gente de alguém... Ser afilhado de alguém importante, para aquele lugar e para os outros ali, numa condição de distinção* – eram os principais objetivos empreendidos pela política coronelística, bem como, pela estruturação da República, na manutenção dos seus aparentados nos postos de poder.

Quando se observa a condição da parentela, ela nos permite perceber que as lógicas de alianças cunhadas durante os primeiros anos da república – dos casamentos e dos apadrinhamentos – ampliou-se hoje para a lógica dos ‘apoios’ e das ‘representações’. O que quero salientar é que, na proposta da manutenção dos apoios, das representações atuais no jogo político, o que se apreende é a construção bastante ampliada dos elos de alianças, os quais, como a própria Queiroz (1976) salienta, favorece a construção de elos fortes e elos fracos numa lógica de barganhas e confiabilidade.

Assim, os mais variados recursos são acionados e reconvertidos em trunfos políticos, principalmente os recursos familiares, construindo agrupamentos, grupos, facções e até mesmo a própria construção de ‘líderes políticos locais’, meramente pela imposição e por emprestar o nome a um novo ator político. O crédito político atribuído por ser ‘neto de fulano’, ‘esposa de cicrano’ etc., tornou-se a principal credencial de sucesso na carreira eletiva dos atores políticos brasileiros.

Mesmo que a proposta do presidencialismo de coalizão seja o de entender como funciona a dinâmica de gestão do executivo nacional, ou seja, como se organiza e se estrutura, mas principalmente em como se dá a base de sustentação das alianças multipartidárias. Essas alianças multipartidárias são estabelecidas por meio de amplos processos de negociações entre os atores políticos, seguindo e negociando a implantação de suas agendas políticas, como também os interesses subjetivos e ideológicos dos atores e das instituições políticas, além das próprias disputas internas inerentes à própria dinâmica da governança nacional.

Se para a Linda Lewin (1993) e Maria Isaura de Queiroz (1976), a parentela foi a forma de perceber a institucionalização do parentesco como uma forma subjacente à estruturação de uma lógica de estruturação de poder dentro do sistema político brasileiro, cuja condição de filiação parental permitiu a inserção e a cooptação de novos atores para o projeto de dominação e construção de alianças no poder, em que a coalizão multipartidária também estabelece esse

mesmo objetivo. Ou seja, a permanência e continuidade das formas de dominação e estruturação de um sistema político respaldado através das alianças.

Traçar uma analogia entre a dinâmica de estruturação das parentelas no sistema político, mesmo que numa ocasião muito mais oligárquica da política brasileira, assemelha-se ao que o presidencialismo de coalizão (Abranches, 2018) potencializa sobre a própria dinâmica de pluralidade em que se institui a sociedade brasileira. Ou seja, se na parentela a condição de filiação perpassa numa lógica de parentesco tipicamente brasileiro de consanguinidade e afins, a pluralidade apresentada por Abranches direciona a uma lógica de estruturação de um país completamente multifacetado.

É nessa perspectiva de estruturação multifacetada que percebemos a condição de pluralidade da sociedade brasileira que se alicerça a própria origem da fragmentação partidária, pois as condicionantes ‘singularidades’ existentes a cada lugar, passam a exercer um ponto de origem, uma causa e uma consequência ao surgimento dessa pluralidade. Ou seja, um sistema de representação que na busca de legitimidade ajusta-se a graus irredutíveis de heterogeneidade, com vistas a não perder a sua legitimação. Se pensarmos a coalizão como manutenção de governabilidade e como uma proposta de alianças, essas devem priorizar, mesmo que em graus um tanto quanto irrisórios, uma representação da sociedade, afinal de contas, no sistema democrático republicano o voto torna-se um condicionante de escolha e se atrela às frentes e às causas.

Contudo, vale ressaltar que na construção do sistema de coalizão dentro no universo dinâmico e completamente multifacetado de interesses e diretrizes da política brasileira, construir coalizões e uma rede de relações marcadas por interesses não representa uma arbitrariedade da política, mas sim uma condição de estruturação em meio a própria categoria nativa do Brasil. Assim sendo, o presidencialismo de coalizão representa nada mais e nada menos do que o ideal de representação institucional partidário em forma de alianças como um reflexo da própria formação da sociedade brasileira e suas respectivas dinâmicas de alianças na estruturação do que se define como modelo de presidencialismo brasileiro.

O presidencialismo de coalizão, o qual tem como princípio central as alianças, seja elas partidárias e subjetivas – pois não podemos negligenciar o poder estabelecido e representado por meio das lideranças e do corpo de elite da política brasileira –, possibilita compreender a forma de governabilidade institucional, cujas redes de relações e de dominação estruturam a própria formação de um sistema político respaldado em uma pluralidade multifacetada que coincide na própria pluralidade partidária.

Assim sendo, a formação dos eixos de coalizões se dá tanto nas estruturas de formação do cenário partidário e regional. Isso correlaciona-se à pluralidade social e a própria existência de uma pluralidade partidária, respaldando-se numa ideia de representação partidária. Construída em três momentos específicos: (i) a constituição da aliança eleitoral, que se estabelece em meio a uma negociação em torno de diretivas programáticas mínimas e princípios que passam a serem obedecidos na formação do governo. Ou seja, a própria construção do ‘ideal’ de plano de governo que se estabelece na dinâmica da eleição e da campanha eleitoral; (ii) a efetiva constituição do governo, cujos cargos e os compromissos relativos ao programa de governo passam a ser o norte de alinhamentos da engrenagem política; e (iii) a própria configuração da aliança em coalização, que se estabelece na formulação real da agenda de políticas positivas e substantivas e das condições de sua implementação.

Nessas lógicas, e tomando esses momentos como significativos para a construção do espaço de materialização do modelo de presidencialismo de coalização, podemos também historizar a gênese de criação dessa lógica de construção de alianças, precisamente a partir da saída de Getúlio Vargas do poder presidencial, em 1945, estendendo-se a até o interregno parlamentar de setembro de 1961 a 1963, sendo, depois, reinventado em outras perspectivas estruturais a partir da redemocratização, precisamente em 1988, estendendo-se até o momento presente, combinando em associação estreita o presidencialismo, o federalismo e o governo por coalização multipartidária.

Isso demonstra como a forma de instrumentação das lógicas de alianças que se coalizam para a estruturação de um presidencialismo está diretamente associado a própria multifacetada dinâmica instituída pela própria coexistência e alimentação das alianças. Ora, ao debruçarmos sobre os processos, dinâmicas e formas de estruturação do sistema político brasileiro, por certo, recaímos em uma constante reorganização e ajustamento em que as subjetivas e objetivas dinâmicas das alianças são o centro da própria existência de um sistema político de coalização.

Contudo, esse modelo de presidencialismo de coalização apresenta fragilidades, semelhantes à dinâmica estabelecida nas parentelas, cuja cooptação de novos atores tanto potencializa uma multifacetada soma de novas lideranças, como fragiliza os laços de solidariedade entre os seus componentes. Em semelhante perspectiva, o presidencialismo de coalização, também em sua multifacetada dinâmica de alianças pluripartidárias de sustentação, sofre o peso dessas diversificadas alianças. Vale ressaltar que interesses, favores e poder são as óticas de desejo das duas partes, tanto do próprio presidencialismo como dos partidos que o compõem. Ou seja, “*o presidencialismo de coalização tem falhas estruturais*” (Abranches, 2018, p. 11).

Sendo assim, em meio às suas falhas institucionais, o maior risco ao desempenho da coalizão está no quadro institucional do próprio Estado, de decidir, negociar e implementar políticas de governo em escala geral. Visto isso, pois um presidencialismo instituído em meio a uma pluralidade social e a uma multifacetada dinâmica partidária, o potencial de conflito é muito alto, tendo como tendência a retirada do programa o mínimo e assim estabelecendo uma maior porcentagem de negociação com a aliança, pois essa torna-se a sua maior moeda de concretude da governabilidade.

Nessa dinâmica, cuja potencialização das alianças torna-se o cerne da própria dinâmica e do funcionamento do sistema político, o presidencialismo de coalização, vê-se obrigado a viabilizar a construção de um pacto político de constituição do governo, o qual sobrecarrega a pauta de decisões com temas conflitivos e não negociáveis. Assim, dinamizando o processo de governabilidade e intervindo para que ele não sofra a sua instabilidade, torna-se, então, indispensável um esforço de construção institucional dessas alianças coalizadas para que se viabilizem os acordos setoriais, à medida que os conflitos forem surgindo. Dessa maneira, possibilita-se a continuidade do modelo de presidencialismo de coalização.

O que se percebe é que o sistema político brasileiro se direciona para uma continuidade dessa forma de coalizão partidária, tendo-se como objetivo central a manutenção da forma e governo presidencialista alicerçado pela forma das alianças, as quais permitem as formas e logicas estruturantes da manutenção e ininterrupção da dinâmica das redes de relações e de dominação no cenário político nacional.

1.5 O grupo, o agrupamento e o bloco político na dinâmica das elites dirigentes

Ao conceber a construção dos atores políticos em lideranças políticas, devemos inserir como componente crucial o ponto de importância atribuído às formas de alianças estabelecidas por esses atores dentro do ofício da política. Os principais espaços de concepção desses espaços de alianças demonstram-se nos grupos, agrupamentos e blocos políticos nos quais os líderes políticos constroem ou passam a fazer parte.

Contudo, compreender e interpretar o lugar que esses grupos, agrupamentos e blocos políticos empreendem na construção desses atores, requer retornar à nossa discussão teórica, aqui exposta, e demonstrar como esses espaços de interação e socialização política influenciaram a construção das lideranças políticas ao longo dos anos.

O primeiro ponto é o que podemos definir como grupo político. O grupo corresponde a reunião de determinados atores políticos liderados por um significativo líder, o qual recebe o nome e a condição de ser a liderança do grupo. Essa liderança que comanda o grupo, soma-se a um conjunto de atores visando construir uma rede de alianças com o objetivo político de se qualificar politicamente nos espaços de disputa eleitoral. É na formação dos grupos políticos que os atores políticos se capacitam e adquirem a condição de líder político.

Contudo, é preciso entender como essa reunião de determinados atores políticos se aliam em meio às suas aspirações e aos desejos múltiplos. O primeiro passo é retomar a condição de quem são esses atores que compõem essa aliança e quem é o ator político que ganhará o status de líder do grupo. Para isso, retomamos as interpretações acima expostas sobre a condição das elites dirigentes e dominantes.

Se voltamos à discussão sobre quem são esses atores políticos, a primeira condição é compreender que se trata de indivíduos que detém determinados recursos sociais significativamente valorados para a construção política, recursos esses que são acionados e reconvertidos dentro da própria dinâmica política, com o intuito de fortalecer a sua condição personalista dentro dessa aliança (Bourdieu, 2011; Bomfim, 2016; Petrarca, 2017).

É o que pode ser visto quando empreendemos a Parentela como condição histórica para compreensão de formação desse sistema de alianças empreendido pelos senhores oligárquicos, durante o período da República Velha (1889) até o período da Era Vargas (1930). A despeito disso, podemos observar a construção das alianças entre os senhores rurais oligárquicos. Em que as relações entre o poderio econômico e familiar permeiam essa relação e estabelece a condição de liderança. Não é somente a condição de ter e ser o grande proprietário de terras, é também a condição de se manter em meio à esfera de relações com indivíduos que possam servir como sustentáculos para a sua manutenção de poder, por isso falamos de domínio de base familiar (Petrarca; Lima; Bomfim, 2021), pois os apadrinhamentos e o matrimônio são as principais moedas de troca estabelecidos nesta lógica parental.

Assim, o grupo pode ser concebido não só como o lugar que potencializa a condição daquele ator como líder, mas também, e inclusive, como um recurso fundamental para a construção de suas redes de relações e dominação da política, visto que o líder é a liderança desse grupo, e como tal, é o maior detentor dos recursos sociais. Contudo, como bem evidencia a Maria Isaura de Queiroz (1969), os elos estabelecidos entre esses líderes de base familiar são compostos de alianças fortes e frágeis, principalmente pela condição de surgimento das possíveis facções, pois na conjuntura dos apadrinhamentos a fidelidade ali estabelecida é condição clientelista de pertencer ao grupo, por vezes. Ou seja, ser a apadrinhado é a condição

de receber as benesses de fazer parte do grupo familiar desse líder, mas entendendo que nem sempre o apadrinhado está na condição de inferioridade de recursos, uma vez que, em muitas ocasiões, o apadrinhado, por deter determinado recurso social que o próprio líder não detém, faz uso, em dada frequência, de um recurso significativo para a manutenção da sua condição de líder político.

Com a condição da existência das facções, podemos ampliar a nossa argumentação sobre a concepção dos grupos para a formação dos agrupamentos. Esses, os agrupamentos funcionam como uma espécie de sede de parentelas, que reúnem um conjunto de grupos políticos, cada um representado por seus líderes políticos, os quais se somam para manter a condição de poder, a mitigação de ações externas a suas redes de relações de dominação e convivência entre os grupos políticos, mas que mesmo assim, mantem a concorrência em torno da liderança do agrupamento.

Contudo, um recurso significativo dentro dos agrupamentos são os cargos eletivos, pois a manutenção de poder do agrupamento depende da capacidade de ampliar sua base política e econômica. Por isso que, são os cargos eletivos que conectam os diversos níveis da política, seja ele municipal, estaduais e federais. Essas conexões podem ser melhor percebidas através da formação dos agrupamentos e grupos políticos, conforme demonstramos como ocorreu na formação desses na política estadual sergipana, em que uma grande quantidade de políticos, de diversos partidos, passa a compor os agrupamentos políticos que se desenham na medida das transformações históricas às quais a política sergipana transitava.

Assim sendo, se pegarmos a Parentela novamente como uma condição de entendimento da formação desses agrupamentos, certamente chegaremos à condição de existência e de fragilidades dos grupos políticos e da própria condição de liderança. Porquanto, como acima mencionado, a condição de surgimento das facções é um dos elos mais frágeis estabelecidos na lógica das parentelas, mas que precisam ser analisados sistematicamente a sua formação, já que o que está em questão não é apenas a condição de traição do ‘afilhado político’ a seu líder e mentor, mas sim à condição de formação de um novo grupo. Grupo esse que se apresenta com uma ameaça à condição de líder e de dominação. Então, em meio a essa dinâmica do próprio jogo político, a construção dos agrupamentos se apresenta como uma possibilidade de expansão dos grupos de poder político e de um espaço de convivência objetiva entre as lideranças ali existentes. Assim, numa lógica de domínio de base familiar estabelecido entre os líderes, os quais muitas vezes personalizam a sua condição de líder dentro do próprio grupo, o objetivo de formar agrupamentos é o de manter a ampliação das alianças para a conjuntura de uma grande rede de relações, as quais reverberam a necessidade de articulação e manutenção dos recursos

elegíveis desses líderes. Por exemplo, é no agrupamento que podemos perceber a coexistência de líderes de base familiar articulados em meio aos seus variados recursos sociais, principalmente o econômico, o político e o profissional. A regra clara na composição dos grupamentos é colocar à disposição deste conjunto de lideranças um significativo conjunto de recursos sociais com vistas à dominação política em determinado período e em determinado lugar.

Contudo, a soma dos agrupamentos direciona a formação de um bloco político. Esse pode ser concebido como o conjunto de agrupamentos em um determinado período político, visando a promoção da vitória eleitoral, da governabilidade e da manutenção dos objetivos das lideranças dos agrupamentos e dos grupos políticos que ali se juntam.

A melhor representação dos blocos políticos está representada nas eleições, quando os mais variados e diversificados agrupamentos juntam-se com o objetivo de vencer e mantêm uma periodicidade relativamente curta. Marcada principalmente pela dinâmica da eleição, por ser uma estratégia de fortalecimento de alianças dentro do período eleitoral.

Outra condição em que podemos perceber a formação de blocos é no sistema de coalizões (Abranches, 2018), que empreende o princípio de alianças estabelecidos por critérios objetivos e subjetivos. Objetivos, pois representa a soma de um conjunto de agrupamentos políticos em prol da manutenção do seu poder político, e subjetivo porque empreende um conjunto de atores, os quais muitas vezes são líderes políticos de determinados grupos políticos em determinados lugares e por defenderem determinadas causas e representarem a defesa de determinada causa. Aqui na condição subjetiva que compõem bloco é que podemos perceber a esfera dos recursos sociais mais significativos para a sua participação em determinado sistema de coalização e formação de aliança no sistema político brasileiro, como, por exemplo, a composição das bancadas: da bala, do agro, da diversidade, do empresariado etc.

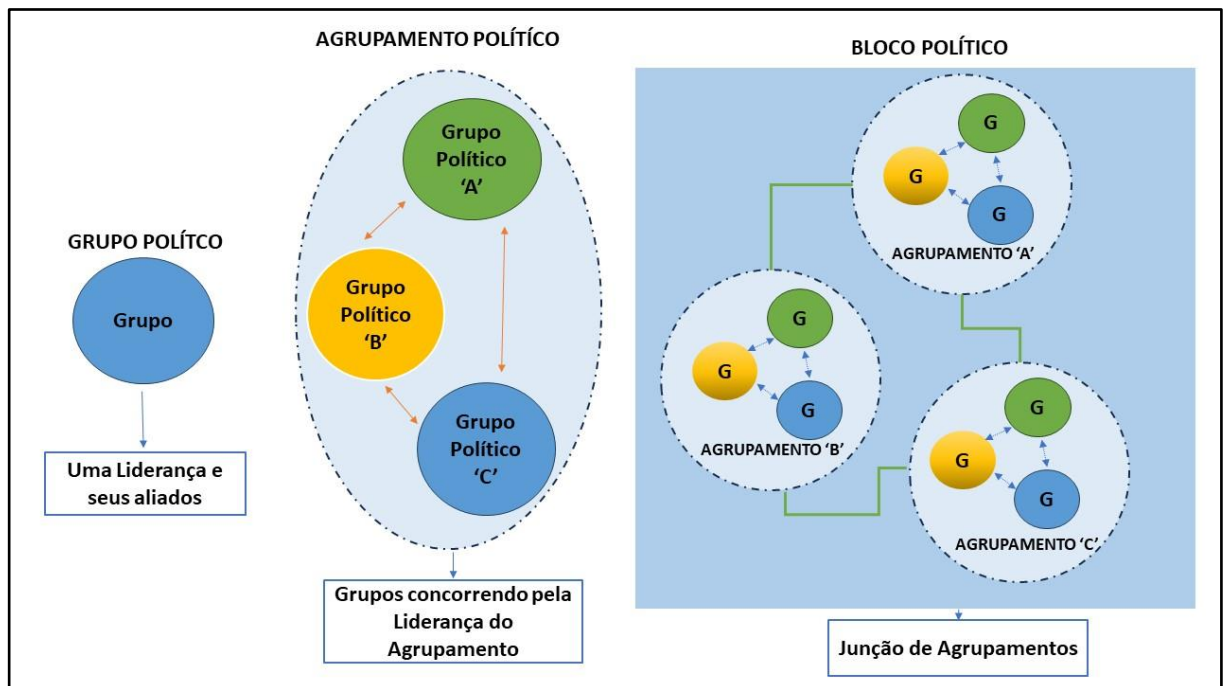
Os blocos são mais reconhecidos e/ou percebidos nas campanhas eleitorais, por exemplo, quando um conjunto de lideranças políticas se juntam para eleger um dos líderes de determinado grupo e agrupamento para um cargo eletivo. Os maiores exemplos são as junções partidárias em prol dos cargos em eleições majoritárias, como para prefeito, senador, presidente da república e governadores.

Historicamente, com o advento do período de redemocratização, os blocos funcionaram e funcionam circunstancialmente nos contextos eleitorais, tanto estadual quanto municipal, como a soma dos atores políticos com o objetivo de compor alianças que funcionam em contextos eleitorais. Por isso que podemos perceber uma composição de blocos variados, composto por diversos partidos e diversas correntes ideológicas e posições políticas, já que o

objetivo crucial da formação desse bloco de lideranças é a manutenção dos cargos eletivos e a sua condição e dominação por meio desse cargo, o qual é visto como o próprio recurso político em meio a todos os outros recursos sociais que são acionados e reconvertidos para o seu sucesso eleitoral. É na composição dos blocos políticos que se dá a ampliação das redes de relações dos líderes políticos, pois é na construção desses blocos que as lógicas das trocas e sustentações de posições de lideranças são construídas, principalmente para ampliação do campo de imposição e fortalecimento dos seus cargos eletivos. É nesse sistema de alianças em blocos políticos que se dá o funcionamento do sistema político brasileiro.

A **Figura 04** a seguir, melhor apresenta como são formados os grupos, os agrupamentos e os blocos políticos.

Figura 04 – Grupos, agrupamentos e blocos políticos¹⁶



Fonte: Elaborada pelo autor (2024).

Expostas as análises teóricas ao longo do capítulo, lança-se o questionamento: *E o que teoricamente essas diretrizes interpretativas auxiliam para a compreensão da construção das lideranças políticas?*

¹⁶ Observações: As setas vermelhas de duas pontas representam a dinâmica de concorrência entre as lideranças dos grupos políticos dentro de um determinado agrupamento político. Já no Bloco político, as conexões em verde representam a junção dos agrupamentos, embora mantendo internamente a sua dinâmica de concorrência pela liderança do agrupamento internamente no bloco.

Bom, por certo a própria direção de perceber a condição de um ator político ser estudado em condição de uma elite, e principalmente uma elite dirigente e que consegue em meio à sua trajetória e formação profissional incluir em seu ‘currículo político’ qualitativos eleitorais, sejam eles institucionais e ou adquiridos por meio do capital familiar, econômico e profissional que é acionado e convertido em trunfos eleitoral. Assim sendo, ele se torna um objeto de interpretação sociológico que merece investigação aguçada e em contrapartida, fortalece a argumentação heurística nacional sociológica sobre a construção de uma área de estudo multifacetada e completamente ampla em seus horizontes argumentativos, ou seja, tanto no universo da sociologia política, como também na sociologia dos grupos profissionais.

Compreendendo e entendendo que a condição de construção de um ator político em uma liderança política, requer sinalizar que ao se construir como uma liderança esse ator passa a ser identificado dentro da política e o dos espaços institucionais aos quais exigem a sua confluência pelo exercício da profissão política, esse passa a ser identificado como uma Elite. Passando assim a ser interpretado e analisado dentro do universo dos grupos dominantes. E para compreender a sua formatação como liderança de um determinado local e ou em alguma instituição – uma vez que nem sempre o cargo eletivo condiciona a uma posição de líder diretamente – somos levados a investigar como se dá a sua condição de liderança, ou seja, qual a natureza histórica do lugar, da sua formação política, suas bases, suas formas de articulação e de imposição de poder, como podemos demonstrar através dos estudos das formas personalistas de poder.

É dentro desse mesmo contexto que o peso atribuído ao recurso familiar como um condicionante de sucesso eleitoral e para a formação dos agrupamentos e grupos políticos se torna uma diretriz investigativa, tendo-se em vista que é a partir desses grupos ‘apadrinhados’ que se instituem as lógicas de apreço e de aproximação entre esses políticos com a população, como também permite a ampliação do horizonte argumentativo para a construção das suas alianças. Alianças essas que se demonstram através de práticas clientelistas, por vezes empreendidas em estruturas de coalizão.

Por fim, apresenta-se uma distinção entre os níveis de formação das lideranças dentro dos seus grupos, agrupamentos e blocos políticos. Destarte, temos no primeiro elemento o grupo, que é pequeno e formado por uma liderança e seus aliados que gravitam em torno desse líder. E que no contexto da colonização e do início da República seria melhor representado pela própria parentela. Por conseguinte, temos o agrupamento, que é composto pela junção de vários grupos políticos, cujos líderes estão concorrendo pela condição de liderança desse agrupamento. E por fim, o bloco político, que é composto pelo conjunto de agrupamentos com

o objetivo de vencer em um determinado pleito eleitoral, ou seja, é uma junção entre esses agrupamentos.

Dessa feita, este capítulo teórico contribui teórico-metodologicamente para compreensão e interpretação sobre a construção desses grupo político de elite que domina a dinâmica do sistema político brasileiro, ou seja, um sistema político estruturado pelas conexões entre elites políticas e uma rede de alianças, relações e dominação.

CAPÍTULO II – ENTRE AGRUPAMENTOS E GRUPOS POLÍTICOS: UMA SÓCIO-HISTÓRIA DAS LIDERANÇAS POLÍTICAS SERGIPANAS (1889-1964)

*“A República real, verdadeira, é o direito e a liberdade”
(J.L. Coelho e Campos, Aracaju 18.06.1906).*

Relacionar a construção de lideranças políticas com as suas respectivas alianças, suas redes de relações e seus campos de dominação política, percebendo o peso atribuído aos grupos e agrupamentos políticos tem sido a problemática que estrutura a tese aqui apresentada. Nesse sentido, torna-se necessário construir, por meio dos agrupamentos e grupos políticos locais, como se processou a construção das carreiras profissionais dessas elites política sergipana.

Para esse conteúdo, tomar os agrupamentos e grupos políticos como ponto de partida permite-nos construir não só a posição que esses atores políticos ocuparam dentro do cenário político local, principalmente chegando aos cargos eletivos mais significativos do estado, mas também reconstruir as redes de relações e de alianças que permitiram tanto a construção desses agrupamentos como da própria condição de liderança para essa elite.

Por certo, a história política de Sergipe a partir da Proclamação da República sempre ficou marcada de maneira personalista, tanto em virtude de seus cargos eletivos, como pela defesa ideológica de seus atores e partidos. Atores políticos tornaram-se historicamente emblemáticos, como o caso de políticos como Felisberto Feire, Fausto Cardoso, Olímpio Campos, Siqueira de Menezes, Augusto Maynard, entre outros, construindo-se uma espécie de ‘heróis estaduais’, típicos líderes. No entanto, pouco se tratou a respeito da construção e consagração desses atores como lideranças políticas, atribuindo para eles a condição inequívoca de serem os grandes nomes políticos do estado. Autores como Ibarê Dantas (1974, 1989, 2002, 2014), Terezinha Oliva (1985), Ariosvaldo Figueiredo (1990, 1999), Luiz Antônio Barreto (2007), entre outros, muito contribuíram para o fornecimento de fontes históricas da política sergipana, entretanto, sempre direcionados à factual pontualidade histórica dos dados, não apresentando por certo uma interpretação sobre a composição desses atores políticos.

Em virtude desse apagamento, e, vácuo interpretativo a esse questionamento, alguns novos olhares foram sendo construídos sobre essas lideranças. Trabalhos que se direcionam à promoção de um questionamento sociológico sobre o tema e de direcionar principalmente o olhar para além da condição personalista do ator, do político, e sim em desenvolver uma compreensão e interpretação ampliada do tema, traçando relações com outras questões, como a

formação das redes de relações e dominação dentro da política sergipana, a exemplo dos estudos de Petrarca e Oliveira (2017), que através do exame das condições, dos processos e das lógicas de formação e recomposição dos grupos dirigentes, constitui-se uma alternativa de compreensão da política, assim sendo, da construção das redes que auxiliam na construção de lideranças políticas. Para tal conteúdo, os autores fazem uso do termo ‘parentela’ como uma categoria analítica fundamentada nos trabalhos de Queiroz (1976) e Lewin (1993).

Na mesma linha, Petrarca, Lima e Bomfim (2016), constroem uma compreensão a partir das parentelas, os vínculos necessários para a constituição de redes de relações e dominação exemplificadas através da institucionalização da medicina em Sergipe. Soma-se a esse estudo os trabalhos de Lima, Bomfim e Medrado (2016), que mesmo analisando a profissionalização da medicina, adentram às questões relativas à importância das redes de relações para a constituição de uma profissão médica em Sergipe, além de demonstrar a acuidade dessas para a instituição dos campos de dominação política e profissional por meio de um ofício. Além dos estudos de Pâmela Santos (2020), que por meio do estudo das redes de políticos sergipanos, demonstrou como o uso do recurso familiar para a construção de suas carreiras políticas e na constituição de suas redes.

Desse modo, a partir desses trabalhos, percebemos um novo direcionamento sobre a política sergipana, conduzindo principalmente a interpretações sobre como em um pequeno Estado, apesar de efetivamente distribuído em sete dezenas de municípios, as redes de relações e alianças existentes possibilitaram a construção de atores políticos fortemente consagrados e que potencializaram o seu poder em forma de uma rede de dominação significativa, tornando-se os senhores de determinada zona e território estadual. É neste direcionamento, da busca pelas alianças e redes de relações existentes na formatação dos agrupamentos e grupos políticos na república sergipana que buscamos empreender uma interpretação analítica sobre a formação dos atores políticos consagrados em lideranças políticas.

Sendo assim, o objetivo desse capítulo é apresentar, ao longo dos períodos históricos da República (1889-1984), como os atores políticos sergipanos foram construindo as suas redes de relações pessoais, as suas alianças e como essas permitiram a esses profissionais da política em determinados momentos serem identificados como líderes e consagra-se como liderança para além da condução do cargo político que ocupará, o de governo do Estado.

Tendo-se como ponto de partida o entendimento de que muitos deles, mesmo na condição de serem os representantes do executivo estadual, nem por essa condição representavam por certo a verdadeira liderança do agrupamento e do grupo político o qual o levou ao poder, considerando como ponto fundamental para essa conclusão o peso atribuído

aos recursos sociais que esses lideraram e deliberaram como qualitativos para a sua condição de líder dentro do grupo e do agrupamento. Neste sentido, a própria liderança partidária constitui-se um recurso dentro do agrupamento. Assim sendo, essas são as hipóteses de partida que direcionam esse capítulo, de natureza densa, mas bastante elucidador sobre a estruturação da política sergipana em meio a suas lideranças, a seus agrupamentos, a suas alianças e à construção dos seus sistemas de alianças e de redes de dominação na política estadual.

2.1 Entre oligarquias e grupos de parentelas: a construção de lideranças políticas na República Velha (1889-1930)

A construção da dinâmica política do Estado de Sergipe perpassa pelo entendimento das suas lideranças, dos atores políticos que ficaram identificados na história estadual como líderes, e na construção das suas alianças e rede de relações. Dos seus agrupamentos e seus grupos políticos.

Ao partir da condição de liderança estabelecido pelos cargos e pelo poderio mandatário em determinadas regiões socioeconômicas do estado, podemos compreender como eram construídas as relações desse grupo de elite que dominava todo o estado, e não só economicamente, mas também demarcava os espaços de poder político. Essa condição nos remete a uma compreensão de continuidade estabelecida dentro do próprio contexto estadual, onde a partir de um sistema de parentelas os elos eram criados e a governabilidade se demonstrava, principalmente a partir dos partidos, os quais correspondiam e exerciam a mera função de “sede de suas parentelas” (Queiroz, 1976; Lewin, 1993; Oliveira & Petrarca, 2017).

Nesse sentido, para compreender como funcionada a construção e o perfil de lideranças que iam se construindo durante os primeiros períodos da República em Sergipe, é preciso voltar ao jogo de parentelas que dominavam o cenário local no período provincial, e perceber como semelhante a um novelo essas lideranças iam se construindo por força dos seus agrupamentos, da potencialidade local, política e econômica do seu grupo e principalmente a ampliação das redes de relações que eram construídas a partir do sistema de alianças instituído pela força das parentelas. Ocorrendo inclusive nos malefícios dessas dinâmicas, que eram a criação de facções dentro do próprio agrupamento e a construção e fortalecimentos de novos grupos políticos. Por certo, essa dinâmica de grupos já se demonstrava, principalmente a partir das lutas oligárquicas dentro da Província.

A partir dessa compreensão, entendendo o sistema de alianças e construção dos agrupamentos políticos, partimos da disputa pela governabilidade na Província de Sergipe d’El

Rey. A disputa pela governabilidade se inicia logo após o reconhecimento por D. Pedro I em Carta Imperial de 08 de julho de 1820 da autonomia da Província de Sergipe Del Rey e sua integração ao Estado Nacional Brasileiro (Oliva, 2013), dois partidos vão e formar, o Liberal e o Corcunda, comandados pela elite senhorial da terra, os principais representantes dos interesses financeiros e da agroindústria açucareira. Esses partidos, na verdade, não funcionavam como instituições autônomas dentro da dinâmica política, mas sim como sedes das parentelas dessa elite açucareira, todos com o interesse de controlar o poder e demonstrar força perante a sua clientela, ou seja, os seus dominados.

Inicialmente a província foi liderada pela Junta Provisória, constituída pelos Corcundas, partido esse que reunia representantes dos interesses dos grandes senhores de terra e gado, e era apoiado pelas camadas médias urbanas, composta por mestiços movidos pelo movimento antilusitano, e que tinha como o seu principal representante, o chefe Corcunda, Sebastião Gaspar de Almeida Boto (1802-1884). Conhecido como “Napoleão do Poxim” e principal representante de um núcleo de elite de base familiar na Província, e fundava o agrupamento dos Almeida Boto. Formado pelo seu cunhado, José de Barros Pimentel (Comandante de Armas, o cargo mais alto na administração das províncias), Bento de Melo Pereira (Capital- Mor e Barão do Cotinguiba) e José Pinto de Carvalho (chefe político local e aliado). Assim se compunha o grupo político situado na região do Vale do Cotinguiba.

O poderio desse partido se alicerçava principalmente pela força de mando exercida pelos senhores e barões do açúcar, demonstrado a partir de suas lógicas de mandonistas e clientelistas, pois a região economicamente mais desenvolvida da Província estava na mão dessas lideranças. O que potencializa dizer que era um domínio parental, levando-se em consideração a formação de um agrupamento estabelecido por laços de compadrio e compadresco.

Esses partidos históricos a partir da revolta de Santo Amaro¹⁷, um município reconhecido como reduto dos liberais, passou a receber outros nomes. O Partido Corcunda passou a ser chamado de Partido Legal, por conseguinte, de Partido Rapina e o Partido Liberal manteve inicialmente o seu nome, mas depois recebeu o nome de Camondongo.

Efetivamente, o grupo Camondongo, formado pelo Partido Liberal, em 1845 passam a assumirem o poder da Província, isso por força do Quinquênio Liberal exercido pelo Imperador em 1844, com também por começar a fazer parte do quadro dos liberais ex-integrantes do

¹⁷ Revolta conhecida como “Revolução de Santo Amaro”, decorrente das eleições para a Assembleia Geral em 1836, onde com a derrota dos corcundas para os liberais, falsificaram as atas da eleição de Lagarto, alterando os resultados e contaram com o apoio do Barão de Cotinguiba. A revolta se deu com a perseguição aos liberais, onde casa foram arrombadas e saqueadas. Estendendo a perseguições para outras vilas e gerando a fuga de liberais para as províncias da Bahia e de Alagoas (Oliva, 2013; Dantas, 2016).

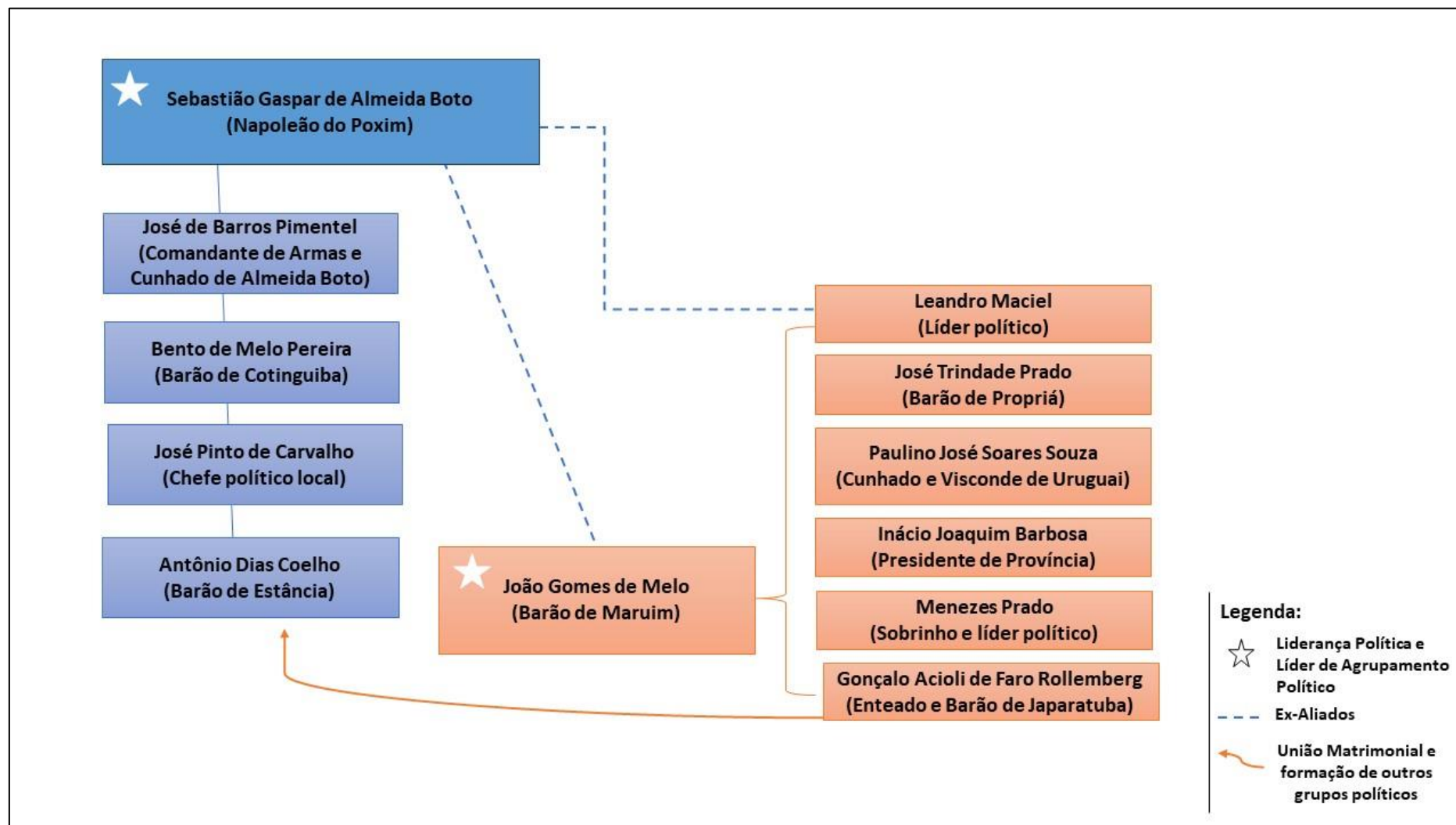
partido Rapina, descontentes com a administração do agrupamento por Almeida Boto. Vale aqui ressaltar que tanto o grupo do Partido Rapina quanto do Partido Liberal, eram formados por grandes proprietários de terras e todos pertencentes à mesma classe de elite dominante – a dos senhores oligarcas e donos do açúcar.

Dessa dissidência com Almeida Boto, o Partido Liberal começa a ganhar nomes significativos, com o de João Gomes de Melo (Barão de Maruim) e José de Trindade Prado (Barão de Propriá), os quais fundaram uma dissidência Partidária significativa entre o jogo político desses dois grupos, que foi o Bagaceira (Oliva, 2013), mas se tornaram rapinas no novo período de predomínio do Partido Conservador. Contudo, em virtude das mudanças ocorridas no cenário político nacional, surtiu reflexos na política estadual, principalmente na dinâmica de formação dos novos agrupamentos e grupos políticos, embora que mantendo as lideranças.

Com o recuo do Partido Conservador em 1855, o Partido Rapina deixou de existir, o que permitiu que o Camondongo se dividisse em duas facções: uma liderada pelo Barão de Maruim, João Gomes de Melo, e criou o Partido Saquarema (Conservador), e a outra de alguns comondongos remanescentes criaram o Partido Liberal, seguindo as legendas nacionais. Em meio à briga pelo poderio e criação das facções dentro dos agrupamentos políticos, o que se percebe é a formação de outros grupos políticos, principalmente ocasionados em virtude dos matrimônios, os quais serviam de capital para a manutenção do poder dos proprietários rurais, ampliando a sua área de mando, como também para fortalecer as dinâmicas políticas nos grupos. Observa-se isso a partir da dissidência de João Gomes de Melo (Barão de Maruim) que passa coordenador um grande grupo, mas que também sofre com dissidências causadas por aliados seus, a exemplo dos seus enteados que se casam com aliados do seu rival político, Almeida Boto. Um exemplo disso é a união do Baronato de Japaratuba e Estância, conforme a **Figura 05** abaixo vai demonstrar.

O que se percebe durante esse período é provincial e que serve de sustentáculo para o entendimento dos agrupamentos e grupos políticos durante a República, é que, por certo, todos eles eram formados pelo mesmo corpo de elite e com um embasamento típico de parentelas. E sempre respaldados pela imposição de poder personificado em seus chefes, os proprietários rurais, que mantinham a dinâmica de governabilidade segundo os interesses subjetivos de seu grupo de base familiar, ora eram os seus interesses de manutenção no poder que estava em questão. Então, valia-se de tudo, desde práticas clientelistas, com também pelo uso da força e da barganha junto aos seus aliados, como, por exemplo, a ligação do Barão de Maruim com o Imperador, capitalizada por meio do seu cunhado, o Visconde de Uruguai, Paulino José Soares de Souza.

Figura 05. Lideranças Políticas Aparentadas na Província de Sergipe (1820-1889)



Fonte: Elaborada pelo autor com base em Dantas (2004); Petrarca; Oliveira (2017); e Oliva (2014, 2024).

Assim sendo, a **Figura 05**, demonstra um exemplo de como eram construídas as lideranças a partir das redes de relações e alianças que utilizavam a condição dos apadrinhamentos diretos e de afins visando ampliar as suas fontes de poder. Não é pretensão dessa figura e da tese, dizer ou demarcar que apenas existiam essas duas grandes lideranças políticas durante o período provincial, contudo, para melhor demonstrar a dinâmica dos partidos Liberal e Conservador (Ex-Corcunda). Também vale como exemplo para demonstrar as contradições existentes dentro do próprio agrupamento político, e demonstra que cada um desses barões construía a partir dos seus títulos de notabilidade também grupos políticos, e uma maneira de disputa entre eles era o peso atribuído tanto ao título de barão, o qual já se atrelava a outro recurso significativo, que era o capital econômico.

Com a Proclamação da República no Brasil, em 15 de novembro de 1889, uma nova ideia de organização político-social e, principalmente, administrativa para o estado brasileiro se redesenhava. Por certo, a principal modificação se dava no campo político, visto que essa mudança de regime político representava transformações nas articulações estruturais das dinâmicas de poder político da sociedade brasileira. De certa forma, representava a dissociação dos espectros do atraso social lusitano, juntamente com a dissociação de todo o seu sistema de potencialização social de uma parcela da sociedade – os senhores de engenhos, os grandes proprietários de terra, a elite latifundiária nacional. A utopia da igualdade estabelecida com a República foi aos poucos perdendo o seu brilho, visto que, desde o ano de sua proclamação 1889 até os anos de 1930, foi a continuidade de uma elite no poder administrativo do Brasil.

No estado de Sergipe, como na maioria do Brasil, os republicanos históricos que desde a criação do Partido Republicano em novembro de 1888, desencadeado a partir do manifesto de 1870 no Rio de Janeiro, já apresentava maturidade e defendia fortemente a perspectiva de maior compatibilidade da República com a democracia. Por certo, uma coisa tornava-se evidente que, a partir da sua proclamação, o Estado passaria a ter seus próprios governantes.

A partir dessa perspectiva, de um Estado republicano e ser governado pelos seus quadros políticos, iniciou-se uma estruturação política ainda alçada nas matrizes políticas provenientes do Império, principalmente em virtude de os senhores de engenho já estarem presentes na dinâmica político-administrativa do estado no próprio Império. Ou seja, a continuidade de grupos e agrupamentos aparentados, sustentados pelas lógicas da força econômica e do capital familiar. E assim eles continuaram em sua posição de poder e grupo de elite, pois grande parte da continuidade de suas ‘alianças’ e recursos econômicos o conduziam a manterem o poder dentro dos limites territoriais do município e nos novos espaços de institucionalização dos serviços públicos. Ora, pois grande parte dos qualificados para a composição desses lugares nos

setores de estruturação do estado eram filhos, sobrinhos e ‘*gente de*’ algum desses senhores de engenhos e coronéis.

O cenário de luta entre os agrupamentos locais e as novas conjunturas impostas pelo novo regime político, que visava a uma hegemonia política nacional por meio de uma articulação com os estados e municípios. Questão essa que influenciava diretamente na dinâmica dos agrupamentos locais, primeiro porque feria os brios da elite açucareira e porque os deixavam órfãos da dinâmica clientelista que assumiam perante os presidentes de província e ao Imperador. Em decorrência dessa vacância clientelista, novos grupos políticos foram se organizando para atender a regulamentação da Carta de 1891, que estabelecia uma ordenação dos poderes locais, processo pelo qual foi executado por força militar.

Divididos em 03 (três) grupos de atores políticos, a elite política sergipana, revestida de ‘novos agentes de estruturação do estado’ (Dantas, 1989) estavam assim representados: (i) os *republicanos velhos*, que era composto pelos representantes dos setores sociais médios urbanos; (ii) os *republicanos novos*, que era composto pelos velhos políticos do Império que aceitaram a transição de regime político, pois visualizam na oportunidade a manutenção de sua condição social e econômica, a exemplo dos senhores de engenho¹⁸; e (iii) os militares, que foram os mais privilegiados inicialmente, por proclamarem a República. É nesse imbricamento entre antigos e novos políticos que a República começou a se estruturar no estado de Sergipe, e a dinâmica dos agrupamentos e grupos políticos começam a ganhar conotação significativa.

Como todo período de transição de regime político, em Sergipe a governabilidade ficou a cargo da indicação do Presidente da República, impondo a formação de duas juntas governamentais, formadas pelos seguintes quadros de militares-políticos: o capitão José de Siqueira Menezes, o tenente-coronel Antônio de Siqueira Horta e o major Antônio Diniz Dantas e Melo. Junto a essa, que não incluiu longo período de governabilidade, tendo-se em vista que dois de seus membros renunciaram, dando início à formatação de uma nova junta, essa composta novamente pelo capitão José Siqueira de Menezes – que foi o único que ficou da primeira junta –, coronel Vicente Dias de Oliveira Ribeiro e o professor Baltazar Góis. Contudo, essa junta também governou o estado apenas até 13 de dezembro de 1889, data na qual Felisbello Freire assume a presidência do Estado (Dantas, 1989; 2004).

¹⁸ Segundo Ibarê Dantas (1989), a adesão dos senhores de engenho ao novo regime político se deu especialmente em virtude dos descontentamentos desse grupo de elite com a Coroa, principalmente ocasionado em virtude da abolição da escravatura (13 de maio de 1888), isto porque o açúcar era a principal fonte de exportação da Província, contando com aproximadamente 900 engenhos, onde a mão-de-obra de povos escravizados era substancial.

Com a finalização do quadro de juntas governamentais, o Presidente da República, o Marechal Deodoro da Fonseca, indica Felisbello Firmo de Oliveira Freire para o cargo de presidente do Estado, fortalecendo o grupo dos republicanos antigos, formado por Sílvio Romero, Ivo do Padro, Padre Job, Manoel Leão, Martinho Garcez e Fausto Cardoso. Contudo, a primeira efetiva gestão de um republicano não ocorreu de livre ação, tendo-se em vista que com a República, no Estado de Sergipe, iniciou entorno da construção de novos partidos políticos, e esses representavam principalmente os desejos das elites locais. Elite, que se encontrava fragmentada em grupos aparentados e divergentes. Outro ponto que merece destaque é a interferência contínua do governo federal na dinâmica política do estado. Ou seja, além de ter que aplacar as disputas internas que apenas estavam silenciadas, o jogo político tinha que lidar com as interferências de poder do governo. Isso ficou claramente exposto com a exoneração de Felisbello do cargo de governo, por não incluir na chapa para o senado o coronel Rosa Júnior, político prestigiado por Deodoro.

Um ponto significativo a ser compreendido é que a dinâmica de formação das juntas governamentais já demonstrava princípios de agrupamentos, pois por certo, cada um desses políticos que construíam a junta representavam uma espécie de grupo de base familiar. Aqui a disputa era centrada numa ‘concorrência’ pelo cargo de presidente de estado, mas que estava completamente relacionado às relações de alianças que cada um desses construía em torno de sua condição de líder. Isto é posto, pois na escolha de Felisbello como presidente de Estado o que está em questão não é apenas o favorecimento da sua representatividade como líder, mas sim todo um agrupamento político que desde o período imperial construía a trajetória de recondução do sistema político. O cargo e os outros recursos sociais eram fundamentais. Isso se observa até na própria condição do Felisbello, pois se retornamos a ele, podemos perceber que além da sua condição de militância no movimento republicano, a sua profissão também o capacitava para ser o principal nome desse agrupamento.

O primeiro partido voltado à ideologia republicana em Sergipe foi o Partido Republicano em 1888, que advinha do Clube Republicano Federal de Laranjeiras (1887), que era um clube formado por jovens da elite canavieira, que desejavam, inspirados pelos ideais de revolução democrática, a República. Eram jovens que foram enviados para estudarem nas então províncias vizinhas, como Bahia, Recife e para a capital do Império, Rio de Janeiro. Esses representavam o movimento bacharelesco, uma política de bacharéis, os quais quando enviados a essas províncias começavam a construir novos laços de alianças com outros políticos e a construir uma rede de relações. Além disso, esses jovens eram responsáveis por ocuparem os cargos de destaque no Estado, pois retornaram a Sergipe formados em medicina e direito.

Ou seja, além de ampliarem as redes de relações da base familiar, eles estruturavam a política estadual e local a partir de novas perspectivas clientelistas.

Nesse contexto em que os grupos foram se articulando e construindo uma pluralidade de legendas partidárias, sem nenhuma ou quase nenhuma vinculação ideológica, o que contava com a construção de sedes institucionais às suas parentelas. Assim, a formação dos novos partidos não só representava um novo direcionamento dentro da política estadual, como também contribuía para a criação de novas lideranças, tendo em vista que a necessidade de formas agrupamentos mais fortalecidos. Pois em um universo de aproximadamente 900 engenhos (Dantas, 1989, 2004, 2016; Oliveira, 2013), cada um representava a condição de um coronel que queria se manter no poder e ampliar a sua área de dominação. Agora, com a República, os partidos deveriam então funcionar como uma espécie de sede das suas parentelas (Oliveira; Petrarca, 2017) e permitir a esses senhores a condição legítima e burocrática de exercer poder e fortalecer seu domínio para além dos municípios, e sim de todo Estado. Outro ponto importante quando analisados as construções desses grupos e agrupamentos a partir dos Partidos, é que eles agora precisavam manter uma política mais aproximada com o Presidente, e isso se processava na própria política dos governadores, cujo cargo de coronel lhes dava esse respaldo.

Aproximadamente depois de sete meses da deposição de Felisbello Freire, foi realizada em Sergipe a eleição da Constituinte, em março de 1891, concorrendo-se três partidos. O Partido Nacional (PN), que se constituía dos principais quadros de políticos advindos do quadro monárquico e que aderiram à República a partir da proclamação. Esses se identificavam como conservadores, mesmo sendo provenientes do Partido Liberal do Império. Compunham esse partido os seguintes políticos: José Luís Coelho e Campos, Leandro Ribeiro Siqueira Maciel e Gonçalo do Faro Rollemberg. Este era o partido com a maior cúpula dos ex-monarquistas, os quais mantinham uma influência significativa na política republicana, principalmente em virtude das suas alianças na esfera federal. Por certo, esses partidos melhor representavam a sede das parentelas, eram sede das disputas de poder entre os herdeiros do império, e que desejavam a continuidade das suas redes de dominação dentro do estado de Sergipe.

Sendo assim, outro partido fundado foi o Partido Católico, fundado pelo Monsenhor Olímpio Campos, o qual provinha do Partido Conservador no Império, era reconhecido como um dos principais políticos e articuladores da época, tornando-se, na verdade, uma importante liderança política, principalmente em virtude do forte poder de articulação junto a Igreja Católica. Era um partido que estava composto também por ex-monarquistas. Esse partido mantinha uma forte relação com semelhante legenda no estado da Bahia, principalmente

representado pelos ex-monarquistas baianos, e representada por cento uma continuidade dos grandes quadros do Partido Conservador no Império.

Aqui a figura de liderança de Olímpio Campos só demonstrava a sua condição de liderar todo um grupo político de base familiar, que via na posição religiosa a condição de continuidade do poder familiar. O que quero demonstrar que nesse período a soma entre força econômica e vinculação religiosa já se fazia força como condicionantes políticos significativos. Ou seja, cada partido que ia se construindo, mobilizava um determinado recurso social para ser o seu motor valorativo.

Já o Partido Democrata representava os republicanos sem suporte eleitoral. Era composto por aqueles que incorporaram o espírito republicano, mas não possuía em suas fileiras nenhuma das grandes lideranças políticas que ditavam os jogos e as relações de poder no estado. Era um partido sem muita expressividade

Como o contexto dos primeiros anos da república sergipana foram marcados pela imposição do regime, mas não pela efetiva aceitação burocrática e jurídica do que se impõe, os ditames e os quereres sempre continuaram perpetuando a dinâmica dos agrupamentos e grupos políticos locais. A imposição do regime republicano era vista diretamente pelas ações impetradas com as flutuações dos presidentes republicanos, por exemplo, com a renúncia de Deodoro da Fonseca e a substituição por Floriano Peixoto, os reflexos diretamente pontuaram o estado de Sergipe, com a deposição de Vicente Luís de Oliveira Reis, que era um proprietário rural e mantinha desavenças com um grande número de lideranças políticas dos Partidos Nacional e católico, principalmente o Monsenhor Olímpio Campos, José Luís Coelho e Campos, Leandro Siqueira Maciel e republicanos antigos como Felisbelo Freire e o capitão Ivo do Prado. Ou seja, a sua derrocada foi estimada por grande parte dos políticos do partido Nacional, Católico e até mesmo pelos antigos republicanos, demonstrando a fragilidade com que a democracia em Sergipe se desenhava (Dantas, 1989).

Mais do que demonstrar a fragilidade em que ia se desenhando, a república era a demonstração de como os herdeiros do antigo regime político iam construindo as suas alianças e recalculando as suas lógicas de estruturação do poder, mas sempre estruturados na base familiar, pois eles eram os próprios líderes familiares. Eles eram a própria elite dirigente aparentada de Sergipe.

Os agrupamentos, grupos e partidos políticos seguiram estruturados, efetivamente o grupo formado por Siqueira Maciel, José Luís Colho e Campos e o Monsenhor, conseguiram eleger em chapa única o militar José Calazans, que conseguiu congregar uma espécie de governo de coalizão entre os conservadores e os velhos e novos republicanos, mas que mesmo

com esse intento de manter a normalidade administrativa não conseguia silenciar as formações faccionais dentro dos grupos dos proprietários rurais. Principalmente dentro do Partido República, com a ascensão do coronel Manoel Presciliano de Oliveira Valadão, que mantinha alianças significativas com o Marechal Floriano Peixoto, além de ter ao seu lado o seu genro Joaquim Pereira Lobo, os quais já colhiam grandes relações de alianças dentro do Estado, inclusive construindo novo agrupamento político.

Sob a ótica de um governo de coalização entre os dois principais grupos políticos do estado – conservadores e republicanos, o governo de José de Calazans tentou demonstrar um período menos tenso em relação às disputas pelo poder entre os partidos e grupos políticos locais, como também tentava demonstrar maior comprometimento com uma federalização do estado. Contudo, essa “paz” política foi quebrada internamente com a ascensão do coronel Manoel Presceliano de Oliveira Valadão, que gozava de prestígios junto ao presidente Floriano Peixoto, o que o levou a chegar ao cargo de deputado federal e teve a ambição de chegar ao cargo de senador, solicitando o apoio do então presidente de estado, Calazans. Na disputa pelo cargo de senador, Valadão acabou perdendo para Leandro Siqueira Maciel, fato esse que confessou ao presidente da república a sua derroca como por uma culpa de falta de apoio de Calazans. Firmava-se nesta ocasião uma ruptura e a criação de uma nova facção dentro da política sergipana. A partir dessa desavença, criava-se o grupo político intitulado grupo Valadonista, que era representado pelo Partido Republicano Democrático Sergipano (PRDS), tendo em seu quadro as figuras de políticos advindos do Partido Democrata (PD), como Gouveia Lima, Ivo do Prado, Felisbello Freire, João Ribeiro e Sílvio Romero, além inclusive, a principal liderança do grupo, o coronel Manoel Presceliano de Oliveira Valadão.

Em razão da criação no cenário nacional do Partido Republicano Federal (PRF), foi atribuído em todo estado nacional a criação desse partido, ao qual em Sergipe ficou dividido entre os dois grupos políticos, os situacionistas, que defendiam ser o partido oficial, e os republicanos. Os situacionistas conservadores mantinham certo controle político local, e os republicanos, que defendiam Valadão, tinham apoio do governo federal.

Com a criação do grupo Valadonista, o estado de Sergipe passava a contar com uma disputa declarada entre os partidos e grupos políticos, principalmente ovacionada pela rusga entre José Calazans e Oliveira Valadão. Valadão gozava de prestígios junto ao governo federal e ainda tinha o apoio do seu genro José Joaquim Pereira Lobo, como também de intelectuais republicanos como Fausto Cardoso e Sílvio Romero; o grupo Calazans era formado por lideranças como Olímpio Campos e Siqueira de Menezes. Segundo Dantas (2004), após uma

eleição conflituosa e violenta, o governo Calazans foi esfacelado pelo grupo Valadão, detonando em Sergipe, a formação de dois grandes grupos políticos: os Pebas e os Cabaús¹⁹.

Quadro 01 - Grupos políticos sergipanos na República: Cabaús e Pebas

CABAÚS	PEBAS
Principais lideranças: Coelho e Campos/Olímpio de Souza Campos	Principais lideranças: Oliveira Valadão/Martinho Garcez
Principais Lideranças: Guilherme de Souza Campos (PC) Coelho e Campos (PN) Olímpio Campos (PC) José Calazans (PN) Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel (PN)	Principais Lideranças: Gumerindo Bessa; Sílvio Romero (PRDS) Fausto Cardoso Oliveira Valadão (PRF) Martinho Garcez (PCS)
Agrupamento formado por “adesistas”, ex-monarquistas que aderiram à república	Agrupamento formado por bacharéis que foram republicanos clássicos
Mobilizou setores ligados aos engenhos do interior do Estado	Mobilizou bacharéis e setores médios urbanos
José Calazans (Presidente de Estado em 1892): Deposto em 1894 por não apoiar Oliveira Valadão (líder do grupo oposicionista) ao senado, fato que contrariou o Presidente republicano Floriano Peixoto, pois Oliveira Valadão era amigo de Floriano desde o período da Guerra do Paraguai.	Oliveira Valadão (Presidente de Estado em 1894): Não recebeu apoio de José Calazans para o senado. Acirrou as disputas com os Cabaús e conseguiu subir ao poder em 1894, mas logo saiu, em 1896. Deu lugar a Martinho Garcez, uma das lideranças de seu bloco, que ficou até 1899.

Adaptado de Lima (2016); Petrarca & Oliveira (2017, 2023), Petrarca e Lima (2021).

Formando dois grandes grupos políticos, esses grupos mantiveram as suas rivalidades políticas mesmo durante a gestão de Oliveira Valadão, estendendo-se até as eleições de 1896, quando se formavam duas chapas rivais: a dos Pebas, tendo como candidato presidente de Estado, Martinho César da Silveira Garcez e seu vice, José Joaquim Pereira Lobo; e no grupo Cabaús, tinham-se os seguintes políticos, Davino Nomísco de Aquino e Manoel Batista Itajaí, respectivamente candidato para os cargos de presidente e vice-presidente (Dantas, 1989; Figueiredo, 1989). Vence essa disputa o grupo Peba, representado principalmente na figura de Martinho Garcez, que governou o estado até os anos de 1899, firmando no final de seu mandato

¹⁹ Os Cabaús eram chamados os políticos que ficaram reunidos na zona dos engenhos, e os Pebas foi como ficaram chamados os políticos que ficaram concentrados nas areias de Aracaju (Dantas, 2004).

um acordo com o líder Cabaú, o Monsenhor Olímpio Campos, nesse mesmo período se inicia um novo período para o estado de Sergipe. Durante esse mesmo momento o grupo Cabaú incorporou-se ao Partido Constitucional de Sergipe, respaldando, assim, a facção de Martinho Garcez, representante de uma ala dos pebas.

A partir do acordo firmado entre Martinho Garcez e Olímpio Campos, encerra-se em Sergipe um período de 10 anos, cuja tranquilidade política foi sempre rompida, principalmente em virtude dos arranjos e desarranjos entre os líderes políticos locais, que muitas vezes eram apadrinhados e se apadrinhavam em virtude de um único bem comum: a continuidade de seu poder político e econômico. Em outras palavras, (Dantas, 1989), percebeu-se os partidos serviam para identificar grupos políticos, formalizando-os institucionalmente, mas não correspondiam de maneira alguma aos anseios do estado de Sergipe, afinal era percebido a partir das suas denominações “católico, nacional, democrata, depois republicano federal, pebas e cabaús”, uma sequência de nomenclaturas que apenas refletiam a desorganização da elite política sergipana. Por certo, o que tínhamos era uma elite política dominante que desejava manter a sua condição de mando e poder dentro do estado republicano.

Efetivamente, a disputa no início da república sergipana apenas reconstruía e deixava as claras as disputas internas existentes durante o período imperial, sendo que agora as rivalidades demonstravam-se muito mais claras, como também os jogos de poder e interesse. Os partidos, como defende Linda Lewin (1993), funcionavam apenas como sedes de parentelas, onde a busca pelo domínio e a coroação pessoal se faziam importantes. Sedes das parentelas, pois na construção dos acordos políticos, a grande maioria dos interesses estavam em manter o sentido agregador e econômico de manutenção econômica e do poder dos senhores políticos.

Nesse sentido, a chegada do Monsenhor Olímpio de Souza Campos, ao Partido Constitucional de Sergipe, depois Partido Republicano, a presidência do estado de Sergipe, representava também a condição de poder dos seus correligionários ao poder, representada por um grupo oligárquico poderoso e dominante. Grupo esse que era fortalecido pela Política dos Governadores, implantada pelo presidente Campos Sales, eleito em 1898, que definia a construção de um arranjo político baseado na reciprocidade de apoios, ou seja, o presidente passava a contar com o suporte irrestrito dos parlamentares e os governantes estaduais adquiriam respaldos que lhes permitiam dominar o quadro político interno, inclusive fazer os seus sucessores. A instituição da Política dos Governadores permitia, por certo, a construção de fortes blocos políticos, regimentados não somente na condição econômica e ideológica, mas principalmente nas construções de ligações familiares, tendo em vista que durante os primeiros anos de república a interferência federal nas decisões políticas – sejam por interesses

econômicos e dos apadrinhamentos e favores – eram frequentes. Instituído assim uma consagração do coronelismo e permitindo com que os políticos construíssem perpetuidades dentro da política. Assim se desenvolveu a política e o governo de Olímpio Campos, que gozava de prestígio junto a Campos Sales, e controlava todo o quadro político estadual que o ajudou a chegar ao cargo de presidente de estado, indicou o seu secretário-geral como seu sucessor, gerando assim indisposições com seus correligionários, como Coelho e Campos e Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel, os quais foram derrotados, pois o Monsenhor detinha e chefiava o Partido Republicano de Sergipe, inclusive ligando-o ao plano nacional.

Neste contexto de disputa entre facções internas na gestão Olimpista, o poderio de liderança política do monsenhor Olímpio Campos, e mantinha-se fortalecida. Inclusive definindo os quadros governamentais do Estado, a exemplo da vitória de Josino Menezes, que era um fiel partidário. Representante fiel do grupo Olimpista, a indicação de Josino Menezes como presidente de Estado ocasionou entre os principais líderes políticos sergipanos a junção para a composição de um grupo oposicionista, formado por Marinho Garcez (que outrora tenha apoiado o Monsenhor), Fausto Cardoso, Sílvio Romero, os conservadores – Coelho e Campos, Leandro Maciel e inclusive o seu vice-presidente, Apulcro Mota, que lideravam um grupo político completamente contrário a liderança política de Olímpio Campos e seus apadrinhados.

Mas a política de parentelas de Olímpio Campos permanecia fortalecida, mesmo que agora tivesse, em contrapartida, o grupo oposicionista, que desejava a mitigação de poder de Olímpio Campos na política estadual e federal. Contudo, os apadrinhamentos seguiam em meio as eleições, principalmente quando em 1905, o irmão de Olímpio Campos vence a política estadual. Guilherme de Souza Campos, tornou-se presidente de estado sem praticamente haver disputa. Iniciou o seu mandato em 1905, quando também ocorrerá por força da Lei Rosa e Silva, que permitia o direito das minorias de eleger seus representantes por meio do voto cumulativo, se funda uma chapa de forte expressão política no estado, representada por dois políticos significativos e que representavam dois grupos outrora rivais e que pelo interesse em mitigar o poderio de Olímpio Campos se juntam, foram eles, Fausto Cardoso, para deputado federal e Coelho e Campos para o cargo de senador. É a partir da formulação dessa chapa que se estabelece a criação do Partido Progressista.

Em decorrência dessa campanha, da qual saiu vitorioso, Fausto Cardoso, criou-se no estado um movimento contra os governistas. Movimento esse que se espalhou e depôs do cargo Guilherme de Souza Campos, sendo substituído pelo desembargador Loureiro Tavares, que ficou no governo por 17 dias, até a chegada de tropas militares mandadas pelo governo federal para manter a ordem e a paz política no estado. Foi a partir deste fato que ocorreu um dos mais

significativos embates políticos do estado, a Revolta de Fausto Cardoso²⁰, na condição de principal líder político das minorias e da oposição ao grupo Olimpista. Tomando ciência da retomada de poder para Guilherme de Souza Campos, Fausto Cardoso incita os revoltosos e decide tomar o Palácio do Governo, sendo que nesse ato, foi alvejado e chega a óbito, em 28 de agosto de 1906. Em revelia ao assassinato de Fausto Cardoso, os seus filhos, meses depois assassinam Olímpio Campos no Rio de Janeiro, que segundo eles teria sido o mandante do crime a Fausto (Oliva, 1985; Silva, 1938). Com o desfecho da Revolta de Fausto Cardoso, também finaliza-se o governo de Guilherme Campos, o qual seguiu a política de parentelas de seu irmão, indicando também um dos correligionários do grupo Olimpista, o ex-deputado federal José Rodrigues da Costa Dórea, mas que não conseguiu manter o poderio do seu grupo como o monsenhor Olímpio Campos.

A principal liderança do grupo Olimpista estava representada no próprio ator político do monsenhor Olímpio Campos, era ele quem ditava todas as articulações para o sucesso político do seu agrupamento, como também para a manutenção de poder de seus afiliados. Com a sua morte, os seus correligionários começaram a disputar poder dentro do Partido Republicano, pois desejavam manter e ter o poderio da sua principal liderança. Assim, com o fim do período Olimpista, temos no estado de Sergipe a construção de um novo agrupamento político, somando-se a criação no cenário nacional do Partido Republicano Conservador, fundado pelo governo de José Pinheiro Machado em 1910, que influenciou no estado a liderança do general José Siqueira de Meneses, o qual foi o único sergipano a aderir ao diretório do partido. Segundo Dantas (1989, p. 63), *“O governo de Siqueira de Meneses significou para Sergipe um momento de transição entre uma oligarquia que se findava e outra que se reestruturava sob nova orientação”*. Ou como mesmo o autor convencionou chamar de *“interregno salvacionista”* ou *“política das salvaçãoes”*, pois representava o período em que os faustistas, que desde 1906 se sentiam desprestigiados, conseguiam chegar ao cargo máximo do estado, e assim consolidar-se como líder político. Governou o estado sem apresentar muito entrosamento com os políticos estaduais que se duelavam pelo poderio estadual, chegando ao fim do seu mandato sem ingerência na escolha de um sucessor, tendo-se em vista que ele não fazia parte das facções e agrupamentos e grupos políticos locais, principalmente do agrupamento Valadão Lobo.

²⁰ Mais informações sobre o que se convencionou chamar ‘Revolta de Fausto Cardoso’ se encontram no livro OLIVA, T. *‘Impasses do Federalismo Brasileiro (Sergipe e a Revolta de Fausto Cardoso)’*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.

O grupo Valadão-Lobo era um agrupamento que revezou a presidência do estado de Sergipe de 1914 até 1922, pois Valadão conhecia os entraves e participou dos agrupamentos e facções políticas que alimentavam o cenário estadual. Fato esse que permitiu com que aliasse a antigos rivais políticos. Já José Joaquim Pereira Lobo, marcou o seu governo de forma autocrática, insurgindo em seus correligionários rupturas e formalizando o que foi chamado de Reação Republicana, marcando a sua gestão com perseguições e hostilidades aos seus adversários, o que fortalecia a Reação e ganhava adeptos políticos de peso no estado, como, por exemplo, os ex-presidentes do estado o marechal Siqueira de Menezes e Rodrigues Dórea, além de numerosos oficiais do Exército e chefes políticos municipais, assim fazendo força para a campanha em nome de Gonçalo de Faro Rollemberg. Contudo, a força oligárquica na qual Lobo se sustentava junto a Valadão e a outros grandes oligárquicos, permitiu que indicasse o seu sucessor, o estanciano Maurício Graccho Cardoso, que era um dos seus aparentados políticos.

Por sua vez, Maurício Graccho Cardoso, era vinculado à parentela dos Acióli do Ceará por laços familiares, compondo-se como um político significativo da base familiar desse grupo, e representava um dos exponenciais políticos ligados ao grupo oligárquico Valadão-Lobo. Entretanto, diferentes de seus líderes oligárquicos, administrou o Estado primando por uma certa boa conveniência junto aos seus adversários, embora o seu principal entrave tivesse sido as Revoltas Tenentistas que ocorreram em 1924 e de 1926²¹.

Durante o período tenentista, Graccho Cardoso foi preso e se impôs na administração do Estado uma junta governamental formada por militares, dentre os quais o tenente Augusto Maynard Gomes, chegando a governar o Estado por 21 (vinte e um) dias, sendo posteriormente enfraquecidos por força do envio de tropas militares a mando do governo federal, permitindo a recondução de Graccho ao cargo de Presidente. Sendo que no ano de 1926, os militares voltam a tomar o poder, suscitados por força da Coluna Prestes. O movimento foi novamente desfeito e os envolvidos presos, inclusive o tenente Augusto Maynard que gozava de prestígio entre os civis e militares no estado de Sergipe (Dantas, 2004; Maynard, 2008).

Ao retornar à presidência do Estado, Graccho Cardoso finalizou o seu mandato sem conseguir manter fortalecida a parentela do grupo Valadão-Lobo, pois não conseguiu indicar o

²¹ Tratou-se de um levante militar que vinha ganhando força no país desde os anos de 1922 e que no ano de 1924 ganhou corpo quando jovens militares se amotinaram no Forte de Copacabana (RJ), onde um grupo estava sendo processados, um grupo revoltou-se na cidade de São Paulo em julho de 1924. Desencadeando um pedido do governo federal ao presidente do Estado de Sergipe do envio de tropas militares, contudo o pedido não foi atendido, pois os militares do Amazonas, Mato Grosso e Sergipe se rebelaram e apoiaram o movimento (Dantas, 2004; Maynard, 2008).

sucessor de seu agrupamento, visto que a política local se encontrava bastante confusa e completamente divergente. Como também o esquema de alianças do qual fazia parte dentro do Partido Republicano Conservador (PRC) encontrava-se fragilizada e dividida em duas facções, uma liderada pelo próprio Graccho Cardoso e os coronéis que o ajudaram a sua reposição, e a facção liderada pelo seu ex-aliado, o então senador Pereira Lobo. Como também sofria as imposições do Governo Federal, inclusive na indicação de nomes não populares e representativos para as oligarquias locais. Os dois formaram uma coalizão política, que ficou chamada de Coligação Sergipana (Dantas, 1989; Oliva, 2013).

Como o que se tinha em questão era a manutenção do poder, a oligarquia açucareira volta ao cenário político através da eleição para governo, com forte indicação do Governo Federal, o deputado Manuel Côrrea Dantas, que assume a presidência do Estado num governo que se estendeu de 1927 a 1930, quando indicou para o cargo de presidente o comerciante Francisco de Souza Porto, eleito pelo voto popular, contudo em virtude da Revolução de 1930 não consegue assumir a presidência do Estado.

O que se percebeu durante os primeiros 41 (quarenta e um) anos de regime republicano no estado de Sergipe foi a formação de vários grupos políticos e agrupamentos políticos que se alinhavam e disputavam o poder em torno da construção e continuidade da sua condição de mando e de poder. Tendo-se em vista a presença de um significativo quadro de atores políticos que se se apadrinhavam entre si, numa lógica oligárquica, a qual privilegiava a continuidade de uma classe econômica dominante no maior cargo eletivo de poder do estado. Entre Pebas e Cabaús, mesmo que aparentemente divergentes entre princípios ideológicos, as facções e novas agremiações que se formavam primavam pela manutenção do poder nas mãos de um grupo de políticos, os quais advinham desde o período monárquico e imperial nas ‘salas do poder’ estadual. Esse sistema de continuidade política oligárquica demonstrou enfraquecimento a partir da Revolução de 30, que levantava a bandeira de implementação de um projeto político intervencionista, reformista e nacionalista.

É o que demonstra a **Figura 06**, uma dinâmica de continuidades, disputas faccionais e construção e líderes em novas conjunturas, mas não divergentes em sua estrutura econômica, social e principalmente política. Em uma ordem cronologia, podemos ver como na esfera nacional e local foram influenciando a construção dos agrupamentos e grupos políticos, de modo a construir lideranças políticas.

Um ponto importante a ser observado durante esse período, que se estende da Proclamação da República até a Revolução de 1930, é que as lideranças que foram sendo construídas são formadas por um grupo de atores políticos que se construíram por força do

capital econômico que suas famílias obtinham. Destacam-se uma elite rural completamente aparentada, erigindo matrimônios e lógicas de estruturação do seu poder a partir do sistema coronelístico e do bacharelismo. Uma elite dirigente marcada pela estruturação de grupos de base familiar, sustentados em torno de recursos sociais significativos como, pertencimento familiar – sanguíneos e afins –, e questão econômica e profissional.

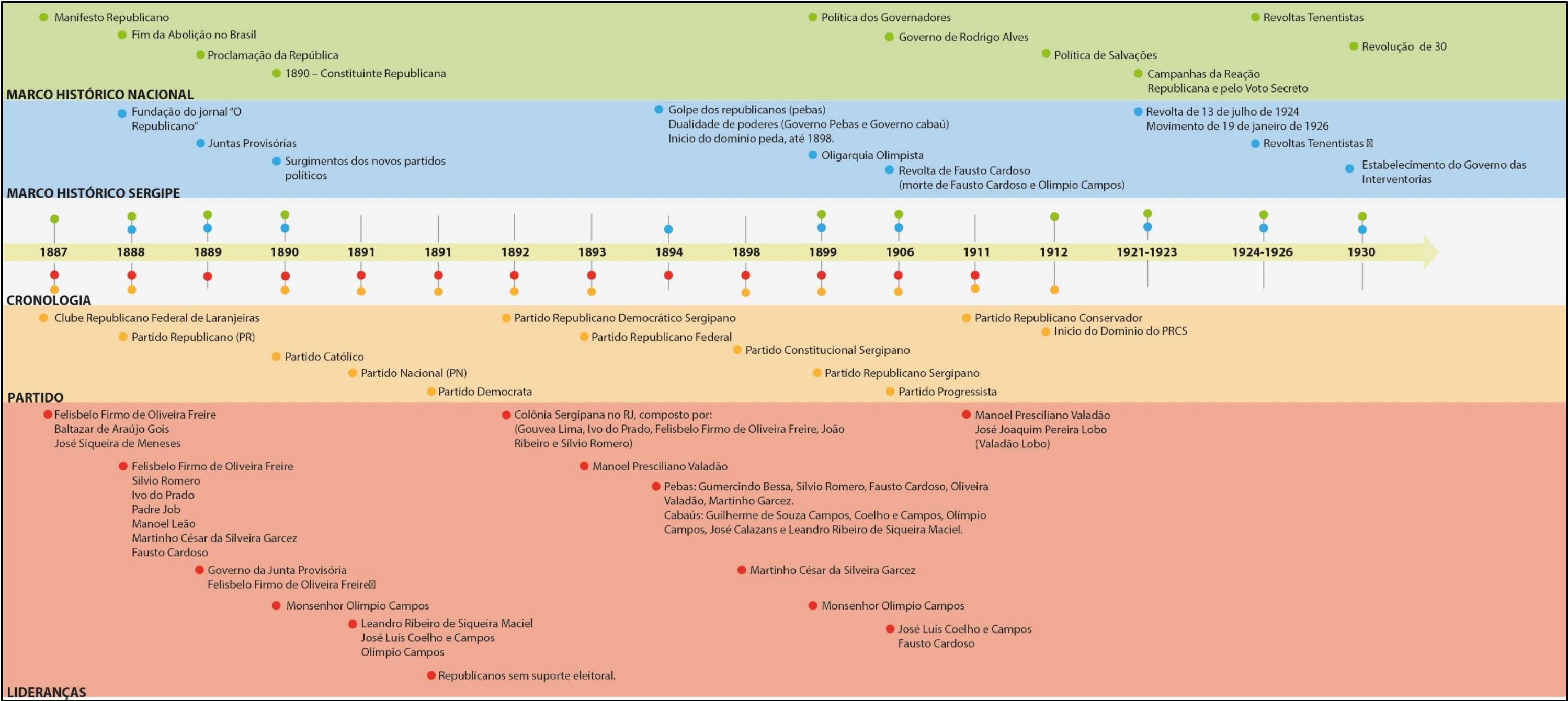
Por certo, essas lideranças foram construídas pela força do sistema coronelístico e oligárquico da República Velha, os filhos de coronéis e senhores proprietários rurais, na sua grande maioria advindos dos pequenos municípios do Estado, mas que potencializavam politicamente a dinâmica do jogo político sergipano. Quando analisamos as profissões dessas lideranças, temos: em sua grande maioria formada por militares, seguido por advogados e médicos.

Foram advogados e filhos de proprietários rurais: Martinho César Garcez, José Luiz Coelho e Campos, Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel. Representam as principais lideranças militares: Manoel Presciliano Valadão, José Joaquim Pereira Lobo, Antônio de Siqueira de Menezes. Apenas encontramos, Felisbelo Firmo Freire, que foi médico, mas destinado principalmente às atividades políticas e jornalísticas; Olímpio Campos, como professor e Monsenhor; e apenas definido como político, Maurício Graccho Cardoso.

Essas lideranças demonstram como em todo desenvolvimento da República Velha os recursos econômicos e familiares foram significativos para a condição e a permanência da posição de poder desses filhos e apadrinhados de coronéis. Afinal de contas, eles eram a própria condição de continuidade da condição de poder representada de maneira personalista na figura de seus pais e dos seus padrinhos políticos. Esses atores políticos, por certo, representam a própria configuração da elite coronelística aparentada.

O que observamos, nos primeiros anos da república em Sergipe, reforça a nossa argumentação de tese, a saber: para compreender a formação de uma liderança política é necessário a interpretação das relações existentes entre a formação dos grupos e os recursos sociais que esses atores utilizaram como sustentáculos para a sua condição e poder. objetivamente o principal recurso acionado foi o capital econômico e o capital familiar. Esses funcionaram como uma dupla condição de formatação dos partidos, os quais funcionalizam-se como sedes das parentelas. Eram partidos que tinham como representação a condição de grupos de base familiar.

Figura 06. A dinâmica dos partidos, grupos e lideranças políticas sergipanas na República Velha (1889-1930)



Fonte: Organizado e elaborado pelo autor (2024), com base em Dantas (1989); Oliva (2013) e Petrarca e Oliveira (2017). Diagramação: Breno Franco (2024).

2.2 Agrupamentos, grupos e lideranças políticas no Governo Provisório e Constitucional ao Estado Novo em Sergipe (1930-1945)

A Revolução de 1930 promoveu a desestabilização do sistema oligárquico, que tinha perdurado durante toda a República Velha, a revolução caracterizou-se pela tomada de poder em 03 de outubro, em que tenentes, com apoio de civis, depuseram o presidente da República Washington Luís (24 de outubro de 1930), para que assumisse a gestão federal Getúlio Vargas. Esse período ficou marcada pela implementação de um projeto político intervencionista, reformista, nacionalista, que se voltava a reestruturação administrativa a partir do saneamento das finanças públicas e buscando a aproximação das classes subalternas urbanas.

O período da revolução estabelecerá a condição de uma República Velha para o marco temporal de 1889 a 1930, no qual, segundo os interventores, se estabelecia por um domínio político liberal-oligárquico, sendo então substituído no novo regime, na República Nova, pelo regime político de denominação Populista, respaldado em duas fases: a primeira que corresponde de 1930-1945 e a segunda de 1946-1964.

A primeira fase do estado populista se caracterizou por uma nova articulação de forças, respaldada em uma lógica industrializante e que atendesse as demandas populares na busca de legitimidade política. Essa perspectiva foi logo de encontro à estrutura oligárquica vigente durante o período da República Velha, desconstruindo o poderio político dos coronéis, os quais precisavam agora construir a sua rede de dominações a partir da própria burocratização da política nacional, e direcionava suas ações para a área urbana dos estados. Ou seja, mudava-se a dinâmica geopolítica dos estados, saindo da área rural para a área urbana.

Aqui em Sergipe, com a deflagração da Revolução, o então governador, Manoel Correa Dantas, fugiu e assumiu o seu posto o tenente-médico Eronildes de Carvalho como governador provisório, em um curto período de mandato de 16 a 20 de outubro de 1930. Já no dia 20, assumiu o governo no Palácio Olímpio Campos o general José Calazans, que tinha sido o primeiro governador constitucional de Sergipe em 1892, renunciou ao cargo 15 dias depois de sua posse, sendo substituído pelo major Marcelino José Jorge que ficou no cargo até novembro de 1930, quando novamente assumiu o cargo o general José Calazans por força do pedido do general Juarez Távora, mas retornou a renunciar e entregou a função ao tenente Augusto Maynard Gomes, quando assumiu na função de governador provisório, em 16 de dezembro de 1930.

Augusto Maynard não simpatizava com a vida partidária da política sergipana, mas gozava de uma condição de popularidade, pois era a figura revolucionária de maior destaque

em Sergipe (Dantas, 1983), e utilizava essa popularidade como um recurso político significativo para dar força ao movimento. Além disso trazia consigo a condição de elite proveniente de seus familiares e recrutava para a formação do seu grupo político um corpo profissional, ou seja, principalmente militares descontentes com os primeiros anos de república no estado. Era um corpo de militares que não participaram efetivamente da distribuição dos grandes cargos políticos no estado, mesmo tendo-se na história política sergipana no início da república alguns nomes de militares, nem todos participaram da construção dos grandes agrupamentos políticos de poder familiar em Sergipe.

Embora viesse da elite rural do estado de Sergipe, Maynard ao assumir a interventoria do estado foi fiel à condição imposta pela revolução, e não construiu alianças com a oligarquia república sergipana logo no início do período intervencionista. Aproximando de uma parentela de militares, precisamente de tenentes revoltosos, Maynard representava o rompimento das forças dominantes na administração pública estadual. Pelo menos essa era a condição da qual gozava o prestígio militar e popular. Durante a sua gestão, no cenário nacional se estabelecia o debate em torno da formação da constitucionalização do país, estabelecendo-se assim uma revolução em 1932, suscitando ao presidente Vargas a convocação para a Constituinte, pela qual se estabeleceram as eleições para maio de 1933, permitindo a formatação de novos partidos.

Em Sergipe, foi fundada a União Republicana de Sergipe (URS), que representava o grupo dos usineiros, e formado pelos mais descontentes com a nova ordem política – figuras do patronado rural e intelectuais vinculados à classe dominante –, sendo oficialmente fundado na Usina Pedras, de propriedade do coronel Gonçalo Rollemberg do Prado, mais conhecido como Gonçalo das Pedras (Dantas, 1983; 1989; 2004). Compunha o quadro de lideranças do Partido dos Usineiros: Gonçalo Rollemberg do Prado, Dr. Augusto César Leite, Eronildes Ferreira de Carvalho, Godofredo Diniz, José de Faro Rolemberg, João Garcez, Moacir Rabelo Leite e Lourival Fontes. Esse partido representava efetivamente o quadro de lideranças políticas advindas da República Velha. A criação desse partido, por certo, representava a condição no período intervencionista da volta à política sergipana da elite oligárquica.

Outro partido que se criava era o Partido Social Progressista (PSP), que tinha em Graccho Cardoso a sua principal liderança, além do ex-presidente Pereira Lobo e os membros da ex-Aliança Liberal, como Arthur Fortes e Marcelino José Jorge. Esse partido também ovacionava a condição de significativas lideranças do período da república Velha, principalmente um dos principais opositores de Augusto Maynard. Graccho Cardoso, trazia com si os reflexos do período tenentista, como também as consequências de ter sido retirado

do cargo de governador, o que ocasionou um desfavorecimento dentro dos grupos elitistas de Sergipe, principalmente no agrupamento dos antigos coronéis.

Outro grupo que se estabelecia, era o grupo da Liberdade e Civismo, que era composto por uma miscelânea de parcelas significativas do patronado rural, a exemplo de Leandro Maciel, de Rodrigues Dória, como também de um forte contingente de classes subalternas urbanas do estado. Uma ressalva significativa nesse grupo é que era um grupo completamente vinculado à interventoria de Augusto Maynard, ou seja, mesmo sendo um quadro formado por um patronado rural, esse via na condição de apoiar a interventoria uma condição de futuro sucesso político ao longo do governo de Getúlio Vargas.

Em meio a esses partidos a Igreja Católica também contribuiu para a formação e sustentabilidade do início do período, com a criação da Liga Eleitoral Católica (LEC), fundada em 1932 e que apresentava como líder o Don José Tomaz e do representante regional da LEC, Guilherme Nabuco Maciel. Uma característica fundamental dessa Liga era a sua condição de alistar e organizar o eleitorado católico.

Contudo, durante o efetivo período da Constituinte, 1933 e 1934, é que vão ser realizadas as eleições constituintes, essas já com os seus quadros políticos completamente articulados e desejosos de constituir os seus agrupamentos dentro do governo Vargas. Importante sinalizar que com a revolução de 1930, a condição coronelística se dissipa, pelo menos, na prática, junto ao campo eleitoreiro local e isso dificultava a condição de legitimar um mandonismo local junto aos dominados nos municípios. Como também, a condição populista de Maynard impulsionava nas massas mais pobres a condição de aproximação junto ao governo intervencionista, embora essa não fosse a realidade assistida durante o governo ditatorial.

As eleições em Sergipe foram marcadas pelo forte embate entre o grupo da situação, que se organizava em torno da interventoria, no Partido Republicano de Sergipe (PRS) e os conservadores aglutinados na União Republicana de Sergipe (URS), os usineiros. Entretanto, esse período foi favorável para a criação de mais quatro agremiações, sendo elas: o Partido Social Democrático de Sergipe (PSD), sob a liderança de Leandro Maynard Maciel, com Orlando Dantas e o cel. Francisco de Souza Porto, que tinha sido eleito para a presidência do estado quando se deflagrou a Revolução; o Partido Republicano de Sergipe (PRS), composto por lideranças políticas que outrora apoiaram o interventor Maynard, principalmente representado na figura de Manuel Dantas; o Integralismo, que apresentava uma espécie de “reprodução cabocla do fascismo europeu” (Dantas, 2004, p. 83); e a Aliança Proletária de Sergipe (APS), formada pelos trabalhadores urbanos inspirados pelo ideário socialista, liderado

por João Vieira de Aquino, José Nunes da Silva e Deodato Maia (então Presidente do Conselho Nacional do Trabalho). É importante sinalizar a proliferação de sindicatos²², como uma resposta de incentivo do governo intervencionista a outras classes sociais. Segundo, Terezinha Oliva (2013), o interventor era visto como “seu protetor, garantia da aplicação da legislação social emanada do Governo Federal”, podendo então os trabalhadores exercerem um papel político na dinâmica política estadual.

Iniciando-se as eleições constitucionais de 1934, formara-se em Sergipe dois blocos, de um lado o grupo representado pelo Partido Social Democrático de Sergipe, liderado por Leandro Maciel, que estava nesse pleito coligado com URS, o partido dos Usineiros, e do outro lado estavam o interventor e seus correligionários, coligados com o PSP, liderado por Graccho Cardoso e com a Aliança Proletária de Sergipe, que representava os trabalhadores sindicalizados. Tinha-se então formada a disputa eleitoral entre dois militares já conhecidos e completamente articulado junto as classes dominantes e aos trabalhadores. Tinha-se a disputa entre o capitão Eronildes de Carvalho e o Gel. Augusto Maynard.

Mesmo a situação político-partidária estando dividida em vários seguimentos da sociedade, a disputa centrou-se entre a situação e os usineiros, que estavam representados pelo URS. Formatando um cenário de coalizões, inclusive entre partidos historicamente rivais em virtude de disputas familiares, foi o caso do URS e o PSD; já o PSP de Graccho Cardoso ligou-se à interventoria, como também à Aliança Proletária de Sergipe. Ficando os dois blocos assim definidos: URS, PSD e a Ação Integralista, tendo Eronildes Ferreira de Carvalho indicado ao cargo de governador, e do outro lado o PRS, PSP e a APS, tendo o capitão Augusto Maynard Gomes como candidato. Saindo vitoriosos a coalizão do URS, elegendo todos os seus candidatos, Eronildes para o cargo de governador, Augusto César Leite (URS) para o senado e Leandro Maynard Maciel (PSD) também para o senado. Em virtude da sua derrota, Augusto Maynard renunciou em 27 de março de 1935, visando não transmitir o cargo de interventor aos seus adversários.

²² No ano de 1934 a Organização dos Trabalhadores de Sergipe, se mostrava bastante organizada e completamente articulada politicamente. Era composta por 23 (vinte e três) instituições, sendo elas: 1. Partido Aliança Proletária de Sergipe; 2. Centro Operário Sergipano; 3. Sindicato dos Operários Pedreiros; 4. Sindicato dos Operários Tecelões; 5. Sindicato dos Operários Sapateiros; 6. Sindicato dos Operários Gráficos; 7. Sindicato dos Operários Padeiros; 8. Sindicato dos Operários Metalúrgicos; 9. Sindicato dos Operários Barbeiros; 10. Sindicato dos Operários da Usina Eletricidade; 11. Sindicato dos Empregados no Comércio; 12. Sindicato dos Bancários de Sergipe; 13. Sindicato dos Trabalhadores de Resistência e Trapiches; 14. Sindicato dos Carroceiros e Doqueiros; 15. Sindicato dos Estivadores de Sergipe; 16. Sindicato dos Operários Marceneiros e Carpinteiros; 17. Sindicato dos Operários Pintores; 18. Sindicato dos Operários Tecelões de São Cristóvão; 19. Sindicato dos Tecelões de Estância; 20. Sindicato dos Tecelões de Vila Nova; 21. Sindicato dos Tecelões de Propriá; 22. Sindicato dos Operários Marítimos; e 23. Sindicato dos Contadores e Guarda-livros.

Sendo eleito interventor por força da coalizão URS, PSD e a Ação Integralista em 1935, Eronildes Ferreira de Carvalho, assumiu o governo, desarticulando todo o grupo Maynardista, inclusive prefeitos e membros de Conselhos Consultivos, delegados, subdelegados, adjuntos de promotoria e liberando os cargos para os partidos aos quais estavam alicerçadas a sua coalizão. Eronildes iniciou um governo marcado pelo totalitarismo, principalmente pelo prestígio que gozava junto ao Governo Federal, e isso se demonstrava com as indicações feitas para os 25 prefeitos-interventores, formando um quadro principalmente de usineiros, ou seja, os velhos políticos anteriores, conforme Ibarê Dantas (1983, p. 153) apresenta:

[...] Estavam incluídos entre estes os principais chefes políticos do setor açucareiro, tais como Gonçalo Rollemberg do Prado, proprietário da Usina Pedras, para Maroim; Ariosvaldo Barreto, da Usina São José do Junco, para Capela; Aldebrando Franco de Menezes, da Usina Boa Luz, para Laranjeiras; [...] José Sobral Garcez, para Itaporanga; Francisco Leite Filho, para Riachuelo; Otávio Acioli Sobral para Japaratuba. Os demais (boa parte dos quais ligados à pecuária) eram integrantes ou conhecidos simpatizantes da União Republicana de Sergipe, que embora extinta com o Estado Novo, seus membros alcançado a prefeitura sem consulta popular.

A configuração do seu mandato demonstrava a retomada da elite canavieira e os grupos de base familiar para a base política do estado. Se com a Revolução de 1930, os coronéis acabaram perdendo o seu poderio em virtude da imposição de Getúlio Vargas, o que se observava era que eles conseguiram com a gestão de Eronildes, foi voltar a produzir nos municípios o seu curral eleitoral. Contudo, é importante mencionar que mesmo mantendo ligação direta com a interventoria, a elite açucareira não gozava de poderes amplos, inclusive ao longo do mandato iam perdendo os seus postos, quando o interventor ia se aproximando de alguns coronéis que apoiaram Maynard.

Contudo, ao longo do seu mandato, as crises internas começaram a ganhar força, principalmente entre os pessedistas (PSD), o que suscitou a formação de uma pluralidade de entidades político-ideológicas e partidárias, como, por exemplo, a União Feminina do Brasil e a Frente Única Antifascista e Antiguerrilha de Sergipe, e a Aliança Nacional Libertadora (ANL), como também a Igreja Católica passou a criar a sucursal da Ação Católica Brasileira. Ibarê Dantas (1986; 2004), chama a atenção para outro ponto que veio desgastar a gestão de Eronildes de Carvalho, foi a Intentona Comunista²³, que se estruturava dentro do cenário

23 A Intentona Comunista, também conhecida como Revolta Vermelha de 35 e Levante Comunista, foi uma tentativa de golpe contra o governo de Getúlio Vargas, ocorrida em novembro de 1935 e combatida pelas Forças de Segurança Nacional. A ação foi planejada dentro dos quartéis e os militares simpatizantes ao movimento comunista deram início às rebeliões em novembro de 1935, em Natal, no Rio Grande do Norte, aonde os revolucionários chegaram a tomar o poder durante três dias. Em seguida se alastrou para o Maranhão, Recife e por

nacional e estadual, fazendo com que o governo estadual intensificasse a sua atuação de repressão. Em contrapartida, Eronildes mantinha uma relação amistosa com o cangaceiro, Virgulino Ferreira, “dificultando a repressão ao seu grupo de cangaceiros e fornecendo-lhe munição” (*idem*, 2004, p. 87.).

Por certo, a liderança de Eronildes de Carvalho foi fortemente criticada pelos deputados na Assembleia Legislativa, isso em virtude das ações de repressão perpetradas e da sua propaganda político ideológica, inclusive solicitando o seu *impeachment*. Sendo que nesse mesmo período, no cenário nacional, se formatava as eleições para a presidência da República com a disputa entre dois candidatos: José Américo de Almeida e Armando Sales de Oliveira. Contudo, as eleições não foram executadas, pois Getúlio Vargas com os militares e os integralistas formataram o golpe de estado, estabelecendo assim o Estado Novo, que perdurou de 1937 até 1945.

Em decorrências das divergências internas dentro dos grupos e percebendo-se um enfraquecimento do movimento revolucionário em decorrência da gestão autoritária de Eronildes de Carvalho, a solução do Governo Federal foi a indicação do Capitão Milton Azevedo, mas que, na verdade, representava um hiato para a volta de Augusto Maynard ao poder. Disto isto, a popularidade de Maynard conciliava tantos os interesses da população, como também os proprietários rurais da elite dominante açucareira, fato esse que se demonstrou na própria escolha do seu quadro administrativo com nomes do grupo Maynard, a exemplo de Carvalho Neto, que foi um dos principais assessores de Augusto Maynard (1930-1935), além de Francisco Leite Neto (genro de Carvalho Neto), José Garcez Vieira, José Rollemberg Leite (irmão de Francisco Leite Neto) e Gonçalo Rollemberg Leite. A estruturação do seu governo direcionou para uma composição das bases familiares, compondo o governo de ex-integrantes da República Velha, principalmente nas direções que pudessem favorecer a liderança política de Augusto Maynard, inclusive construindo aproximações não tão prováveis, com foi o caso do coronel Gonçalo Prado.

Por certo, o governo de Milton Azevedo, funcionou como um instrumento de reorganização das forças políticas no estado. Privilegiando novamente e em semelhante perspectiva os usineiros e coronéis, só que os que estivessem vinculados à parentela de Augusto

último para o Rio de Janeiro, no dia 27. A partir desse episódio, Vargas decretou estado de sítio e deu início a uma forte repressão aos envolvidos na Intentona Comunista. Luís Carlos Prestes foi preso (SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR – STM). Disponível em: <https://www.stm.jus.br/1-visao-geral/item/1490-intentona-comunista>. Acesso em 28 de setembro de 2023.

Maynard, e silenciando as alianças de Eronildes. Reorganizando-se as estruturas de poder no estado, o governo foi novamente entregue a Augusto Maynard novamente.

Atravessando-se um período de aproximadamente sete anos, entre sua renúncia em 1935, e a volta da interventoria do estado em 1942, quando Vargas exonera o capitão Milton Pereira de Azevedo, o agora então coronel Augusto Maynard foi recebido em Sergipe com festa e formatou o seu governo mantendo em seus cargos estratégicos alguns correligionários ainda da gestão de Eronildes de Carvalho.

A segunda gestão intervencionista de Augusto Maynard ficou marcada pelas relações de apadrinhamento político que Maynard tecia junto a Francisco Leite Neto, filho de Silvio César Leite e sobrinho do Dr. Augusto César Leite, políticos influentes no Vale do Cotinguiba e nas principais esferas econômicas do estado. A aproximação entre Maynard e Leite Neto permitiu ao jovem político que já tinha em sua base familiar um histórico de poder, construir novas formas de se lançar na política por meio do acesso a uma das figuras políticas mais populares de Sergipe, além de conseguir atrelar o nome de Augusto Maynard a classe dominante sergipana.

Mas a construção de um governo intervencionista de Maynard foi marcada por vinculações de parentela e o casamento de sua filha, Lygia Maynard, com um Garcez, em 1937, contribuindo assim para a aproximação do governo com políticos consagrados da ex-União Republicana de Sergipe. E colocando os seu genro José Garcez Vieira na prefeitura de Aracaju.

Com o Estado Novo perdendo a sua força revitalizante como novos horizontes de política para os estados e municípios, principalmente para o governo federal, foi sendo paulatinamente minado por questões ideológicas voltadas à defesa da nacionalidade, e potencializadas por conta da 2ª Guerra Mundial (1939-1945). Precisamente em 1945, iniciam-se as campanhas, os manifestos e as passeatas em prol do fim da ditadura de Vargas. O presidente ia perdendo a sua força política nacional e isso se refletia aqui no estado de Sergipe.

Em Sergipe o movimento se direcionava à articulação e à formação de novos grupos políticos partidários, destacando-se três grupos em especial: (i) o Partido Social Democrático (PSD), liderado por Leandro Maciel, e que incorporava também algumas lideranças políticas como Pedro Diniz Gonçalves e Clóvis Rolemberg. Contando também com o apoio da família dos Prado Franco na figura dos irmãos José do Prado Franco, Walter do Prado Franco, Augusto do Prado Franco e Flávio do Prado Franco. Soma-se a participação de Luiz Garcia (líder do PSD), que somava ao grupo um significativo grupo de empresários de alta posição na elite sergipana. O (ii) Partido Republicano de Sergipe (PRS), que contava com a figura de Augusto Maynard, José Garcez Vieira, além de vários nomes do ex-União Republicana de Sergipe. Além

de Gonçalo Prado (ex-URS), somando-se aos Sobral e Francisco Leite Neto, que aglutinava o peso familiar dos Silvio César Leite e Augusto César Leite ao bloco político. E o (iii) Partido Republicano (PR), que tinha como principal liderança Júlio Cesar Leite, irmão de Augusto Cesar Leite e Silvio Cesar Leite,  m de ex-União Republicana de Sergipe, agremiação dos Usineiros.

Com base na formação desses grupos políticos podemos perceber que a elite dominante de Sergipe ia criando as suas lideranças, utilizando novamente a lógica de ampliação de suas parentelas, para compor eles fortes de articulação e dominação política. Se observarmos com um olhar aguçado, tínhamos nos três grupos políticos representantes da família Leite,  m dos Franco que se alinhavam com as famílias Rollemberg e Leite. Ou seja, estamos diante da formação de grupos políticos partidários completamente aparentados, principalmente pelos laços de consanguinidade.   primeira vista, em virtude do uso da troca de sobrenomes, fica difícil identificar como essas famílias se interconectam, mas a partir de uma interpretação da sua genealogia, principalmente percebida na governabilidade da província sergipana e na República Velha, conseguimos identificar os laços de familiaridade e de pertencimento de todas essas lideranças a única parentela.

A **Figura 07** melhor demonstra como se configurou esse período e a construção dos partidos, dos grupos políticos e das suas lideranças. Aqui fica claro que esses partidos nada mais era do que agrupamento de grandes lideranças políticas provenientes dos interiores do estado de Sergipe. Principalmente dos municípios do Vale do Cotinguiba, significativa área açucareira do estado. Destaca-se os grupos familiares Leite e Rollemberg.

Onde, podemos ver que com o período da ‘Era Vargas’ os grupos e lideranças políticas foram se organizando. Na verdade, o que podemos perceber é que ao longo dos anos a Revolução que iniciou com o propósito de enfraquecer o mandonismo dos coronéis passou a servir de base para a sua volta. Lógico que, em virtude da própria recondução do regime ditatorial varguista, a realidade de práticas coronelistas como eram observadas na República Velha não eram mais ‘aceitas’ ou convenientes ao novo modelo de gestão, mas os atores políticos que outrora se afastaram voltam ao poder.

O retorno dos velhos atores políticos foi sendo utilizado como uma estratégia de legitimidade para os governos intervencionistas, inclusive com a formação de novos agrupamentos e grupos políticos. Por certo, as vinculações com o Governo Federal era um fator proeminente para a condição da interventoria, contudo esta

demonstrou que não poderia ocorrer se não houvesse o ‘acolhimento’ das famílias de elite do estado. Primeiro, porque pertenciam a essas famílias as estruturas econômicas do estado, o que

implicava em um elo direto com o governo de Getúlio, que buscava um diálogo com a classe operária. Ou seja, de toda maneira a estruturação do estado precisava da interferência dessa elite econômica e política sergipana. Contudo, vale ressaltar que essa elite econômica conseguiu atingir os seus intuitos de acrescentamento de poder, pois passou a diversificar os seus espaços de dominação por meio das alianças e das redes de relações que foram criando desde a província até a própria Revolução de 1930.

Por certo, e em concordância com Oliva (2013), a chamada Revolução de 1930 inaugurou expressivas mudanças no esquema de poder do Estado e das suas lideranças também, pois a classe dominante era agora menos homogênea, e a oligarquia açucareira era afetada pelo processo de substituição de engenhos por usinas, e pelo fortalecimento de pecuaristas e produtores de algodão. Isso foi fortemente percebido, inclusive na própria formatação dos partidos políticos que serviam até então como sedes aparentadas de uma elite rural do estado. Assim sendo, com a efetiva Revolução de 30, são extintos os partidos e o governo da Interventoria passa a conduzir uma espécie de projeto moralizador, colocando-se aparentemente acima dos interesses políticos e buscando legitimar-se em outras esferas, aproximando-se inclusive dos trabalhadores urbanos, apresentando-os como garantidores dos seus direitos e prestigiando as suas organizações e protegendo-os com o amparo oficial.

Assim sendo, uma elite completamente fortalecida em suas redes de relações, novos agrupamentos foram sendo estruturados, sobretudo a partir da imposição do Golpe militar de 1945, Getúlio é retirado do poder e começa uma nova reestruturação do Estado, na qual em 1946 é eleita a Assembleia Nacional Constituinte estabelecendo a democracia como regime político, a soberania dos poderes Executivo, legislativo e Judiciário, além do voto secreto e universal para os maiores de 18 anos e preservando-se a legislação trabalhista e reestabelece a autonomia e o pluralismo partidário, embora que mantivesse a condição de existência de um sindicato único para os trabalhadores e a sua subordinação ao Estado Federal.

O que se pode perceber é que a construção partidária no início da República sergipana até a revolução de 1930, foi marcada por um jogo de aproximação e de rompimentos entre os diversos grupos políticos e a profunda interferência do Governo Federal na vida partidária local, influenciando principalmente a reorganização das alianças e das redes de relações estabelecidas pelos líderes oligárquicos locais.

Exemplos de aproximações com os grupos oligárquicos são representados na continuidade de poder político de Leandro Maynard Maciel, que capitalizava uma mescla de recursos sociais qualitativos para a sua condição de líder político. Desde a sua descendência pelo trisavô Leandro Ribeiro de Siqueira, além dos seus bisavós Maria Tereza de Siqueira Melo

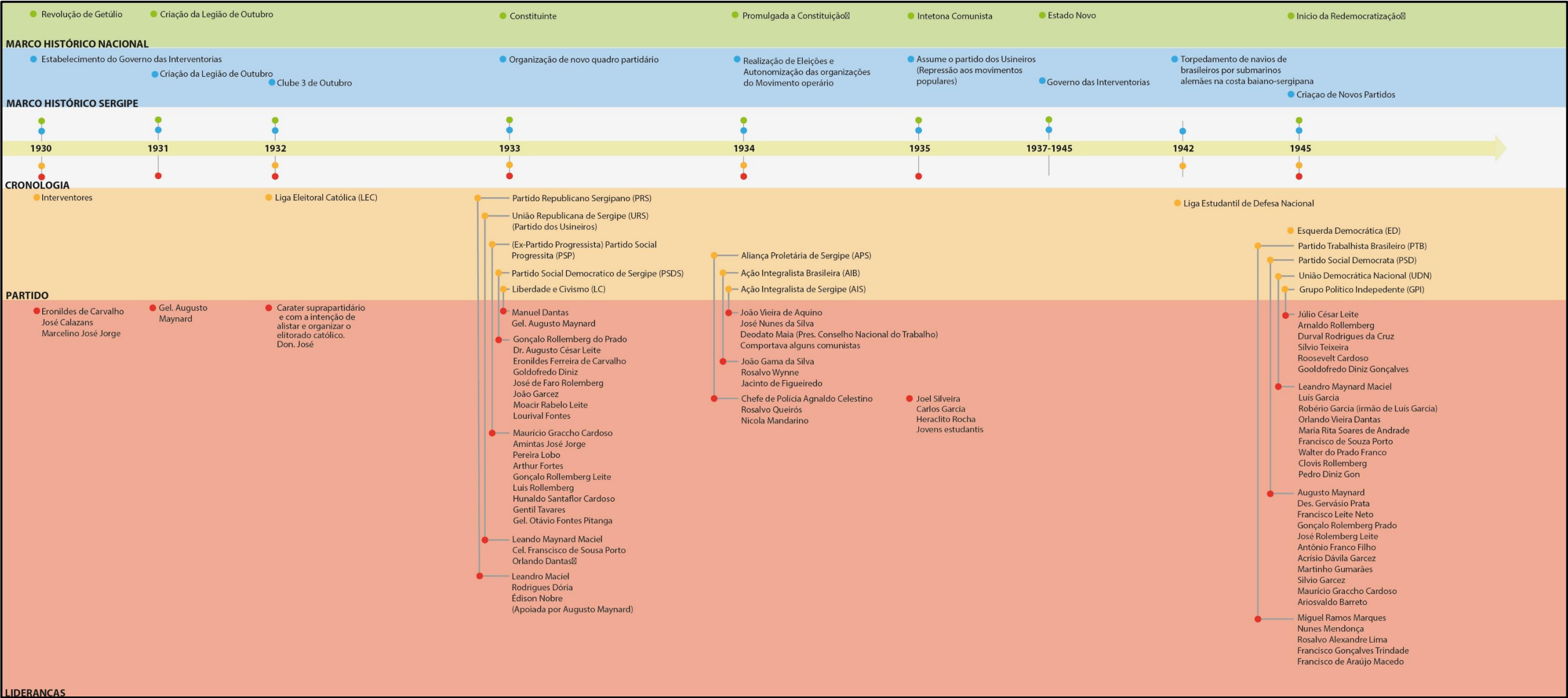
e Antônio Luiz de Araújo Maciel, esse era bisneto de João Gonçalves Franco. E tinha como seu pai Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel, conhecido como o grande patriarca do Serra Negra. Assim sendo, Leandro Maynard Maciel representava a própria condição de continuidade de poder das elites oligárquicas e coronelísticas na política durante o período da revolução de 30.

Outra liderança que vai ser construída a partir da Revolta de 1930, é a do general Augusto Maynard. Esse representava o próprio ideal da política revolucionária, principalmente representada através de sua condição como militar. Mas, também era um dos representantes das famílias de poder do interior do estado de Sergipe, do senhor de engenho do município de Rosário do Catete. Ou seja, fazia parte do mesmo quadro coronelístico do Estado, e mesmo que tenha ganhado projeção política em virtude das suas atuações nas significativas revoltas no início da República, como a Revolta da Vacina em 1904, no Rio de Janeiro; a de 1906, na Revolta de Fausto Cardoso, em Sergipe; a Revolta dos 18 do Forte de Copacabana, na cidade do Rio de Janeiro, em 1922; a Revolta Tenentista, de 13 de julho de 1924 e 1926, em Sergipe e na própria Revolução de 1930. Augusto Maynard representava o próprio vínculo aparentado de Getúlio Vargas aqui no estado de Sergipe, além de gozar de bastante prestígio popular.

Em um olhar mais delicado para o corpo de lideranças formadas a partir da Revolução de 1930, a qual prometia acabar com as práticas coronelistas no território nacional, o que ocorreu em Sergipe foi um fortalecimento dos grupos familiares, outras lideranças políticas eram construídas. Destaca-se o grupo de base familiar de Augusto César Leite e de seu irmão Júlio César Leite, juntamente com alguns outros atores políticos que entram na dinâmica política em virtude do seu recurso familiar e pela diversificação do seu capital econômico, como, por exemplo, Walter Franco, filho de Augusto Franco, genro de Augusto Cesar Leite.

Desta feita, é sobre essas condições de relações de base familiar e início de diversificação dos recursos a serem acionados na política que os grupos e agrupamentos políticos sergipanos foram se estruturando para a composição do período político ficando reconhecido como Estado Populista, que aqui em Sergipe se configurou em um populismo exercido pelas lideranças políticas da elite política e econômica do estado, um populismo de elites.

Figura 07. A dinâmica dos partidos, grupos e lideranças políticas sergipanas no Estado Novo (1930-1945)



FONTE: Organizado e elaborado pelo autor (2024) com base em Dantas (1983 ;1989); Oliva (2013). Diagramação: Breno Franco (2024).

2.3 As lideranças políticas sergipanas pós-queda de Vargas (1946-1964): uma elite populista

Com a deposição de Getúlio Vargas da Presidência da República em 1945, o Brasil passou por uma nova reestruturação política, numa passagem de um regime autoritário para a um regime liberal-democrático, por intermédio do qual o pluripartidarismo voltou a ser significativo, retomando aos ensaios do que ocorrerá nos anos de 1933-1935. No estado de Sergipe, a organização política partidária, que outrora já se desenhava nos últimos meses do Estado Novo, estruturava-se numa lógica de substituição dos antigos senhores de engenho pelos pecuaristas (que eram de certa forma uma parentela dos senhores rurais), contudo, essa transição correspondia a uma significativa influência na vida partidária.

Esse novo regime iniciou com a implantação dos governos provisórios, iniciando-se com um conhecido político sergipano, de base familiar, e principal nome do Partido Social-Democrata (PSD), Francisco Leite Neto, o qual foi indicado para substituir o general Maynard Gomes em 05 de novembro de 1945. Francisco Leite Neto, era filho de Sílvio César Leite e de Lourença Rollemberg Leite. De acordo com Bezerra (2012), carregava em sua família ilustres nomes da política sergipana, e carregava dois significativos nomes, os Leite, do município de Riachuelo e o Rollemberg, dos municípios de Itaporanga e Japaratuba. Ora, era sobrinho de políticos influentes como Augusto César Leite, e Júlio César Leite. Além de ter como irmãos José Rollemberg Leite, que se tornaria por duas vezes governador do estado de Sergipe; além de Gonçalo Rollemberg Leite, Alfredo Rollemberg Leite, e Márcio Rollemberg Leite.

Leite Neto é um exemplo significativo de como os atores políticos pertencentes as famílias de poder do estado. Um típico representante do domínio de base familiar que estruturou toda a lógica política nas primeiras décadas da república em Sergipe. Proveniente de um grupo de base familiar, do grupo Leite do município de Riachuelo, que tinha em seu pai, Sílvio César Leite e Augusto César Leite como os seus principais representantes. Importante ressaltar, que o Augusto César Leite foi, de maneira personalista, um grande articulador entre o seu agrupamento e o governo de Graccho Cardoso, inclusive condicionando essa aliança à condição de construção do Hospital de Cirurgia em Sergipe²⁴.

²⁴ Mais informações sobre as relações as questões intrínsecas da construção do Hospital de Cirurgia nos seguintes artigos: PETRARCA, Fernanda Rios. Entre jalecos, bisturis e a arte de fazer política. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.26, n.2, abr.-jun. 2019, p.573- 591. E em PETRARCA, Fernanda R.; LIMA, Arthur I. N. da M.; BOMFIM, Fagner dos S. Consolidação e institucionalização da medicina em Sergipe: a trajetória profissional do médico Augusto César Leite. Revista Interdisciplinar de Pesquisa e Inovação, Aracaju, SE, Brasil. Vol. 2. n.º 2, 2016.

Politicamente, Francisco Leite Neto fazia parte do grupo político atrelado ao governo de Graccho Cardoso, no cargo de delegado de Diretor da Penitenciária Modelo, além de assumir e presidir o Partido Republicano de Sergipe (PRS), firmando-se um dos principais articulares políticos. Esse partido tinha sido fundado pelo seu sogro, Antônio Manoel de Carvalho Neto, com o intuito de fortalecer a liderança do Interventor Augusto Maynard Gomes. Contudo, ao assumir o governo do estado de Sergipe em 1945, Leite Neto, ingressa no Partido Social Democrático (PSD), sendo posteriormente eleito deputado federal, quando de fato assume a condição de líder político, inclusive construindo alianças político-partidárias com os novos partidos que se estruturavam no Estado, como, por exemplo, a junção com o Partido Republicano (PR), que era liderado pelo seu tio Júlio Leite e seu primo Armando Rollemberg Leite (Bezerra, 2012; Figueiredo, 1986).

Com o fim do seu mandato e a aproximação com as eleições em novembro de 1945, Leite Neto, transfere o cargo para o presidente do Tribunal de Justiça de Sergipe, Hunald Santaflor Cardoso, irmão do ex-governador Graccho Cardoso, que governou o estado por quatro meses (05/11/1945 a 31/03/1946). A transição de mandato garantia ao agrupamento de Leite Neto e ao PSD a continuidade de poder, pois a condição de estar no cargo de governador era uma das condições fundamentais para a consagração política. Isso já se era observado desde os primeiros presidentes de Província, e assim continuava no período populista.

Com a eleição para presidente da República centrada em quatro candidaturas majoritárias, PSD com Eurico Gaspar Dutra, do UDN com Eduardo Gomes, PCB com Iedo Fiúza e Rolim Teles (PAN), da qual saiu vitorioso Eurico Gaspar Dutra (PSD), que em Sergipe contava com o apoio de Augusto Maynard Gomes (PSD) e Firmo Freire Nascimento (PSD), que concorreram para o cargo de Senador e não conseguiram ser eleitos, perdendo as vagas para os seus opositores, Walter Franco (UDN) e Durval Rodrigues da Cruz (PR). Contudo, para o cargo de deputado federal antigos voltam à política de maneira fortalecida, Leandro Maciel (UDN), Armando Fontes (PR), Heribaldo Dantas Vieira (UDN), Francisco Leite Neto (PSD) e Maurício Graccho Cardoso (PSD). Aqui percebemos a formação de um bloco político significativo, pois reunia uma grande quantidade de lideranças políticas de vários partidos direcionados em um único objetivo, a permanência de poder na política estadual.

Como se pode perceber, a volta de políticos consagrados desde o início do Estado Provisório e Constituinte se afirmava. Agora quase que todos estabelecidos em um único agrupamento político, e fortemente estabelecido pelos laços de aliança e de consanguinidade entre eles, principalmente da Família Franco, a exemplo de Leite Neto e Walter Franco.

Em meio a uma disputa político partidária que visava reconstruir as bases de poder no estado de Sergipe, assumiu o governo do Estado o então coronel Antônio Freitas Brandão, e que tentou, em meio à sua gestão, conciliar quadros políticos divergentes, em função da significativa influência política que tinha no Estado, bem como a intenção de proceder o novo pleito eleitoral. Finalizando-se a sua função de conduzir o pleito eleitoral, Antônio Freitas Brandão passou o cargo para o industrial Joaquim Sabino Ribeiro, que governou o estado durante dois meses, até a efetiva posse do governador eleito.

Na disputa eleitoral, duas lideranças políticas se confrontavam. Era o confronto entre o agrupamento do PSD e da UDN, em que se postulavam para o cargo de governador do Estado. Em um lado aparelhava-se o agrupamento do PSD, na liderança de Francisco Leite Neto, então deputado, e que trazia ao seu partido a experiência adquirida durante o período em que foi secretário-geral no governo de Maynard, e indicava como candidato ao governo seu irmão José Rollemberg Leite. No outro lado da disputa, tinha o agrupamento do UDN com a liderança de Leandro Maynard Maciel, que neste momento era deputado, e indicava para o cargo de governo o advogado Luiz Garcia.

Por certo, o que estava em questão era a disputa eleitoral entre dois grandes agrupamentos políticos e que concorriam para o cargo de governo dois candidatos completamente alicerçados pelo domínio elitista em Sergipe. Se de um lado o PSD apostava na figura de José Rollemberg Leite, representante dos anseios de perpetuação do poder dos seus familiares e seus troncos aparentados Rolemberg-Leite; no outro ponto, tínhamos um ‘cacique’ político, de grande carreira política no estado, o coronel Leandro Maciel. Nesta disputa, venceu a eleição José Rollemberg Leite, isso em virtude do apoio que recebeu do Partido Republicano (PR), partido esse que inicialmente era aliado da UDN e que agora se estabelecia como principal parceiro de coligação desse novo agrupamento., somando-se a uma coalização conservadora e católica, por meio da Liga Eleitoral Católica – LEC.

O governo de José Rollemberg Leite representava, na verdade, a ascensão do bloco PSD + PR, e consigo a reestruturação dos seus aliados que ao longo da Revolução de 1930 não conseguiram voltar aos grandes cargos políticos no estado. Sendo um político representativo do poderio familiar, que era o seu principal capital eleitoral, inclusive a condição dos municípios aos quais os seus familiares detinham maior potencial eleitoral. Segundo Barreto (2007), a gestão de José Rollemberg Leite foi marcada por renovações, no sentido de atualização e ampliação dos serviços, principalmente nas áreas da educação e de abastecimento de água na capital, Aracaju. Na perspectiva de construção do seu mandato, segundo os historiadores, demonstra-se um significativo trato para a área da educação, vinculando-se efetivamente para

a criação da Faculdade de Economia e créditos para a formação da Faculdade de Direito e a Faculdade de Filosofia, sendo então encarregado de organizá-la o então padre, Luciano José Cabral Duarte. Por certo, mesmo demonstrando-se ser um governo voltado a modernização do estado e a promoção dos espaços de educação, o governo de José Rollemberg Leite ficou marcado pela intolerância aos movimentos populares, inclusive com o movimento comunista. Com o fim do seu mandato, trava-se uma nova disputa partidária, agora marcada também por junção e rupturas completamente impensáveis durante os anos de 1930/45, que foi a saída de Maynard do partido e a sua aliança com Eronildes de Carvalho, seu principal adversário. Assim, a campanha de 1951 se desenhou com três candidatos concorrentes: Arnaldo Rollemberg Garcez (PSD-PR), Leandro Maciel (UDN) e Francisco de Araújo Macedo (PTB), na disputa eleitoral. Saindo-se vitorioso Arnaldo Rollemberg Garcez.

Arnaldo Rollemberg Garcez fazia parte da parentela de Augusto Cesar Leite, e por conseguinte de José Rollemberg Leite, Silvio César Leite, Leite Neto. Representava o retorno histórico dos grandes proprietários rurais coronelísticos ao poder no Estado. Como também mantinha um certo grau de proximidade com os grandes políticos estaduais, principalmente por conta de sua vinculação familiar, além dos cargos públicos que assumiu durante a constituinte como deputado federal, o que o ajudou a ser um dos principais formuladores do PSD em Sergipe. A vitória de Arnaldo Garcez para o governo do Estado, representava o agrupamento PSD-PR, que ficou conhecido como o domino político desse partido durante 09 (nove) anos: 1947-1955.

A condição de Arnaldo Garcez como governador, e líder político em virtude do cargo, não tinha o mesmo trato político que os seus aparentados, e construiu um mandato marcado por denúncias e inclusive questionamentos dos seus próprios correligionários. Mas que conseguia manter os órgãos fiscalizações atrelados aos seus domínios familiares. Isso era percebido, segundo Dantas (2004) pela “parcialidade de juízes e desembargadores que deixavam envolver pelo partidarismo”, neste caso o partidarismo de poder exercido pelo PSD em Sergipe. Exponencialmente, Arnaldo não foi uma significativa liderança dentro do agrupamento PSD-PR, pois mesmo ocupando o maior cargo de destaque na política local, não conseguiu levar para frente o projeto de continuidade do poder do Psdismo, ou melhor, de Leite Neto e José Rollemberg Leite para um terceiro mandato.

Isso ficou evidenciado quando ao longo do seu governo permitiu a ampliação da UDN, principalmente em cargos de destaque, como o de Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, que ficou com Hunald Cardoso, irmão de Graccho Cardoso, e simpatizante da UDN. Aos poucos a UDN ia conseguindo alcançar grande escala dentro do estado, seja através das

prefeituras que iam conquistando, como também por meio da ampliação do seu capital de poder, o que ficou evidenciado em meio a imprensa local através do jornal e do rádio, com campanhas contínuas direcionadas a UDN. Embora a UDN viesse sofrer algumas represarias em decorrência dos últimos acontecimentos no Governo Federal, como, por exemplo, o atentado contra Carlos Lacerda e até mesmo o suicídio de Getúlio Vargas, tendo-se em vista que os udenistas ficaram acusados de serem corresponsáveis pelo suicídio de Vargas.

Lançando-se a campanha eleitoral para governo do Estado, tinha uma disputa centrada em três nomes: Leandro Maynard Maciel pela UDN, Edésio Vieira de Melo pelo PSD e Francisco Araújo Macedo pelo PTB. Saindo vitorioso, o udenista Leandro Maciel, velho político sergipano. Também um político que tinha sua origem no senhoril de engenho sergipano, fazia parte da elite econômica e política do estado, pois mantinha relações estreitas com Manoel Correa Dantas (ex-presidente do Estado de Sergipe), além do seu primo Augusto Maynard, que era reconhecido popularmente como uma das lideranças políticas mais significativas de Sergipe. Foi responsável pela criação do Partido Social Democrático (PSD) ao lado de políticos como Luiz Garcia, Pedro Diniz Gonçalves Filho, Orlando Dantas e de outras figuras políticas sergipanas de renome. Com o advento da redemocratização, em 1945 fundou a União Democrática Nacional, contando com o apoio de quadros políticos significativos no estado, a exemplo dos irmãos Franco – José do Prado Franco e Walter Franco (Barreto, 2007; Dantas, 2004).

Apesar dos grandes feitos executados durante o seu governo, Maciel ficou reconhecido pelos atos violentos de sua gestão. Segundo Dantas (2017), ao assumir a direção da sociedade política, o líder Leandro Maciel recebeu acusações de atos truculentos, e a imagem de violento e cruel, a qual foi se firmando a partir do momento em que operou a substituição da direção da máquina burocrática do PSD para a UDN. E essa imagem acentuou-se mais ainda à medida que os chefes políticos municipais também passaram a abusar do respaldo do governador para penalizar os adversários. Tudo isso sobre a visão de uma justiça conivente ou impotente.

Ao caminhar do final de seu mandato, em 1959, Leandro Maciel decidiu por imposição indicar o nome de Luiz Garcia para a disputa ao cargo de governador pelo partido UDN. Em contraposição, o PSD lançou a candidatura do ex-governador José Rollemberg Leite, revisitando o mesmo confronto que ocorrera em 1947. Contudo, o desfecho nessa eleição foi completamente diferente, sendo eleito para o governo Luiz Garcia. Tendo seu candidato sido eleito, Leandro Maciel tornou-se um nome nacional ao ser escolhido como companheiro de chapa de Jânio Quadros, disputando a vice-presidência da República. Acompanhava-o na campanha eleitoral o deputado federal João de Seixas Dórea. Contudo, ao longo da campanha,

Leandro Maciel decidiu renunciar a campanha e foi substituído por Milton Campos (UDN) do estado de Minas Gerais.

Com Luiz Garcia no cargo de governador, instalava-se em Sergipe o domínio da UDN, pois os próximos 8 anos estavam selados pelo poderio desse partido no Estado. Luiz Garcia era o político aparentado por Leandro Maciel e montou um governo completamente controlado pelos udenistas, como também com a marca de ser um político moderno. Essa questão de ser enquadrado politicamente como moderno, possibilitou a Luiz Garcia direcionar a UDN à condição de ser um partido que compunha novos quadros políticos, inclusive com projeções para além da política local. Em 1962, o governador Luiz Garcia decidiu renunciar ao cargo de governador para disputar o cargo de senador, em meio a uma disputa eleitoral completamente conturbada, pois o quadro político que se desenha foi marcado por uma disputa entre o líder da UDN Leandro Maciel e do outro lado, o deputado federal pela UDN, Seixas Dórea. Para melhor compreender essa dissidência dentro do grupo UDN, temos com a indicação do nome de Leandro Maciel para o governo uma espécie de ruptura entre os correligionários, os quais passaram a fazer restrições a indicação do seu nome. Entre os quais estavam o próprio Jânio Quadros, que tinha ficado insatisfeito com a desistência de Maciel durante a campanha eleitoral para presidência. Destaca-se entre os correligionários que se demonstravam insatisfeitos com a indicação do seu antigo aliado, o deputado João de Seixas Dórea, que liderou em Sergipe a formulação de um agrupamento denominado Gazeta de Sergipe, mobilizado com lideranças do PSD e do PR, articulando-se formataram a coalização chamada de “Esquema”. O que se observava era uma soma entre dois partidos que fortemente debatiam-se em torno do poder estadual e que agora dividiam-se e formalizavam duas coalizões heterogêneas. Tendo-se então, de um lado, a Aliança Nacional Trabalhista (ANT), formatada pelos partidos UDN, PTB, PST e parte do PSP e a dissidência do PSD. De outro lado, se forma a Aliança Social Democrática (ASD) que era um grande agrupamento formado pelo PSD, PR, PRT, PSB, PDC e a dissidência da UDN (Dantas, 2004; Barreto, 2014).

É nesse clima que João de Seixas Dórea ganha as eleições e torna-se governador do estado, e inicia-se, a partir de então, o domínio da Aliança Social Democrática em Sergipe. Seixas Dórea encontrou o Estado em situação financeira complicada, fazendo com que o governador decidisse pela substituição de todo o quadro dos UDN, visto que esse partido estava no controle do Estado há aproximadamente 08 anos. Em relação à pacificação estadual na dinâmica político partidária, os primeiros anos de governo não foram fáceis, principalmente em virtude das mobilizações do governo em torno das reformas de base propostas pelo Governo Federal.

Inclinando-se a favor das reformas de base do governo, Seixas Dórea passou a ser identificado como uma das principais lideranças nos anos de 1963, pois tinha o apoio do Partido Comunista Brasileiro (PCB), mas também causava críticas da elite sergipana, que o via como um dos participantes do que se dizia chamar de ‘comunismo no Brasil’. Causas essas que acentuaram a sua deposição no início do regime ditatorial.

Na formação do seu governo, conforme mencionamos, em uma escolha por um quadro de secretários de grandes nomes políticos e técnicos do estado. Conforme demonstra Barreto (2007, p. 145):

Arivaldo Fontes, coronel do Exército, professor do Colégio Pedro II e do Colégio Militar, na Secretaria da Segurança Pública, Luiz Rabelo Leite, professor, na Secretaria da Educação, Cultura, José Rosa de Oliveira Neto, advogado e jornalista, na Casa Civil, Alexandre Menezes, na Secretaria da Saúde, jornalista João Oliva Alves, na Secretaria de Imprensa, Teotônio Mesquita, na Secretaria da Fazenda, além de José Conrado de Araújo, Orlando Dantas, Francisco Rosa, Pascal Maynard e outros auxiliares, responsáveis pelos avanços conquistados em poucos meses de Governo.

No final de março de 1964, acompanhou de maneira privilegiada os últimos dias de governo de Jango, principalmente por ser um deputado federal com fácil trânsito no Governo Federal.

No dia 01 de abril, chegou à Capital, Aracaju, acompanhado do secretário de Segurança Pública, José Rollemberg Leite, do professor Acrísio Cruz e da filha Maria Luiza Cruz, e de alguns auxiliares. Na mesma noite, faz a leitura de um Manifesto aos sergipanos, o que em poucas horas, o comandante do 28 BC, coronel Silveira, liderou um grupo de soldados que tomou o Palácio Olímpio Campos, depôs e prendeu o governador, passando o governo para o seu vice, Sebastião Celso de Carvalho. Assim inicia-se o período das lideranças políticas estabelecidas dentro da lógica do regime militar ditatorial.

O período pós-Vargas construiu na política sergipana a construção de lideranças políticas que traziam em sua trajetória ligações familiares e apadrinhamentos, seja por força política ou por força familiar. Muitos eram descendentes de políticos sergipanos experientes e conduziram a esses a condição de tornar-se líderes significativos no Estado. Destaca-se, nesse período, a construção de três lideranças políticas: Francisco Leite Neto, José Rollemberg Leite e Leandro Maynard Maciel, sendo esses os novos articuladores do futuro político do Estado, principalmente no período militar, mesmo que esses não tivessem noção da construção de um golpe de Estado, o qual suprimiria todo o país do sufrágio universal, entretanto esses políticos carregavam consigo o poder econômico e familiar dentro do quadro político sergipano. Vale

ressaltar que a presença de Leandro Maynard já é significativa dentro da história política de Sergipe desde 1920, com a deposição de Maurício Graccho Cardoso.

A **Figura 08**, melhor apresenta essas relações aparentadas dos atores políticos e lideranças durante o período que ficou conhecido como populista na historiográfica política do Brasil, e que aqui em Sergipe ficou marcada pela continuidade dos mesmos atores advindos dos domínios de base familiar que se iniciaram desde o período da república Velha. Contudo, vale destacar a presença de novas figuras, apenas no jogo político, mas não na condição de elite econômica e rural do estado, que é a família Franco, que inicia a construção de suas alianças dentro dos partidos, com vistas em conseguir aglutinar poderio político para o novo regime político que se desenha, o Regime Militar Autoritário.

Entretanto, é importante salientar é que desde a Proclamação da República (1889) até a deflagração do regime militar (1964), passamos por alguns momentos significativos que marcam a condição de formação dos grupos e agrupamentos políticos, e principalmente a diversificação dos recursos sociais que foram sendo acionados e reconvertidos em trunfos políticos.

Nos primeiros anos da República, de 1889 a 1930, tivemos um domínio dos grandes líderes políticos aparentados, ou seja, de grupos políticos formados por lideranças políticas de base familiar, estruturados principalmente com base nos recursos sociais econômicos e familiares. Tendo na condição do coronel a principal condição de sustentação de sua posição de poder, por isso falamos de um domínio oligárquico de parentelas. Destacando-se a parentela dos Rollemberg e dos Leite.

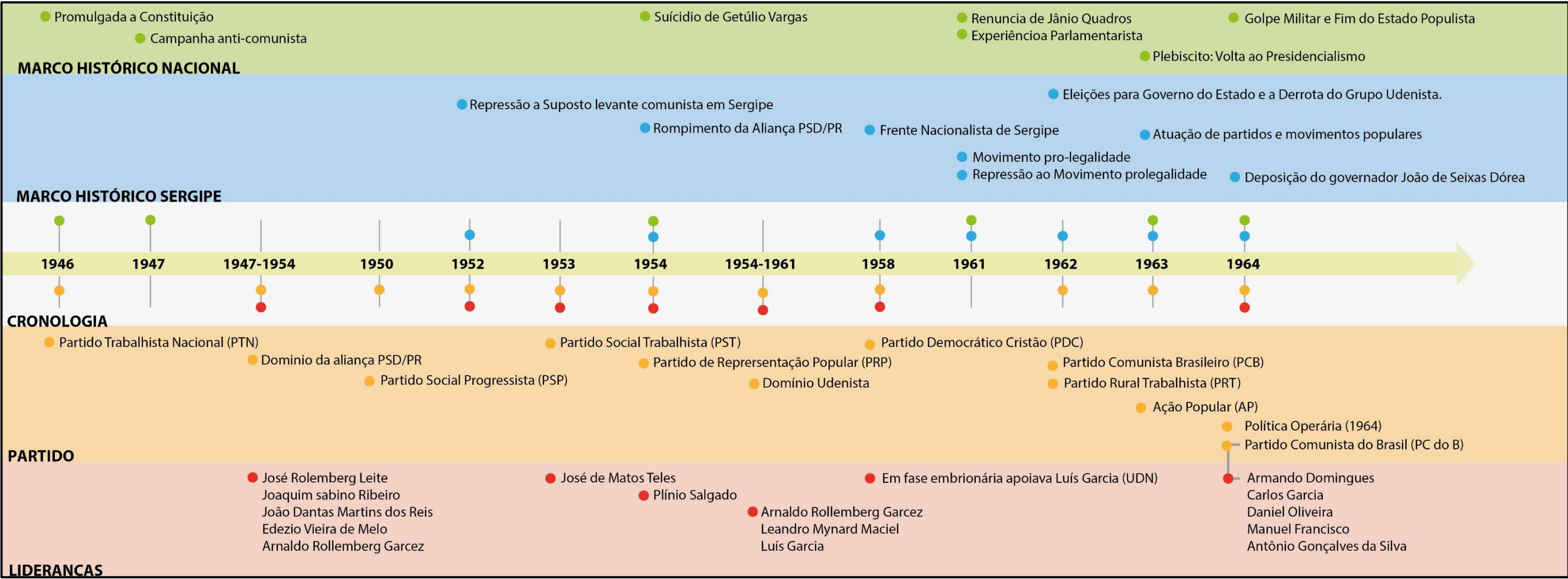
Com o advento do governo provisório e constitucional e a efetiva imposição do Estado Novo (1930-1945), a configuração e formatação dos agrupamentos e grupos políticos passaram a ganhar uma composição de base familiar e início de processo de uma política atrelada a recursos sociais profissionais, como o caso do Augusto César Leite, que era um dos principais médicos e políticos do tronco familiar Leite-Rollemberg e que ampliou a sua área de articulação política com a diversificação dos capitais que eram acionados e reconvertidos dentro do jogo político. Inclusive formatando novos nomes dentro do cenário político, proveniente das alianças profissionais e matrimoniais. Destacam-se nesse período os grupos políticos liderados pelos Rollemberg e pelos Leite, na liderança de José Rollemberg Leite e de Francisco Leite Neto. Esse último, sobrinho de Augusto César Leite.

No período populista, temos na figura de Leandro Maynard a principal liderança política de destaque, que como os outros líderes políticos de então utilizava o seu capital familiar como principal condicionantes de favoritismo. Entretanto, é importante mencionar, que durante esse

período, não só a condição de fazer parte de uma família política era o bastante, mas também reconstruir as rotas e acionar novos recursos sociais. E é nesse sentido que a liderança de Leandro Maynard vai conduzir a sua condição de poder, sendo que, um dos principais condicionantes é a própria condição de oposição a um dos principais agrupamentos políticos existentes, o Leite-Rollemberg.

Por certo, durante o período populista, seguindo as conduções que já vinham sendo traçadas durante o período do Estado Novo, os recursos sociais começaram a ganhar um ar multifacetário, pois as alianças diversificavam os seus horizontes de interesses, constituindo redes mais profissionais. Em outras palavras, o que se observou foi uma ampliação dos recursos, ou melhor dizendo, o recurso profissional ganhou maior notabilidade, mas sempre atrelado ao recurso familiar. Serve como exemplo dessa expansão a relação de aliança entre Leandro Maynard e Luís Garcia, constituindo-se em um novo grupo político, respaldado pelas alianças dentro das estruturas de poder institucionais do estado de Sergipe.

Figura 08. A dinâmica dos partidos, grupos e lideranças políticas sergipanas no Estado Populista (1946-1964)



FONTE: Organizado pelo autor (2024), com base em Dantas (1983, 2004). Diagramação: Breno Franco (2024).

CAPÍTULO III – DO REGIME MILITAR A REDEMOCRATIZAÇÃO: ALIANÇAS E AS REDES DE RELAÇÕES NA CONSTRUÇÃO DAS LÍDERANÇAS SERGIPANAS (1964-2022)

“Os adversários políticos não são inimigos”²⁵
(João Alves Filho, 2000)

O objetivo deste capítulo é demonstrar como os atores políticos sergipanos que mantiveram seu poderio político durante o período de 1930 até 1964, conseguiram construir redes de relações e de dominação que alicerçaram a sua carreira política no estado. Como também, permite compreender como alguns outros atores políticos que surgiram a partir do próprio movimento contrário ao período ditatorial se fortaleceram e permitiram construir novos agrupamentos políticos e novas lideranças políticas a partir da redemocratização.

Por certo, a condição do período autoritário militar impôs ao estado brasileiro uma dinâmica política restrita e concentrada em leis e abusos de poder, em nome de uma ‘suposta ordem e caça aos ideais comunistas’, ideais esses que o próprio Getúlio Vargas usou por várias vezes com condicionante para a sua permanência no poder executivo federal. Em Sergipe, a condição do Regime Militar ganhou alguns contornos um tanto quanto questionáveis, quando observamos que as eleições para o cargo de governador e vice-governadores eram condicionadas as eleições indiretas nas Assembleias Legislativas, que por meio de chapas concorriam em volta dos que obtivessem a maioria absoluta dos votos nominais dos deputados.

Essa lógica de eleições indiretas favorecia ao corpo de elite que compunha o legislativo estadual, pois ao longo da própria evolução política no estado de Sergipe, percebe-se uma continuidade dos mesmos atores aparentados nos significativos quadros da política estadual. A lógica da qual estamos falando era uma espécie de continuidade representativa dos domínios rurais de suas bases familiares nas instâncias burocráticas do legislativo estadual. Os filhos dos antigos coronéis que com o advento da Revolta de 30 passaram a refletir o seu poderio nos seus filhos bacharéis, formados com a missão de promover a institucionalização do Estado, do Estado Novo e a continuidade desses filhos abastados na política, representando o poderio das suas bases familiares, e que no próprio Regime Militar também vão continuar a manter o seu poderio e seu mandonismo local.

²⁵ Trecho retirado da entrevista feita ao jornalista Osmário Santos, publicada no Jornal da Cidade em 20 de agosto de 2000. Entrevista na íntegra no livro *‘Memórias de políticos de Sergipe no século XX’*, em SANTOS, Osmário. João Alves Filho, 2002, p. 360-367.

Assim sendo, compreender a formação das lideranças políticas que vão ser literalmente construídas para o exercício de governabilidade do Estado durante esse período autoritário nos permite compreender como vão surgindo outros e outros atores políticos. Ou seja, só podemos compreender os atores políticos e seus agrupamentos e grupos políticos na redemocratização se tomarmos como ponto de referência a própria construção dessas lideranças no Regime Militar.

Assim, nomes como Franco, Alves, Barreto vão sendo construídos ao longo desse período e reverberam diretamente na dinâmica do sistema de alianças e das redes de relações e dominação desses em lideranças políticas, inclusive na construção de novos outros atores políticos apadrinhados.

Nesse sentido de continuidade é que se faz interessante perceber como ao longo do período histórico a própria dinâmica política local proporcionou o surgimento desses novos atores, como, por exemplo, Marcelo Déda Chagas, que se construiu um dos principais líderes político a partir do enfrentamento direto com outra liderança política descendente do período militar: João Alves Filho, e o seu grupo e o agrupamento político.

Deste modo, o que o capítulo demonstra é que em Sergipe as lideranças políticas foram sendo reconstruídas em novas narrativas – mesmo em meio a um período ditatorial e no limiar da redemocratização – e numa continuidade de trajetórias e carreiras políticas marcadas por continuidade e reconstrução de novos atores políticos também reconstruídos nessas mesmas lógicas: a de uma rede de relações e dominação marcada pelos apadrinhamentos e vinculações familiares.

3.1 As Lideranças políticas construídas do Regime Militar (1964 a 1982)

A partir da ascensão dos militares no poder o que percebemos em todo cenário nacional foi uma espécie de reestruturação do poder. Por certo, uma nova fase política se estabeleceu por meio de uma mudança institucional, orquestrada sobre a tutela dos militares, que impuseram uma suposição de poder militar sobre o poder civil. Assim firmou-se o golpe militar de 1964, mitigando-se o estado de Direito e impondo uma ordem autoritária e um tanto quanto retrógrada.

Com a posse de João Goulart, Jango, em 1961, iniciaram-se os passos para a golpe militar. Isso em virtude da estreita relação com os movimentos sindicais e os ditos ‘grupos de esquerda’ no Brasil. Causa essa que levou o governo Jango a ser visto negativamente tanto pela classe conservadora brasileira, quanto pelo governo estadunidense. Principalmente em virtude

da criação de duas leis que mitigavam os interesses americanos, por exemplo, a Lei de Remessas de Lucros que impedia as multinacionais de enviar mais de 10% de seus lucros para o seu país de origem, somando-se ao desenvolvimento de uma política externa que engatinhava cada vez mais certa independência do Brasil frente a outros países. (Gaspari, 2002, 2003; Gomes, 2014; Dantas, 2014). Em virtude do fortalecimento dessas leis, o governo estadunidense passou a contribuir com grupos políticos conservadores, principalmente o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad), que passaram a desestabilizar o governo de Jango e defender uma campanha anticomunista no Brasil, além de incentivar o crescimento de uma onda de fortalecimento a extrema-direita. Essas instituições, com a imprensa liberal-conservadora, difundiam de maneira maciça uma espécie de “caminhada para o comunismo e a subversão no coração do poder, ou seja, a própria presidência da República” (Napolitano, 2016, p. 46), neste caso, o próprio Jango.

Um país completamente rachado entre direita e esquerda, conservadores e movimentos sociais, reformas de base, o debate sobre a reforma agrária, somando-se às dissidências políticas parlamentares que migraram do PSD para a oposição udenista, como também as divergências internas entre seu cunhado Leonel Brizola, que liderava um grupo de esquerda que desejava realizar as Reformas de Base de qualquer maneira. Por fim, em 13 de março de 1964, ocorre o Comício da Central do Brasil, no qual foram mobilizadas quase 200 mil pessoas, sendo o ponto crucial para a derrocada e o sucesso do golpe militar orquestrado pela extrema-direita. Tendo-se em vista que neste comício, Jango, reassumiu o compromisso com a realização das Reformas de Base junto aos movimentos sociais (Gaspari, 2002; Napolitano, 2016; Gomes, 2014).

A partir desse comício, a extrema-direita, organizada, incitou a execução da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, em 19 de março de 1964, em São Paulo, com a participação de aproximadamente 500 mil pessoas. A marcha reivindicava a intervenção dos militares na política brasileira e a proteção nacional contra o ‘comunismo’, pauta fortemente defendida pela grande mídia e pelos grupos formados pela classe média, os quais não desejavam a expansão do poder para as minorias e os movimentos sociais.

Efetivamente, em 31 de março de 1964, os militares em Juiz de Fora rebelam-se contra o governo federal e iniciam o golpe militar, que por certo se concretiza em 02 de abril, quando os parlamentares brasileiros aprovam a destituição de João Goulart. A partir daí os militares representados em suas três armas – Exército, Marinha e Aeronáutica – formam o “Comando Supremo da Revolução” e lançam o Ato Institucional I, no qual passaram a apresentar as primeiras diretrizes para a formulação e estruturação da nova ordem política no Brasil,

principalmente a escolha no novo presidente da República, o marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, em 15 de abril de 1964 (Dantas, 2014).

Segundo Dantas (2004, 2014), com o advento do Regime Militar, estabeleceu-se na esfera nacional, no plano de composição do novo bloco dominante, um tripé formado pela tecnocracia civil-militar, pela burguesia local (especialmente a financeira) e pelas multinacionais, inclinando-se para a formação de um ‘novo modelo de desenvolvimento’, deixando as classes subalternas às margens desse ‘novo’ processo de estruturação do Brasil. Em Sergipe, duas motivações completamente interrelacionadas – ideológica e partidária – compuseram as novas lógicas de formação do regime ditatorial. A ideológica estava fortemente marcada nas ações de combate a toda e quaisquer tendências consideradas comunistas e em prol da ‘Revolução’, que representava o sinônimo de ordem capitalista. Assim, todos que estavam envolvidos com as diretrizes e alinhava-se com os projetos do governo Jango eram considerados subversivos e dos grupos de esquerda.

Na esfera partidária, as tensões se davam principalmente em virtude das lutas político-eleitoral que se arrastavam desde os anos 40, em nome de dois grandes grupos: um grupo formado pela junção do PSD e PR, que tinha na figura de Francisco Leite Neto o principal líder do PSD e na figura de Júlio César Leite, o principal líder do PR; o outro grupo, tinha a UDN, apoiada pelo PTB e pelo PCB (mesmo este estando na ilegalidade), sendo as suas principais lideranças políticas, Leandro Maynard Maciel pela UDN, e no PTB a liderança de Francisco de Araújo Macedo.

Decorrente dessa disputa partidária entre os líderes políticos que perpetuaram suas lideranças desde o período da interventoria no estado, em 1963, inclinando-se à promoção da paz na política sergipana, João de Seixas Dórea foi eleito governador do Estado, sendo um fiel representante da UDN, junto ao seu vice-governador, Sebastião Celso de Carvalho do PSD. Ou seja, inicia-se uma governabilidade com duas frentes políticas completamente divergentes, pois a tensão entre UDN e PSD estava centrada agora na própria governabilidade. De um lado o grupo liderado por Leandro Maciel (e que neste momento por conseguir o cargo de governador, poderia afirmar que estava na melhor condição de líder político do Estado, pois em Sergipe a assunção ao executivo nacional é a condição máxima de liderança), e de outro o grupo que detinha maior poderio econômico no estado, e estava representado em Francisco Leite e Júlio César Leite.

Se no cenário nacional a UDN estava ao lado do Diferente do cenário nacional, onde a ascensão da UDN se fazia significativa junto a contrarrevolução ditatorial, em Sergipe deflagra-se a prisão de Seixas Dórea (UDN) – a qual ocorreu em 12 de abril de 1964, em virtude de ele

alinhar-se aos projetos de reformas defendidos pelo então ex-Presidente João Belchior Marques Goulart (Jango) –, e se estabelece o seu vice como o novo governador do estado, iniciando-se assim o primeiro governo outorgado pelo regime militar no estado de Sergipe.

Com a ascensão de Celso de Carvalho ao executivo nacional, tínhamos novamente no principal cargo executivo uma liderança do PSD. Em outras palavras, teríamos novamente o domínio do grupo de Leite Neto e Júlio César Leite na organização da dinâmica política do Estado. Por certo Celso de Carvalho gozava de todo capital familiar que herdara, em Simão Dias (SE), representava um misto de proprietário rural e banqueiro. Era um típico representante do agrupamento ao qual fazia parte, dos grandes proprietários rurais da região do Vale do Cotinguiba. Mas nem por isso o seu agrupamento governou com toda legitimidade que se esperava, tendo-se em vista que na esfera parlamentar se deparava com um quadro político legislativo bastante influenciada pela UDN, ou seja, pela figura do líder Leandro Maynard Maciel. O que o fez buscar apoio junto aos correligionários do PSD, num grupo fortemente regido pela orquestra político-partidária do ex-governador Francisco Leite Neto.

Esse grupo que deu sustentação política para o governo de Celso de Carvalho, era formado por:

Deputado estadual Djenal Tavares de Queiroz (PSD), conselheiro de primeira hora, assumiu a Secretaria da Fazenda; o desembargador Belmiro da Silveira Góis, [...]; o Professor Manuel Cabral Machado, o mais ilustre intelectual do PSD e entusiasta da nova ordem, ajudava-lhe nas articulações políticas; Pedro Barreto de Andrade tornou-se o Presidente da Assembleia e, mais tarde, desembargador; o ex-governador José Rollemberg Leite (PSD), exemplo maior de descrição, inicialmente preferiu ficar no Departamento de Estradas e Rodagens (DER-SE). Além de [...] outros correligionários [...] como Francisco Paixão, Acrísio Cruz, o professor Gonçalo Rollemberg Leite como Procurador Geral do Estado [...]. O deputado Fernando Prado Leite, presidente da Assembleia, também substituiu o governo no ano de 1964 (Dantas, 2014, p. 69).

Conforme demonstra, a formação do agrupamento liderado por Celso de Carvalho, a partir de seu governo, estruturou-se em meio a uma rígida pressão militar, por uma grande parte de atores políticos já consagrados na política do Estado, como também por políticos e intelectuais em outras áreas de atuação, mas que potencializam a sua governança. Contudo, não podemos deixar de frisar a presença dos Rollemberg e dos Leite na composição desse governo. Por certo, o governo de Celso de Carvalho representava a estruturação de uma nova forma de arregimentação de alianças, as quais se fazem agora sobre a estruturação de relações entre políticos profissionais e com políticos com forte vinculação familiar.

A permanência de Celso de Carvalho no cargo de governo demonstra como a condição de aliança que esse detinha com outras lideranças políticas provenientes dos eixos familiares

Leite-Rollemberg promovia uma espécie de conforto político, haja vista que davam sustentação à continuidade de seu mandato.

Assim sendo, mesmo em meio as disputas internas entre o poderio dos partidos, os quais representavam diretamente os próprios líderes de seus agrupamentos e grupos políticos, o Ato Institucional n.º 2, de 27 de outubro de 1965, decreta a extinção do pluripartidarismo. Os partidos deveriam se dividir entre um bipartidarismo: um partido pró-regime, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e um partido de oposição ao regime, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) (Codato, 2005). A condição do bipartidarismo refletiu em Sergipe com a construção de um “super agrupamento” político, pois as lideranças agora deveriam convergir e conviver em um único partido. Mas isso condicionava uma briga pelos interesses e desejos de poder de cada um dos envolvidos, pois teríamos as lideranças do PSD, UDN, PR, PST e PTB em um mesmo agrupamento.

Divididos em duas correntes partidárias, que embora enaltecessem a condição ideológica, cada um deles, o ARENA completamente formado pelos grandes líderes políticos do estado de Sergipe, detentores de significativo capital econômico e com bastante tradição política desde os seus familiares no início da República; e de outro lado tinha o MDB, formado pelo baixo clero das antigas legendas partidárias, inclusive somando-se a alguns atores provenientes das lutas dos movimentos sindicais e do PC do B, que se encontrava na ilegalidade. O MDB representava a contrapartida democrática contra a força do regime militar no Estado. Contudo, uma força um tanto quanto tímida e retraída, visto que os quadros eram completamente aparentados, numa lógica de facções dos grandes grupos políticos de 1946, a exemplo do PSD, UDN e PTB.

Podemos perceber na formação do bipartidarismo, a clara formatação de dois blocos políticos divergentes. Um formado pelos principais líderes políticos aparentados de Sergipe, e o outro por um conjunto de atores políticos que outrora transitavam em torno dessas lideranças. Ou seja, era um agrupamento político de atores iniciantes, que por vezes não tinham sido escolhidos para serem apadrinhados pelos líderes familiares da política sergipana, sendo os não apadrinhados.

O **Quadro 02** abaixo melhor representa essas lideranças e suas vinculações.

Quadro 02 – Lideranças no Bipartidarismo: ARENA e MDB em Sergipe

NOVOS PARTIDOS	ORIGEM PARTIDÁRIA	ATORES POLÍTICOS	PRINCIPAIS LIDERANÇA
ARENA	PSD	Arnaldo Rolemberg Garcez, Francisco Vieira Paixão, José Rolemberg Leite, Manoel Conde Sobral, Sebastião Celso de Carvalho, Francisco Leite Neto	Arnaldo Garcez, Celso de Carvalho, Augusto Franco, Leandro Maciel.
	UDN	Heribaldo Dantas Vieira, João Machado Rollemberg, Lourival Baptista, Sebastião Figueiredo, Dionísio de Araújo Machado Augusto do Prado Franco, Leandro Maynard Maciel, José Passos Porto, João Machado Rollemberg de Mendonça.	
	PR	Antônio Augusto Franco, Pedro Siqueira, Júlio César Leite, Godofredo Gonçalves Diniz	
	PST	Aloísio Tavares dos Santos	
	PTB	Jaime Cruz de Oliveira	
MDB	PSD	José Carlos Teixeira, Maria Auxiliadora Santos, Manoel Cardoso dos Reis	José Carlos Mesquita Teixeira ²⁶
	UDN	Antônio Cabral Tavares, Umberto Napoleone Mandarin	
	PR	Walter Batista, José d'Oliveira Goes Rezende, José Rabelo Leite	
	PSB	Ariosto Mesquita Amado, Amélia Farias Figueiredo	
	PTB	Eraldo Machado Lemos	

Fonte: Elaborado com base em Dantas (2014). Organizado pelo autor (2023).

Assim sendo, com a edição do Ato Institucional n.º 3 (AI-3), em fevereiro de 1966, estabeleceram-se eleições indiretas para governador e vice, bem como os prefeitos das capitais passaram a ser indicados pelo Chefe do Executivo Estadual, cuja eleição seria feita pela Assembleia Legislativa, em sessão pública e votação nominal, passando-se por dois momentos: i) a Assembleia Legislativa apresentaria uma lista tríplice; ii) o presidente da República escolhia um dos nomes. Por essa instrução do AI-3, em Sergipe, divididos entre os nomes de Leandro Maciel (ARENA, ex-UDN), com 26 votos, seguido por Augusto Franco (ARENA, ex-UDN) com 22 votos e Arnaldo Rollemberg Garcez (ARENA, ex-PSD) com 19 votos, estava composta a lista tríplice para a futura escolha do governo do estado que substituiria Celso de Carvalho.

²⁶ Nascido em Itabaiana/SE, (1936-2018), membro de uma família de comerciantes. Filho de Oviêdo Texeira e Alda Mesquita Texeira. Sua carreira política iniciou filiando-se ao PSD a convite de Francisco Leite Neto por meio da intermediação de Celso de Carvalho em 1960. Em 1962 tornou-se deputado federal (PSD); 1964 ingressa no MDB e torna-se presidente do partido de 1966 a 1975; de 1966 e 1974 foi reeleito deputado federal pelo MDB; em 1982 torna-se presidente do PMDB e se reelege deputado federal; em 1985 é nomeado prefeito de Aracaju pelo governador João Alves Filho, para o mandato de 1985 a 1986; em 1990 é eleito vice-governador com João Alves.

Contudo, observando uma guerra interna contra e a favor da indicação de Leandro Maciel, se redesenhava a disputa política em Sergipe, principalmente cobiçada pelo então deputado federal Lourival Baptista, o qual cercava o marechal Castelo Branco de agrados e tinha como aliado o chefe da Casa Civil, Luís Viana Filho.

Em meio a uma disputa interna na própria Assembleia Legislativa, e sob a renúncia de Arnaldo Garcez, a lista seguiu com o nome de Leandro Maynard Maciel. Contudo, estabeleceu-se a formatação de uma nova indicação pela homologação da ARENA que estabelecia os candidatos para governo Lourival Baptista e para vice-governador, o intelectual Manoel Cabral Machado, o qual já tinha sido secretário da Educação no governo de Celso de Carvalho.

Sendo escolhido Lourival Baptista, que representava um forte elo de aliança com a família Franco. Elo esse formado não apenas pela origem partidária, mais precisamente por força da formação profissional, pois Lourival Baptista era médico e se formou durante o mesmo período que Augusto do Prado Franco, inclusive trabalhou como médico na fábrica de sua família em São Cristóvão/SE. Além de sua aliança com os Franco por meio de Augusto Franco, Lourival mantinha relações com Leandro Maynard Maciel, que foi por certo quem o apadrinhou politicamente. Ingressando na UDN, foi eleito deputado federal para o mandato de 1947 a 1951, por conseguinte, prefeito de São Cristóvão (1951-1954), e depois, por duas vezes consecutivas, foi eleito deputado federal (1959-1962 e 1963-1967). Mas foi efetivamente na última legislatura que conseguiu ampliar as suas alianças junto aos conservadores, sobre principalmente a sua defesa contra o governo de Jango e as reformas de base (Dantas, 2014; Figueiredo, 1989).

Fiel aos militares, fez com que Lourival Baptista tivesse um significativo poderio junto ao governo federal, possibilitando assim governar Sergipe em meio a uma mescla entre divergências com antigos aliados, principalmente os seus antigos correligionários do PSD, e construção de novos atores políticos. Respalado pelo poderio e carisma militar, Lourival Baptista escolheu para governar a Capital, Aracaju, em substituição ao antigo prefeito nomeado por Celso de Carvalho, o Godofredo Diniz, fazendo a escolha por um técnico de renomada competência, José Aloísio Campos²⁷, além de ter nos seu quadro de secretários atores ligados à Igreja Católica, cidadãos comuns e poucos políticos renomados. Característica essa que desempenhava em seus correligionários uma espécie de dúvida quanto o seu posicionamento

²⁷ José Aloísio Campos foi formado pela Universidade Federal da Bahia em Ciências Econômicas e foi o primeiro secretário executivo do Conselho de Desenvolvimento Econômico de Sergipe (CODISE), e em 1968 foi nomeado por Lourival Baptista para ser prefeito da capital, Aracaju. Seu mandato se estendeu até 1970. Foi Reitor da Universidade Federal de Sergipe no período de 1976 a 1980.

ao grupo político, pois despertava desconfianças dos principais caciques tanto da UDN quanto do PSD, assim como também de alguns setores militares.

Foi efetivamente a partir da gestão de Lourival Baptista que antigas lideranças políticas do estado, como Leandro Maciel, mesmo que ainda gozando de cargos eletivos, passaram a perder a sua visibilidade política, visto que no cenário de 1966 outros nomes passavam a despontar na dinâmica política sergipana, principalmente porque alguns já faziam parte do quadro legislativo, como, por exemplo, Augusto Franco, Arnaldo Garcez, Raimundo Diniz, João Machado Rollemberg Mendonça, Luiz Garcia e Passos Porto. Nomes que posteriormente foram ovacionados como líderes e ocuparam o cargo de governo, ou seja, o maior cargo eletivo do estado (Barreto, 2007).

Gozando dos prestígios da sua fidelidade aos militares, Lourival Baptista criou um cenário favorável para a perpetuação de sua liderança na política sergipana, quando, ainda como governador, nomeou o seu vice, Manoel Cabral Machado, para o cargo de Conselheiro do recém-criado Tribunal de Contas do Estado (TCE), deixando assim o cargo de vice desocupado e permitindo uma nova manobra administrativa com intuitos políticos. Visto que em 14 de maio de 1970 renunciou ao cargo de governador visando concorrer ao Senado nas eleições de 15 de novembro de 1970, deixando em seu cargo, tanto pela vacância sua como a do seu vice, do então presidente da Assembleia, Volney Leal de Melo, que governou o estado no período de quase um mês – 14 de maio de 1970 a 04 de junho de 1970 (Barreto, 2007; Dantas, 2004; 2014).

Contudo, antes de abdicar do cargo de governador, Lourival Baptista, graças aos seus contatos junto aos generais, especialmente no caso ao general Candal da Fonseca, terminou indicando o seu auxiliar, Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem, o engenheiro Paulo Barreto de Menezes, recém-filiado ao partido do governo e sem nenhuma militância política anterior ao cargo de governador. Indicação que foi amplamente atendida pelo presidente da República, o general Médici.

A indicação de Lourival Baptista do seu sucessor demonstra como foram construindo-se os apadrinhamentos e as relações de força e prestígio junto ao cenário nacional e federal. Pois, a escolha por um ator que não era política, o que repercutiu no agrupamento junto à força de suas relações sociais, muita além das forças políticas dos seus correligionários e dos seus criadores políticos, como, por exemplo, o Leandro Maciel e Augusto Franco, seu principal aliado político e profissional.

Em decorrência do hiato entre a sua abdicação do cargo de governador e a posse de Paulo Barreto, foi necessária a nomeação de um governador provisório. Sendo assim escolhido

João Andrade Garcez²⁸ para governador e como vice-governador Manoel Prado Vasconcelos²⁹. Todos filiados à ARENA.

As articulações e alianças construídas para a ascensão de um mero ator em uma liderança política foi a estratégia construída por Lourival Baptista para que Paulo Barreto se localizasse como um ponto de convergência na política estadual, tendo em vista que ele representava uma espécie de reaproximação com as lideranças da oligarquia sergipana, principalmente a dos Rollemberg e dos Leite e a Franco do Vale do Cotinguiba. Contudo, Paulo Barreto não era uma pessoa desconhecida dos antigos líderes políticos, pois fazia parte dos apadrinhamentos locais de José Rollemberg Leite, porque ambos eram do município de Riachuelo. Participou do governo de José Rollemberg Leite em 1949, quando foi convidado para compor a Comissão de Estradas e Rodagem de Sergipe (CER-SE); e em 1965 foi convidado pelo então governador Sebastião Celso de Carvalho para exercer o cargo de Diretor Geral do DER, durante os dois últimos anos de seu governo e continuou da direção-geral do departamento na gestão do governador Lourival Baptista.

Na dinâmica política, a gestão de Paulo Barreto foi marcada pelo período mais duro do Regime Militar, no AI-5 de dezembro de 1968, sob a presidência do general Médici. Com um governo marcado por forte pressão militar, dedicou-se a construir uma consolidação do agrupamento político da ARENA, principalmente dos seus chefes políticos, atendendo aos interesses de todos eles. As significativas obras que marcaram o seu governo, evidenciavam, embora que não de maneira declara, um certo ativismo em prol de construção de uma rede de relações juntos as mais diversas instituições e campos de atuação, como, por exemplo, na construção e reformas de hospitais pelo interior do estado. As reformas e obras nos municípios representava um alicerce de estruturação entre o governo do estado e os líderes locais. Vale lembrar que a muito das agremiações e composições dos grupos políticos se fortaleciam com o peso do corpo municipal, mesmo em meio a um bipartidarismo autoritário, pois as sedes de reservas de poder político por certo sempre estavam localizadas nos municípios.

Com a finalização do mandato de Paulo Barreto de Menezes em 1975, temos a ascensão, ou melhor dizendo, o retorno de José Rollemberg Leite, que foi indicado ao cargo de governador pelo então presidente da República, o general Ernesto Geisel, tendo ao seu lado o vice-

²⁸ Cirurgião-dentista, filiado a ARENA, governou o estado de Sergipe no período de 04 de junho de 1970 a 15 de março de 1971.

²⁹ Nascido no município de Riachuelo (SE), era comerciante e se tornou prefeito de Nossa Senhora do Socorro por força do apadrinhamento do líder político local, Manoel Barreto Fontes. Do cargo de Prefeito, foi nomeado como vice-governador a pedido de Lourival Baptista.

governador, Antônio Ribeiro Soutello. Segundo Ibarê Dantas (2004, p. 191), *“a escolha daquele velho político do ex-PSD indicava que os ventos de abertura política tenderiam a ser estimulados em Sergipe. Homem experiente, discreto e conciliador, avesso a polêmica, constituiu-se em alternativa de conciliação”*.

A opção por Rollemberg Leite tenderia a demonstrar, no estado de Sergipe, os ares da possível distensão que se avizinhava. A distensão aqui evidenciada é marcada pelo resgate de alguns direitos individuais e coletivos, e em meio a um discurso oficial voltado à descompressão. Compunha o seu novo mandato de governo com alguns atores políticos significativos, a exemplo de Augusto Prado Franco, com presidente da Cohab e Carlos A. Ayres de F. Britto para a Consultoria Geral do Estado. Por certo, o seu governo foi marcado por outras indicações administrativas com vinculações políticas, pois a composição do seu secretariado tinha uma forte tendência de indicações, como, por exemplo, ‘Prado’, ‘Leite’, ‘Franco’, ou seja, evidenciando ainda os traços de apadrinharem por conta da força política que esses sobrenomes trazem de suas famílias a política sergipana.

Vale ressaltar que existem laços consanguíneos distantes entre essas famílias de poder, principalmente regionalizadas na zona açucareira de Sergipe. Por certo a gestão de Rollemberg Leite que vai fortalecer novamente o poderio dos oligarcas do Vale do Cotinguiba, inclusive fortalecendo a ascensão de um grupo político e empresarial que há anos desejava se consagrar na política estadual e transpor as fronteiras da política local dos seus municípios de origem, o qual é o caso dos Francos.

Em meio à finalização do seu governo, acirrava-se o interesse de significativos políticos por ocupar o cargo de governador, mas o maior empenho para a sua consagração política foi o de Augusto Prado Franco, que vinha desde meados da década de 60 costurando alianças para que a sua indicação na lista tríplice fosse efetivada. Efetivamente a sua indicação ocorreu em meio ao aceite consensual do partido ARENA para as eleições de 1978. A indicação do usineiro/empresário Augusto Franco foi edificada na capital, Aracaju, com *“saudações apoloéticas dos principais políticos da terra, tudo indicando que o estilo discreto dos três últimos governadores estava com os dias contados”* (Dantas, 2014, p. 303).

Ora, os três últimos governadores – Lourival Baptista, Paulo Barreto e José Rollemberg Leite –, mesmo com efetiva capitalidade política, não demonstravam às claras as forças de suas relações. Já a liderança de Augusto Franco, fazia questão de demonstrar todo o poderio de suas redes de dominação, principalmente atreladas aos políticos dos municípios sergipanos e por força de articulação de seus filhos, principalmente, Albano Franco, que era presidente da Federação das Indústrias do Estado de Sergipe.

A liderança de Augusto Franco diferenciava-se das dos outros políticos que o antecederam, principalmente porque é a partir de sua condição ao cargo de governador que foi permitido perceber como em meio aos seu sistema de relações foi construindo suas relações de dominação. O primeiro ponto a se perceber é o uso do seu recurso empresarial como um significativo qualitativo para a institucionalização do estado. Isso se percebe quando desde 1937, retornando do curso de medicina concluído na Faculdade de Medicina da Bahia, começa a traçar as conexões entre o empresariado e a política, visto que as indústrias lideradas pelos seus irmãos José do Prado Franco e Walter do Prado Franco, que foi Senador (1946-1955) e Deputado Federal (1955-1957) pelo estado de Sergipe, e seu irmão Antônio Carlos Franco que também exerceu o cargo de deputado estadual constituinte (1987-1988) e deputado federal (1987-1991), exerciam forte influência na economia estadual.

Outro ponto crucial para a capitalidade dos recursos profissionais direcionados à sua apoteose política se deu em virtude da profissão de médico, que permitiu com que ele tivesse ligações diretas com um dos médicos mais aclamados no estado, Augusto César Leite, pois esse era seu genro. É com o casamento de Augusto Prado Franco e Maria Virgínia Leite Franco que se intensifica ao domínio de base familiar dos Franco em Sergipe. **A Figura 09**, melhor representa esse elo de parentela entre os Franco e os Leite.

Alicerçado pelo poderio familiar e empresarial a qual pertencia a sua família, Augusto Franco entrou efetivamente na política apadrinhado pelo então líder político Leandro Maynard Maciel (1897-1984) da União Democrática Nacional (UDN), chegando a ser vice-presidente do Diretório Estadual, tornando-se deputado federal pela Aliança Renovadora Nacional (ARENA) durante o período de 1967 a 1971, depois senador, 1971 a 1979, sendo depois eleito indiretamente ao cargo de governador do estado de Sergipe, no período de 1979 a 1982, indicado pelo então Presidente da República, o general Figueiredo. Teve ao seu lado na direção do executivo estadual, o vice-governador, o general Djenal Tavares Queiroz, militante do ex-Partido Social Democrático (PSD).

A escolha pelo general Djenal Queiroz fez-se em virtude de sua representatividade política e militar. Como militar, comandou a Polícia Militar durante os governos de José Rollemberg Leite e de Arnaldo Rollemberg Garcez; quanto político, candidatou-se para a Assembleia Legislativa em 1962 e continuou sendo eleito em todas as eleições subsequentes, até efetivamente torna-se vice-governador e posteriormente governador do estado.

Segundo Ibarê Dantas (2002), ao falar sobre a posse de Augusto Franco ao cargo de governador e como esse tinha se empenhado para galgar esse cargo, o autor é enfático em fazer

menção a toda a rede de relações e aos recursos familiares, profissionais e econômicos que o ator político empreendeu a esse conteúdo. Conforme demonstra:

Desde, pelo menos em 1965, que aquele empresário se empenhava em tornar-se governador enquanto o seu patrimônio se ampliava ramificado no setor açucareiro, no têxtil e nas comunicações. Esse poderio se por um lado despertava má vontade por parte de alguns generais, de outro facilitaria o controle do quadro interno e o fortalecimento dos eu *lobby* em Brasília. Para governar, anunciou secretariado mesclado por figuras experientes de respeitabilidade social, a maioria composta de ex-udenistas e de políticos que tiveram na ARENA sua escola partidária (DANTAS, 2002, p. 198).

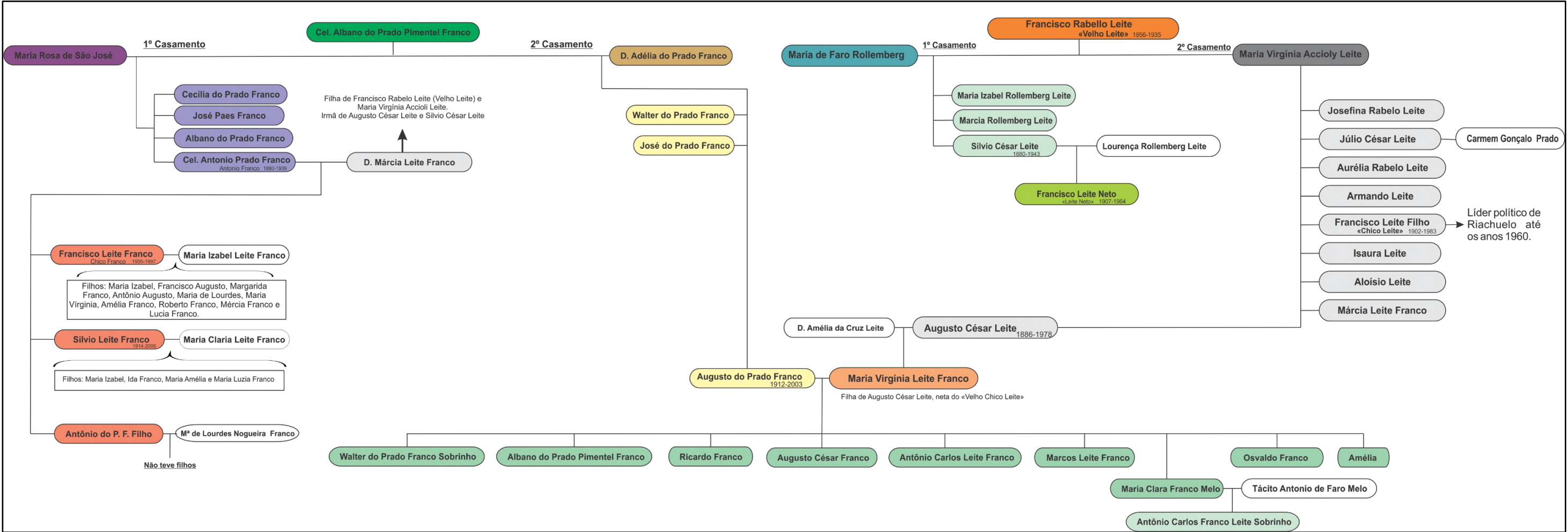
Ou seja, o recurso empresarial foi o principal condicionante para o sucesso da liderança de Augusto Franco e a construção do seu agrupamento, visto que isso o alicerçou e fortificou a sua carreira política, como também a sua condição de liderança. Nesse sentido, é importante demonstrar, através de um quadro, a diversidade econômica do grupo Franco na economia sergipana.

Quadro 03 – Diversidade dos recursos econômicos do Grupo Franco

RAMO	NOMINAÇÃO	EMPRESÁRIOS
Textil	Fábrica de Tecido São Gonçalo	Augusto Franco e irmãos
	Fábrica Sergipe Industrial	Augusto Franco
Alimentícios	Usinas de Açúcar e Engenhos	Augusto Franco e irmãos
	Refrescos Guararapes em Pernambuco	Augusto Franco
Comunicações	Rádio Atalaia AM/FM	Augusto Franco e filhos
	TV Atalaia	Augusto Franco e Filhos
	TV Sergipe	Augusto Franco e filhos
	Rádio Cidade Simão Dias	Augusto Franco e Filhos
	Rádio AM/FM Sergipe	Augusto Franco e filhos
	Jornal da Cidade	Augusto Franco e Filhos
Bancário	Banco do Comércio e Indústria	Augusto Franco

Fonte: Petrarca e Oliveira, (2024, p. 13. No Prelo).

Figura 9 – A Parentela ‘Franco-Leite’³⁰



Fonte: Bomfim (2019, p. 65).

³⁰ A Figura acima permite demonstra o elo entre as duas famílias, os ‘Franco’ com os ‘Leite’ de Riachuelo. Esse elo é pontuado principalmente através do casamento entre a filha do médico Augusto César Leite, a Maria Virgínia Leite Franco e o Augusto Franco, filho do Coronel Albano do Prado Franco. Maiores informações sobre a dinâmica das relações das famílias Leite e Franco de Riachuelo, consultar BOMFIM, Fagner dos Santos. Os vereadores e o ofício da política em Riachuelo: recursos sociais, redes de relações e dominação. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2019. Disponível em: <http://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/11755>.

Com a potencialização do agrupamento Franco, e a liderança de Augusto Franco, alguns grupos que anteriormente detinham o cenário político estadual passaram a compor e dar sustentação a esse agrupamento, é o caso dos grupos de base familiar representados pelos Leite e os Rollemberg.

A governabilidade de Augusto Franco caminhou atrelada às suas alianças, as quais se construíam nos mais diversos poderes do Estado, pois contava com o apoio das principais lideranças do Partido Democrático Social (PDS), do Legislativo Estadual e do Judiciário, além de contar com a “generosa compreensão dos procuradores³¹” (Dantas, 2014, p. 261). Sendo identificada a sua administração como uma das mais realizadoras, no que diz respeito à composição e à estruturação do Estado, a maneira de administrar o identificou como um administrador de ‘rédeas curtas’. De acordo com Dantas (2014), possibilitou ao seu sucessor uma máquina pública estruturada, organizada e ampliada, embora bastante transtornada, em virtude do modo de administração de Augusto Franco, centralista e dotado de práticas clientelista, fato que foi fortemente criticado em decorrência das múltiplas mudanças ocasionadas nas pastas governamentais, principalmente por questões políticas. Ou seja, por força das suas vinculações e relações particulares e políticas.

Augusto Franco deixou o governo no ano de 1982³², quando decidiu ser candidato ao cargo de deputado federal, assumindo assim o governo o seu vice-governador, o General Djenal Queiroz, que representava apenas a continuidade de Augusto Franco na esfera do executivo estadual. Contudo, Augusto Franco foi um dos principais articuladores para a campanha eleitoral de governo estadual, patrocinando a candidatura do engenheiro civil, João Alves Filho, e para vice-governador, Antônio Carlos Valadares.

Ao assumir o mandato de deputado federal, assumiu também a presidência do PSD Nacional, substituindo José Sarney, que assinou o Manifesto da criação da Frente Liberal em apoio à candidatura de Tancredo Neves, contra a candidatura de Paulo Maluf. Augusto Franco exerceu o mandato de deputado federal no período de 1983 até 1987, quando ao finalizar o seu mandato e passou a comandar efetivamente o PDS em Sergipe, que desde os anos de 1985 passou a ter um refluxo de seu predomínio, o que fez com que Augusto Franco direcionam-se

³¹ Importante ressaltar que o cargo de procurador era cargos indicados pelo governo estadual, assim sendo, constituía-se em uma forte e significativa aliança para a sustentabilidade e governança dos atores políticos.

³² Nas eleições de 1982 foram estabelecidas eleições diretas e com voto vinculado (o leitor era obrigado a votarem candidatos do mesmo partido para todos os cargos, do contrário, o voto era anulado) para os cargos de vereadores, governadores, senadores, deputados estaduais e federais. Sendo essa a primeira eleição direta para governadores desde os anos de 1960, contudo para os cargos de prefeitos da capital o cargo era ainda indicado pelos governadores dos respectivos estados, tendo-se em vista que esses municípios eram considerados de interesse da segurança nacional.

seus sucessores – principalmente filhos – a outros cargos eletivos, mas em partidos diversos, como, por exemplo, no Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Seus filhos que tiveram destaque político foram o ex-governador e ex-senador da República, Albano do Prado Franco, e Antônio Carlos Franco, como deputado federal, em 1986, e prefeito do município de Laranjeiras, em 1988.

Entretanto, o apoio dado por Augusto Franco à candidatura ao governo do estado a João Alves Filho não ocorreu de forma tão direta, mas sim por força de um jogo político e partidário, que se desenhava desde os anos de 1975, quando o engenheiro João Alves Filho foi indicado ao cargo de prefeito da Capital, pelo então governador José Rollemberg Leite, que governou o Estado por dois períodos, de 1947 a 1951 e 1975 a 1979. José Rollemberg Leite, que era irmão de um dos principais políticos sergipanos, Sílvio César Leite, irmão de Augusto Leite, sogro de Augusto Franco.

Em meio às indicações e aos apoios em prol da candidatura de João Alves Filho para o cargo de governador, a governabilidade do general Djenal Tavares de Queiroz, mesmo que em um curto período – apenas 10 meses – demonstrou-se um governo voltado principalmente voltado à afirmação partidária no cenário estadual, administrando o estado como um significativo membro militante do PDS e ajudando os seus correligionários. Era um governo que se erigia com a função de dar sustentação para o agrupamento Franco.

Quando ainda exercendo o cargo de prefeito (1975-1979), João Alves Filho que incorporava o Partido Popular em franca oposição ao governo de Augusto Franco, o que lhe ocasionará algumas dificuldades profissionais em virtude da oposição ao Franco. Segundo Ibarê (2014), nesse período a empresa de João Alves Filho na área da construção civil passou a sofrer obstruções, a escassez de créditos junto à Caixa Econômica e os projetos por orientação do governo federal cessaram. Isso demonstrando como o poder capitalização e das alianças desempenhadas pelo então governador Augusto Franco potencializavam a sua personificação como liderança política. A indicação de João Alves Filho para o cargo de governador do estado e seu apoio, só foi possível mediante a saída do político do Partido Popular e filiando-se ao PDS, agremiação sucessora da ARENA, partido do qual João Alves Filho iniciou a sua vida política durante a tutela militar. A ARENA era o partido conhecido por conferir sustentabilidade ao Regime Militar no Brasil.

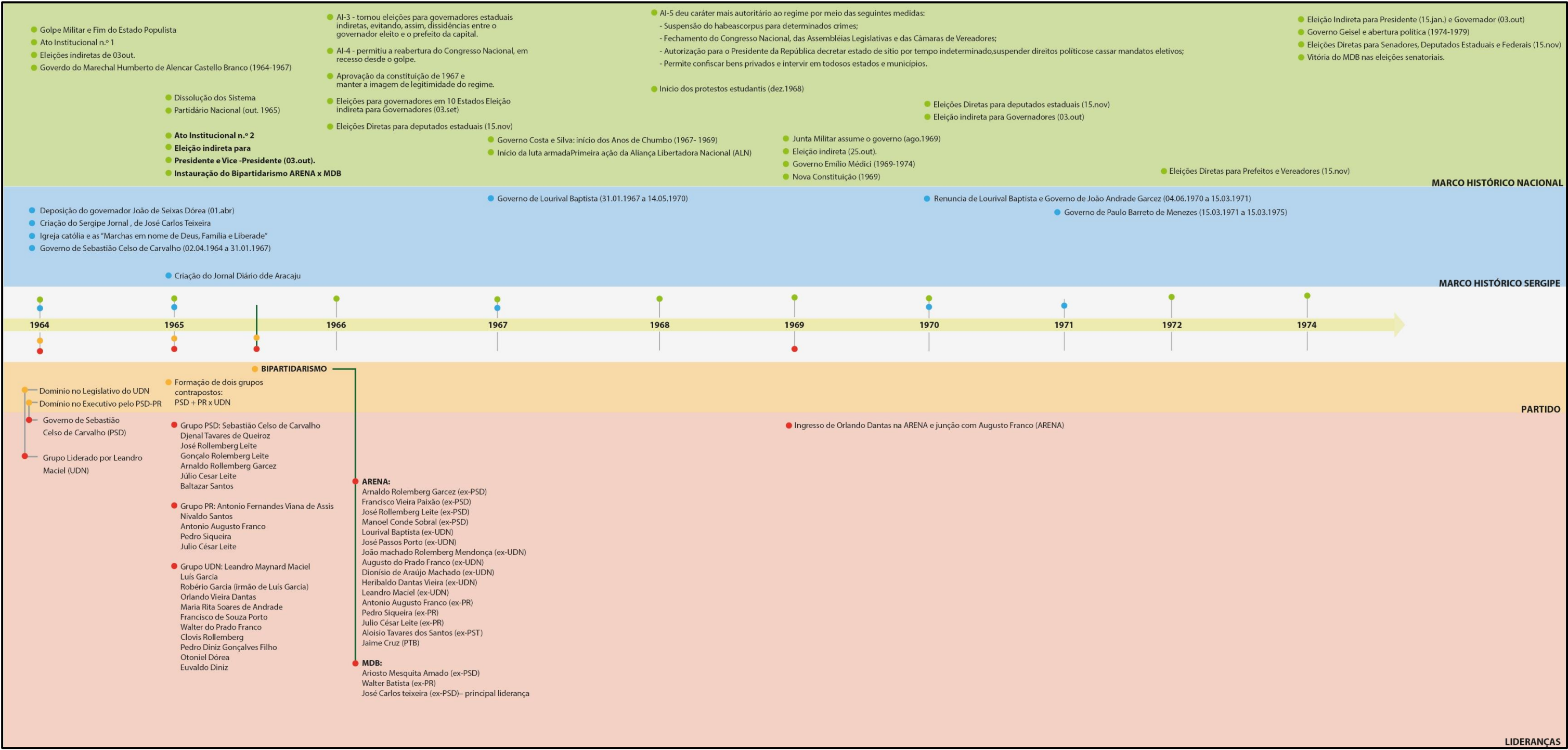
Além da antiga rivalidade partidária, a escolha do candidato para a substituição do então governador Augusto Franco deu-se em acirradas brigas internas no PDS, tendo-se em vista a forte inclinação de Augusto Franco ao deputado Antônio Carlos Valadares, o qual tinha sido o seu secretário de Educação, e representava a estruturação e manutenção do poderio de

Augusto Franco na liderança do agrupamento político, o qual já passava a indicar novos nomes dentro do próprio agrupamento. Mas que não demonstrou significativo ‘cacife’ para tal projeto, sendo destituído do cargo por força da pressão interna dos correligionários. Na vacância do cargo, foi nomeado o médico e ex-governador Lourival Baptista, que durante esse período ocupava o cargo de Senador, mas que também sofreu pressão “dos chefes políticos de Lagarto e Itabaiana” (Dantas, 2014; Barreto, 2007). Em relação à pressão política dos correlegionários e à pressão dos chefes políticos locais, percebemos o peso das alianças e de suas redes de relações na construção de sua carreira política, não meramente pela questão de ser a liderança por força do alto cargo que exerce, que por si só não faz dessa liderança a detentora de todas as diretrizes dominantes da política.

Arelado ao fato de oposição direta dos próprios correligionários ao nome do deputado Antônio Carlos Valadares, as pressões e pesquisas de sondagem de opinião demonstravam significativa vitória a João Alves Filho, que teve também indiretamente o apoio do Presidente da República, o General Figueiredo, que direcionou a Augusto Franco o nome do prefeito para concorrer ao cargo de governado, tendo ao seu lado como vice, o deputado Antônio Valadares. Assim sendo, o engenheiro tornou-se o nome para substituição de Augusto Franco, tendo seu nome referendado por Albano Franco, seu filho e presidente da comissão executiva regional do e apoiado pelos prefeitos e pelas bases pedessistas no estado de Sergipe.

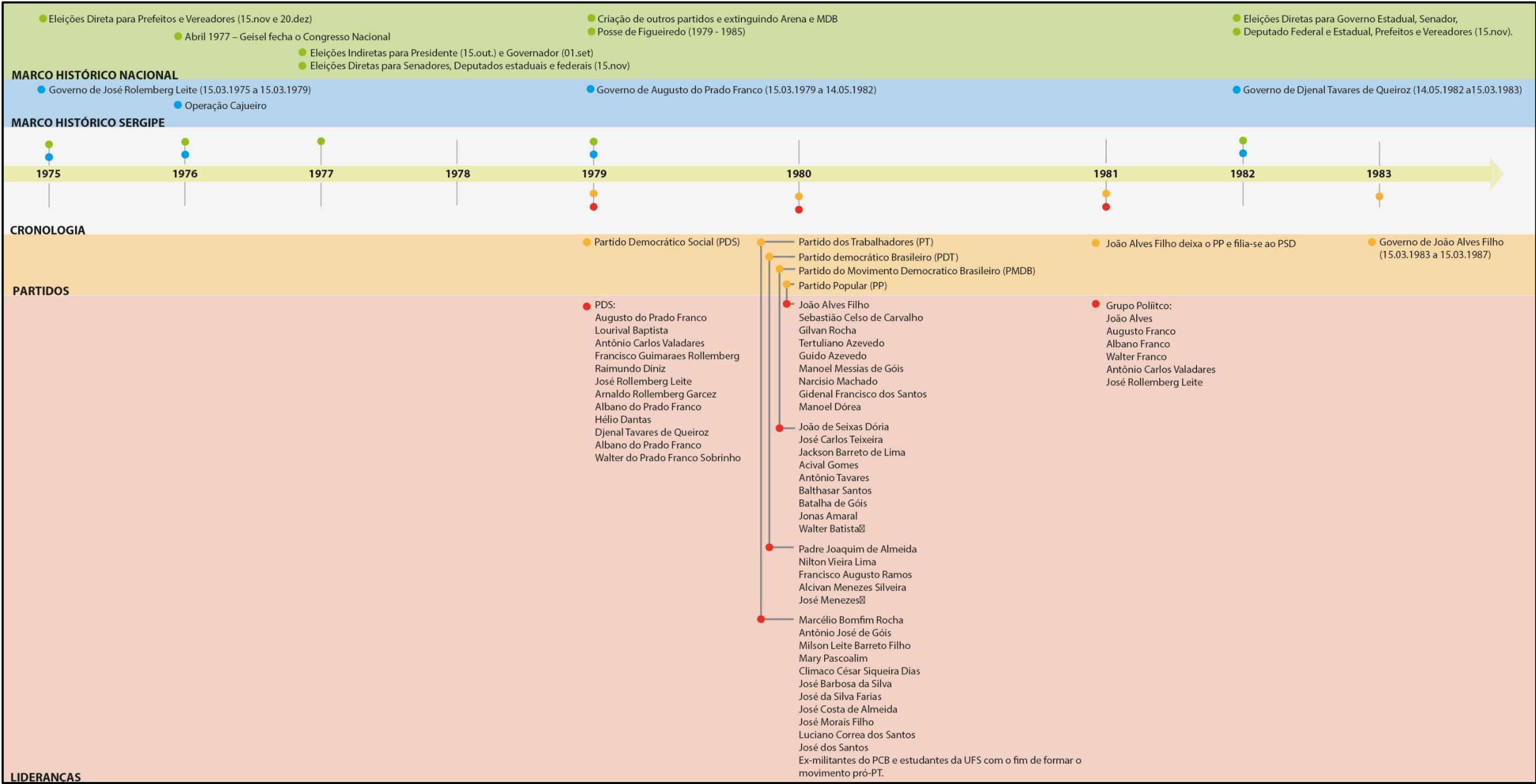
O período ditatorial em Sergipe permitiu a construção de lideranças que dividiram a política do Estado em dois momentos. O primeiro momento composto pelos políticos que se sustentavam em torno das ligações e alianças construídas ao longo dos períodos de interventoria e pós-Vargas, e um segundo momento formado por políticos que construíram a sua capacidade de capitalidade política em um regime político-militar ditatorial, mas fortalecendo-se em virtude do poderio econômico e das redes que construíram, ao longo da construção de suas carreiras profissionais. É o que vai demonstrar as **Figura 10a e 10b**, logo abaixo, com o intuito de demonstrar que mesmo em meio a uma condição de restrição partidária, os líderes políticos provenientes dos períodos anteriores (Revolução de 1930 e Populismo) continuavam galgando lugares efetivos na política estadual e inclusive fortalecendo os seus elos na conjuntura nacional e local com o advento da Ditadura.

Figura 10a. A dinâmica dos partidos, grupos e lideranças políticas sergipanas no Regime Militar (1964-1974)



Fonte: Elaborada pelo autor (2023) com base em Dantas (1983) e Codato (2005). Diagramação: Breno Franco (2023).

Figura 10b. A dinâmica dos partidos, grupos e lideranças políticas sergipanas no Regime Militar (1975-1983)



Fonte: Elaborada pelo autor (2023) com base em Dantas (1983) e Codato (2005). Diagramação: Breno Franco (2023).

Nomes como Leandro Maciel e José Rollemberg Leite, ecoavam o poderio desses políticos e suas parentelas na política de Sergipe. Eles condicionavam política a um conjunto de articulações familiares que encaminhavam para uma perspectiva diversificada dos recursos qualitativos para a política. Tendo em vista que esses ovacionavam a condição da base familiar, permitiam, também, em meio à sua condição de liderança, atrelar novos nomes para a política, a exemplo dos Franco, que durante muito tempo galgava a posição de prestígio na política local e nacional.

As **figuras 10a e 10b**, demonstram que a partir do regime militar de 1964 e em meio ao bipartidarismo as lideranças políticas foram reconstruindo suas rotas de articulação e consagração dentro dos seus agrupamentos. Embora que divididos apenas em dois únicos partidos, quase que majoritariamente o governo executivo estadual ficou sobre concentrada na ARENA, pois era neste partido que se congregava a grande maioria dos ‘caciques’ políticos locais. Entretanto, em meio ao cenário de dominação da ARENA, dois políticos representam as principais lideranças do período do Regime Ditatorial Militar, Lourival Baptista e Augusto Prado Franco.

Ambos eram médicos e faziam parte do mesmo núcleo de formação profissional, um compreendia e capitalizava para si o poderio de toda a sua família, Augusto Franco. O outro, Lourival Baptista, foi introduzido e apadrinhado por seu colega de profissão e por se vincular politicamente com uma das maiores lideranças políticas do estado, Leandro Maciel, conseguiu angariar para si o poder se de se tornar um dos principais articuladores do estado.

O fato curioso é que tanto Lourival Baptista quanto Augusto Franco foram apadrinhados por Leandro Maciel, mas apenas um conseguiu se consagrar na política até os dias atuais, ou melhor, dizer, perpetuar o poderio do seu nome para além dos cargos eletivos que exerceu. Esse ator político foi Augusto Franco. Mas o que de fato fez com que o Augusto Franco conseguisse se manter ou manter a estrutura de relações de dominação e poder para além de sua trajetória e história de vida, consagrando-se politicamente? O direcionamento é que Augusto Franco não só reconverteu o seu capital familiar e industrial para a política, mas diversificou principalmente os capitais e as redes de relações que poderiam dar sustentáculo à dinâmica particular de poder. Soube engenhosamente direcionar o seu poder para os seus sucessores, inclusive os indicando aos grandes cargos políticos do estado, por exemplo, Albano Franco, no cargo de Governador.

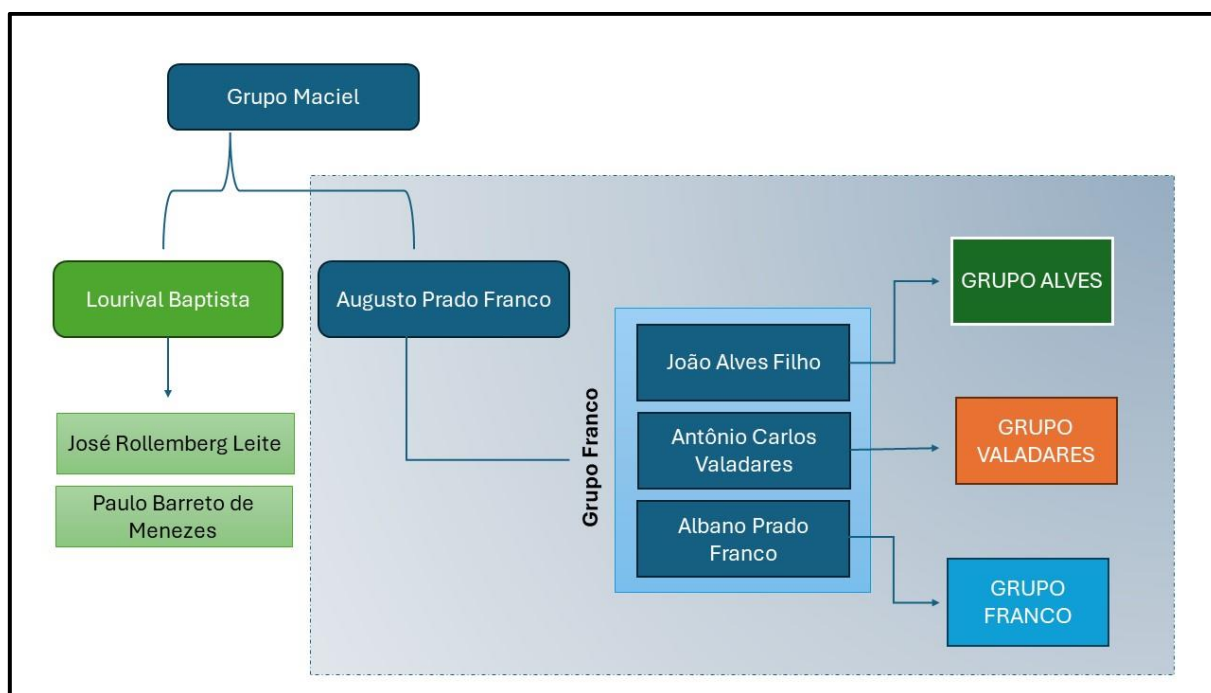
A posição dos seus parentes consanguíneos e dos seus aparentados políticos, a exemplo de João Alves, possibilitou a Augusto Franco manter uma rede de relações forte, da qual, desde a sua inserção na política até os dias atuais, encontramos políticos atrelados e

representantes da família Franco, constituindo assim um domínio significativo de base familiar Franco.

Em síntese, Augusto Franco conseguiu se construir e construir novas lideranças políticas no Estado, pois ele foi desenhando ao longo dos anos o seu percurso com vistas à construção de um grupo político fortemente articulado – tanto no cenário nacional quanto estadual – inclusive construindo novas lideranças. A liderança de Augusto Franco e o poderio do seu agrupamento é um típico exemplo do gestão de Augusto Franco e seu Grupo Franco, temos no estado de Sergipe a reconstrução do que Linda Lewin (1993) chamou de ‘domínio de base familiar’, estruturado nas lógicas dos apadrinhamentos de políticos profissionais, como também de alguns atores políticos que demonstravam uma significativa capitalidade eleitoral na comunidade e que demonstravam serem possíveis continuadores de uma rede de política profissional. Um exemplo desse apadrinhamento foi o ator João Alves Filho.

A **Figura 11** abaixo, melhor apresenta como a partir do grupo liderado por Augusto Franco, foram sendo construídas e assim também passaram a construir novos grupos políticos. É o surgimento de novas lideranças que foram sendo construídas, levando-se em consideração a construção do grupo Franco e seu principais aparentados.

Figura 11 – O agrupamento Franco e o surgimento de novos grupos e lideranças políticas



Fonte: Elaborado pelo autor (2024) com base em Dantas (2004) e Petarca e Oliveira (2024, no Prelo).

Com base na figura acima, fica evidente o surgimento do grupo Alves, liderado por João Alves Filho, o grupo Valadares liderado por Antônio Carlos Valadares e a continuidade do grupo Franco, liderado por Augusto Franco, e depois pelo seu filho, Albano Prado Franco. Demonstra também a continuidade de grupos de base familiar, mas reestruturados de acordo com a inserção de novos recursos sociais. Recursos esses que foram sendo gradativamente mobilizados para a construção de uma rede de dominação.

3.2 As primeiras lideranças políticas na Redemocratização: João Alves Filho, Antônio Carlos Valadares e Albano Franco (1983 a 2007)

As primeiras eleições estaduais de 1982 trouxeram novos rumos para a política estadual, pois os grupos e as lideranças políticas começaram a construir as suas alianças visando construir as suas redes de relações.

O ator político João Alves Filho construiu-se como uma nova liderança dentro do regime democrático, embora tenha se construído politicamente pelo apadrinhamento de Augusto Franco. Representava por certo uma continuidade da liderança Franco, só que com o desejo de construir-se como líder e construir seu agrupamento. Tendo ao seu lado para o cargo de vice-governador, o ex-secretário de educação do governo de Augusto Franco, Antônio Carlos Valadares, o então ex-prefeito de Aracaju, João Alves Filho, se tornava o novo governador do estado, com uma soma de 76% (setenta e seis) dos votos válidos, em uma das mais expressivas votações do país. A campanha de 1982 foi construída pela disputa de quatro grupos políticos: o PSD, na figura de João Alves Filho, o PMDB, com o médico Gilvan Rocha, o PT, com Marcélio Bonfim e o PDT, com Manuel Ferreira dos Santos.

Politicamente, como governado eleito por voto direto, João Alves Filho demonstrou-se um político retrógrado quanto aos movimentos sociais direcionados à redemocratização, pois foi resistente, e com engajamento nulo nas campanhas das Diretas, como também estimulou aos seus aliados políticos a votarem contra. Tornando-se o último governador a assinar o manifesto em favor da Frente Liberal, como também a aderir à candidatura de Tancredo Neves, concorrente ao Colégio Eleitoral.

Construiu um governo mantendo em suas bases antigos aliados políticos, potencializados como líderes políticos estaduais, a exemplo de José Rollemberg Leite, que foi o seu padrinho político e o levou ao PSD e, por consequência, a fazer parte do grupo Franco, e Djenal Tavares de Queiroz, sendo o governador antecessor de João Alves Filho e era vice-governador de Augusto Franco. O que demonstrava que João Alves Filho manteria uma

continuidade de poder junto a Augusto Franco, contudo conforme os historiadores Ariosvaldo Figueiredo (1990) e Dantas (2002; 2014), logo ao assumir o governo em 1983, demonstrou pretensão em construir um novo grupo político, o qual fosse vinculado à sua liderança, passando assim no final do ano de 1984 a anunciar a sua saída do PSD – partido liderado por Augusto Franco -, e organizou a construção do Partido da Frente Liberal (PFL). A postura de João Alves Filho em construir um novo grupo político já se desenhava desde quando assumiu o governo, relegando ao PSD apenas duas secretarias – a da Fazenda e a da Educação. O que se efetivou em 1985, João Alves acabou rompendo politicamente com a família Franco e ingressou no Partido da Frente Liberal (PFL).

Entretanto, de acordo com Pimentel e Salmeron (2022), um grupo de políticos de forte capital eleitoral no estado solicitavam de João Alves Filho a construção de um novo agrupamento político, no qual eles pudessem ter maior notabilidade política. Segundo os autores, políticos com Oviedo Teixeira, José Carlos Teixeira, Jackson Barreto de Lima, Tertuliano Azevedo e outros políticos ligados ao PMDB, solicitavam do vice-governador, Antônio Carlos Valadares, a construção de um novo grupo político.

O que se demonstra a partir disso é que os anseios eram de se construir um novo grupo que potencializasse os políticos do PMDB, que era um partido que durante o período do Regime Militar sofreu derrotas significativas, mas que com a redemocratização conseguia aglutinar melhores quadros e significativos cargos dentro do cenário local e nacional. Assim, desejosos também de logo depois construírem os seus grupos.

Com a sua saída e rompimento com Augusto Franco, João Alves Filho passou a liderar um movimento em vias de guerra de forças com o seu antigo mentor político. Segundo Ibarê (2002), essa disputa colocou em dois lados de oposição e força dois grupos políticos, o Grupo Franco e o Grupo Alvista. Guerra de forças que ficou evidenciada principalmente nos bastidores da política, onde Augusto Franco passava a fazer de sua Usina o seu gabinete de articulações políticas, reunindo prefeitos, e o governador João Alves depois os reunia no Palácio do Governo, visando cooptá-los e ‘subordiná-los’ a seu grupo.

Essa disputa demarca e demonstra como as linhas de reciprocidade e ligação política apresentam elos fortes e fracos, fortes, pois demonstra como as alianças passaram a ser significativas na composição dos grupos, e elos fracos, pois deixavam claro que a força atribuída na imposição do cargo eletivo demonstrava o anseio de composição de um novo grupo. Ou seja, as linhas de reciprocidade eram fragilizadas por força da imposição do cargo eletivo. Em outras palavras, João Alves Filho passou a identificar-se como uma nova liderança política e a construir um novo agrupamento, sustentado principalmente pela fragilidade de seu

antigo mentor, tendo em vista que tinha ao seu lado o vice-governador Antônio Carlos Valadares – que desejava ter também sucesso político e via na condição de vice-governador a perspectiva de ser o sucessor direto do então governador João Alves Filho.

Mergulhado no anseio de se tornar de fato uma liderança política estadual, ainda em 1985, envolveu-se na disputa eleitoral em torno da prefeitura de Aracaju. Procurando consolidar no nível municipal a Aliança Democrática, aliando-se politicamente ao PMDB de Aracaju em apoio a ex-deputado estadual Jackson Barreto, o qual saiu vitorioso no pleito realizado em novembro. Jackson Barreto, que era um partidário reverente do chefe pessedista, Francisco Leite Neto, irmão do ex-governador José Rollemberg Leite. Ou seja, Jackson Barreto era um dos atores políticos que fazia parte do Grupo Franco e passou fazer parte do Grupo Alves por meio de uma artimanha política entre João Alves e o PMDB, liderado pelo deputado José Carlos Teixeira, que anos depois vai se tornar o seu vice-governador.

Fortalecido por conta da grande popularidade que adquiriu desde o período ao qual foi prefeito de Aracaju, e somando-se às suas alianças externas, João Alves Filho demonstrou significativo poderio com a sua indicação para ser Ministro do Ministério do Interior, no ano de 1987, no governo do Presidente José Sarney, antigo correligionário do partido ARENA. Sua nomeação foi atribuída a vitória do PFL no governo de Sergipe, quando da eleição em que Antônio Carlos Valadares saiu vitorioso.

De acordo com Dantas (2002, p. 235), a nomeação fazia parte de um acordo, em virtude do qual “[...] empenhou-se para que o presidente José Sarney nomeasse João Alves para algum ministério como uma forma de transferir verbas para Sergipe”. Mesmo à frente do ministério, João Alves filho continuou comandando significativamente um novo grupo político, o Grupo Alvista, grupo esse que se confundia com a própria existência do PFL em Sergipe, tanto que era reconhecido como o ‘chefe’ do partido.

Poderio representativo, tendo-se em vista que durante a campanha eleitoral municipal no estado, conseguiu eleger 40 (quarenta) dos 75 (setenta e cinco) prefeitos. João Alves Filho deixou o mandato de Ministro no ano de 1990, quando da extinção do ministério em decorrência da nova administração federal do então Presidente Fernando Collor de Melo.

Contudo, embora que popularmente evidenciado, João Alves foi acusado de promover ao longo de sua gestão duas grandes contratações em massa de forma explícita e sem critérios, proporcionando um péssimo exemplo aos prefeitos que também passaram a adotar semelhante atitude, com fins meramente eleitoreiros. Fato esse que se comprova na própria eleição na qual elegeu os 20 prefeitos totalmente ligados ao PFL. Esse esquema de contratação ficou reconhecido como “Trem da Alegria”, pois ambas as contratações aconteceram durante os

períodos eleitorais, sendo um em julho de 1985 e outro em julho de 1986, cuja estimativa é de que foram contratados aproximadamente 8.000 funcionários. Esse se configurou como o primeiro escândalo de corrupção administrativa na gestão governamental do líder político João Alves Filho.

Potencializando a sua condição como nova liderança política, João Alves Filho, deixou o seu primeiro mandato como governador, praticamente, nas mãos do seu vice-governador, Antônio Carlos Valadares, fruto de uma campanha em que conseguiu cooptar ao grupo governistas uma composição partidária que incluía o Partido Comunista Brasileiro (PCB), o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e os “progressistas históricos” do PMDB. Embora pouco conhecido, Antônio Carlos Valadares, conseguia glutinar o apoio do Grupo Alvista com o apoio do PMDB, representado através do seu vice-governador, Benedito Figueiredo, o qual foi indicado por apoio direto do então prefeito da Capital, Jackson Barreto de Lima.

Numa campanha marcada pelo poderio das bases locais aderindo ao projeto do governo do estado, João Alves Filho conseguiu eleger seu vice como governador do estado. Um total de 63 prefeitos apoiaram diretamente a campanha em torno de Antônio Carlos Valadares. Beneficiado pela popularidade do governo João, e com a composição de uma coligação entre o Partido Comunista Brasileiro (PCB), o Partido Comunista do Brasil (PC do B) e os progressistas históricos do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), a vitória de Valadares foi aclamada com a única do Partido da Frente Liberal (PFL), ou seja, a consagração política de João Alves e de seu agrupamento político ficou representada nas eleições de 1986.

Com a ascensão de Antônio Carlos Valadares para o cargo eletivo de governador em 1987, inicia-se uma nova fase no Grupo Alves, pois coube a João Alves se consagrar politicamente para além do cenário estadual, tornando-se Ministro do Interior (1987 a 1990) no governo de José Ribamar Ferreira Araújo da Costa Sarney. A gestão de Antônio Carlos Valadares ficou marcada como uma espécie de hiato político para a volta de João Alves Filho ao executivo estadual, visto que Valadares se manteve fiel ao grupo Alves até o final do seu mandato.

Contudo, a dinâmica política no estado e principalmente na capital, Aracaju, marca o rompimento de algumas lideranças dentro do grupo Alves, como, por exemplo, a do ex-prefeito de Aracaju, Jackson Barreto de Lima. Como Jackson fazia parte do agrupamento em torno de Antônio Valadares, as denúncias de malversação do dinheiro público (corrupção) tensionavam a aliança do PFL com o PMDB. Entretanto, mesmo em meio ao escândalo de corrupção envolvendo o correligionário de grupo político, Valadares conseguiu construir a Aliança

Democrática composta pelos partidos PFL + PMDB + PL + PJ, que conseguiu eleger no estado quarenta dos setenta e três prefeitos (Dantas, 2004; Camilo, 2023).

Somando-se à Aliança Democrática, o grupo Alves ganhou novamente a adesão do grupo Franco e de José Carlos Teixeira, formando um só agrupamento político com vistas à campanha eleitoral de 1991 para a sucessão governamental. Coube então a Antônio Carlos Valadares a composição desse agrupamento, que tinha duas lideranças com o desejo de disputarem a vaga de governo do Estado. Albano Franco (PRN), filho de Augusto Franco, e João Alves Filho (PFL). Contudo, com a hábil articulação de Valadares, Albano Franco desistiu de concorrer ao cargo de governador e escolheu ser o candidato ao cargo de Senador pela coligação, deixando para João Alves a concorrência para o cargo de governador. Assim sendo, foi composta a chapa: PFL, PDS, PMDB, PDC, PL, PCM, PMN, PRN, PRP E PSDB.

Por intervenção direta de Collor, o PFL e o PMDB formalizaram uma aliança no estado para impedir uma disputa entre Albano e João Alves, pois, se o primeiro fosse eleito governador, teria que abandonar a presidência da Confederação Nacional da Indústria (CNI) num momento visto como indesejável pelo próprio governo federal.

A chapa João Alves e Albano Franco reunia os dois principais grupos de elite do estado em um só bloco político (PFL + PRN), como também tinha a seu favor quase todas as prefeituras do estado, a máquina pública pela gestão de Valadares, além de 22 dos 24 deputados estaduais. Soma-se a esse bloco todas as emissoras de rádio, todos os jornais, todos os canais de tv, todos os aparelhos públicos, todos os meios de comunicação e quase todas as forças empresariais do estado (Dantas, 2002).

A construção da grande coligação em prol da candidatura de João Alves (PFL) demonstrava o forte caráter de articulador e construtor de alianças de Antônio Carlos Valadares, pois conseguiu também, a partir desse bom desempenho, eleger o seu sobrinho³³ para a Câmara de Deputados e para a Assembleia Legislativa. Com a finalização do seu mandato, Antônio Carlos Valadares se concretiza como o principal artífice das coligações, pois conseguiu reunir opositores em aliados, construindo principalmente a vitória de João Alves Filho para o seu 2º mandato como governador do estado, para o pleito de 1991-1995.

³³ Pedro Almeida Valadares Neto ou Pedro Valadares, ou Pedrinho Valadares, era político, agricultor e advogado. Foi deputado federal por Sergipe por três vezes: 1991 a 1995, de 1997 a 1999, e de 2010 a 2011. Faleceu em decorrência de um acidente aéreo em 13 de agosto de 2014. Acidente esse que também vitimou o então candidato a Presidente da República e ex-governador de Pernambuco, Eduardo Campos. Atualmente, o filho de Pedrinho Valadares, Rodrigo Valadares, é deputado federal pelo estado de Sergipe e um dos principais defensores do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro. Rodrigo Valadares foi deputado estadual no pleito de 2019 a 2022.

Por certo, o que ficou definido foi que com o Acordão celebrava a junção de três lideranças políticas em Sergipe, João Alves, com o desejo de retornar ao cargo de governador, Albano Franco, para o cargo de Senador, e Antônio Carlos Valadares, o qual foi o principal artífice de junção entre as duas lideranças, assim se consagrando politicamente como um significativo articulador e líder político, embora que, logo depois, sofreu com um rompimento com João Alves.

O segundo mandato de João Alves foi marcado pelos reflexos da primeira eleição direta para presidente da República, pós-regime autoritário militar. Um governo que se dizia centrado na luta contra a corrupção e na caça dos chamados ‘marajás’, o que outrora se revelou como um governo deficitário e rechaçado em meio a significativas denúncias de corrupção. O governo de Fernando Collor refletia politicamente em João Alves, pois, tanto ele quanto Albano Franco foram os principais defensores da sua campanha no estado. Principalmente fortalecido pela condição do PMDB, que neste período era a sede das parentelas dos Francos em Sergipe, mas outros partidos se somavam a essa empreitada, com, por exemplo, o PRN, que era liderado, ou mais bem personificado em Albano Franco. Assim sendo, o 2º governo de João ficou marcado por ser uma espécie de ‘condomínio político’, no qual tinha a função de administrar a convivência entre vários atores políticos do estado, inclusive o ego de volta à liderança política de Sergipe dos Franco, ao qual João Alves novamente se alia.

Ou seja, a liderança de João Alves era constantemente fortalecida dentro do agrupamento, principalmente por força de um recurso significativo, que era a habilidade carismática em soma com a rede de alianças que ele construiu junto aos prefeitos no estado de Sergipe. Vale ressaltar que os prefeitos, muitas das vezes representavam pequenos grupos políticos familiares. Ou seja, construir uma rede de relações com os prefeitos era crucial para a manutenção do cargo de líder do agrupamento, do grupo e para se manter no cargo de governador.

Formava-se o quadro de sustentação e alianças para o 2º mandato de João Alves: José Alves do Nascimento, para a Secretário-Chefe da Casa Civil – um dos mais importantes cargos do Estado -, seu cunhado, irmão de Maria do Carmo, sua esposa; José Carlos Machado, Secretaria de Obras; e principalmente a sustentação de base partidária, que compreendia Lourival Baptista e Albano Franco como Senadores; Cleonânio Fonseca, Benedito Figueiredo, Jerônimo Reis, Manoel Messias Góis, Pedro de Almeida Valadares e José Everaldo Oliveira, como deputados Federais; na Assembleia Legislativa contava com a maioria dos deputados, como, por exemplo, Carlos Magno Costa Garcia, Belivaldo Chagas, Francisco Passos, Laércio Miranda, José Carlos Machado, Venâncio Fonseca, Joaldo Barbosa, Nicodemos Falcão, Ulisses

Andrade, Arthur Reis, Carlos Alberto de Oliveira, Ivan Santos Leite, Reinaldo Moura (pai de André Moura), José Monteiro Sobral, Francisco Teles de Mendonça, José Almeida Lima, Luís Mitidieri, Rosendo Ribeiro, José do Prado Franco, Abel Jacó dos Santos, José Wilson da Cunha e o ex-governador Djenal Queiroz. Apenas não faziam parte do grupo de João Alves-Franco, os deputados do PT, Ismael Silva e Renato Brandão (Pimentel, Salmeron, 2022; Camilo, 2023).

A base de João Alves para o seu 2º mandato nada mais era do que o reflexo da soma de todas as bases familiares de elite do estado de Sergipe em um único agrupamento, como também na condição de formatar a manutenção de um agrupamento forte para o governo que se avizinhava nos anos de 1995. Destarte, quase toda sua base era formada por aliados históricos de Augusto Prado Franco e que agora estavam alicerçados num embasamento político vinculado a seu filho Albano Franco e de Lourival Baptista.

Entretanto, durante o seu 2º mandato, João Alves ficou incumbido de conseguir a liderança da gestão executiva da Capital, que neste momento se construía em uma caminhada para a ascensão da oposição. Oposição essa que era liderada por um antigo correligionário e pertencente ao agrupamento Franco, o ator político Jackson Barreto de Lima, que neste momento de pós-renúncia do cargo de prefeito de Aracaju, voltava a se configurar como uma liderança possível para chegar novamente ao executivo municipal. Vale lembrar que o pedido de impeachment de Jackson Barreto foi levado à câmara de Vereadores de Aracaju pelo então aliado, o ex-governador Antônio Valadares, adjuntado à pressão do PT. O que se observava era a reconstrução do agrupamento Alves-Franco, pois a condição de ganhar a gestão da Capital e assim capitalizar um significativo celeiro eleitoral.

Aracaju se configura como o principal palco de negociação e de fortalecimento de um agrupamento e era o município de maior perspectiva de permanência de poder das lideranças políticas locais. Assim, questiona-se o porquê é tão importante ter a capital, Aracaju, como aliada à base? Ter a Capital, ou ser o prefeito da base aliada é importante porque Aracaju funciona como o palco para a administração pública estadual. É em Aracaju que quase se torna imperceptível o que é governo estadual e governo municipal. Como também é em Aracaju que o cenário político se desenha. É a capital que fornece para o resto de todo o estado a condição de termômetro político e de gestão. Isso vai ficar percebível desde o governo de Augusto Franco, e por conseguinte os governos até hoje. O fato é: ter a prefeitura de Aracaju é obter o trampolim necessário para o sucesso eleitoral na campanha eleitoral estadual.

Na soma desses condicionantes, a liderança de João Alves se demonstrou habilidosa e fragilizada, tendo-se em vista que o seu opositor na capital, Jackson Barreto, conseguiu aglutinar a formação de um bloco político significativo, inclusive com apoio indireto do PT,

que decidiu lançar candidatura própria. Teríamos então formado as coligações para a eleição de 1992, com Jackson Barreto para prefeito e seu primo Almeida Lima formaram a coalização política do PDT, PST, PV, PC do B e PC, denominados Resistência Democrática; contra o PT com a candidatura de Ismael Silva e Alceu Monteiro; o PMDB, PPS, PTR e PCDN lançam Luiz Antônio Mitidieri e Marcelo Ribeiro com a coligação Vota Aracaju; o PTB e PT do B com a candidatura de Clóvis Silveira e Oswaldo Santos; e a base governista com a coligação Aracaju o futuro é agora, com a soma de 08 partidos, PDS, PDC, PL, PFL, PMN, PSD, PRP e PSDB, com Reinaldo Moura³⁴ e Marcélio Bomfim.

Mesmo com a soma de quadre parte da elite política ao lado do bloco governista, as facções criadas sobre a figura de liderança de João Alves e os Francos repercutiram no resultado da eleição, que contou com a vitória de Jackson Barreto, o que significava no jogo político possíveis desgastes na campanha para governo que se avizinhava. Entretanto, ao final do mandato, João Alves Filho estava sofrendo os reflexos de uma eleição conflituosa para a prefeitura, o cenário nacional pós-impedimento de Collor e as altas da inflação, condicionou a ele também a construção de um bloco que pudesse enfrentar as eleições de 1994 e que pudesse aglutinar a liderança de um novo nome para o agrupamento. A primeira medida foi a sua filiação ao PP, e em seguida oficializou dentro do agrupamento o nome de Albano Franco para governo de Estado.

A campanha se deu com a formação de 04 coligações, efetivamente sendo 3 coligações com um único opositor: João Alves e Albano Franco. Estava assim construída a disputa: Jackson Barreto, para governo, e Francisco Rolemberg, para vice, com a coligação PDT, PT, PMN, PP e PC do B; no lado da situação, Albano para governador e para vice, José Carlos Machado, correligionário de confiança de João Alves Filho, na coligação PPR, PMDB, PFL e PSDB, com o slogan Sergipe tem Futuro. A outra foi a candidatura do professor José Araújo Filho (PV) e sua vice Marlene da Costa Melo (PCB) e PSTU; e a última coligação era a coligação Independente, com Vera Lúcia Sampaio Tourinho e o seu vice, Francisco Messias (PTRB). Além do peso atribuído às coalizões, essa campanha também trazia consigo a junção

³⁴ Ex-filiado ao MDB, depois migrou para o PP, afirmando-se como um correligionário fiel a João Alves Filho. Em sua vida pública exerceu os mandatos de vereador em Aracaju por dois anos, de 1977 a 1978 e deputado estadual do Estado de Sergipe por 22 anos, de 1979 a 2001, resultando em cinco Legislaturas. Foi Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado (TCE) desde 08 de fevereiro de 2001, onde foi Corregedor Geral de 2005 a 2007. Foi presidente do TCE por três anos, de março de 2009 a março de 2011. Reinaldo Moura é pai de André Moura, uma das principais lideranças políticas do estado de Sergipe, pelo União Brasil. Avô de Yandra Moura, deputada federal (2022-2026). Reinaldo Moura faleceu em 11 de novembro de 2021. (disponível em: <https://al.se.leg.br/reinaldo-moura-deixa-legado-na-historia-de-sergipe/>). Acesso em 28 dez. 2023.

de antigos correligionários na condição de aliados, principalmente na concorrência de cargos eletivos significativos, a exemplo o de senador.

Tínhamos ao lado de Jackson Barreto, dois antigos rivais, Antônio Carlos Valadares, pelo PP, e José Eduardo Dutra (PT), que tinha com Marcelo Déda liderado oposição no início da democratização contra Jackson Barreto. No grupo governista, o quadro se mantinha com a mesma elite política do estado, na figura de Lourival Baptista (PFL) e de José Carlos Teixeira (PMDB), e na coligação do PSTU tinha Francisco Gualberto como seu principal expoente.

A campanha foi marcada por forte oposição entre o grupo governista na figura de João Alves e do poderio dos Franco. Grupo esse que no primeiro turno da eleição saiu derrotado, demonstrando a possível ascensão da oposição ao governo contra um dos principais blocos econômicos e políticos do estado de Sergipe, Franco-Alves. Franco-Alves, pois à medida que o 2º turno ia se avizinando, cada vez mais se potencializava o poderio dos Franco, inclusive com o resultado da eleição que determinou a vitória de Albano Franco como Governador do Estado. Com a vitória de Albano Franco, um novo agrupamento político se desenhava, visto que, em Sergipe, a condição de ser governador define todo o horizonte da política estadual e municipal, pois existe um anseio de aproximação com essa liderança que se constrói pelo título de governador, mesmo que existam lideranças que estejam fora do cargo. Como, por exemplo, Jackson Barreto, que não ganhou a eleição, mas se construía a partir de então como umas das principais lideranças opositoras dos Franco, inclusive na própria região do Vale do Cotinguiba.

A manutenção do bloco em torno Albano Franco se construía, e assim ficava definido o cenário dos grupos políticos em 1995, contudo um bloco bastante fragmentado e dividido em 5 agrupamentos: Franco, Alves, Jackson, Valadares e os ditos Independentes. Os independentes foram aliados de Jackson Barreto e Valadares, potencializando significativamente a sua vitória no 1º turno, principalmente em virtude de conseguir eleger os dois senadores da legenda, Antônio Carlos Valadares e José Eduardo Dutra.

Coube a Albano Franco o apogeu do agrupamento que ele era fruto e que agora era definido como líder. Assim, Albano Franco mantinha 13 (treze) lideranças ao seu entorno, o que melhorava a sua posição política quando se somava com o grupo Alves que contava com aproximadamente 09 lideranças, totalizando então 22 (vinte e dois) políticos trabalhando na manutenção desse agrupamento. Em contrapartida, Jackson Barreto, embora estivesse na condição de perdedor da eleição para governo, saiu um tanto quanto vitorioso em seu agrupamento, tendo em vista que conseguia congrega o grupo dos políticos independentes e o grupo Valadares. E esses dois tinham conseguido alcançar postos de destaque na política nacional, os cargos para Senadores por Sergipe, espaço esse que durante muito tempo estava

resguardado ao grupo Franco. A condição de ter 02 (dois) senadores de grupos opositores representava para o governo Albano uma fragilidade, somando-se a ascensão de Marcelo Déda (PT) ao Legislativo Federal.

Quadro 04 – Agrupamentos e grupos políticos em Sergipe, 1995

AGRUPAMENTOS / GRUPOS POLÍTICOS	COMPONENTES	CARGOS
GRUPO FRANCO	José Cleonânio da Fonseca (PPR)	Deputado Federal
	José Teles de Mendonça (PPR)	Deputado Federal
	Adelson Rosendo L. Ribeiro (PMDB)	Deputado Federal
	Venâncio Fonseca Filho (PPR)	Deputado Estadual
	João Bosco da Costa (PPR)	Deputado Estadual
	Maria Vieira de Mendonça (PPR)	Deputado Estadual
	José Milton A. Santos (PSDB)	Deputado Estadual
	Jorge Alberto T. Prado (PMDB)	Deputado Estadual
	Raimundo Lima Vieira (PMDB)	Deputado Estadual
	Roseando Ribeiro Filho (PMDB)	Deputado Estadual
	Venezia de C. R. Filha (PMDB)	Deputado Estadual
	José Rivaldo Santos (PTB)	Deputado Estadual
	Ivan Santos Leite (PPR)	Deputado Estadual
GRUPO JOÃO ALVES	Carlos Magno Costa Garcia (PFL)	Deputado Federal
	José Wilson Cunha (PMDB)	Deputado Federal
	José Luciano do N. Lima (PFL)	Deputado Estadual
	Eduardo M. de Oliveira (PFL)	Deputado Estadual
	Ulisses de Andrade Filho (PFL)	Deputado Estadual
	Nicodemus Correia Falcão (PFL)	Deputado Estadual
	José Ilzo Silveira Martins (PFL)	Deputado Estadual
	Antônio Passos Sobrinho (PFL)	Deputado Estadual
	Reinaldo Moura Ferreira (PFL)	Deputado Estadual
GRUPO JACKSON BARRETO	Jerônimo de Oliveira (PMN)	Deputado Federal
	Luciano Bispo de Lima (PDT)	Deputado Federal
	Arthur de Oliveira Reis (PMN)	Deputado Estadual
	Josenaldo de Góis (PDT) – que foi substituído por Belivaldo Chagas (PSB)	Deputado Estadual
INDEPENDENTES	Joaldo Vieira Barbosa (PMN)	Deputado Estadual
	João Bosco França Cruz (PMN)	Deputado Federal
	Marcelo Déda Chagas (PT)	Deputado Federal
	José Renato V. Brandão (PT)	Deputado Estadual
	Ismael Silva (PT)	Deputado Estadual
	José Eduardo Dutra (PT)	Senador
GRUPO VALADARES	Belivaldo Chagas (PSB)	Deputado Estadual
	Antônio Carlos Valadares (PP)	Senador

Fonte: Dantas (2002, 2004); Pimentel e Salmeron (2022). Organização: Autor (2023).

Ao observar o **Quadro 4** acima, percebemos que esse se divide em agrupamentos e grupos políticos, bem como com os componentes, que corresponde aos atores políticos e seus respectivos partidos políticos. Os partidos políticos são importantes serem mencionados, pois denotam um dos recursos qualitativos para a continuidade da condição de liderança dos agrupamentos e dos grupos. Outro ponto significativo são os cargos, esses são mencionados no quadro porque demonstra a capitalidade do agrupamento e do grupo político. Ou seja, o agrupamento que detém um significativo número de atores políticos, que possuem cargos eletivos de reconhecimento federal, demonstra que possui muito mais capitalidade e força política. Um exemplo disso é a quantidade de cargos eletivos de deputados estaduais que fazem parte do agrupamento, pois é sabido que na dinâmica de funcionamento dos grupos e agrupamentos políticos sergipanos a condição de ser um político atrelado ao governador garante a esse político e ao governador maior capacidade de potencializar a sua rede de dominações.

Em meio a sua gestão, Albano Franco tinha o sacrifício de construir a campanha eleitoral de 1996 para os municípios e principalmente para a Capital. E foi a partir dessa campanha que os grupos começaram a se reconstruírem. Ou seja, as facções começaram a ser desenhadas. O primeiro foi do PT na figura de Ismael Silva, seguido do PDT que sob a liderança de Almeida Lima (primo de Jackson Barreto) também lançava a candidatura do seu ex-secretário Luiz Garibalde Rabelo de Mendonça, para a concorrer ao cargo, e neste momento já se desenhava uma aliança com o grupo Franco. O PFL lançava a esposa de João Alves como candidata. Por certo, aos poucos o que se notava nos anos de 1996 era a fragilidade da liderança da frente de oposição que tinha Jackson Barreto com o principal articulador, inclusive tendo dificuldades de implementar a candidatura de João Augusto Gama para o executivo municipal.

A campanha se desenhou com 08 (oito) candidatos visando o sucesso eleitoral: Ismael Silva (PT), com a aliança junto ao PCB e PC do B; João Augusto Gama (PMDB), com o PSB; Maria do Carmo (PFL), com o PL, PPS e PSDB – embora, segundo Ibarê Dantas (2002), sinaliza a divergência de Maria do Carmo com Albano Franco, em decorrência do não apoio dado pelo governo a sua candidatura, inclusive evocando as declarações públicas de Maria do Carmo ao governador; Luiz Garibalde (PDT) junto ao PTB; Bosco França (PPB) e o PRP e PMN; Ricardo Leite (PSDC); Pita Falcão (PST) com o PRN; Francisco Gualberto (PSTU); Antônio Leite (PV) e José Walter Souza (PTN) junto do PSC. Esses eram os candidatos à prefeitura de Aracaju, sendo que os quatro primeiros eram que melhor demonstravam condições de disputa.

Decorrida a eleição, o vitorioso foi o candidato apoiado por Jackson Barreto, o que fazia desse político um dos principais nomes e opositores do grupo governista. A sua liderança podia

ser refletida em todo estado de Sergipe, inclusive nos municípios, com uma margem de 11 municípios sendo liderados pelo PMDB. Neste momento Jackson Barreto já era conhecido como o novo nome do PMDB³⁵, partido que outrora pertencia ao grupo Franco, agora passava a ser liderado pelo seu principal opositor.

A campanha para a prefeitura de Aracaju antecipava a formação dos quadros políticos para a campanha estadual de 1998, pois desde 1995 que Jackson vinha construindo uma base de confronto direto à figura política de Albano Franco, principalmente em denúncias públicas a sua primeira gestão no governo estadual. Conseguindo inclusive trazer para o eu agrupamento alguns políticos que eram correligionários do grupo Franco, a exemplo de Cleonânio e Venâncio Fonseca, além do próprio irmão do governador, Antônio Carlos Franco se manteve no partido PMDB, que neste momento recebia a chancela de ‘partido de Jackson Barreto’, ou melhor, “o PMDB de Jackson”.

Neste momento as rupturas também começaram a acontecer dentro do agrupamento de oposição liderado por Jackson Barreto. A primeira foi com o ex-governador Antônio Valadares (PSB), que em virtude desse rompimento com Jackson Barreto, voltou a aliar-se com João Alves Filho (PFL). Em detrimento desses rompimentos, surgiram as principais surpresas desta eleição estadual, o qual foi a coligação entre o PSDB e o PMDB, ou seja, a coligação entre os Franco e Jackson Barreto. Segundo Dantas (2002, p. 214-215) “à primeira vista, era uma ideia impossível de concretizar-se, especialmente por serem os Franco o grande foco do discurso oposicionista de Jackson Barreto, desde os anos setenta”.

Firma-se a coligação do agrupamento Franco com o agrupamento liderado por Jackson Barreto e assim se desenha a eleição de 1998: o PSDB com Albano Franco (PSDB) e Benedito Figueiredo (PMDB), compondo a coligação PSDB/ PMDB/ PPB/ PSC/ PL/ PPS/ PMN/ PV; o PSB, com Antônio Carlos Valadares (PSB) e José Eduardo Dutra (PT), compondo a coligação PSB/ PDT/ PT/ PC do B; o PFL com João Alves Filho (PFL) e Clóvis Silveira (PTB) com a coligação PFL/ PTB/ PAN/ PRN/ PTN/ PSD/ PRP/ PT do B; o PSTU com Rômulo Rodrigues (PSTU) e Vera Lúcia dos Santos (PSTU); o PST com Carlos Fernando Silva (PST) e Oswaldo Sérgio Almeida Santos (PST); e Adelmo Alves de Macedo (PSN) e Gilvan Acioli (PSN) (Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, 1998).

³⁵ Jackson Barreto de Lima filiou-se ao PMDB em 1995 e saiu em 2001, retornando em 2007 e desde então se encontra filiado ao partido. Embora em 2022 tenha perdido a liderança no Partido em virtude de uma articulação política no cenário nacional que direcionou a chefia do partido para um dos principais opositores, Alessandro Vieira (atual MDB, ex-REDE, ex-CIDADANIA, ex- PSDB).

Quadro 05 – Agrupamentos e grupos políticos em Sergipe, 1999

AGRUPAMENTOS / GRUPOS POLÍTICOS	COMPONENTES	CARGOS
AGRUPAMENTO FRANCO-BARRETO: GRUPO FRANCO + GRUPO JACKSON BARRETO	Jorge Araújo (PSDB)	Deputado Estadual
	Raimundo Vieira (PSDB)	Deputado Estadual
	Ulisses Andrade Filho (PSDB)	Deputado Estadual
	José Rivaldo Santos (PSDB)	Deputado Estadual
	Marcos Franco (PMDB)	Deputado Estadual
	Augusto Bezerra (PMDB)	Deputado Estadual
	José Ilzo Silveira (PMDB)	Deputado Estadual
	Gilmar Carvalho (PMDB)	Deputado Estadual
	Elma Maria Santos (PMDB)	Deputado Estadual
	João Bosco Costa (PPB)	Deputado Estadual
	Maria Mendonça (PPB)	Deputado Estadual
	José Valmir Monteiro (PSC)	Deputado Estadual
	Arthur de Oliveira Reis (PMN)	Deputado Estadual
	Joaldo V. Barbosa (PMN)	Deputado Estadual
	Pedro Silva Costa Filho (PPS)	Deputado Estadual
	José Teles Mendonça (PPB)	Deputado Federal
	Jorge Alberto Prado (PMDB)	Deputado Federal
	Augusto Franco Neto (PSDB)	Deputado Federal
	Sérgio Reis (PMN)	Deputado Federal
	Ivan Paixão (PPS)	Deputado Federal
GRUPO JOÃO ALVES	Antônio Passos (PFL)	Deputado Estadual
	Nicodemos Falcão (PFL)	Deputado Estadual
	Reinaldo Moura (PFL)	Deputado Estadual
	Maria Angélica Guimaraes Marinho (PTB)	Deputado Estadual
	Heleno (Pastor) (PTB)	Deputado Estadual
	Adelson Barreto (PFL)	Deputado Federal
	Cleonânicio Fonseca (PPB)	Deputado Federal
	Maria do Carmo Alves (PFL)	Senadora
INDEPENDENTES	Ismael Silva (PT)	Deputado Estadual
	Marcelo Déda (PT)	Deputado Federal
GRUPO VALADARES	Belivaldo Chagas (PSB)	Deputado Estadual
	Luiz Garibalde (PDT)	Deputado Estadual
	Pedrinho Valadares (PSB)	Deputado Federal

Fonte: Dantas (2002, 2004); Pimentel e Salmeron (2022). Organização: Autor (2023).

Assim sendo, a liderança do agrupamento Franco-Jackson contava com 20 (vinte) políticos que concentravam e davam base ao governo de Albano Franco em detrimento dos outros grupos que contavam um quadro bem reduzido de políticos. Embora o Grupo João Alves se fortalecesse mesmo com a derrota para o governo, pois conseguia a partir de então ficar fora do agrupamento dos Franco e liderar novamente o seu próprio Grupo e comum condicionante significativo, que é tendo uma cadeira no Senado Federal.

Iniciava-se a campanha para a prefeitura de Aracaju, tendo novos contornos na dinâmica dos agrupamentos e grupos políticos locais. Os grupos políticos em seus partidos praticamente se dividiram em meio a uma crise representativa pelos líderes, pois o PMDB entrava em conflito com um dos seus deputados, Marcos Franco (PMDB), sobrinho do governador, em virtude de divergências com a recusa de João Gama de ser candidato à Prefeitura de Aracaju. Jackson Barreto já demonstrava rompimentos com Albano e se inclina em apoiar a candidatura do PT na figura de Marcelo Déda. Antônio Carlos Valadares se juntava novamente a João Alves Filho, principalmente em virtude da futura eleição de 2002. Em meio a todas essas facções que brigavam pelo poderio da Capital, o governo de Albano acabou sofrendo uma nova derrota, pois o candidato ao qual dedicou o seu apoio, Almeida Lima (PDT) não conseguiu ter bom desempenho, somando a ascensão do então deputado Federal Marcelo Déda a prefeitura de Aracaju. Com o resultado da eleição imprimindo a vitória histórica de Marcelo Déda em Aracaju, iniciando-se a construção de um novo grupo político, tendo-se em vista que a condição da prefeitura inspirava novas condições de sucesso para as futuras candidaturas.

Contudo, são nas eleições de 2002, o Grupo Franco se via fragilizado, tendo Jackson Barreto saído do PMDB e migrado para o PMN e direcionando apoio direto ao PT, somando-se a junção de João Alves com Antônio Carlos Valadares e Almeida Lima, enfraquecia significativamente ao grupo majoritário Franco.

Para a disputa da governabilidade do estado, tínhamos: a coligação Tínhamos então a coligação do PFL, com João Alves Filho (PFL) para governo e sua vice, Marília Mandarin (PFL), numa coligação PFL, PPB, PPS, PDT, PSD, PSB, PST, PTC, PHS, PTdoB; a coligação encabeçada pelo PT com José Eduardo Dutra (PT) e como vice, Conceição Vieira (PT), na coligação PT, PL, PCdoB, PCB, PMN; a coligação pelo grupo governista era composta por Francisco Rollemberg (PTN) e a vice Miriam Ribeiro (PSDB), na coligação PTN, PSDB, PMDB, PV; e os concorrentes que não tinham coligações, como o PGT com Nilo Oliveira e José Hora Filho; Adelmo Macedo (PNA) e Antônio Sousa Almeida (PAN); Antônio Carlos Nascimento Santos (PRP) e José Conrado Azevedo Santos (PRP); e Heitor Pereira Alves Filho (PSTU) e Vera Lúcia Silva (PSTU) (TER/SE, 2002).

Efetivamente a disputa ficou centrada entre João Alves (PFL) e José Eduardo Dutra (PT), que sofria em meio a uma campanha marcada por calúnias e desafetos, em virtude do candidato ser de outro estado. Era uma campanha que se reconfigurava a condição de poder dos grupos políticos e principalmente de suas lideranças. João Alves gozava do prestigioso apoio do então senador Antônio Valadares (PSB) e da sua esposa Maria do Carmo (PFL), e o José Eduardo da liderança de Jackson Barreto (PMN) – que ficava desacreditado em virtude da sua vinculação com o Grupo Franco -, além da liderança de Marcelo Déda (PT) que alçava significativos efeitos populares na prefeitura de Aracaju.

Finalizando-se a eleição, João Alves Filho conseguiu se eleger para o seu terceiro mandato e potencializava o seu grupo político de maneira significativa. Não só o grupo Alves era fortalecido com sua vitória como também o grupo Valadares e o desejo de se tornar uma liderança e se afastar da imagem de seu primo, do então senador eleito, Almeida Lima (PDT).

Com o final da eleição de 2002, os grupos políticos se centraram em 03 (três) agrupamentos. O agrupamento mais fortalecido era o que compunha o grupo Alves junto do Grupo Valadares, retomando a aliança construída em 1982, em pleno período autoritário imposto pelo Regime Militar, somando um bloco com 16 políticos, incluindo os três senadores por Sergipe. O outro agrupamento que perdeu completamente a sua força foi o do grupo Franco, que apenas contava com 09 políticos, que representavam apenas 12% dos municípios sergipanos. E por fim, o agrupamento dos políticos independentes, que tinham de Jackson Barreto (PMN) e Marcelo Déda (PT) como suas principais lideranças, somando 08 políticos. O **Quadro 06**, melhor representa esses grupos.

Com esse agrupamento em torno da liderança de João Alves Filho e de Antônio Carlos Valadares, o grupo Franco mingou significativa derrota, relembrando a condição de 1987, quando João rompeu com o seu ex-líder, Augusto Franco.

O terceiro mandato de João foi marcado pela necessidade de manutenção do seu agrupamento, embora tenha sido um mandato marcado por desencontros faccionais. Inclusive respaldado em escândalos. Já no final de seu mandato ficou marcado com o escândalo de corrupção conhecido como *Operação Navalha, 2007*, operação investigativa empreendida pela Polícia Federal, deflagada em maio de 2007, que investigava um esquema de desvio de dinheiro público relacionados a obras públicas federais através do Programa de Aceleração e Crescimento (PAC).

Quadro 06 – Agrupamentos e grupos políticos em Sergipe, 2003

AGRUPAMENTOS / GRUPOS POLÍTICOS	COMPONENTES	CARGOS
GRUPO FRANCO	Marcos Franco (PMDB)	Deputado Estadual
	Arnaldo Bispo (PMDB)	Deputado Estadual
	Augusto Bezerra (PMDB)	Deputado Estadual
	Ulisses Andrade (PSDB)	Deputado Estadual
	Maria Mendonça (PSDB)	Deputado Estadual
	Angélica Guimarães (PSC)	Deputada Estadual
	Walker Carvalho (PSC)	Deputado Estadual
	Jorge Alberto (PMDB)	Deputado Federal
	Bosco Costa (PSDB)	Deputado Federal
AGRUPAMENTO ALVES-VALADARES: GRUPO JOÃO ALVES + GRUPO VALADARES	Lila Moura (PFL)	Deputado Estadual
	Antônio Passos (PFL)	Deputado Estadual
	Valmir da Madeireira (PFL)	Deputado Estadual
	Venâncio Fonseca (PPB)	Deputado Estadual
	Celinha Franco (PPS)	Deputada Estadual
	Susana Azevedo (PPS)	Deputada Estadual
	Fabiano Oliveira (PPS)	Deputado Estadual
	Gilmar Carvalho (PDT)	Deputado Estadual
	Pastor Antônio (PDT)	Deputado Estadual
	Garibaldi Mendonça (PDT)	Deputado Estadual
	Belivaldo Chagas (PSB)	Deputado Estadual
	José Carlos Machado (PFL)	Deputado Federal
	Mendonça Prado (PFL)	Deputado Federal
	Cleonânicio Fonseca (PPB)	Deputado Federal
	Antônio Carlos Valadares (PSB)	Senador
	Almeida Lima (PDT)	Senador
	Maria do Carmo Alves (PFL)	Senadora
INDEPENDENTES + GRUPO JACKSON BARRETO + GRUPO MARCELO DÉDA	Professora Ana Lúcia (PT)	Deputado Estadual
	Adelson Barreto (PMN)	Deputado Estadual
	João da Graça (PMN)	Deputado Estadual
	Zé Milton de Zé de Dona (PMN)	Deputado Estadual
	Pastor Mardoqueu (PL)	Deputada Estadual
	Joaldo Barbosa (PL)	Deputada Estadual
	Pastor Heleno (PL)	Deputado Federal
	João Fontes (PL)	Deputado Federal

Fonte: TER/SE (2003). Organização: Autor (2023).

Por certo, o alvo da investigação refere-se à execução de obras no Sistema de Adutora do rio São Francisco, por meio de um contrato milionário entre a Companhia de Saneamento de Sergipe (DESO) e a Construtora Gautama. A operação foi deflagrada em nove estados (Alagoas, Bahia, Sergipe, Pernambuco, Piauí, Maranhão, Goiás, Mato Grosso e São Paulo) e no Distrito Federal. Segundo a operação, o esquema de corrupção consistia na superfatura das obras, cujos repasses eram esquematizados entre a empresa Gautama, de propriedade do empresário Zuleido Soares Veras, contratada para a execução da obra e políticos e gestores públicos nacionais e sergipanos.

Nesta operação, foram condenados os seguintes atores políticos, empresários e contratados da empresa pública sergipana: Zuleido Soares de Veras, o empresário e dono da Construtora Gautama; Ricardo Magalhães da Silva, engenheiro da Construtora Gautama; Conselheiro aposentado do Tribunal de Contas de Sergipe, Flávio Conceição de Oliveira Neto; João Alves Neto, empresário e filho do ex-governador João Alves Filho (DEM) e da Senadora Maria do Carmo (DEM); Max José Vasconcelos de Andrade, ex-secretário da Fazenda do Estado de Sergipe; Gilmar de Melo Mendes, ex-presidente da DESO e ex-secretário da Fazenda; Victor Fonseca Mandarino, ex-presidente da DESO; Kleber Curvelo Fontes, ex-diretor técnico da DESO; Sérgio Duarte Leite, sócio administrador da ENPRO; José Ivan de Carvalho Paixão, ex-deputado federal por Sergipe (1999-2003 / 2004-2007).

Figura 12 – Grupo Investigado na Operação Navalha, 2007



Fonte: Site Alagoas real, 2010. Disponível em: <https://n1noticia.wordpress.com/2012/03/25/vereador-denuncia-envolvimento-de-empresa-de-saneamento-em-atos-ilicitos-fora-do-estado/>

Logo após essas condenações, em posteriormente a essas acusações, novos desdobramentos da operação ganharam outros acusados e algumas supressas, como, por exemplo, a inserção no processo do ex-governador João Alves Filho (DEM), em 06 de maio de 2015, onde segundo o Ministério Público (MP) e o Superior Tribunal de Justiça (STJ), decidiram tornar o ex-governador réu, e acusando-o do crime de corrupção passiva, peculato e formação de quadrilha. Outra surpresa foi em relação ao caso de corrupção denunciado e investigado na Operação Navalha, foi a reintegração do conselheiro Flávio de Conceição ao Tribunal de Contas do Estado. Durante a operação, o conselheiro foi condenado em primeira instância a 27 anos e quatro meses de prisão. Contudo, o Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF-5) o absorveu do crime e envolvimento na Operação. É importante ressaltar que o conselheiro foi aposentado compulsoriamente em 2015, um ano depois do início da operação, 2008. O escândalo de corrupção decorrente da Operação Navalha repercutiu fortemente na campanha eleitoral de 2006, a qual não obtém sucesso e é derrotado pelo seu concorrente e rival político histórico, desde o período do regime militar, o ex-prefeito Marcelo Déda Chagas (PT).

3.3 As Alianças para a construção do Agrupamento Déda: ‘o novo governo’ de velhos líderes políticos (2007 a 2013)

A ascensão de Marcelo Déda (PT) iniciou quando ele deixou o executivo municipal para concorrer a uma campanha contra o poderio do grupo Alves, personificado na figura de João Alves Filho (PFL). Com a campanha de 2006, João Alves desejava chegar ao executivo estadual para um possível 4º mandato, formando um agrupamento com antigas lideranças políticas, a exemplo de Albano Franco.

Na campanha foram definidas 05 (cinco) chapas concorrentes: O PT encabeçado com a coligação PT, PSB, PMDB, PL, PTB, PcdB, com Marcelo Déda (PT) e como vice Belivaldo Chagas (PSB), nessa coligação celebrava-se a junção de Antônio Carlos Valadares e Jackson Barreto em um só agrupamento. Vale lembrar que Jackson já se aproximava do PT desde a campanha eleitoral de 2002, quando Antônio Carlos decidiu apoiar o Grupo Alves contra o PT; a outra coligação PFL, PSDB, PP, PPS, PSC, PV, PTN, PAN, PHS, PTdB, tendo João Alves Filho (PFL) candidato para o governo e como vice Fabiano Oliveira (PSDB), demonstrando a volta do Grupo Franco ao Grupo Alves; o PDT com candidatura própria com Paulo Valiati (PDT); o PCB também em candidatura própria com Adriano Cruz (PCB); e o PSDC com a candidatura de Genivaldo Monteiro (PSDC).

Construídos as 05 (cinco) candidaturas, desenhava-se novamente a junção do Grupo Franco com o Grupo Alves em detrimento da junção do grupo Valadares com a liderança de Jackson Barreto e a liderança e popularidade de Marcelo Déda.

Por certo, aliados em outros estados, PFL e PSDB enfrentavam conflitos de interesse em Sergipe, na Bahia e no Maranhão. Em Sergipe, ainda durante a convenção estadual do partido, em junho, o presidente do PSDB no estado, Bosco Costa, rompeu com o PFL, seguido por sua substituta, Maria Mendonça. Os dois deixaram o partido dos tucanos e passaram a apoiar a campanha de Marcelo Déda, candidato do PT ao governo do Estado, e de Luís Inácio Lula da Silva (PT), candidato à presidência da República. Em outubro, favorecido por sua boa avaliação como prefeito junto aos eleitores, Marcelo Déda se lança como governador do estado, tendo como vice o então ex-deputado estadual Belivaldo Chagas (PSB), um dos principais nomes do grupo Valadares.

A campanha de Marcelo Déda contou com o favoritismo advindo da significativa gestão de executava na capital, Aracaju. Segundo Ibarê Dantas (2023), desde o início da sua campanha aproximadamente 23 prefeitos dedicavam inteira atenção a campanha de Déda, que simbolizava um fato raro para um candidato da oposição desde 1962. Somava-se a isso, a imagem positiva que José Eduardo Dutra (PT) exerceu no senado federal e principalmente com os resultados que colheu durante a última eleição para governo do estado, quando enfrentou também João Alves Filho. Um ponto positivo para a gestão a campanha de Déda foi a vinda do então presidente Lula a Sergipe, tendo em vista que o presidente gozava de significativo eleitorado no Estado.

Contudo, outros contratempos foram utilizados pelo grupo adversário para minguar o sucesso eleitoral do candidato do PT, principalmente as acusações de corrupção noticiadas no cenário nacional. Artificio esse usado de maneira pontual pelo PDT e pelo PSDB para suprimir a popularidade do PT no estado. Como também o tema da transposição foi utilizado como norte político, sobretudo pelo candidato do PFL.

Já na esfera estadual, João Alves Filho fazia uso indiscriminado da máquina pública ao seu favor. Desde a inauguração de grandes obras, inclusive obras inacabadas, além de obrigar o engajamento de funcionários públicos, uso das empresas estaduais, com o Banese e a DESO.

Nesse clima de desavenças declaradas, a eleição de 2006 foi marcada pela calúnia e difamação do PFL para com o PT, inclusive quase todas as outras três candidaturas tinham um único opositor, Marcelo Déda Chagas (PT).

Com o fim da eleição, o candidato do PT, Marcelo Déda, obteve uma significativa vitória, vencendo o pleito com 52,48% dos votos válidos (Tribunal Eleitoral de Sergipe, 2006)

e derrotando o então governador e candidato pefelista à reeleição, João Alves Filho. Tal resultado alterou o panorama político sergipano, tradicionalmente influenciado pelo PFL. A derrota do bloco liderado por João Alves significava uma nova perspectiva política para Sergipe, e o Marcelo Déda, uma nova liderança política, tendo-se em vista também a sua articulação com o ex-presidente Lula, do qual era compadre por ser afilhado de uma de suas filhas de seu primeiro casamento.

Efetivamente, a campanha e a vitória de Marcelo Déda em 2006 reestruturaram a dinâmica política do estado de Sergipe. Primeiro que mesmo com um agrupamento fortalecido por reunir em um mesmo agrupamento 03 (três) significativas lideranças (conforme demonstra o **Quadro 07**, abaixo): Marcelo Déda, Antônio Carlos Valadares e Jackson Barreto, apenas conseguiram fortalecer a sua base com 11(once) políticos diretamente ligados a sua base; em detrimento ao agrupamento Franco-Alves que reunia duas significativas lideranças políticas: Albano Franco e João Alves Filho, e somavam em sua base 22 (vinte e dois) políticos, além de reeleger a esposa de João Alves para os eu segundo mandato, tendo como suplente o filho de Albano Franco, Ricardo Franco.

Durante o seu primeiro mandato, Marcelo Déda (PT) dedicou-se a transformar a condição política do estado, dedicando-se a construir novas alianças e penetrar no alto sertão e nas regiões onde não teve significativa porcentagem de votos. Era a caminhada para desconstruir o poderio de João Alves Filho (DEM) dentro do Estado, tendo em vista que com a condição de ter a senadora Maria do Carmo Alves como um significativo expoente, a liderança política do grupo Alvista ainda assombrava o grupo Déda. Teve dificuldade de manter o seu agrupamento fortalecido, principalmente em virtude das eleições municipais, sendo que Aracaju era a mais importante para definir o poderio do grupo político, inclusive da liderança de Marcelo Déda. Ampliar as alianças e as redes de relações foi o principal propósito no primeiro governo de Déda, inclusive manter o seu condomínio político, repleto de egos e brilhantismo político.

A construção do agrupamento com as lideranças de Antônio Carlos Valadares e Jackson Barreto somava-se com o capital político transmitido a Edvaldo Nogueira (PcdoB), quando Marcelo Déda abdicou do cargo de prefeito para candidatar-se ao governo do estado. Essas alianças eram significativas, inclusive a participação direta de partidos como o PSD e do PDT, representado desde 2007, na figura de Fábio Mitidieri, partido esse que em outras campanhas se encontrava ladeado e fortalecendo as bases do governo Alvista. Com o resultado da eleição de 2006, os agrupamentos e grupos políticos sergipanos ficaram assim organizados:

Quadro 07 – Agrupamentos e grupos políticos em Sergipe, 2007

AGRUPAMENTOS / GRUPOS POLÍTICOS	COMPONENTES	CARGOS
AGRUPAMENTO DÉDA: GRUPO DÉDA + GRUPO VALADARES + GRUPO JACKSON BARRETO	Rogério Carvalho (PT)	Deputado Estadual
	Francisco Gualberto (PT)	Deputado Estadual
	Conceição Vieira (PT)	Deputada Estadual
	Ana Lúcia (PT)	Deputada Estadual
	Adelson Barreto (PSB)	Deputado Estadual
	Garibalde Mendonça (PMDB)	Deputado Estadual
	Mardoqueu Bodano (PL)	Deputado Estadual
	Wanderlê Correa (PL)	Deputado Estadual
	Jackson Barreto (PTB)	Deputado Federal
	Professor Iran (PT)	Deputado Federal
	Valadares Filho (PSB)	Deputado Federal
	Antônio Carlos Valadares (PSB)	Senador
AGRUPAMENTO ALVES-FRANCO: GRUPO JOÃO ALVES + GRUPO FRANCO	Augusto Bezerra (PFL)	Deputado Estadual
	Antônio Passos (PFL)	Deputado Estadual
	Arnaldo Bispo (PFL)	Deputado Estadual
	Celinha Franco (PFL)	Deputado Estadual
	Luiz Mitidieri (PSDB)	Deputado Estadual
	Ulisses Andrade (PSDB)	Deputado Estadual
	Venâncio Fonseca (PP)	Deputado Estadual
	André Moura (PSC)	Deputado Estadual
	César Mandarin (PSC)	Deputado Estadual
	Valmir da Madeireira (PSC)	Deputado Estadual
	Zeca da Silva (PSC)	Deputado Estadual
	Suzana Azevedo (PSC)	Deputado Estadual
	Angélica Guimaraes (PSC)	Deputado Estadual
	Armando Batalha (PV)	Deputado Estadual
	Paulinho da Varzinhas (PTdoB)	Deputado Estadual
	João da Graça (PTdoB)	Deputado Estadual
	Albano Franco (PSDB)	Deputado Federal
	Eduardo Amorin (PSC)	Deputado Federal
	José Carlos Machado (PFL)	Deputado Federal
	Jeronimo Reis (PFL)	Deputado Federal
	Mendonça Prado (PFL)	Deputado Federal
	Maria do Carmo Alves (PFL)	Senadora

Fonte: TER/SE (2007). Organização: Autor (2023).

A campanha eleitoral de Aracaju representaria o início da escalada para a natural candidatura de Marcelo Déda para a reeleição em 2010. Por certo, a eleição se deu com 05 (cinco) candidaturas e coligações estabelecidas. Contudo por certo, apenas 03 (três)

representavam de fato uma possível condição de vitória. Estavam assim divididas: o PMDB e o PTdoB lançaram para prefeito e vice consecutivamente, Almeida Lima (PMDB) e José Alves (PTdoB) na coligação PMDB/ PTdoB/ PTB/ PHS/ PTC/ PV e PRTB; o PSTU em chapa majoritária com Vera Lúcia (PSTU) e Dalton Santos (PSTU); o PCB também em chapa majoritária com Anderson Góis (PCB) e Minho-San-Liver (PCB); o DEM e o PP com Mendonça Prado (DEM) e Pedrinho Valadares (DEM); e o grupo governista com encabeçada pelo PCdoB e PT com Edvaldo Nogueira (Pcdob) e Sílvio Santos (PT) na coligação Pcdob/ PT/ PRB/ PDT/ PSL/ PTN/ PSC/ PR/ PPS/ PSDC/ PMN/ PSB/ PRP/ e PSDB (Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, 2008).

Com a campanha de Aracaju, começamos a perceber algumas aproximações entre os grupos políticos em volta da liderança de Marcelo Déda, como por exemplo a aproximação do PSDB, partido conhecido como sede do Grupo Franco desde a governabilidade de Albano Franco; somando-se à vinda do PSC, partido que ficou reconhecido no estado como o Partido de André Moura; além do PDT que durante muito tempo militou candidatura junto ao grupo Alves e grupo Franco, mas que depois da eleição de 2007, fez-se presente no agrupamento Déda atrelando o partido à família Mitidieri, no ator político Fábio Mitidieri. Além de Ulices Andrade (PDT) que era fiel correligionário do Grupo Alves.

Por certo, a campanha favoreceu o candidato governista, tendo a vitória declara a Edvaldo Nogueira, que desde a entrega de mandato de Déda se demonstrou um aliado fiel ao próprio mentor político como também na continuidade de sua gestão e do alinhamento entre governo municipal, governo estadual e governo federal.

Ao final do primeiro mandato, Marcelo Déda reconstruiu e fortaleceu o agrupamento, inclusive trazendo para ele alguns rivais políticos, a exemplo dos irmão Amorim, Edivan e Eduardo, que eram fiéis correligionários de João Alves, inclusive o Eduardo Amorim foi Secretário de Estado da Saúde, mas que rompeu alianças com João Alves em virtude dos escândalos de corrupção por crimes contra as Licitações em sua pasta. Somava-se o apoio ao grupo governista o PTB, com Gilton Garcia, filho do ex-governador Luís Garcia (Dantas, 2022). Contudo, a aliança com esses políticos causou ao grupo Déda, mais precisamente o PT, críticas e algumas dissidências, motivadas pelo ideário de ‘pureza ideológica’, mas que não refletiram em desacordo dos aliados. Principalmente porque fazer a dissidência do grupo governista requeria também abdicar dos cargos e das possíveis benesses que a aproximação do grupo garantia.

Com as alianças construídas e adicionadas ao agrupamento, Marcelo Déda se lançou na reeleição de 2010. Segundo Dantas (2022), o grande desafio estava em manter aglutinado

no mesmo bloco político a sua base aliada formada por grandes nomes da política sergipana provenientes dos partidos PDT, PMDB, PSB, além do PT. As inquietações partidárias vinham principalmente desses grandes caciques políticos, como por exemplo de Ulices Andrade (PDT) que desejava espaço de privilégio na chapa majoritária, mas que se contentou com a sua indicação para o Tribunal de Contas do Estado, além do desejo declarado de Eduardo Amorim em concorrer também na chapa majoritária. Construídas as alianças e os acordos para a eleição ficou assim definida a coligação: PT/ PMDB/ PRB/ PDT/ PSL/ PSC/ PR/ PTC/ PSB/ Pcdob, tendo para governador, Marcelo Déda (PT), vice-governador, Jackson Barreto (PMDB); para senador, Antônio Carlos Valadares (PSB) e Eduardo Amorim (PSC).

O PSDB juntou-se com o PV e decidiu lançar candidatura própria ao senador, indicando o nome de Albano Franco, que durante esse período se encontrava com problemas com a orientação nacional, pois na direção nacional o DEM e o PSDB estariam vinculados em uma única candidatura. Aqui em Sergipe a escolha foi de caminharem lados opostos, inclusive com brigas internas com a senadora Maria do Carmo (DEM).

O DEM então lançou candidatura junto com o PPS, que neste momento estava representado pelo ex-secretário da Fazenda do governo Déda. Formando a seguinte coligação PP/ DEM/ PTN/ PPS/ PHS e PMN, tendo para governador, vice-governador e senador os seguintes nomes: João Alves Filho (DEM), Nilson Nascimento (PPS), José Carlos Machado (DEM) e Marcos Andrade (PPS). Em candidaturas sem coligações tiveram para governo e vice-governador, consecutivamente: PSDC, Arivaldo José e Adelson Alves; pelo PSTU, Vera Lúcia Salgado e Dalton Francisco dos Santos; pelo PSOL, Avilete Silva Cruz e Roque Bonfim; pelo PCB, Leonardo Dias e Euton Dantas; e por fim, pelo PRTB, Francisco Henrique e Clovis Lapada (Tribunal Superior Eleitoral, 2010).

Por certo, a disputa estava centrada novamente entre o DEM e o PT, votava-se aos confrontos partidários e de lideranças entre João Alves, que neste momento se encontrava sozinho e sem o poderio da máquina pública a seu favor, e do outro lado tinha-se um grande agrupamento de várias lideranças históricas e que por vários momentos da história política de Sergipe foram rivais de João Alves, como também em outros momentos foram seus aliados. Estavam na outra ponta da disputa eleitoral: Jackson Barreto (PMDB), que nesse momento gozava de forte prestígio junto ao governo federal, ao governo do estado e ao da capital, Aracaju; Antônio Carlos Valadares (PSB) e todo o seu poderio adquirido ao longo dos encontros e desencontros da política desde o grupo Franco; e Marcelo Déda (PT), que gozava de prestígio político e se tornara desde a campanha para a prefeitura de Aracaju em 2000, como

a principal liderança jovem do estado, além de gozar das alianças com o governo federal e com a candidata à sucessão de Lula, Dilma Rousseff.

Com a campanha lançada e a continuidade dos desafetos declarados entre o grupo governista e o grupo Alves, a eleição foi decidida com a vitória de Marcelo Déda, mas que já demonstrava algumas fragilidades dentro do agrupamento, pois no seu principal reduto eleitoral, Aracaju, foi derrotado pelo seu opositor. Além de perder em 16 dos 75 municípios existentes. Contudo, João Alves perdeu a eleição com a diferença de 76.540 votos.

Com o novo governo, Marcelo Déda tinha que readequar o estado para a acomodação dos grupos políticos alinhados no seu agrupamento, atendendo aos interesses da grande maioria dos seus correligionários e estabelecendo principalmente uma base de sustentação para o governo. Tendo um agrupamento formado com tanta pluralidade de líderes políticos, a principal tarefa era fazer coexistir todos eles em um único agrupamento e que todos eles convergissem na manutenção do bloco. Contudo, sabia-se desde a escolha e de acordo com o contexto histórico local, as lideranças desejavam também as aspirações de sucesso em suas carreiras profissionais na política, principalmente para aqueles que chegará a ocupar os grandes postos de poder eletivo na esfera federal, como é o caso de Eduardo Amorim, que financiou a campanha de André Moura (PSC), Laércio Oliveira (PP) e de pastor Heleno (PL), demonstrando que estava construindo o seu próprio grupo político. Inclusive, Eduardo Amorim foi o candidato a Senador que recebeu o maior número de votos, num total de 625.959 votos, muito além do que o próprio candidato ao governo, que pontuou 537.223 votos.

A diferença de votos potencializava no senador Eduardo Amorim o vislumbre da condição de construção do seu novo grupo político, inclusive trazendo consigo alguns políticos que eram pertencentes ao grupo Alves, principalmente devotos da nova condição de liderança de Eduardo Amorim.

Atendo-se ao resultado da campanha e em meio à continuidade do seu governo, o agrupamento na liderança de Marcelo Déda, os grupos políticos ficaram assim desenhados, conforme demonstra o **Quadro 08** abaixo.

Quadro 08 – Agrupamentos e grupos políticos em Sergipe, 2011

AGRUPAMENTOS / GRUPOS POLÍTICOS	COMPONENTES	CARGOS
AGRUPAMENTO DÉDA: GRUPO DÉDA + GRUPO VALADARES + GRUPO JACKSON BARRETO + GRUPO AMORIM	João Daniel (PT)	Deputado Estadual
	Conceição Vieira (PT)	Deputado Estadual
	Francisco Gualberto (PT)	Deputado Estadual
	Ana Lúcia (PT)	Deputado Estadual
	Garibalde Mendonça (PMDB)	Deputado Estadual
	Zezinho Guimarães (PMDB)	Deputado Estadual
	Jefferson Andrade (PDT)	Deputado Estadual
	Zé Franco (PDT)	Deputado Estadual
	Capitão Samuel (PSL)	Deputado Estadual
	Mudinho da COMASE (PSL)	Deputado Estadual
	Susana Azevedo (PSC)	Deputado Estadual
	Angélica Guimarães (PSC)	Deputado Estadual
	Zeca (PSC)	Deputado Estadual
	Gilson Andrade (PTC)	Deputado Estadual
	Adelson Barreto (PSB)	Deputado Estadual
	Maria Mendonça (PSB)	Deputado Estadual
	Luiz Mitidieri (PSDB)	Deputado Estadual
	Gustinho Ribeiro (PV)	Deputado Estadual
	Márcio Macedo (PT)	Deputado Federal
	Fábio Reis (PMDB)	Deputado Federal
	Valadares Filho (PSB)	Deputado Federal
	André Moura (PSC)	Deputado Federal
	Laércio Oliveira (PR)	Deputado Federal
	Pastor Heleno (PRB)	Deputado Federal
	Eduardo Amorim (PSC)	Senador
	Antônio Carlos Valadares (PSB)	Senador
GRUPO JOÃO ALVES	Arnaldo Bispo (DEM)	Deputado Estadual
	Goretti Reis (DEM)	Deputado Estadual
	Paulinho da Varzinhas Filho (PTdoB)	Deputado Estadual
	Mendonça Prado (DEM)	Deputado Federal
	Maria do Carmo Alves (DEM)	Senadora

Fonte: TER/SE (2010). Organização: Autor (2023).

As tensões dentro do grupo governista foram potencializadas à medida que o Grupo Amorim se mostrava atuante e completamente definido, principalmente relacionando-se com os seus correligionários e políticos partidários da sua base aliada. A luta entre os Amorins, agora construído como um grupo e o grupo governista personificado na figura de Marcelo Déda, se configurou na votação antecipada da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa em uma não

sem a discussão prévia com o executivo estadual. Numa manobra de manter o governo refém das articulações do Grupo Amorim e da então presidente da ALESE, que se alinhava com as aspirações do Grupo Amorim, inclusive com os interesses de ser indicada para compor o Tribunal de Contas do Estado (caso que aconteceu, hoje ela é conselheira)³⁶.

Os projetos do governo eram engavetados e a disputa pelo prestígio político para os Amoris com a base dos deputados, que se incluíram em seu grupo, só se fortaleciam, inclusive definido uma das principais brigas legislativas do governo Déda, que foi a aprovação do Proinvest³⁷ e do Proredes³⁸. A assinatura dos programas só foi feita mediante a humilhação pública de Marcelo Déda para os irmãos Amorim e para o ex-governador João Alves Filho, que defendesse com a sua bancada a assinatura do projeto. Essa foi a crucial rivalidade e dissidência dentro do grupo Déda.

Somando-se as essas implicações, aproximava-se a campanha eleitoral para a prefeitura de Aracaju, em 2012, que novamente se centrava em uma disputa com o grupo Alves e dessa vez o escolhido para a construção do embate foi o filho e ex-deputado federal, Antônio Carlos Valadares Filho, que representaria o grupo governista. Essa seria a primeira derrota do grupo governista liderado por Marcelo Déda (PT).

Transcorrendo a campanha, o resultado foi a primeira derrota do grupo governista, que em 2012, numa espécie de revanchismo político da população, que se encontravam desgostosos com a gestão de Edvaldo Nogueira (PCdoB), João Alves Filho chega ao cargo de prefeito de Aracaju (2013-2017), o qual saiu vitorioso, tendo ao seu lado, José Machado (DEM). João Alves Filho (DEM) encerrou a sua carreira política um tanto quando ‘manchada’ por conta dos desdobramentos das investigações de escândalos de funcionários fantasmas por meio da Operação Caça-Fantasmas. No final do seu mandato, tenta a reeleição para prefeito do município, mas é eliminado no primeiro turno, ficando no 3º lugar. Com a derrota, seus

³⁶ Mais informações no Jornal da Cidade. Disponível em: <https://jornaldodiase.com.br/gato-escaldado-tem-medo-de-agua-fria/>. Acesso em out. 2022.

³⁷ O PROINVESTE é uma linha de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social-BNDES, no âmbito do Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e Distrito Federal, criado em 2012 pelo Governo Federal, tendo como objetivo maior permitir a ampliação da capacidade de investimentos do setor público das unidades federativas e a viabilização de projetos de médio e longo prazos, especialmente obras de infraestrutura. No Estado de Sergipe, a operação de crédito foi autorizada por meio da Lei n.º 7.615/2013, alterada pelas Leis n.º 7.891/2014, 8.168/2016, e 8.235/2017, e o contrato de financiamento n.º 039085-63 foi firmado com a Caixa Econômica Federal-CAIXA em 28 de junho de 2013, no âmbito do Programa FINISA/PROINVESTE, com recursos oriundos do BNDES, visando ampliar a capacidade de investimento do Estado para viabilização de despesas de capital (SEDURBS, 2013).

³⁸ Programa de Fortalecimento da Rede de Atenção à Saúde – PROREDES.

correligionários decidem apoiar o filho de um dos seus antigos aliados e posteriormente rivais políticos, o deputado estadual Valadares Filho (PSB).

Com o final de seu mandato e derrotado na sua tentativa de reeleição para a prefeitura de Aracaju, um dos escândalos que contribuíram para a sua derrota política foram os desdobramentos da Operação 'Antidesmonte', da qual culminava a Operação 'Caça-Fantasmas', que consiste no acolhimento de todas as denúncias feitas ao Ministério Público Estadual (MPE) que investiga a contratação de servidores fantasmas na administração pública de Aracaju, durante a gestão do ex-prefeito João Alves Filho, nos anos de 2013 a 2016. Conforme o Ministério Público Estadual, a denúncia ao ex-prefeito João Alves Filho (DEM) por organização criminosa. Foram também denunciados a ex-secretária de Governo da prefeitura, Marlene Alves Calumbi, o irmão do ex-prefeito, o ex-vice-prefeito José Carlos Machado (PSDB), o ex-vereador Agamenon Sobral (PHS) e a secretária do ex-prefeito, Etelvina Francisca Santos Apolônio.

Além da derrota na eleição de 2012, Marcelo Déda também enfrentava uma luta particular com um câncer no estômago e no pâncreas. Vale ressaltar que desde 2009, o governador já tinha se submetido em São Paulo a exames clínicos, e se afastando do executivo, deixara o governo sobre a direção de Belivaldo Chagas (ex-PSB, atual PSD). Em 27 de maio de 2013, Marcelo Déda voltou a se afastar do cargo de governador para se dedicar ao seu tratamento, transmitindo a função ao seu então vice-governador, Jackson Barreto (PMDB). Entretanto, ao longo do seu tratamento os sergipanos assistiram a uma transmissão de cargo gradual, desde a formação do comitê de governança até a efetiva entrega do cargo com o seu falecimento. Marcelo Déda faleceu na madrugada de 02 de dezembro de 2013³⁹, em São Paulo, em decorrência de complicações de saúde ocasionadas por um tratamento de um câncer gastrointestinal, não concluindo o seu último mandato, que foi assumido por Jackson Barreto.

A morte de Marcelo Déda repercutiu significativamente em todo cenário político nacional, inclusive durante o seu velório, a Presidente Dilma Rousseff e o ex-Presidente Lula estiveram presentes. Além de políticos adversários de Marcelo Déda, que reconheciam nele uma significativa liderança.

Por certo, com a sua morte o Partido dos Trabalhadores em Sergipe (PT/SE) passou a sofrer significativas quebras, ressurgindo as antigas facções que caracterizam a história política

³⁹ Vários sites e jornais nacionais noticiaram a morte de Marcelo Déda, além da Nota Oficial emitida pelo Governo do Estado de Sergipe, que neste momento estava sendo governado pelo governador em exercício, Jackson Barreto. Disponível em: <https://www.se.gov.br/noticias/governo/falece-o-governador-marcelo-deda>. Acesso em: 25 de nov. 2023.

do partido no Estado, principalmente em torno da possível liderança que comandaria o partido a partir de então. Isso se dava em decorrência do fato de quando Marcelo Déda assumiu a prefeitura de Aracaju com a sua votação histórica, o Partido dos Trabalhadores passou a ser sinônimo de Marcelo Déda. O partido ganhava ar personalíssimo, inclusive sendo identificado pelos populares e assessores como o “*partido de Déda e de Lula*” (entrevistado A)⁴⁰, ou com afirmava alguns dos seus assessores, “*eu não sou petista, eu sou Dedista*” (entrevistado B), “*eu não voto no PT, eu voto em Déda*” (entrevistado C). Déda passou a ser o ícone de muito jovens que nasceram sobre a lógica da disputa política entre os grupos João e Franco.

Com a morte de Marcelo Déda, o grupo passou a ser comandando pelo seu vice-governador, Jackson Barreto (PMDB), que dentro do próprio agrupamento já desempenhava uma condição de líder, principalmente dentro do partido que ele era filiado. Essa liderança foi mantida assegurada com a manutenção do bloco e dos correligionários de Déda, nos altos escalões do estado, como também nas articulações para a campanha eleitoral de 2014, que logo se avizinhava. Jackson Barreto foi um dos articuladores para a construção do nome da viúva de Marcelo Déda dentro do estado, Eliane Aquino (PT), a qual começou desempenhando função como assessora especial do governo, mas que, na verdade, representava o elo de continuidade do dedísmo na gestão Jackson Barreto.

Com a campanha de 2014, os grupos políticos começavam a se redesenharem, e o grupo Amorim se apresentava como o principal opositor à reeleição de Jackson Barreto. Que não só sofreria com o possível impacto dos acordos e das alianças dos irmãos Amorim, mas também dos seus correligionários que estavam em cargos significativos no cenário federal e estadual. Assim os grupos ficaram assim divididos: o bloco governista composto pela coligação PMDB/ PSB/ PT/ PSD/ PcdoB/ PRTB/ PDT/ PRP/ PROS/ PSDC/ PRB, tendo Jackson Barreto (PMDB) para governador e para vice, Belivaldo Chagas (PSB); pelo PSC, a coligação PSC/ PSDB/DEM/ PP/ PTdoB/ PTC/ PSL/ PTB/ SD/ PV/ PPS/ PHS/ PMN/ PR/ PEN, tendo Eduardo Amorim (PSC) para governador, e para vice-governador Augusto Franco Neto (PSDB); o PSOL com a coligação PSOL/PSTU/PCB, com Sônia Meire (PSOL) e Roberto Aguiar (PSOL); o PTN sem coligação, com Betinho dos Santos (PTN) e Lion Schuster (PTN); e o PPL sem coligação com Aírton Costa Santos (PPL) e José Vieira da Silva Filho (PPL).

A campanha deu-se com uma disputa significativa entre Jackson Barreto e Amorim, na verdade, entre o grupo Jackson e o Grupo Amorim, com resultados favoráveis para o grupo governista que conseguiu significativo êxito na eleição. Jackson foi eleito com 537.793 votos,

⁴⁰ O nome do assessor é mantido em sigilo para garantir a integridade dele. Sendo então apenas intitulado como ‘Entrevistado’. E essa foi a escolha feita pelo autor da Tese para preservar o anonimato das suas fontes.

em detrimento dos 415.641 votos do agrupamento Amorim, que reunia os anseios do grupo Franco e do Grupo Alves, no mesmo agrupamento. Com o final da eleição os grupos políticos ficaram assim definidos:

Quadro 09 – Agrupamentos e grupos políticos em Sergipe, 2015

AGRUPAMENTOS / GRUPOS POLÍTICOS	COMPONENTES	CARGOS
AGRUPAMENTO JACKSON BARRETO: GRUPO JACKSON BARRETO + GRUPO VALADARES + GRUPO DOS HERDEIROS DO GRUPO DÉDA	Sílvia Fontes (PDT)	Deputada Estadual
	Gustinho Ribeiro (PSD)	Deputada Estadual
	Zezinho Guimaraes (PMDB)	Deputada Estadual
	Jeferson Andrade (PSD)	Deputada Estadual
	Luiz Mitidieri (PSD)	Deputada Estadual
	Garibaldi Mendonça (PMDB)	Deputada Estadual
	Luciano Bispo (PMDB)	Deputada Estadual
	Robson Viana (PMDB)	Deputada Estadual
	Prof. Ana Lúcia (PT)	Deputada Estadual
	Luciano Pimentel (PSB)	Deputada Estadual
	Francisco Gualberto (PT)	Deputada Estadual
	Jairo de Glória (PRB)	Deputada Estadual
	Padre Inaldo (PcdoB)	Deputada Estadual
	Fábio Reis (PMDB)	Deputado Federal
	Valadares Filho (PSB)	Deputado Federal
	Pastor Johny (PRB)	Deputado Federal
	João Daniel (PT)	Deputado Federal
	Fábio Mitidieri (PSD)	Deputado Federal
	Antônio Carlos Valadares (PSB)	Senador
AGRUPAMENTO FRANCO-ALVES: GRUPO AMORIM + GRUPO FRANCO + GRUPO ALVES	Pastor Antônio (PSC)	Deputado Estadual
	Valmir Monteiro (PSC)	Deputado Estadual
	Augusto Bezerra (DEM)	Deputado Estadual
	Goretti Reis (DEM)	Deputado Estadual
	Maria Mendonça (PP)	Deputado Estadual
	Venâncio Fonseca (PP)	Deputado Estadual
	Paulinho da Varzinhas (PTdoB)	Deputado Estadual
	Dr. Vanderbal (PTC)	Deputado Estadual
	Gilson Andrade (PTC)	Deputado Estadual
	Georgeo Passos (PTC)	Deputado Estadual
	Capitão Samuel (PSL)	Deputado Estadual
	Mendonça Prado (DEM)	Deputado Federal
	Laercio Oliveira (SD)	Deputado Federal
	Adelson Barreto (PTB)	Deputado Federal
	Maria do Carmo Alves (DEM)	Senador

Fonte: TER/SE (2015). Organização: Autor (2023).

Durante o mandato de Jackson Barreto, a viúva de Marcelo Déda despontou como um significativo nome para as futuras disputas eleitorais, principalmente porque resguardava ao seu nome o de seu marido, assim Eliane Aquino Custódio (PT) se tornou o principal nome para despontar como vice-prefeita numa chapa formada pelo colega e ex-vice-prefeito Edvaldo Nogueira (PCdoB) na campanha eleitoral da Capital em 2016, da qual saíram vitoriosos.

Posteriormente, na campanha estadual de 2018, uma nova chapa majoritária foi composta, e nela encabeçava a disputa o vice-governador Belivaldo Chaga (agora filiado ao PSD) e a ex-vice-prefeita Eliane Aquino (PT), para os cargos de governador e vice, somando-se à candidatura de Rogério Carvalho (PT) para o cargo de Senador, todos esses atores políticos foram agraciados por conta da capitalidade do nome da liderança política de Marcelo Déda e do seu poderio em articular alianças e redes na construção de um campo de dominação na política sergipana. Esse é o entendimento percebido nesse estudo quando se analisam as vinculações e rupturas percebidas nas entrevistas memorativas e atribuídas a esses atores políticos, sempre os condicionando a uma espécie de margem representativa da liderança de Marcelo Déda.

Nesse sentido, ao conceber a liderança de Marcelo Déda, torna-se possível, pois percebemos a continuidade de sua força política mesmo após a sua morte, elegendo antigas chefes políticos como Jackson Barreto e ‘criando lideranças’ no cenário estadual, a exemplo de Belivaldo Chagas e de sua ex-esposa e viúva Eliane Aquino. Mas também outros atores políticos que também fizeram parte do que se convencionou chamar “Grupo Déda”.

Politicamente, a carreira política de Belivaldo Chagas Silva (PSD) iniciou-se na disputa para o cargo de vereador no município de Simão Dias – seu município de origem – no ano de 1998, embora não obtendo êxito. Efetivamente, a sua carreira teve êxito quando assumiu o cargo de deputado estadual, apadrinhado por Antônio Carlos Valadares (PSB), sendo eleito deputado estadual por quatro vezes consecutivas (1991-1994/ 1995-1998/ 1999-2002) e durante esse período participou de vários partidos políticos, desde o PFL (1986-1993) partido esse que no estado de Sergipe se consagrou principalmente pela presença do líder João Alves Filho, com uma breve passeio no PP entre os anos de 1993-1995 e logo depois foi para o PSB (1998-2017), outro partido característico por ter a liderança do ex-governador Antônio Carlos Valadares.

Contudo, a ascensão na carreira profissional no ofício da política, efetivamente despontou quando foi convidado para ocupar na campanha eleitoral de 2006 junto ao ex-governador Marcelo Déda Chagas (PT) o cargo de vice-governador. Sendo eleito ao cargo e mantendo-se vice no pleito de 2007 a 2010.

Com a finalização do seu mandato como vice-governador, passou a assumir cargos delegados no segundo mandato de Marcelo Deda (2011- faleceu em 2013), cargos como: Diretor-Presidente dos Serviços Gráficos de Sergipe (SEGRASE), Secretário de Estado de Articulação com os Municípios, Coordenador Geral do Projeto Nordeste (PRONESE), Secretário de Estado da Educação, Vice-Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Estado da Educação (CONSED) e Secretário de Estado-Chefe da Casa Civil, cargo esse que ocupava quando foi convidado a concorrer a vice-governador na campanha eleitoral de 2014, ao lado do então governador Jackson Barreto de Lima (MDB).

A campanha eleitoral para o governo do estado de Sergipe em 2014 ficou marcada pelo rompimento do antigo agrupamento Déda, pois mesmo com a morte do ex-governador o seu capital eleitoral e familiar foi significativamente utilizado pelos seus correligionários. Um exemplo disso foi a junção de dois ex-vice-governadores do ex-governador Marcelo Déda (PT), onde Jackson Barreto (MDB) e Belivaldo Chagas (PSD) passaram a disputar a reeleição de Jackson e sinalizava também o rompimento do agrupamento com o grupo Valadares, liderado pelo ex-senador Antônio Carlos Valadares e principal liderança do Partido Socialista Brasileiro (PSB). O rompimento se deu principalmente em virtude do apoio do ‘grupo Valadares’ ao impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff (PT), pois a significância do Partido dos Trabalhadores na campanha eleitoral era evidente, principalmente em virtude de que a viúva do ex-governador Marcelo Déda, Eliane Aquino (PT) tornou-se uma importante representante do partido e da memória de seu esposo na dinâmica política.

Vencendo a campanha eleitoral de 2014, contra o ex-senador Eduardo Amorim (PSDB), um dos antigos aliados do agrupamento Déda na reeleição de 2010, pois esse era considerado no grupo o ‘senador da chapa Déda’. Mesmo em meio a sua vitória, o governo foi significativamente marcado por ataques diretos dos antigos correligionários, principalmente os liderados pelo ex-senador Eduardo Amorim e do seu irmão Edvan Amorim (PL).

Por certo, um dos principais fatos que contribuíram para a quebra do agrupamento Déda, foi a sua morte, pois sendo um agrupamento que congregava vários grupos e várias lideranças, a manutenção das alianças se demonstrava cada vez mais fragilizadas. Importante retomar que com a morte de Marcelo Déda, e a condição do cargo de governador para Jackson Barreto demonstrava a construção de uma nova dinâmica dentro do agrupamento, pois o próprio Jackson era líder de um grupo e agora se via no principal cargo de destaque do estado e com a função de coordenar e liderar todo um agrupamento.

Outro ponto de análise era a manutenção de um dos principais nomes do grupo Valadares no agrupamento, que era a manutenção de Belivaldo Chagas, que era um político

proveniente do apadrinhamento de Antônio Carlos Valadares desde as dinâmicas da política local no município de Simão Dias (SE). Para a sua manutenção no agrupamento, a escolha do de filiação de Belivaldo Chagas ao PSD demonstrava naquele momento a única solução de sustentação para o bloco governista, visto que o grupo Amorim conseguia aglutinar em sua volta outros líderes provenientes de grupos que foram com o tempo perdendo a sua capitalidade política, como por exemplo, os Alves.

O trunfo para o sucesso eleitoral estava na recondução de um recurso significativo e que foi utilizado com ampla continuidade na política sergipana, que foi a popularidade do ex-governador Marcelo Déda e o seu recurso familiar. Nisso se insere o uso da sua viúva como o principal elo entre a ‘Era Déda’ e a continuidade de seu agrupamento. Além da reunião de seus dois ex-vice-governadores.

Com a vitória de Jackson Barreto e a sua aliança com Belivaldo, sem a presença do líder Antônio Carlos Valadares, a política estadual começa a ganhar novas articulações e novas redes são estruturadas. Um poderio maior é atribuído ao partido do governador, MDB, e ao partido do vice, PSD que passou a ganhar maior destaque, principalmente sendo representado pelo grupo Mitidieri, de Boquim.

Contudo, em 07 de abril de 2018, com a renúncia de Jackson Barreto (MDB), que deixou o cargo para concorrer ao cargo de Senador Federal na campanha eleitoral geral de 2018, o agrupamento governista passou a ganhar novos contornos, o que ficava demonstrado desde a própria condição de que agora o maior cargo de liderança no estado era comandado pelo PSD, contribuiu significativamente para o fortalecimento desse partido no estado e dos grupos políticos a ele interligados.

3.4 De Belivaldo à Mitidieri: um novo agrupamento político pós-liderança Déda (2018-2023)

Belivaldo Chagas Silva (1960), natural do município de Simão Dias, iniciou a sua carreira como liderança política a partir do período que assumiu a gestão do estado de Sergipe, no ano de 2018, quando o então governador Jackson Barreto decidiu abdicar do cargo de governador. A partir de então, geriu o estado já filiado ao agrupamento formado pelos políticos do PSD, conhecido no estado como “o partido dos Mitidieri”, fiéis escudeiros do agrupamento Déda e das gestões de Jackson Barreto.

Rumo à disputa eleitoral para a sua reeleição, em 2018, Belivaldo Chagas iniciou uma disputa já significativamente marcada pelo revés do rompimento com ocasionado em 2014 com

o seu ex-aliado, Antônio Carlos Valadares, pois a disputa na campanha acirrou-se, chegando-se ao segundo turno num quadro marcado pela disputa com o ex-deputado federal Antônio Carlos Valadares Filho (PSB). Esteve atrelado à sua campanha política a liderança do ex-governador Jackson Barreto, que foi uma das principais figuras na articulação política da campanha, inclusive na escolha da vice-governadora, Eliane Aquino Custódio (PT) para a composição da chapa (**Figura 13**).

**Figura 13 – Agrupamento dos herdeiros do Grupo Déda:
Belivaldo Chagas e Eliane Aquino em Campanha estadual, 2018⁴¹**



Fonte: Revista Carta Capital (2018).

Durante a campanha de 2018, os grupos se dividiram nas seguintes coligações com os seus respectivos candidatos, governador e vice-governador: PSD com Belivaldo Chagas (PSD) e Eliane Aquino (PT) na coligação PSD/ PT/ PCdoB/ MDB/ PP/ DC/ PHS; o PSB com Valadares (PSB) e Silvia Fontes (PDT), com a coligação: PSB/ PDT/ PPL/ PROS/ PTB/ PRP;

⁴¹ Foto retirada do site da Revista Carta Capital. Na foto podemos ver os atores políticos: Eliane Aquino (PT), viúva do ex-governador Marcelo Déda, ao lado do ex-governador Belivaldo Chagas (PSD), o senador Rogério Carvalho (PT), o ex-deputado federal Márcio Macedo (PT) e o ex-governador Jackson Barreto. Todos esses atores políticos ao longo da campanha eleitoral levantavam a bandeira de serem a continuidade de Marcelo Déda, principalmente utilizando o slogan #DédaPresente. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/em-sergipe-centro-esquerda-sonha-com-virada-eleitoral/>. Acesso em: 25 jun. 2023.

a REDE com Dr. Emerson (REDE) e Américo de Deus (REDE); o PSDB com Eduardo Amorim (PSDB) e Ivan Leite (PRB) com a coligação PSDB/ PRB/ PSC/ PR/ SD/ PTC/ PPS; o PSL com Eduardo Cassini (PSL) e Everton Rodrigues (PSL); o PSTU com Gilvani Santos (PSTU) e Djal Prado (PSTU); o PSOL com Márcio Souza (PSOL) e Simone Rocha (PSOL); o DEM com Mendonça Prado (DEM) e Coronel Jorge Husek (DEM) com a coligação DEM/ PV/ PRTB; e o PMN com Milton Andrade (PMN) e Rafaella Soares (PNM) com a coligação PMN/ PATRI.

Finalizando a campanha, com um percentual de 64% (sessenta e quatro por cento) das intenções de votos, Belivaldo Chagas (PSD) e Eliane Aquino (PT) foram eleitos, demarcando significativamente o poderio eleitoral do novo agrupamento político, é o surgimento do grupo Belivaldo e o agrupamento governista por ele liderado. Por certo, a vitória da dupla ‘Belivaldo-Eliane’ demonstra o poderio da liderança de Jackson Barreto (MDB) que foi o principal articulador da composição dessa chapa e potencializa o capital eleitoral de Eliane Aquino (PT), capital esse herdado do seu marido, o ex-governador Marcelo Déda (PT). A partir da vitória de Belivaldo (PSD) e Eliane Aquino (PT), os grupos políticos ficaram completamente reconstruídos, conforme o **Quadro 10**, demonstra.

Quando governador do estado, Belivaldo Chagas foi acusado de práticas irregulares durante a campanha de 2018. O Ministério Público Federal de Sergipe (MPF/SE), pediu a cassação e a inelegibilidade por oito anos do governador, como também o acusa de ter feito uso repetido de propaganda institucional do Governo do Estado com intuito de promover sua imagem. Em 2019, o TER de Sergipe decidiu anular a chapa de Belivaldo Chagas e Eliane Aquino, afirmando que os atores políticos se beneficiaram do uso da máquina pública para a campanha. A decisão coube recurso e seguiu para o Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Sendo então que, em 09 de novembro de 2021 o TSE, decidiu pela não cassação da chapa e julgou procedente a continuidade de mandato junto à sua vice-governadora, Eliane Aquino (PT). Eliane Aquino Custódio (PT), conforme mencionamos, é viúva do ex-governador Marcelo Déda (PT), é natural de Brasília, com quem foi casada por 21 (vinte e um) anos. Por certo, a sua carreira política e seu capital político eleitoral está atrelado principalmente ao capital familiar herdado de seu ex-marido, ou seja, a sua vinculação ao ex-deputado estadual, ex-deputado federal, ex-prefeito do município de Aracaju e ex-governador do estado de Sergipe, Marcelo Déda.

Quadro 10 – Agrupamentos e grupos políticos em Sergipe, 2019

AGRUPAMENTOS / GRUPOS POLÍTICOS	COMPONENTES	CARGOS
AGRUPAMENTO JACKSON BARRETO: GRUPO JACKSON BARRETO + GRUPO BELIVALDO + HERDEIROS DO GRUPO DÉDA	Maisa Mitidieri (PSD)	Deputado Estadual
	Jeferson Andrade (PSD)	Deputado Estadual
	Adailton Martins (PSD)	Deputado Estadual
	Goretti Reis (PSD)	Deputado Estadual
	Iran Barbosa (PT)	Deputado Estadual
	Francisco Gualberto (PT)	Deputado Estadual
	Luciano Bispo (MDB)	Deputado Estadual
	Garibalde Mendonça (MDB)	Deputado Estadual
	Zezinho Sobral (PODE)	Deputado Estadual
	Diná Almeida (PODE)	Deputado Estadual
	Fábio Mitidieri (PSD)	Deputado Federal
	Laercio Oliveira (PP)	Deputada Federal
	João Daniel (PT)	Deputado Federal
	Rogério Carvalho (PT)	Senador
AGRUPAMENTO AMORIM-FRANCO: GRUPO AMORIM + GRUPO FRANCO	Talysson de Valmir (PR)	Deputado Estadual
	Janier Mota (PR)	Deputado Estadual
	Gilmar Carvalho (PSC)	Deputado Estadual
	Ibrain Monteiro (PSC)	Deputado Estadual
	Dr. Vanderbal (PSC)	Deputado Estadual
	Dilson de Agripino (PPS)	Deputado Estadual
	Bosco Costa (PR)	Deputado Federal
	Valdevan Noventa (PSC)	Deputado Federal
	Gustinho Ribeiro (SD)	Deputado Federal
INDEPENDENTES	Georgeo Passos (REDE)	Deputado Estadual
	Diná Almeida (PODE)	Deputado Estadual
	Kitty Lima (PODE)	Deputado Estadual
	Rodrigo Valadares (PTB)	Deputado Estadual
	Alessandro Vieira (REDE)	Senador
GRUPO VALADARES	Luciano Pimentel (PSB)	Deputado Estadual
HERDEIROS DO GRUPO JOÃO ALVES	Maria do Carmo Alves (DEM)	Senadora

Fonte: TER/SE (2019). Organização: Autor (2023).

De fato, o primeiro cargo dentro da administração pública aconteceu como secretária de Estado da Inclusão, Assistência e do Desenvolvimento Social (Seides), em 2011, além de ter sido indicada em 2015 para novamente compor a pasta, no governo de Jackson Barreto (MDB).

De maneira eletiva, o primeiro cargo de Eliane Aquino foi como vice-prefeita do município de Aracaju, ao lado de Edvaldo Nogueira (ex-PCdoB, atual PDT), sendo eleita na campanha de 2016. Entre os anos de 2017 e 2018 assumiu junto ao cargo de vice-governadora o cargo de secretária de Inclusão e Assistência Social do município de Aracaju. Licenciou-se do cargo de vice-prefeita para concorrer junto a Belivaldo Chagas (PSD) ao cargo de vice-governadora na campanha eleitoral de 2018. Atualmente, defendeu na campanha eleitoral municipal de 2020, uma chapa central do PT, o que causou um certo rompimento entre os seus aliados políticos, a exemplo do prefeito Edvaldo Nogueira e inclusive uma ‘certo’ mal-estar com o seu parceiro político, Belivaldo Chagas.

A sua liderança e seu mandato foi marcado por forte oposição e ‘fogo amigo’ dos principais correligionários de sua então campanha, principalmente do Partido dos Trabalhadores (PT), efetivamente durante as primeiras negociações para a campanha de 2022, quando o Belivaldo demonstrava-se bastante inclinado em não dar sequência a uma prática histórica de indicar o vice-governador ao cargo de governo, pois dentro do próprio partido dos Trabalhadores o nome da vice-governadora, Eliane Aquino, não despontava como um dos principais atores políticos para encabeçar a chapa majoritária. Somando-se ao fato de que as tensões políticas demonstravam que os dois estavam rompidos, o que resistia a durabilidade da chapa era apenas o republicanismo dos cargos.

Somando-se ao enfrentamento da Pandemia de Covid-19, e as práticas desastrosas do governo federal, o governo Bolsonaro, a gestão Belivaldo demonstrava-se bastante tensa, principalmente no que se refere aos acordos políticos e as possíveis alianças que poderiam ser tratadas ao longo da sua gestão. Alianças essas que eram completamente rechaçadas pela representação partidária de sua vice-governadora, fiel representante do PT e do “Dedismo” que ainda fortemente se perpetuou na política sergipana.

De fato, o rompimento declarado entre o republicanismo de Belivaldo e Eliane Aquino, se demonstrou principalmente nos primeiros meses do segundo semestre do ano de 2022, quando o PT decidiu lançar uma candidatura majoritária para o governo do estado na figura do ator político, o senador Rogério Carvalho (PT), forçando assim um rompimento declarado, tendo-se em vista que Belivaldo decidiu dedicar apoio direto a um de seus correligionários, o ex-deputado federal Fábio Mitidieri, e formando consigo uma chapa formada principalmente em uma mescla de atores tanto vinculados a um apoio ao Lulismo como ao Bolsonarismo, inclusive formatando a sua chapa com o candidato a senado, o ex-deputado federal Laércio Oliveira.

Ao anunciar a decisão de apoiar a candidatura de um dos seus correligionários, o ex-deputado federal Fábio Cruz Mitidieri (PSD), Belivaldo fez a escolha de romper com seus anteriormente companheiros de caminhada política, repetindo o mesmo gesto que teve ao romper com o ex-senador Antônio Carlos Valadares (PSB) durante as eleições para o governo com Jackson Barreto, tendo-se em vista que sobre a liderança de Jackson Barreto ficou-se claro a decisão de não manter apoio e coligação com nenhum dos políticos que defenderam o impedimento da ex-presidenta Dilma Rousseff (PT).

Foi em meio ao mesmo direcionamento de se manter afastado ao que o ex-governador Jackson Barreto denominava de ‘golpe a democracia’, em virtude do impedimento da ex-presidente Dilma e como crítico ferrenho ao governo do ex-presidente Bolsonaro (PL), que o Jackson Barreto demonstrou insatisfação com o Belivaldo Chagas, visto que ele desfilava politicamente com políticos sergipanos apoiadores do governo Bolsonaro, a exemplo de Laércio Oliveira, fazendo com que o ex-governador Jackson Barreto desistisse da sua candidatura como senador na chapa liderada por Belivaldo, em apoio a Fábio Mitidieri.

Assim, em 05 de agosto de 2022, o PSD em Sergipe, com Belivaldo Chagas (PSD), declaram em convenção partidária a oficialização do nome de Fábio Mitidieri (PSD) ao governo do estado, e para o cargo de vice-governador o então deputado estadual e líder do governo Belivaldo na Assembleia Legislativa, Zezinho Sobral (PDT) – um político que mantinha forte relações com o ex-governador Jackson Barreto, inclusive já tinha sido indicado a concorrer ao cargo de prefeito da capital, Aracaju, mas foi desqualificado pela indicação de Edvaldo Nogueira pelo agrupamento político liderado por Jackson –, e para o cargo de senador o ex-deputado federal e ex-presidente da Fecomercio, Laércio Oliveira (PP).

Ainda em meio ao período de articulação política, o governo Belivaldo foi marcado com várias crises ligadas à questão educacional, principalmente quanto ao piso dos professores, somando-se à aprovação de um projeto de lei para reajuste das remunerações dos professores da rede estadual, que afirmava a superação do piso salarial, embora rebatido pelo Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica do Estado de Sergipe (SINTESE), que argumentava ser um demonstrativo, na verdade, de um retrocesso⁴² e o que eles chamaram de “pá de cal na carreira do magistério”⁴³.

⁴² Mais informações: <https://sintese.org.br/educacao/rede-estadual/luta-na-rua-professores-e-professoras-relembra-a-populacao-o-massacre-de-suas-carreiras-cometido-por-belivaldo-chagas/>. Acesso em: 20 fev. 2023.

⁴³ Mais informações: <https://sintese.org.br/educacao/rede-estadual/governo-belivaldo-e-14-deputados-acabam-com-a-carreira-do-magisterio-da-rede-estadual/>. Acesso em: 20 fev. 2023.

Mesmo em meio a uma aprovação demarcada com várias críticas e baseada em forte aparato policial frente a ALESE, formada pelo Batalhão de Choque, do Grupo de Ações Táticas do Interior (GATI), do Corpo de Bombeiros e uma cerca de metal e somada a uma 'cerca humana' formada por policiais, contra uma centena de professores estaduais que se mantinham em protesto de forma pacífica na praça Fausto Cardoso em frente à Assembleia Legislativa (ALESE).

O fato importante a se perceber na votação desse projeto de lei foi a demonstração de força de articulação e liderança política estabelecida pelo então governador Belivaldo, visto que ele conseguiu reunir um conjunto de 14 (quatorze) deputados estaduais na sua votação, foram eles: Luciano Pimentel (PP), Vanderbal Marinho (PSC), Zezinho Guimarães (MDB), Janier Mota (PR), Maísa Mitidieri (PSD), Adailton Martins (PSD), Garibalde Mendonça (MDB), Zezinho Sobral (PDT), Francisco Gualberto (ex-PT e atual PSD), Jeferson Andrade (PSD), Gracinha Garcez (PSD), Capitão Samuel (PSC), Goretti Reis (PSD) e Luciano Bispo (ex-MDB e atual PSD). Um corpo formado principalmente com deputados correligionários do PSD e com a participação de alguns deputados que outrora fizeram parte do grupo liderado por Jackson Barreto (MDB), a exemplo de Garibalde Mendonça (MDB) e de ex-aliados históricos do PT, a exemplo do ex-deputado Francisco Gualberto (PSD).

Em contrapartida, e com o desejo de demonstrar direta oposição ao governo Belivaldo, 09 (nove) deputados votaram contra, foram eles: Iran Barbosa (ex-PT e atual PSOL), Georgeo Passos (ex-REDE e atual CIDADANIA), Kitty Lima (ex-REDE e atual CIDADANIA), Dr. Samuel (ex-PPS e atual CIDADANIA), Maria Mendonça (PSDB), João Marcelo Montarroyos (PTC), Rodrigo Valadares (ex-PTB e atual UNIÃO), Talysson de Valmir (ex-PR e atual PL) e Ibrain Monteiro (ex-PSC e atual PV).

Outra questão levantada durante o período eleitoral e o apoio do então governador Belivaldo à candidatura de Fábio Mitidieri, foi a ruptura entre ele e a sua vice-governadora, a viúva do ex-governador Marcelo Déda (PT), principalmente quando ele foi acusado, mesmo que sem provas, de uma possível manobra para prejudicar a campanha dela ao cargo de deputada federal, quando o Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (TRE/SE)⁴⁴ negou registro de candidatura a deputada federal a Eliane Aquino, vice-governadora de Sergipe, atendendo à impugnação apresentada pelo Ministério Público Eleitoral, o qual afirma que Eliane Aquino deveria ter se desincompatibilizado de cargos em conselhos deliberativos de órgãos públicos

⁴⁴ Disponível em: <https://www.mpf.mp.br/se/sala-de-imprensa/noticias-se/apos-impugnacao-do-mp-eleitoral-tre-nega-registro-de-candidatura-da-vice-governadora-eliane-aquino-a-deputada-federal>. Acesso em: 01 mar. 2023.

para se candidatar a deputada, tendo em vista que, Eliane, por estar na condição de vice-governadora, era a presidente dos conselhos deliberativos da Administração Estadual do Meio Ambiente (Adema), Departamento Estadual de Trânsito (Detran), Departamento Estadual da Infraestrutura Rodoviária de Sergipe (DER/SE) e Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Sergipe (IPES/SE). Contudo, a candidata Eliane Aquino permaneceu fazendo campanha e conseguiu atingir ainda um significativo coeficiente eleitoral, mesmo sobre a ameaça de não conseguir assumir o cargo, mantendo, entretanto, a defesa de sua candidatura, do agrupamento do PT e da eleição majoritária para o governo federal em prol do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva (PT).

Mesmo em meio a estes contratempos, a campanha eleitoral de 2022 foi marcado principalmente pelo forte confronto entre as lideranças políticas estaduais que desejam minuar a liderança política do então governador Belivaldo. De um lado o seu ex-aliado e agora ferrenho opositor, o então senador por Sergipe, Rogério Carvalho (PT) com o empresário Sérgio Gama (MDB) e do também ex-aliado e ex-deputado federal Valadares Filho (PSB) para o cargo de Senador. Em outra via, tinha-se a candidatura do então senador Alessandro Vieira (ex-CIDADANIA, ex-PSDB e atual MDB) para o cargo de governador, com Milton Andrade (CIDADANIA) e da delegada Danielle Garcia (PODEMOS) para o senado. Além de alguns candidatos que não pontuavam significativa disputa, a exemplo de Niully Campos (PSOL), Dr. Cláudio Médico Geriatra (DC), Prof. Aroldo Félix (UP) e Elinos Sabino (PSTU).

Contudo, uma candidatura que surfava na popularidade de sua gestão no interior do estado, no município de Itabaiana, e pelo seu apoio ao então presidente Bolsonaro (PL), a candidatura de Valmir de Francisquinho (PL) era a que mais pontuava em todo o estado, principalmente se definindo como um opositor declarado a todas as outras candidaturas, especialmente a candidatura de Fábio Mitidieri e sua ligação ao governo Belivaldo. Entretanto, no final do mês de setembro, a sua candidatura foi indeferida pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), por determinação do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (TER/SE).

Com a saída de Valmir de Francisquinho, o primeiro turno da eleição ficou definido entre dois grupos políticos: o grupo de Belivaldo e os Mitidieri e o grupo do PT. Saindo vitorioso no primeiro turno o senador Rogério Carvalho (PT) com 44,70% (338.796) votos, contra Fábio Mitidieri com 38,91% (294.936) votos, e pontuando o terceiro lugar, o senador Delegado Alessandro Vieira (PSDB) com 10,88% (82.495) votos. Neste primeiro turno, o que se demonstrou foi um desgaste do grupo Belivaldo, pois a porcentagem de votos para o Fábio Mitidieri, na verdade, correspondia ao terceiro lugar da corrida eleitoral, pois o eleitorado sergipano, mesmo com a impugnação de Valmir de Francisquinho (PL) conseguiu atingir um

total de 457.922 votos, embora tenham sido computados como ‘nulos’. O que de fato demonstra é que a rejeição pelos outros candidatos e principalmente ao Fábio estava lançada.

Contudo, durante as tratativas para o segundo turno das eleições, fez com que houvesse alianças e apoios um tanto quanto controversos, como, por exemplo, a aliança entre Rogério Carvalho (PT) e o Valmir de Francisquinho (PL), ou seja, um petista e um bolsonarista juntos em meio a toda a polarização política nacional e local; e em outro ponto, tinha-se firmado o apoio de Alessandro Vieira (PSDB) a Fábio Mitidieri (PSD).

O que se parece é que essas aproximações políticas repercutiram significativamente nos resultados da campanha eleitoral, pois o Fábio Mitidieri (PSD), que amargava o terceiro lugar da disputa eleitoral, saiu vencedor da eleição, embora que com um margem bem pequena de diferença, 51,70% (623.851) votos, contra o segundo lugar, de Rogério Carvalho (PT) com 48,30% (582.940) votos. Embora a soma dos votos em branco, nulos e abstenções, somaram 29,74% do eleitorado, o total de 462.263 votos. Um quantitativo expressivo e bastante esclarecedor quanto ao futuro dos políticos sergipanos e suas lideranças.

Com o resultado da eleição, a condição de Belivaldo Chagas como liderança política se consagrava, pois conseguiu derrotar os seus ex-aliados e construir um agrupamento bastante diversificado para o seu apadrinhado, Fábio Mitidieri, começou a aumentar o tom das suas pretensões políticas. O primeiro ato foi sobre a campanha interna o cargo de superintendente estadual do SEBRAE (serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) disputada pela sua filha, Priscila Felizola, após o então governador romper com o seu ex-aliado, o então deputado federal e eleito senador Laércio Oliveira, que detém várias ramificações nas entidades empresariais no Estado, pois o deputado apresentou uma chapa contrária à filha do governador.

O rompimento foi creditado mesmo com a chapa de sua filha saindo-se vitoriosa por 10 a 4 na candidatura da superintendência. Segundo o governador Belivaldo, o deputado Laércio Oliveira (PP) incluiu na sua chapa o petista Marcelo Barreto, o qual já tinha sido diretor do SEBRAE por 08 anos, e que na visão do governador Belivaldo era uma forma de desmoralizá-lo, alegando ainda que se tratava de uma tratativa com o senador Rogério Carvalho (PT) para derrotar a sua filha. Em represaria, o governador, a aproximadamente 15 dias do final do seu mandato, decidiu exonerar do cargo de secretário da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia (SEDETEC) o engenheiro José Augusto Pereira de Carvalho da indicação pessoal de Laércio. Conduto, essa não foi a primeira vez que os dois políticos tiveram as suas relações e alianças estremecidas, pois durante o início da pandemia do Covid-

19, o governador culpou⁴⁵ o deputado ao qual ele chamou de “todo-poderoso” pela edição de uma Carta Aberta aos Sergipanos divulgada por 19 entidades empresariais do estado de Sergipe, e liderada pela Federação do Comércio de Sergipe (FECOMÉRCIO)⁴⁶, cobrando do governo um plano de retomada da atividade econômica, e criticando a ausência de justificativas adequadas ao fechamento das atividades de comércio e serviços, além da ausência de um plano de combate ao coronavírus.

Contudo, mesmo envolvido em várias questões política, Belivaldo terminou o seu governo deixando no ar ares de ‘uma certa continuidade’, percebida tanto na vitória de Fábio Mitidieri (PSD) como também na possibilidade de disputar novas candidaturas, a exemplo da campanha para o cargo de prefeito da capital, Aracaju, em 2024. Finalizou o governo com a afirmativa de que deixava o Estado em boa situação econômica e que iria se afastar da política. No entanto, não demorou muito e em março de 2023, o ex-governador se encontrava já envolto em cargos políticos, desta vez foi ao cargo de presidente do Diretório Estadual do Partido Social Democrático em Sergipe (PSD/SE)⁴⁷, com a presença do presidente nacional do partido, Gilberto Kassab (PSD).

A nomeação de Belivaldo Chagas como presidente do Diretório Estadual do PSD demonstra como em meio a sua condição de liderança, quando no cargo de governador, possibilitou para ele a construção e alianças significativas na política estadual e nacional.

Isso posto, se deu em virtude do seu forte desempenho eleitoral na última campanha eleitoral municipal, em que o PSD conseguiu arregimentar um quantitativo de 20 prefeituras, ou seja, 21 prefeitos filiados ao PSD, e 21 vice-prefeitos também filiados ao partido, formando um total de 41 (quarenta e um) municípios – isso levando-se em consideração as alianças dos PSD - que estavam diretamente ligados ao partido e potencializavam a liderança de Belivaldo Chagas. As **Figuras 14a e 14b**, melhor apresenta esses dados:

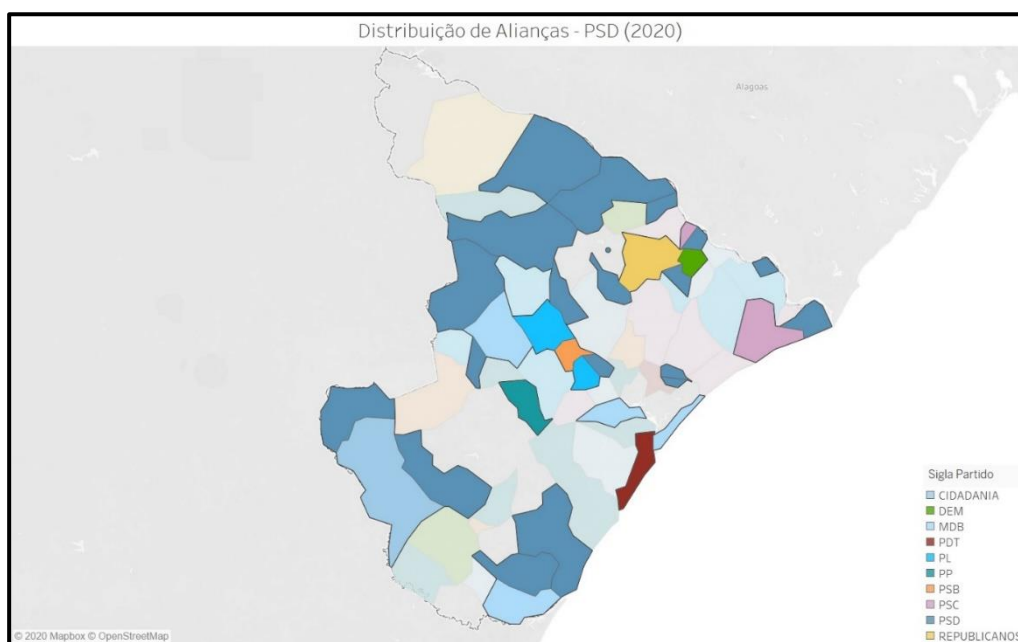
⁴⁵ Disponível em: <https://www.destaquenoticias.com.br/carta-de-empresarios-sobre-pandemia-revolta-governador/>. Acesso em: 20 maio 2023.

⁴⁶ Disponível em: <https://www.jornaldacidade.net/cidades/2020/05/317566/empresarios-publicam-carta-aberta-e-governo-de-sergipe-rebat.html>. Acesso em: 20 maio 2023.

⁴⁷ Disponível em: < <https://g1.globo.com/se/sergipe/noticia/2023/03/24/ex-governador-belivaldo-chagas-assume-presidencia-do-psd-em-sergipe.ghml> >. Acesso em: 24 mar. 2023.

Figura 14a – Agrupamento governista – Liderança de Belivaldo Chagas (PSD)

Fonte: Elaborada pelo autor (2023).

Figura 14b – Distribuição de alianças do PSD: eleições municipais de 2020

Fonte: Elaborado por Arthur Ives e Fagner Bomfim (2020)

Para além dos cargos de maior destaque na política local, foram eleitos aproximadamente 181 vereadores. Vale ressaltar que esses vereadores, como demonstrou os trabalhos de Pâmella Santos (2016) e Bomfim (2019), demonstram que a condição do cargo de

vereador funciona como significativos cargos eleitorais para as lideranças políticas estaduais e nacionais.

3.5 O agrupamento Mitidieri: o retorno de um agrupamento de base familiar a política sergipana

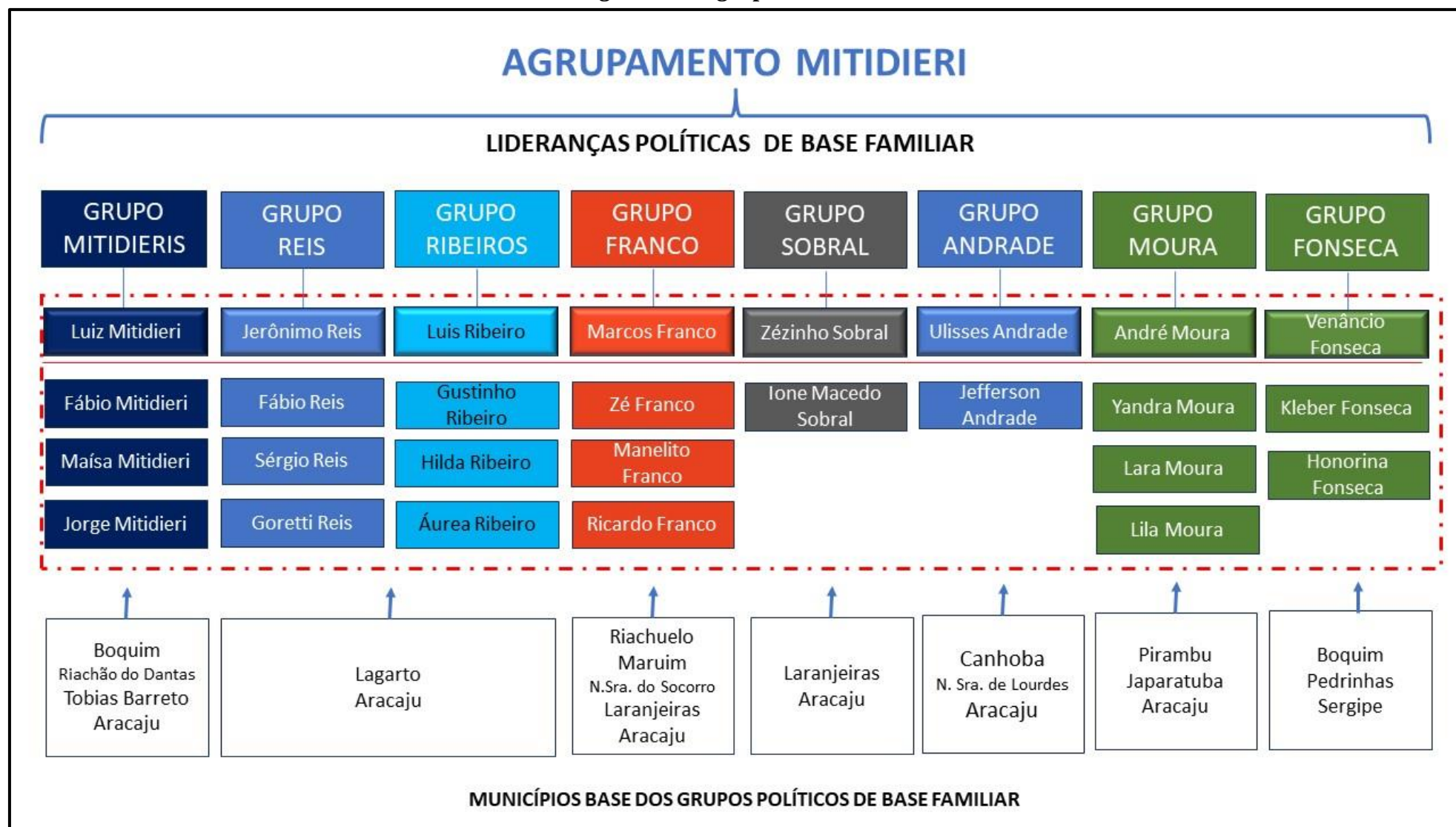
Com a vitória de Fábio Mitidieri (PSD) o agrupamento governista começou a ganhar novos contornos, principalmente respaldado em alianças construídas com os mais variados grupos políticos do estado. Desde grupos rivais dentro do próprio contexto local, como também o fortalecimento de grupos completamente vinculados a uma composição profissional.

Por exemplo, grupos rivais como os Reis e os Ribeiros no município de Lagarto começaram a frequentar o mesmo agrupamento, embora no município a tensão entre os dois grupos permaneça fortemente concentrada no duelo dos grupos de base familiar Reis e Ribeiro. Outro exemplo, é a disputa entre grupos políticos divergentes no município de Laranjeiras, mas que dentro do agrupamento Mitidieri funcionam como aliados. São eles, o grupo Sobral, o grupo Leite (Juca Bala, MDB, atual prefeito do município), e os Hagenbeck, mais conhecidos como ‘os da Varzinhas’. No município de Laranjeiras, podemos perceber dois tipos de grupos divergentes e que dentro do agrupamento se demonstram aliados; os de base familiar, representados pelos Sobral, de Ione Sobral – mãe do então vice-governador do estado, Zezinho Sobral -, e os Hagenbeck, liderado pelo ex-prefeito Paulão da Varzinhas; e o grupo de base profissional, liderado por Juca Bala, prefeito e que construiu toda sua trajetória política aliando-se aos Franco e aos Sobral.

Soma-se a esses grupos, o próprio grupo Mitidieri, que é liderado por Luiz Mitidieri, pai do então governador, e o grupo Fonseca, liderado por Venâncio Fonseca. Dois grupos rivais dentro da política local do município de Boquim, mas que também integram o quadro de grupos formadores do agrupamento Mitidieri.

Apresento este exemplo para demonstra como, no meio do agrupamento Mitidieri, o retorno às bases de origem familiar se torna um dos principais recursos utilizados pela liderança de Fábio Mitidieri para a composição de sua condição de líder político. A **Figura 15**, melhor demonstra a construção desse agrupamento.

Figura 15 – Agrupamento Mitidieri, 2023



Fonte: Elaborada pelo autor (2024).

Como se pode ver, a partir da figura exposta, exemplificando 08 (oito) grupos políticos de base familiar que dão sustentabilidade ao agrupamento Mitidieri. Tendo todos eles características comuns, ou melhor, apresentam recursos sociais que o qualificam politicamente comuns: o recurso familiar, e os cargos eletivos que utilizam como recurso significativo dentro dos municípios de origem e são acionados para a consagração política de seus líderes na dinâmica política sergipana, cujo palco principal de articulação e potencialidade é o município de Aracaju, capital do Estado. Isso se percebe claramente até mesmo na própria trajetória do então governador, Fábio Mitidieri, que teve os seus cargos eletivos e delegados, todos pelo município de Aracaju.

Por certo, com a liderança do agrupamento por Fábio Mitidieri (PSD), o agrupamento e os grupos políticos foram reconstruídos, e um novo agrupamento político foi construído. Ao observar o **Quadro 11** abaixo, podemos perceber que o agrupamento Mitidieri tem origem nos grupo Franco e no grupo Alves, e que durante o governo Déda em virtude da inserção da Família Mitidieri no PDT passou a compor o grande bloco governista. Contudo, com a morte de Déda e o rompimento de Belivaldo Chagas (PSD) com o PSB na gestão de Antônio Valadares (PSB), e com o apoio de Belivaldo para a campanha de 2022, criou-se o grande Agrupamento Mitidieri, que aglutina tanto ex-correligionários do grupo Alves como do grupo Franco, além do grupo Alessandro Vieira, ou grupo 'Contra Corrupção'. Além de ex-políticos que apresentam forte poderio empresarial no estado, como, por exemplo, Marcos Franco (MDB), inclusive sendo nomeado na Secretaria de Turismo. Fato esse que aconteceu com a Danielle Garcia, que era oposição ao grupo governista na gestão Belivaldo e no início da campanha de 2022, mas que também foi convidada a ser Secretária Especial das Mulheres. Somando-se a ex-políticos que ainda exercem um significativo peso na política sergipana, a exemplo de Maria do Carmo Alves (União), ex-Senadora por Sergipe, André Moura (ex-deputado federal e presidente do União em Sergipe) e Belivaldo Chagas (PSD), ex-governador do estado de Sergipe.

Enquanto o grupo de políticos independentes, que fazem oposição ao governo Mitidieri têm uma ínfima representatividade; a Linda Brasil (Psol) com a causa da comunidade Queer e da defesa dos interesses de entidades de classe, a exemplo do SINTESE. Soma-se à Linda, Georgeo Passos (Cidadania), que embora pertença a esse partido, não faz parte do agrupamento de base de Fábio Mitidieri.

Quadro 11 – Agrupamentos e grupos políticos em Sergipe, 2023

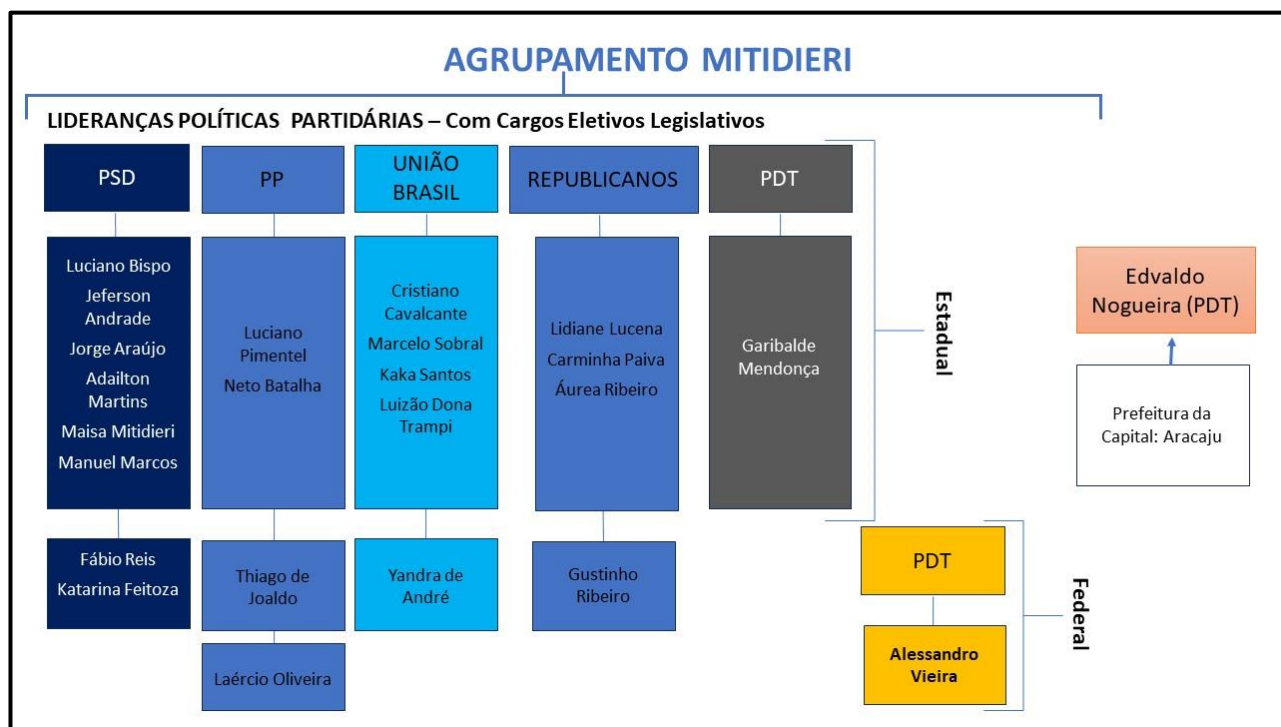
AGRUPAMENTOS/ GRUPOS POLÍTICOS	COMPONENTES	CARGOS
AGRUPAMENTO MITIDIERI: GRUPO MITIDIERI + GRUPO FRANCO + GRUPO ALESSANDRO VIEIRA	Luciano Bispo (PSD)	Deputado Estadual
	Jeferson Andrade (PSD)	Deputado Estadual
	Adailton Martins (PSD)	Deputado Estadual
	Luciano Pimentel (PP)	Deputado Estadual
	Garibalde Mendonça (PDT)	Deputado Estadual
	Jorginho Araújo (PSD)	Deputado Estadual
	Neto Batalha (PP)	Deputado Estadual
	Christiano Cavalcante (União)	Deputado Estadual
	Marcelo Sobral (União)	Deputado Estadual
	Kaká Santos (União)	Deputado Estadual
	Luizão Dona Trampi (União)	Deputado Estadual
	Lidiane Lucena (Republicanos)	Deputado Estadual
	Carminha Paiva de Padre Inaldo (Republicanos)	Deputada Estadual
	Áurea Ribeiro (Republicanos)	Deputada Estadual
	Fábio Reis (PSD)	Deputado Federal
	Gustinho Ribeiro (Republicanos)	Deputado Federal
	Thiago de Joaldo (PP)	Deputado Federal
	Delegada Katarina (PSD)	Deputada Federal
	Alessandro Vieira (MDB, Ex-PSDB)	Senador
	Laercio Oliveira (PP)	Senador
POLÍTICOS INDEPENDENTES QUE APOIAM O GRUPO MITIDIERI	Danielle Garcia (CIDADANIA)	Sec. de Estado das Mulheres
	Kitty Lima (CIDADANIA)	Superint. de Proteção Animal
	Marcos Franco	Secretário de Turismo
	Edvaldo Nogueira (PDT)	Prefeito de Aracaju
	Yandra de André Moura (União)	Deputada Federal
	André Moura (União Brasil)	Ex-Deputado Estadual
	Fábio Henrique (PDT)	Ex-Deputado Federal
	Belivaldo Chagas (PSD)	Pres. Do Diretório Estadual PSD
	Maria do Carmo Alves (União, ex-DEM)	Ex-Senadora
POLÍTICOS INDEPENDENTES NA OPOSIÇÃO	Linda Brasil (PSOL)	Deputada Estadual
	Georgeo Passos (CIDADANIA)	Deputado Estadual
	Marcos Oliveira (PL)	Deputado Estadual
	Pato Maravilha (PL)	Deputado Estadual
	Ibrain de Valmir (PV)	Deputado Estadual
	Ícaro de Valmir (PL)	Deputado Federal)
	Rodrigo Valadares (União)	Deputado Federal
AGRUPAMEN TO JACKSON BARRETO: GRUPO JACKSON BARRETO + GRUPO ROGÉRIO CARVALHO + GRUPO VALADARES	Chico do Correio (PT)	Deputado Estadual
	Rogério Carvalho (PT)	Senador
	Valadares Filho (ex-PSB, atual Solidariedade)	Chefe da Ass. Parlamentar da Secretaria Geral da Presidência
	João Daniel (PT)	Deputado Federal
	Jackson Barreto (MDB)	Ex-Governador

Fonte: TER/SE (2022). Organização: Autor (2023).

Ainda tomando o **Quadro 11** como campo de análise, temos como grupo da oposição tem tido dificuldades de fundamentar um agrupamento significativo contra o grupo governista, liderado por Fábio Mitidieri, principalmente em relações às alianças que o Fábio diz manter com o governo Lula. Isso fica exposto na relação existente entre Fábio Mitidieri e o Ministro da Secretaria Geral da União, Márcio Macedo (PT), que sempre tem acompanhado as pautas do governador e que demonstra significativa reclusa nas pressões feitas pelo PT estadual na liderança de Rogério Carvalho (PT), inclusive refletindo-se na campanha para as eleições municipais de 2023 em Aracaju. Voltando-se a uma rivalidade interna no PT entre os ‘Dedista’ e os apoiadores de Rogério. O reflexo dessa rivalidade é o silêncio político da ex-vice-governadora, Eliane Aquino (PT), hoje exercendo o cargo de Secretária Nacional de Renda e Cidadania do MDS, que embora tenha sido um dos principais nomes do PT no estado, inclusive nas eleições estaduais de 2022, não tem demonstrado significativo impulso em fortalecimento da pauta oposicionista ao governo Fábio Mitidieri.

Um outro ponto importante que devemos retomar para compreender o agrupamento Mitidieri é a sua composição com um significativo grupo de atores políticos dentro do estado, desde os que possuem cargos eletivos, no cenário estadual e federal, como aqueles que já possuíram e chegaram ao cargo de governado, como o caso de Belivaldo Chagas. Para melhor demonstrar a composição desse agrupamento, a **Figura 16**, demonstra o peso dos cargos no agrupamento Mitidieri.

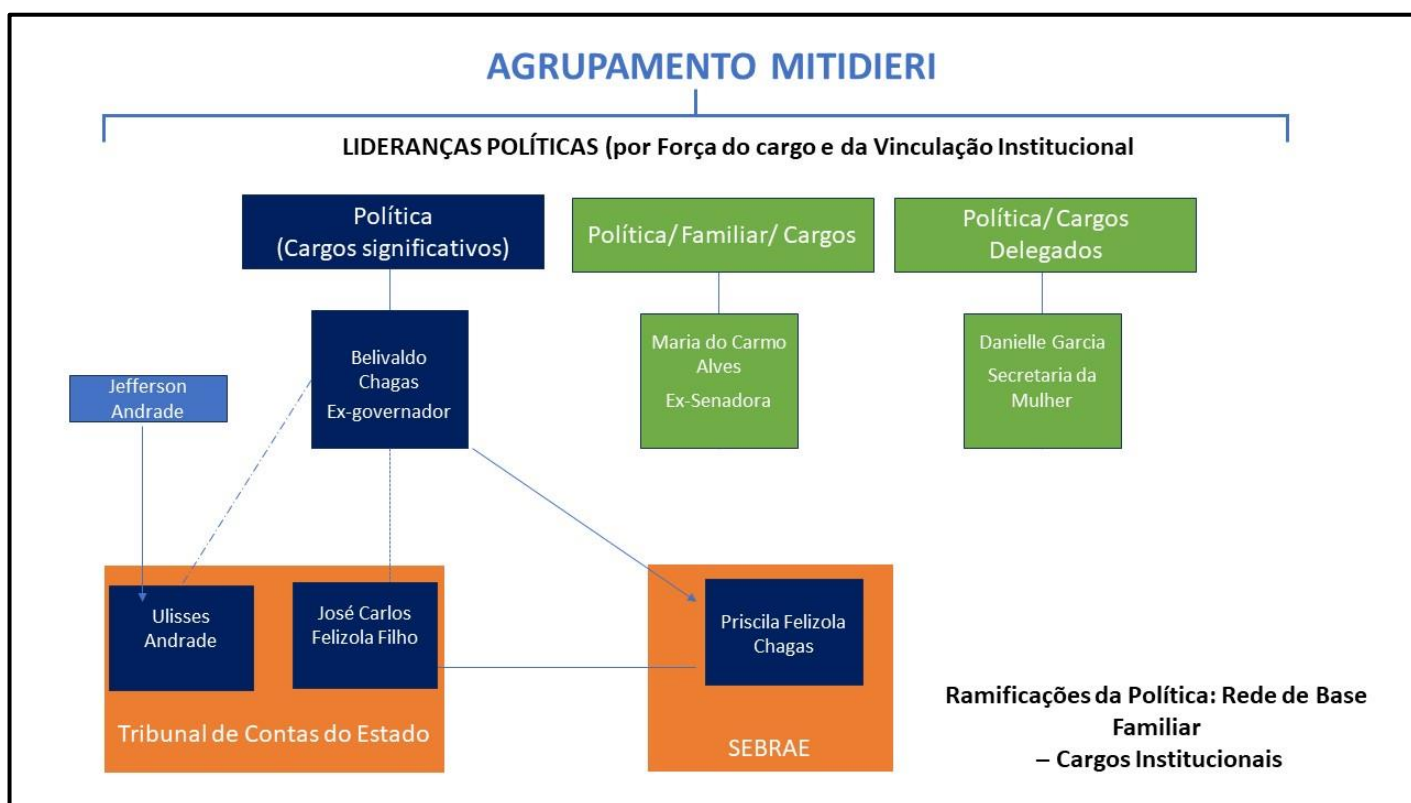
Figura 16 – Atores políticos no agrupamento Mitidieri



Fonte: Elaborada pelo autor (2024).

Já a **Figura 17**, demonstra o peso dos elos com as lideranças políticas que mesmo não possuindo cargos eletivos atualmente, mas ainda resguardam a condição de líder. Como é o caso de Belivaldo Chagas (PSD), Maria do Carmo Alves (União) e Ulisses Andrade (Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado).

Figura 17 – Lideranças políticas para além do cargo eletivo no agrupamento Mitidieri



Fonte: Elaborada pelo autor (2024).

O que se percebe quando analisamos o agrupamento Mitidieri, esse tem se fortalecido com a soma de líderes políticos que trazem consigo o recurso familiar com forte condicionante de poder na manutenção das redes de alianças e de dominação do estado. Contudo, não só o recurso familiar é acionado na formatação do agrupamento Mitidieri, mas também o recurso profissional, ou seja, a captação de atores políticos que possuem forte vínculos com instituições do Estado, a exemplo da filha e do genro de Belivaldo Chagas, Priscila Felizola e José Carlos Felizola (como demonstra a **Figura 17**).

Outro recurso social fortemente capitalizado, na conjuntura do agrupamento Mitidieri, são os cargos profissionais dos seus correligionários e ou dos seus antigos rivais políticos, como por exemplo, a delegada Danielle Garcia. Que foi introduzida ao agrupamento em virtude de sua força política, atribuída ao seu cargo, o de delegada, e a sua vinculação com o então senador,

Alessandro Vieira. Que também fortalece o agrupamento em virtude de sua articulação entre o seu recurso profissional (ser delegado) e o seu cargo político (senador). Nessa mesma perspectiva, outros nomes podem ser citados como exemplos dessas alianças com o objetivo de se converterem em recursos qualitativos para a manutenção e permanência do agrupamento, como a delegada Katarina Feitoza, a deputada Yandra de André Moura, o Fábio Reis e Sérgio Reis, entre outros. O que está em questão é a condição do cargo ser utilizado como componente significativo para a manutenção do agrupamento.

Sendo o recurso familiar o principal recurso social e se constrói e reconstrói na formação de novos atores políticos, principalmente advindos do capital político de seus pais e tios e padrinhos, a exemplo de Jorginho Araújo (PSD), onde tem no seu pai um dos correligionários de Albano Franco; além de nomes como da sua própria família, a exemplo de Maísa Mitidieri, e de seu pai, Luiz Mitidieri, que por muito tempo esteve vinculado ao bloco Franco-Alves-Franco.

Desta feita, o que se pode perceber analisando as gestões das lideranças políticas acima mencionadas é que desde o início da construção da liderança de Marcelo Déda e de todo o grupo ao qual ele arregimentou permitiu compreender no estado a potencialização de um novo nome político e partidário dentro das novas lógicas de alianças e dominação. Se ao longo dos anos as lideranças estavam construídas muito das vezes por força do capital familiar e econômico que carregavam, temos com a ascensão de ‘Déda’ a efetivação da construção de redes de relações em torno de um nome para a construção e estruturação de um ator político como líder. A sua escolha se dar em virtude tanto da sua profissionalização política como pelo seu caráter articulador, somando as diversas lideranças políticas em um único grupo, o *grupo Dedista*.

O Agrupamento Déda ou Agrupamento Dedista – como ficou conhecido – permitiu o retorno de políticos profissionais aos principais espaços de poder do estado, como, por exemplo, Jackson Barreto (MDB) e Antônio Carlos Valadares (PSB), como também a ascensão de outros políticos profissionais que se configuravam com coadjuvantes na política estadual, a exemplo de Belivaldo Chagas (PSD), que hoje é reconhecido pelos seus entes políticos como líder político; e na construção de atores sociais, os quais não tinham nenhuma projeção política, mas que por força do pertencimento familiar ganha respaldo político no Estado – característica essa que historicamente foi usada por vários outros atores políticos – como o caso de Eliane Aquino, sua viúva, que saiu da condição de vice-governadora do estado (2019-2022), e mesmo perdendo a eleição para o cargo de deputada federal em 2022, conseguiu um cargo bastante significativo no terceiro mandato do presidente Lula (PT), o cargo de Secretária Nacional de Renda de

Cidadania, pelo então ministro Wellington Dias (José Wellington Dias) do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome do Brasil.

Demonstrando que os laços familiares associados a política Dedista ainda continuam bastante significativos, não só na figura do cargo atribuído a Eliane Aquino, mas também ao ex-deputado federal e ex-secretário do Meio Ambiente na gestão de Déda, Márcio Macedo (PT), que foi nomeado ao cargo de Ministro da Secretaria-geral da Presidência da República, também um político que foi significativamente aliado do ex-governador Déda. Soma-se a ele, com o cargo de Assessor Especial de Assuntos Parlamentares e Federativos da Secretaria-geral da Presidência, Valadares Filho (PSB), que foi por 12 anos (2007 A 2019) deputado federal e passou então a ser um interlocutor no governo Lula (PT).

Deste modo, este capítulo permitiu compreender como historicamente os atores políticos foram sendo construídos e ganharam notabilidade de lideranças política em Sergipe, perpassando-se desde o período oligárquico até a redemocratização. De fato, esse capítulo nos permite traçar as pistas para a compreensão de como essas lideranças foram se construindo, mas principalmente como por força das redes de relações e alianças subjetivas e objetivas que esses políticos foram traçando ao longo de suas carreiras profissionais conseguem chegar ao seu objetivo comum que é a continuidade da sua condição de liderança e a construção de suas redes de dominação política no estado de Sergipe.

CAPÍTULO IV – AS LIDERANÇAS POLÍTICAS SERGIPANAS: RECURSOS, TRAJETÓRIAS E PERFIS POLÍTICOS

Analisar a construção de lideranças políticas é o objetivo central desta Tese. Compreender que os atores políticos identificados como líderes constroem as suas carreiras por meio do acesso aos grupos e agrupamentos políticos é uma das esferas de percepção dessa construção. Contudo, essa por si só não consegue encerrar a investigação, é preciso, então, entender que essa construção também perpassa pela análise dos recursos sociais que são acionados e reconvertidos em trunfos políticos para a sua construção, pois são esses recursos que muitas das vezes direcionam a própria consagração desses políticos em lideranças.

Por essa linha investigativa, os grupos e agrupamentos e durante os períodos eleitorais, os blocos políticos, funcionam como recursos sociais significativos para a construção dos líderes políticos, pois quando concebemos os grupos e agrupamentos como recursos sociais, estamos afirmando que dentro do universo dos recursos empreendidos para a construção da trajetória desses atores é nos grupos e agrupamentos que esses recursos se tornam os principais trunfos nas competições internas pelo domínio da política.

Em outras palavras, o que estamos evidenciando é que a própria condição de estar e ser um líder num determinado agrupamento e grupo político significa que esse ator político detém ou construiu ao longo da sua trajetória uma soma de recursos sociais valorativos para a condição de ser líder do agrupamento perante os outros aliados. Neste sentido, colocar, em meio a essa construção de lideranças, o peso atribuído aos grupos e aos agrupamentos é de fundamental importância, no entanto não podemos apenas creditar apenas a eles os condicionantes necessários para a consagração desses atores políticos em lideranças políticas.

Outro ponto que funciona como recurso político valorativo é a participação em partidos políticos, mas não por uma condição ideológica, e sim por uma condição de filiação a um partido que demonstra potencialidade num determinado contexto social e local. Assim, os partidos políticos se apresentam como uma instância significativa para o acesso, apreensão e reconversão de alguns qualitativos utilizados para a construção da carreira política desses atores, mas por si só não respondem à inquietação de como esses passam a se reconstruírem em liderança, inclusive controlando todo um agrupamento político, ou até mesmo, ganhar tanta notabilidade política a ponto do agrupamento e grupo político ser personificado em si.

De acordo com Coradini (2001), a busca para se obter uma interpretação sociológica da formação das ditas elites políticas e seus mecanismos de inserção na política se dão mediante uma análise dos princípios e modalidades de legitimação da pretensão ou da ocupação efetiva

de cargos tidos como de natureza política, em eleições de nível mais geral e, portanto, nas quais essa diversidade social e ideológica é muito mais ampla.

Assim, quando falamos em lideranças políticas, elites políticas, grupos dirigentes, as definições dessa liderança, remetem às mais diversas esferas (sindicalismo, redes de relações pessoais, trabalho comunitário, religião, relações de vizinhança, relações de identidade étnica, partidos, posições partidárias e filiações políticas etc.), e recursos sociais (competência profissional, vinculação a sindicatos, exercício anterior de cargos públicos, valores morais, recortes territoriais etc.).

Desta feita, o objetivo central desse capítulo é demonstrar como os recursos sociais, as trajetórias individuais e a participação dos grupos e agrupamentos políticos contribuíram para a formação das lideranças políticas. Como também, apresentar a partir de uma análise desses recursos construir os perfis sociográficos dos atores políticos sergipanos identificados como lideranças políticas.

4.1 Origem e lugar de origem das lideranças políticas sergipanas: ‘Gente de quem?’

Ao longo da história política do estado de Sergipe a condição do lugar de origem dos políticos sempre foi um condicionante de orgulho e de delimitação de poder para o qualitativo eleitoral dos atores políticos. Essa condição dar-se-á em virtude do imaginário popular de que por ser um determinado lugar a governabilidade política sofrerá determinada influência. Por certo, a própria história política quase não direcionou estudos sobre a origem desses políticos num sentido de construção interpretativa sobre ‘possíveis bens ou males de origem’. Contudo, sociologicamente, quando tornamos essa uma variável significativa temos a compreensão e interpretação geopolítica de onde se alimentam as bases dessas lideranças.

Nesse sentido, é importante apresentar em soma com a sua origem a perspectiva de por onde esses atores iniciam a sua carreira política, ou melhor, compreender de qual lugar esses atores retornam para dar sustentáculos a sua consagração política, ou em outra perspectiva, compreender por que nesse município esse ator não é representado. Contudo, essa questão da origem e do lugar de origem desses atores políticos profissionais suscitam pistas fundamentais sobre o início e a manutenção da carreira profissional desses no ofício da política.

Assim sendo, analisando a origem familiar e o lugar de nascimento desses 07 (sete) políticos, temos as seguintes afirmações, como apresenta o **Quadro 12** abaixo:

Quadro 12 – Governadores de Sergipe (1983-2023): origens sociais

GOVERNADORES	ORIGEM SOCIAIS – FILIAÇÃO E PROFISSÃO DOS PAIS			
	PAI	PROFISSÃO	MAE	PROFISSÃO
João Alves Filho	João Alves	Construtor	Maria de Lourdes Gomes	Do lar.
Antônio Carlos Valadares	Pedro Almeida Valadares	Agricultor / comerciante/ político (prefeito/ deputado estadual)	Josefa Matos Valadares (Dona Caçula)	Do lar/ política (prefeita)
Albano do Padro Pimentel Franco	Augusto Prado Franco	Industriário / Político (governador, deputado federal senador)	Maria Virginia Leite Franco (Gina Franco)	Do lar.
Marcelo Déda Chagas	Manoel Celestino Chagas	Funcionário Público/ cabo da polícia militar	Zilda Déda Chagas	Do lar
Jackson Barreto de Lima	Etelvino Alves Lima	Bodegueiro ⁴⁸ (comerciante local)	Neuzice Barreto de Lima	Professora
Belivaldo Chagas da Silva	Arivaldo Chagas Silva	Comerciante	Maria Belizana Silva	Comerciante
Fábio Cruz Mitidieri	Luiz Antônio Mitidieri	Médico e Político (deputado estadual)	Sônia Maria Cruz	Empresária

Fonte: Adaptado de Bomfim (2016). Organizado pelo autor (2023).

⁴⁸ Termo utilizado por Ibarê Dantas (2002, p. 30) em nota de rodapé quando registra a biografia do ex-governador, Jackson Barreto de Lima.

Ao analisar a origem familiar dos governadores pós-regime militar, detalhando as profissões de seus pais, temos uma variedade de profissões ao que se refere à profissão do pai, desde comerciante até médico e político. Por exemplo, os ex-governadores Jackson Barreto e Belivaldo Chaga, os seus pais são comerciantes; entretanto, o ex-governador Albano Franco, Antônio Valadares e o governador atual, Fábio Mitidieri, apresentam como profissão de seus pais, ambos são médicos e foram políticos, inclusive deputados estaduais; o pai de Valares foi prefeito do município de Simão Dias e deputado estadual. Já o pai de Albano Franco foi um dos principais políticos do estado, construtor do grupo Franco em Sergipe.

O pai de João Alves Filho ficou conhecido no estado como Construtor João Alves, embora não tenha cursado nenhum curso profissionalizante e nenhuma faculdade, era uma espécie de ‘pedreiro’, especialista em construir casas populares em Aracaju. Segundo Marlene Calumby⁴⁹ (2015, p. 63), *“no começo de sua atuação como construtor, João Alves deu seus primeiros passos marcando território em diversos pontos da cidade. [...] A propagação da qualidade das casas que levantava em pouco tempo, com as facilidades de quem tinha uma boa equipe e tocava obras [...] desde o alicerce até a colocação dos telhados e da pintura final [...]”*, demonstra que o João Alves não tinha nenhuma formação acadêmica, embora gozasse de amplo prestígio no mercado da construção civil em Aracaju, inclusive inaugurando uma empresa chamada Construtora Alves Ltda.

Em relação ao pai de Marcelo Déda, poucas informações são encontradas, apenas informações de que era do município de Paripiranga–BA, município vizinho a Simão Dias. Em semelhante perspectiva, também são informações sobre o pai de Belivaldo Chagas, apenas definindo que era um comerciante do município.

Ao se tratar da profissão das mães dos governados, 04 delas apresentam a profissão de ‘cuidadoras do lar’. Contudo, vale ressaltar que a mãe do ex-governador Albano Prado Franco era filha de um dos políticos mais influentes do estado de Sergipe, o médico Augusto César Leite, que além de atuar na medicina foi um dos mais influentes políticos na década de 20, inclusive junto ao seu irmão, Silvio César Leite, ambos do município de Riachuelo–SE.

⁴⁹ Marlene Calumby é irmã do ex-governador João Alves Filho, e foi secretária de Governo da gestão de João Alves Filho na prefeitura de Aracaju. No final de sua gestão, Marlene Calumby foi investigada na Operação ‘Caça Fantasmas’, que investiga a existência de funcionários fantasmas na Secretaria Municipal de Articulação Política e Relações Institucionais de Aracaju (Seapri) entre os anos de 2013 e 2016. De acordo com o MPE, a ex-secretária de Governo, Marlene Calumby e o ex-prefeito João Alves (DEM) tinham a responsabilidade nas nomeações de funcionários ‘fantasmas’ na extinta secretaria municipal durante a gestão municipal de João Alves Filho. Ao final das investigações, Marlene Calumby foi absorvida das acusações. Mais informações sobre o caso, disponível em: <https://cinformonline.com.br/gaeco-denuncia-joao-alves-e-mais-sete-na-operacao-caca-fantasma/>; e <https://infonet.com.br/noticias/politica/ex-secretaria-e-absolvida-em-todas-as-acoas-da-operacao-caca-fantasma/>. Acesso em 15 ago. 2023.

Outro destaque que deve ser dado é à mãe de Antônio Carlos Valadares, ‘Dona Caçula’, tendo em vista que ela atuava como um cabo eleitoral significativo no município de Simão Dias (Camilo, 2022), inclusive atuando na campanha de seu esposo como também de seu filho e de seus netos, a exemplo de Pedrinho Valadares. Dona Caçula, em 1989, foi eleita prefeita no município de Simão Dias, tornando-se a única mulher a ter esse cargo eletivo no município. Isso se deu pela força política familiar atribuída ao seu marido e ao seu filho, Valadares.

Um ponto significativo quando falamos da mãe de Jackson Barreto é que embora fosse professora, segundo biografias do ex-governador, sinaliza que ela era atuante politicamente no município de Santa Rosa de Lima, principalmente voltada para o grupo político PSD, o que direcionou o seu filho, Jackson Barreto, a ser partidário do chefe pessedista, Francisco Leite Neto, que era filho de Silvio César Leite. Vale ressaltar que o município de Santa Rosa de Lima é vizinho ao município de Riachuelo, ou seja, sede do Grupo dos irmãos Leite.

Também é importante ressaltar que a mãe de Marcelo Déda era filha de um dos políticos mais influentes no município de Simão Dias, José de Carvalho Déda, o Zeca Déda, que era advogado provisionado e simpatizante do movimento tenentistas em Sergipe, sendo inclusive reconhecido como delegado da revolução e incorporado ao grupo do interventor Augusto Maynard Gomes, chegando inclusive a administrar o município de Simão Dias, no período de 18 de maio de 1932 a 29 de março de 1935 e deputado constituinte em 1947. Ao ingressar na UDN, foi líder do governo na gestão de Leandro Maynard Maciel (1955-1958) (Dantas, 2023).

O maior destaque se dá à mãe do atual governador, Fábio Mitidieri, Sônia Maria Cruz, é empresária com ações em duas empresas⁵⁰ no estado de Sergipe, a Brascoco Industrial Ltda., aberta desde dezembro de 1990 e a Interquímica S/A, aberta desde 1998, no município de Carmópolis-SE. A família Mitidieri é reconhecida no estado tanto pelo seu poderio político como pelo seu poderio empresarial em diversas áreas de atuação, desde educacional quanto a área da saúde.

Outro ponto importante de análise e que se relaciona com a origem familiar dos governadores é o município de origem, pois tem o intuito de demonstrar como a origem desses governadores influenciou na carreira política deles, inclusive na construção de seu capital político. Que demonstra um universo significativo dos governadores terem nascido nos interiores do estado de Sergipe. Ou seja, quanto a naturalidade dos governadores, temos apenas

⁵⁰ Dados das empresas, disponível em: <https://transparencia.cc/dados/socios/664025/sonia-maria-cruz-mitidieri/>. Acesso em: 05 jan. 2023.

02 (dois) governadores nascidos em Aracaju: João Alves Filho e Fábio Mitidieri. Os outros 05 (cinco) são de municípios do interior do estado de Sergipe, embora 03 (três) deles são provenientes do município de Simão Dias/Se.

Curioso dado se apresenta quando analisamos o município de origem de João Alves, que mesmo nascendo em Aracaju e ter iniciado a sua trajetória política neste município como interventor, Aracaju não se configurava como o seu principal reduto eleitoral. Se pegarmos os resultados de suas eleições durante as suas 03 (três) gestões, o coeficiente eleitoral neste município sempre foi menor quando comparado com outras regiões do estado, principalmente em comparação com o Alto Sertão.

Já em relação a Mitidieri, a sua família é reconhecida como os ‘Mitidieri’ de Boquim, entretanto o seu capital político se inicia na Capital, quando se elegeu para vereador (2009-2012), e exerceu outros cargos políticos, sempre em Aracaju. Na última eleição, para a qual foi eleito governador, o seu maior eleitorado foi na capital.

O município de Simão Dias é conhecido dentro do estado de Sergipe como o ‘município dos governadores’ ou município dos políticos. Isso se dá em virtude do caráter representativo que o ex-governador Sebastião Celso de Carvalho (1923-2009), quando assumiu o governo do estado em decorrência do Golpe Militar de 1964. Celso de Carvalho fazia parte do quadro de políticos ligados ao Grupo Leite, chefiado por Francisco Leite Neto.

O **Quadro 13** apresenta um resumo desses municípios, da data de nascimento e falecimento e idade dos governadores acima apresentados.

Quadro 13 – Governadores de Sergipe (1983-2023): naturalidade idade

GOVERNADORES	MUNICÍPIO	DATA DE NASCIMENTO/ FALECIMENTO	IDADE
João Alves Filho	Aracaju/SE	3 de julho de 1941 24 de novembro de 2020	79 anos
Antônio Carlos Valadares	Simão Dias/SE	06. abril 1943	80 anos
Albano do Padro Pimentel Franco	Aracaju/SE	22 de novembro 1940	83 anos
Marcelo Déda Chagas	Simão Dias/SE	11 de março de 1960 02 de dezembro 2013	53 anos
Jackson Barreto de Lima	Santa Rosa de Lima/SE	06 de maio de 1944	79 anos
Belivaldo Chagas da Silva	Simão Dias/SE	19 de abril de 1960	63 anos
Fábio Cruz Mitidieri	Aracaju/SE	24 de fev. 1977	47 anos

Fonte: Adaptado de Bomfim (2016) e organizado pelo autor, 2023.

Ao nos depararmos com os dados referentes à origem social, sua naturalidade, e a sua idade, temos um marcador significativo de como esses políticos demarcaram a política sergipana. Como também em demonstrar como a partir desse marcador, da idade, sinalizamos

o período de influência e de transformação política desses atores. por exemplo, 03 (três) deles nasceram na década de 40, período de grande influência da política dos descendentes de coronéis, e de suas parentelas na política sergipana, a exemplo de Francisco Leite Neto (1945) e José Rollemberg Leite (1947). Outros 02 (dois) nascem no limiar da inquietações políticas da liderança de Leandro Maciel, e apenas 01 (um), nasce durante o período de fortalecimento da política Leite-Franco, a exemplo de José Rollemberg Leite (1975-1979) e todo o poderio da família Franco, representada na liderança de Augusto Franco (1979-1982).

4.2 Formação e profissão: as trajetórias profissionais dos governadores

Produzir uma análise dos componentes escolares/a formação acadêmica dos governadores nos permite entender os campos aos quais esses políticos foram construindo antes mesmo de iniciarem a sua vida pública. Bem como compreender como esses itinerários influenciam e são acionados como valorativos para a profissão política.

Os recursos escolares e profissionais dos governadores pós-regime militar nos permite ampliar as análises em torno da formação desses atores em lideranças políticas, demonstrando como o acesso a determinado nível de escolaridade permitiu com que esses atores utilizassem esse recurso como um qualitativo para a sua trajetória profissional no ofício da política.

Conforme os dados obtidos, foi possível construir um quadro sistemático (**Quadro 14**) que apresenta os governadores e suas respectivas formações escolares e suas profissões, antes de se tornarem políticos.

Observa-se que dentro do universo dos 07 (sete) governadores, todos eles possuem nível superior, e foram formados por universidades públicas, principalmente a Universidade Federal de Sergipe (UFS) e apenas 01 (um) é formado pela Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia (UFBA). O que nos possibilita interpretar é que basicamente a formação escolar/acadêmica está associada diretamente à origem regional e associada também à formação familiar.

Outro dado expressivo é a escolha pelo curso de bacharelado em Direito, sendo que 06 (seis) deles tomaram essa como a sua primeira formação. Isso demonstra significativamente a preferência pelo que Conniff (2006) vai chamar de “tradicional bastião da elite cultural”, visto que o “diploma pós-secundário mais comum entre os membros da elite era o direito”. Apenas 01 (um), João Alves Filho, formou-se em Engenharia Civil, e dedicou-se a construção de uma Empresa de Construção Civil – “Habitacional Construções” (Santos, 2002, p. 363), entretanto,

essa posição estava em ascensão dentro da reconstrução das carreiras profissionais do Brasil, o que não foi diferente aqui no estado de Sergipe.

Quadro 14 – Governadores de Sergipe (1983-2023): recursos escolares e profissionais

GOVERNADORES	ESCOLARES/ FORMAÇÃO	PROFISSIONAIS
João Alves Filho	Engenharia Civil / Engenheiro (Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia)	- Engenheiro Civil;
Antônio Carlos Valadares	Química Industrial/ Químico Direito/ Bacharel (Universidade Federal de Sergipe)	- Professor: Química, Física e Matemática; - Advogado
Albano do Padro Pimentel Franco	Direito/ Advogado (Universidade Federal de Sergipe)	- Empresário - Presidente da Federação das Indústrias de Sergipe - Presidente da Confederação Nacional das Indústrias
Marcelo Déda Chagas	Direito/ Advogado (Universidade Federal de Sergipe)	- Funcionário do Fisco Estadual; - Advogado
Jackson Barreto de Lima	Direito/ Advogado (Universidade Federal de Sergipe)	- Carteiro; - Aux. Administrativo da Delegacia da Fazenda - Advogado
Belivaldo Chagas da Silva	Direito/ Advogado (Universidade Tiradentes)	- Defensor Público; - Oficial Administrativo da Secretaria de Estado da Educação de Sergipe (SEED); Diretor-Presidente dos Serviços Gráficos de Sergipe (SEGRASE); Secretário de Estado de Articulação com os Municípios; Coordenador Geral do Projeto Nordeste (PRONESE); Secretário de Estado de Desenvolvimento Municipal de Aracaju; Secretário Extraordinário de Relações Institucionais e de Articulação Política do Município de Aracaju, Secretário de Estado da Educação, Vice-Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Estado da Educação (CONSED) e Secretário de Estado-Chefe da Casa Civil.
Fábio Cruz Mitidieri	Direito/ Advogado (Universidade Tiradentes)	- Empresário; - Secretário de Esporte e Lazer, Prefeitura, Aracaju, SE, 2011 - 2011; Secretário de Estado do Trabalho, Governo do Estado, SE, 2013 - 2013.

Fonte: Adaptado de Bomfim (2016) e organizado pelo autor, 2023.

Em referência aos recursos profissionais, temos uma variedade de profissões – engenheiro, empresário, advogado, professor, carteiro, funcionário público estadual e presidente de federações. A profissão de Advogado é a mais acentuada tanto em virtude das

carreiras escolares (como acima mencionamos), como uma profissão usada para articulação e iniciação para a carreira política. Escolhemos para critério de análise colocar no mesmo bloco de discussão a profissão de Presidente de instituições federais, mesmo sendo um cargo direcionado por apoio e articulações políticas, ou seja, cargos ditados por indicação política. Curiosamente, encontramos carreiras profissionais que não são constantemente relacionadas à militância política, como carteiro e funcionalismo público, e podemos colocar como objeto de exemplificação também o cargo de professor.

A única profissão que não se repete no universo dos governantes é a de engenheiro. Mas observamos um dado expressivo e significativo para compreensão desse recurso social, o qual é o fato de os governadores já ter exercidos duas profissões, sendo uma de pequena representação social e a outra completamente diferente, o que demonstra uma passagem de “*status*” social através da composição de suas carreiras profissionais.

De acordo com Coradini (2008, p. 67), “a advocacia se apresenta como um dos espaços privilegiados para as reconversões, dada a sua característica de representação de interesses”. Assim, as relações sociais que a advocacia congrega, as quais garantem o sucesso de uma sociedade de advogados, combinam a especialização técnica com o capital de notoriedade e relações sociais, adquirido a partir da passagem por alta posição no espaço estatal. Semelhante ao que ocorreu no estado de Sergipe.

Tanto os recursos escolares quanto os profissionais, de certa forma, imbricam-se, não deixando uma margem significativa de separação entre eles, exceto para aqueles que apenas obtiveram a formação acadêmica, mas que profissionalmente traçaram perfis profissionais completamente diferentes, como o Albano Franco. Isso demonstra que por vezes a formação profissional torna-se uma espécie de capital necessário para inserção em determinado campo, por exemplo, torna-se necessário formar-se em advocacia para obter respaldo social e assim se inserir no cenário político.

Em semelhante perspectiva, temos Fábio Mitidieri, que embora seja formado em Práticas Jurídicas, a sua principal atuação foi empresário, inclusive nas empresas ligadas à sua família. Conforme já anunciamos anteriormente, a família Mitidieri é reconhecida como uma família de empresário. Isso se observa na própria configuração do seu governo. Segundo declarações do próprio governador, a sua gestão tem o caráter técnico, segundo o próprio em entrevista afirma: “*Eu acho que mais que ampliar a produção, é a competência. Temos que buscar o político que tenha capacidade técnica e o técnico que tenha capacidade para fazer*

*política. Digamos que nós colocamos aqui um perfil de secretariado novo, disposto, jovem, preparado e capacitado, dentro do perfil do nosso governo e da nossa visão*⁵¹”.

A perspectiva de empresário tem sido o norte da gestão Mitidieri, inclusive em suas pautas e decisões quanto ao funcionamento da máquina pública. Embora a condição administrativa seja o posicionamento elevado pelo político como motor de modernidade, o que se percebe ao longo de seu primeiro ano de governo foi algumas crises, inicialmente na Educação. Crise essa gerada em virtude de a pasta ter sido entregue ao seu vice-governador, José Macedo Sobral, ex-deputado estadual e ex-secretário da casa civil, além de ter sido líder do governo Belivaldo na ALESE, inclusive na votação da PL sobre o plano de salários dos professores. Zezinho Sobral (PDT) tem sido criticado pelo seu posicionamento empresarial na educação.

Outro gargalo na gestão Mitidieri tem sido a gestão do Instituto de Promoção e Assistência à Saúde - IPES, inclusive sobre sua presidência, que atualmente é exercida pelo seu tio, Cláudio Mitidieri Simões, ginecologista, obstetra e mastologista. As críticas se referem aos altos percentuais de desconto dos assistidos pelo Instituto, gerando inclusive uma crise de desistências e negação de acesso aos serviços.

Atualmente, até a presente conclusão deste estudo, a pauta de maior desgaste do governo tem sido a privatização/ concessão da Companhia de Saneamento de Sergipe – DESO. O debate tem gerado reações tanto da oposição na ALESE, na atuação do deputado federal Georgeo Passos (Cidadania) e de Linda Brasil (Psol), como também de entidades sindicais, a exemplo do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Purificação e Distribuição de Água e em Serviços de Esgotos – SINDISAN. A inquietação remonta inclusive os insucessos advindo da privatização da Empresa Energética de Sergipe – Energipe, na década de 90, precisamente em 1997. Privatização feita na gestão do ex-governador, Albano Franco (PSDB). Atualmente a gestão da energia elétrica em Sergipe é feita pela empresa Energisa Comercializadora de Energia Ltda da Companhia Força e Luz Cataguazes-Leopodina – CFLCL.

⁵¹ Entrevista concedida em coletiva de imprensa para anúncio do secretariado que compunha o seu governo. Disponível em: <https://www.f5news.com.br/politica/fabio-renova-70-do-secretariado-e-promete-gestao-preparada-e-capacitada.html>. Acesso em 26 jan. 2023.

4.3 Partidos, filiações e cargos eletivos e delegados: caminhos para a consagração política

Os partidos não só podem ser utilizados no Brasil como condicionantes para a construção de uma carreira política, tendo-se em vista que no sistema político nacional a pluralidade partidária permite uma proliferação de legendas e invocando diversas frentes de atuação e defesa.

Contudo, sabemos que a escolha partidária da grande maioria dos políticos não é direcionada pelas ideologias partidárias, mas sim em virtude das facilidades de alianças e coligações, bem como o acesso a determinado capital político ali representado. Foi o que observamos quando analisamos na construção da sócio-história das lideranças políticas em Sergipe, onde quase não se tinha uma vinculação ideológica, mas sim a condição de estar no partido liderado por determinada personalidade política.

Quando observamos o sucesso eleitoral de Marcelo Déda, na campanha eleitoral de 2007, percebemos uma explosão de políticos que se filiaram ao Partido dos Trabalhadores (PT) em virtude do sucesso eleitoral do candidato Déda na prefeitura de Aracaju, como também do então Presidente da República, Lula (PT). Ou seja, o que se demonstra é que a flutuação partidária se dá em virtude da aliança, a determinando político ou a possibilidade de reflexo midiático dado pela adesão à determinada liderança.

Assim sendo, mesmo observando essas limitações em relação ao partido, é interessante para a análise aqui exposta à definição dessa variável, e quando somada aos seus cargos, demonstra como o peso partidário influenciou na construção da carreira política dessas lideranças.

Utilizando os dados obtidos através das pesquisas e das entrevistas biográficas, permitimos construir o quadro abaixo, no qual se fez uma escolha por dividir o recurso político em dois blocos: um referente aos partidos e filiações; e o outro referente aos cargos políticos exercidos por esses governadores. Conforme demonstra o **Quadro 15**.

Iniciando a análise através da composição dos partidos políticos, dentre os quais, percebemos uma evolução e transferência partidária muito diversificada. Contudo, as projeções partidárias apenas nos apresentam um norte do que são as articulações necessárias à construção de uma carreira política de acesso. Essas estarão interligadas principalmente a ideologias políticas e a construções identitárias e de lideranças administrativas dos blocos de gestão política.

Quadro 15: Governadores de Sergipe (1983-2023): partidos, filiações e cargos políticos

GOVERNADORES	PARTIDO E FILIAÇÕES	CARGOS POLÍTICOS
João Alves Filho	PDS – Partido Democrático Social PFL - Partido da Frente Liberal DEM - Democratas	- Prefeito (Aracaju) – 02 mandatos - Governador – 03 mandatos - Ministro Federal do Interior
Antônio Carlos Valadares	Arena – Aliança Renovadora Nacional; PTB – Partido Social Trabalhista PFL - Partido da Frente Liberal PP – Partido Progressista PSB – Partido Socialista Brasileiro	- Prefeito (Município de Simão Dias); - Secretário da Educação e Cultura; - Deputado Estadual; - Deputado Federal; - Governador; - Vice-governador; - Senador – 02 mandatos - 2º Vice-presidente do Senado Federal
Albano do Padro Pimentel Franco	Arena – Aliança Renovadora Nacional; PDS – Partido Democrático Social PRN – Partido da Reconstrução Nacional PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira	- Deputado Estadual; - Deputado Federal; - Governador – 03 mandatos - Senador – 02 mandatos
Marcelo Déda Chagas	PT – Partido dos Trabalhadores	- Deputado Estadual; - Deputado Federal; - Prefeito (Aracaju) – 02 mandatos - Governador – 02 mandatos
Jackson Barreto de Lima	MDB – Movimento Democrático Brasileiro PCB – Partido Comunista Brasileiro PDT – Partido Democrático Trabalhista PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro	- Prefeito (Aracaju) – 02 mandatos - Vereador - Deputado Estadual; - Deputado Federal – 04 mandatos - Vice-Governador; - Governador
Belivaldo Chagas da Silva	PFL – Partido da Frente Liberal PP – Partido Progressista PSB – Partido Socialista Brasileiro PSD – Partido Social Democrático	- Deputado Estadual - Vice-Governador – 02 mandatos - Governador
Fábio Cruz Mitidieri	PDT – Partido Democrático Trabalhista PSD – Partido Social Democrático	- Vereador - Deputado Federal – 02 mandatos

Fonte: Organizado pelo autor, 2023.

Com base nos dados apresentados, podemos apreender que analisando o universo amostral dos 07 (sete) governadores, 04 (quatro) deles tiveram durante sua carreira política a passagem por 06 (seis) partidos diferentes, com exceção apenas de 01 (um) o governador Marcelo Déda, que desde o início de sua carreira política foi apenas em um único partido, o Partido dos Trabalhadores (PT). Contudo, outro fato curioso é o caso do governador João Alves Filho, suas transferências de partido estão associadas inicialmente a uma escolha partidária por indicação, como afirma Ariosvaldo Figueiredo (1996), ao PDS, liderado pelo grupo de Augusto Franco, depois com o rompimento entre os dois, o então governador passa a ser o principal

representante do PFL no estado e lidera a oposição situacional de quando não estava no cargo de governo, trocando novamente de partido em virtude da extinção do PFL e tornando-se DEM.

A maior “mudança de partidos”, que observamos, é do governador Antônio Carlos Valadares, o qual participou ao longo de sua vida política de 05 partidos (Arena, PTB, PFL, PP e PSB). Sendo que no PSB torna-se a principal liderança política do Estado, a ponto do partido ser representado pela própria figura do Senador. Semelhantes posições estabelecem o prefeito João Alves no DEM e o ex-governador Marcelo Déda no PT. Por se tratar de questões partidárias, temos o empresário Albano Franco, como um grande exponencial do PSDB dentro do cenário estadual e nacional, lembrando-se que foi principalmente nas gestões federais do “grupo pdsbistas” que ele exercerá o cargo de presidente da Federação das Indústrias de Sergipe e da Confederação nacional das Indústrias. Já o governador Jackson Barreto, representa o PMDB no estado, contudo quando analisamos sua trajetória política partidária, percebemos também que já passou por 04 (quatro) partidos diferentes, dentre esses os principais partidos de esquerda e de oposição do Brasil, como no MDB e do PCB. O que o liga politicamente ao grupo de esquerda formado pelo ex-governador Marcelo Déda no início dos anos de 2007, quando Déda se torna governador do Estado.

Já em relação aos partidos que o governador Mitidieri se filiou, apenas houve a mudança em dois momentos, primeiro no PDT, período em que se ligou ao grupo Deda para a campanha à prefeitura municipal, e fazia parte da base aliada do prefeito. Em outro momento, filia-se ao PSD, aí começa a potencializar a sua carreira política, tendo em vista que o PSD se fez um dos partidos mais significativos no grupo Deda, inclusive foi o partido escolhido pelo ex-governador Belivaldo Chagas para sua filiação após o rompimento com Antônio Carlos Valadares (PSB).

Na análise dos cargos eletivos e indicativos desempenhados pelos governadores, percebemos uma linear composição das posições assumidas no Estado. No universo dos 05 (cinco), 04 (quatro) iniciou sua vida política como prefeitos, sendo desse total 03 (três) como prefeitos da capital e 01 (um) como prefeito do município do interior – Simão Dias. Sendo que apenas 02 (dois) foram vereadores, como o governador Jackson Barreto e Fábio Mitidieri. Esse fato é importante, pois se casa com a afirmativa de Queiroz (1976) quando afirma que a célula da política é o município, ou seja, é no município onde iniciam os primeiros contatos com a dinâmica da política, onde os políticos iniciam as práticas necessárias para o recrutamento e a inserção da construção do ofício da política: suas habilidades e competências para as articulações e conjunturas na “arte de representar”.

Um primeiro contato para a ascensão na corrida profissional política, apenas 02 (dois) iniciaram a sua vida pública como vereador, os outros se tornaram deputados, aqui observamos que 04 (quatro) exerceram esse cargo no executivo estadual, sendo que apenas o João Alves Filho nunca exerceu esse cargo. Por seguinte, como uma tática de articulação e maior poderio político e representação nacional, esses políticos direcionam esforços e recursos para tornarem-se deputados federais. É o que acontece com 04 (quatro) desses governadores, a exceção novamente é João Alves Filho que não exerce também esse cargo. Na escala evolutiva de ascendência política, temos o cargo de vice-governador, o qual apenas foi preenchido por 02 (dois) dos governadores pesquisados, o senador Antônio Carlos Valadares e o governador Jackson Barreto de Lima. Os outros saíram da posição de deputados federais e se posicionaram como governadores.

Um fato curioso que vale pontuar é a questão de apenas 01 (um) não ter se tornado deputado, como o ex-governador João Alves, mas sim sair do segundo degrau eletivo – prefeito – e torna-se logo em seguida governador, muito por conta da força da conjuntura histórica e política que favoreceu esse deslocar na carreira política. Esse motivo foi fortalecido em virtude do Regime Militar, tendo em vista que quando João Alves chega ao cargo de prefeito por indicação direta do então governador do estado, Augusto do Prado Franco. É significativo observar que a carreira política do ex-governador João Alves Filho não perpassa pelas carreiras de deputado estadual e federal, sua projeção se dá desde quando se torna prefeito da capital e em seguida governador e ministro.

Contudo, ampliando a nossa análise, que toma como cargo máximo no estado o de Governador, observamos a projeção política de 02 (dois) desses políticos chegando ao cargo de senadores por Sergipe, é o caso de Albano do Prado Pimentel Franco e de Antônio Carlos Valadares, sendo que este último permanece no cargo e já o assumiu por 03 (três) vezes consecutivas, chegando a ser nomeado como 2º Vice-presidente do Senado Federal. E o que acontece também na carreira do atual prefeito da capital João Alves Filho, que atingiu um alto cargo na esfera federal, sendo nomeado como Ministro de Estado do Interior na gestão do ex-presidente José Sarney, em 1987.

Percebe-se que dentro do estado de Sergipe, o cargo de governador se mostra como o principal cargo político a ser adquirido dentro dos campos políticos e em suas redes de liderança e legitimação da dominação eleitoral. Todos os governadores quando exerceram esses cargos serviram de aporte para uma projeção social e política nacional, ou seja, “o grau de sucesso numa elite é ocupado pelo número de posições ocupadas” (Love & Barickman, 2006, p. 90).

Outras análises são possíveis quando interpretamos esses recursos, tanto escolares como profissionais e políticos, numa amplitude maior do que apenas os seus cargos e títulos formalmente instituídos. A proposta aqui conceber esses recursos em uma espécie de trajeto, onde cada escolha direciona a consequências frutíferas outras. Ou seja, a atuação militante estudantil não está posicionada apenas em sua atuação de Centro Acadêmico, mas ali se inserem outras esferas sociais, como a passagem ou a base da articulação política, pois são nesses universos paralelos de afirmação que se constroem os “campos e os *habitus*” políticos desses atores.

Ao nos depararmos com algumas entrevistas desses governadores a uma espécie de ‘coletânea de perfis políticos sergipanos’, encontramos traços de convergência da formatação da carreira política desses políticos profissionais. Por exemplo, quando Albano Franco sinaliza a socialização familiar e sua condução à política, quando assim afirma: *“Meu avô era um homem de visão, inteligência, um médico humanista, e eu convivi muito com ele e minha avó, [...], já que eu trabalhava e estudava em Aracaju. Na casa de meu avô se conversava também sobre política, porque a família de minha mãe é do PSD e do PR, e a do meu pai da UDD. Meu pai teve um irmão, o senador Walter Franco. Então, eu reforcei essa tendência. Em 1966, surgiu a oportunidade de ingressar na política sergipana junto do meu pai. Ele foi candidato a deputado federal. Foi o mais votado. E eu fui candidato a estadual, sendo eleito”*. (Santos, 2002, p.68). Deixa-se claro aqui a inclinação familiar para o ingresso na carreira política, como se o ato de ser político já estivesse inserido em sua trajetória pessoal, mas condicionada também pela própria articulação familiar.

Fato semelhante se observa no sentido atribuído a sociabilização, que também acontece por meio da vizinhança, como se essa representa-se uma microesfera de introdução política. Segundo Santos (2002), o ex-governador Marcelo Déda atribuía uma significativa importância a suas relações de amizade, aquém das relações familiares, destacando-se a amizade que nutria com um vizinho, o “Sr. Edgar”, que era barbeiro e cortava o seu cabelo em plena época da ditadura, ouvindo, à noite, a Rádio BBC de Londres. Uma figura que, segundo Déda, pelo seu lado belo, se confundiu com a esquerda de Sergipe. Exatamente na barbearia do Sr. Edgar, Déda teve contato com a política e com a história da esquerda em nossa terra, bem contada pelo amigo barbeiro. Espaços de sociabilização distintos ao enrijecimento dos espaços de produção política são exemplificados por esses relatos.

Percebe-se claramente nas biografias dos ex-governadores a importância atribuída ao recurso escolar junto ao recurso profissional. As instituições acadêmicas aqui são pontuais para a construção da carreira política. Quando construímos o quadro em referência aos recursos

escolares, apontamos que apenas 01 (um) dos governadores não cursou direito, um curso característico na construção do bacharelado atribuído a política. Mas a junção desses dois recursos já se demonstra desde a formação do ensino médio, como demonstra os relatos do ex-governador Marcelo Déda ao jornalista Osmário Santos, em entrevista publicada no Jornal da Cidade em 09 de outubro de 2002. Déda afirma que seu despertar para a política se deu na fase escolar, inicialmente no Colégio 08 de julho, na rede estadual de ensino, que funcionava na Vila Cristina, sendo o seu primeiro com a classe trabalhadora de uma forma mais direta, vale ressaltar que Déda desde a sua entrada na política militou no PT. Posterior ao Colégio 08 de Julho, seu acesso ao Colégio Atheneu lhe despertou para o envolvimento com as manifestações culturais da Capital, e foi nesse envolvimento cultural que teve sua primeira experiência como integrante de uma agremiação. Junto com os professores de cinema e alunos adeptos da sétima arte, tornou-se fundador do Clube de Cinema do Atheneu em 1977.

Intui aqui outro patamar da importância escolar na trajetória profissional, isso fica claro quando, por exemplo, a importância que Albano Franco atribui a sua entrada no Curso de Direito da Faculdade de Direito, hoje UFS, onde foi Presidente do Centro Acadêmico Sílvio Romero e Presidente Estudantil de Direito, percurso esse significativo para a carreira profissional do ex-governador, segundo ele foi onde iniciaram as suas parcerias e onde se concretizavam as parcerias estabelecidas pela tradição familiar dos “Franco”, assim afirma que, *“ainda como estudante de Direito, graças ao então governador Luiz Garcia, atuou como promotor substituto da Comarca de Laranjeiras”* (Santos, 2002, p. 68). Ou seja, identifica-se aqui a valoração que a sua rede de relações sociais atribui ao peso de sua condução profissional. Semelhante perspectiva apresenta o ex-governador João Alves, quando fala do seu tempo de faculdade e seu ingresso na Juventude Universitária Católica (JUC), lá segundo ele, teve contato com o seu *“orientador espiritual, o grande formador de líderes, o beneditino D. Jerônimo Cavalcante. A JUC, naquele período, integrava a chamada “frente única das esquerdas”, com a mais variada gama de esquerdistas do movimento estudantil. Fazer política em meio a tantas matrizes ideológicas exigia dos líderes a aprendizagem compulsória para se tornarem verdadeiros artífices nas técnicas das composições a acordos políticos. Foi uma verdadeira escola política para mim”* (Santos, 2002, p. 362).

Marcelo Déda também foi um dos que iniciou sua ascensão e militância política na academia quando entrou na faculdade de Direito no primeiro semestre de 1980 e saiu no segundo semestre de 1984, em meio ao Regime Militar e dentro do DCE da UFS, na verdade, ele atribuiu desde a escolha do seu curso a questões relacionadas à política, soando como se a vida acadêmica fosse um preparatório para a carreira política que ainda nem significativamente

existia de fato. Segundo ele, “[...] daí comecei a pensar em fazer Psicologia, Sociologia ou Jornalismo. Nenhum desses três cursos existiam em Aracaju nessa época. Já estava com dezessete anos e já estava me aproximando dos movimentos políticos. Já conhecia Chico Buchinho, já estava próximo do DCE. Também já conhecia Clímaco. Queria alguma coisa na área de Ciências Sociais. Não tinha por aqui. Os mais próximos eram Direito ou História. Não me arrependo de ter feito a escolha por Direito” (Santos, 2002, p. 611). Marcelo Déda ficou conhecido na política sergipana como um dos principais oradores sergipanos da Câmara Federal e no cotidiano dos seus discursos quando ainda era Deputado Estadual, Prefeito e Governador, como demonstra o Instituto Marcelo Déda, através de sua biografia, e prioriza principalmente a sua articulação por meio do DCE da UFS, na existência do grupo político estudantil de esquerda chamado “Atuação”. Sendo que foi por meio do DCE que se deu o início de uma militância mais ativa, articulada e fundamentada na política. Neste período, ele conciliava os estudos, o trabalho e a militância no Movimento Estudantil e na Fundação do PT. Trabalhou como professor de Organização Social e Política Brasileira (OSPB) e Educação Moral e Cívica (EMC) e foi estagiário do Banese.

Além da importância da própria entrada no universo acadêmico, ele sinaliza a importância de relações sociais no próprio seio da universidade, quando fala da presença de Ibarê Dantas em sua construção intelectual, principalmente “em Ciências Política, como matéria optativa, tive o professor Ibarê Dantas, um homem que foi fundamental em minha formação. Ele trouxe atores da Ciência Política que eu nunca tinha lido. Eu lia muito mais nos manuais clássicos do Marxismo. Ele me trouxe Gramsci, que foi fundamental para que eu mudasse a minha imagem de mundo, aprender melhor como é a disputa política no Ocidente. Ibarê é um homem conhecido plenamente na vida pública sergipana. É autor de um clássico, “Tenentismo em Sergipe”, uma obra citada por Francisco Welffort, citada por todos os estudiosos do tenentismo. Eu tive a oportunidade de não tê-lo apenas como professor, mas como um grande amigo meu. Divergi de 60 a 70% das vezes que a gente discutiu, mas Ibarê com sua conduta de intelectual, de acadêmico, de cidadão engajado, contribuiu para a minha formação. Até hoje eu peço a ele conselhos” (idem).

Jackson Barreto, afirma que observa traços de suas relações acadêmicas, as relações de amizade trazidas para a composição do seu trajeto político, como, por exemplo, “Meus companheiros de Atheneu que faziam parte do grupinho eram Mário Jorge Vieira, Wellington Manguiera, João Augusto Gama da Silva, Benedito Figueiredo, Moacir Mota e Sílvio Santana Filho. [...]” (Santos, 2002, p. 350). Outro exemplo do mesmo governador é na sua posse, quando eleito vereador, aqui já se relacionam laços acadêmicos com os laços políticos. Assim,

afirma que quando foi “[...] eleito na chapa dos comunistas, graças a Deus. Lembro-me que a grande oradora da posse foi a Dra. Angélica Resende, que fez uma citação marxista. [...] Angélica foi uma das companheiras mais respeitadas e das mais queridas da faculdade de Direito [...]” (idem).

Quando se reportam aos trajetos estabelecidos dentro da vida profissional, os ex-governadores demonstram várias linhas de articulações em diversas redes de relações. Redes estabelecidas no próprio convívio da rotina de trabalho, oportunizando um espaço de construção de sua imagem política, como demonstra Jackson Barreto, durante o período que foi funcionário do Correios, segundo a entrevista cedida ao Jornal da Cidade do dia 01 de janeiro de 1993, asseverando que foi trabalhando no Correio durante dez anos, entregando cartas e telegramas pelas ruas da cidade, que a sua profissão lhe deu oportunidade de manter um contato permanente com pessoas de diversas camadas sociais. E assim consegui construir novas amizades e vinculações políticas, *“Não que eu conhecesse Brizola, mas porque, no Correio, eu me aliava ao grupo que fazia política ao chamado Grupo dos II, vinculado naquela época a ele”* (op.cit. p. 349).

A socialização dentro da atividade profissional foi um trunfo utilizado por quase todos os ex-governadores, pois conforme observado a biografia de Albano Franco, desde o seu primeiro emprego na indústria de seu pai, Augusto Franco, - a Fábrica Sergipe Industrial – onde trabalhava no escritório da indústria e desenvolvia várias funções, mas que não o proibia de traçar relações na política, ou seja, *“fiquei trabalhando na usina, mas não me desliguei da política. Fui secretário-geral da ARENA, depois, presidente do PDS em Sergipe”*. (SANTOS, 2002, p. 69). Assim também demonstra o ex-governador e atual senador da república, Antônio Carlos Valadares, que atribui uma militância dupla, tanto na atuação profissional como advogado e como político, *“a advocacia que exercia era gratuita, enquanto deputado estadual, por oito anos, na cidade de Simão Dias, e em Poço Verde”*. Aqui é importante observar que claramente o recurso profissional é acionado como um trunfo eleitoral.

Embora que sem o propósito e a intensão de justificar essa análise, na mesma entrevista que cedeu a Osmário Santos em 19 de setembro de 2001, o ex-governador aponta os laços pessoais estabelecidos no propósito da vida política, quando relembra suas relações com o então governador Augusto Franco, e diz que *“[...] quando resolveu ingressar na carreira, o fez com muito equilíbrio, aplicação e grande dedicação. Só depois que eu vim morar em Aracaju para exercer o cargo de deputado estadual, passei a ter com ele uma convivência mais próxima. Antes eu preferia cuidar de Simão Dias, e penetrar politicamente nos municípios vizinhos, como Tobias Barreto, Lagarto, Poço Verde, Pinhão e Pedra Mole, preparando a minha eleição*

para a Assembleia”. (Santos, 2002, p. 94). Semelhante articulação se faz na trajetória de Albano Franco, num direcionamento na própria constituição de sua maneira de fazer política. Pois ao se reportar a sua militância partidária, o ex-governador, sem exercer nenhum cargo político ou administrativo no Estado, considera que foi de grande importância, principalmente, por proporcionar um convívio com lideranças políticas “de peso”, a exemplo de José Rollemberg Leite, Lourival Baptista, Arnaldo Garcez, Manoel Conde Sobral e tantos outros. *“Eu era o mais novo de todos eles. Foi uma convivência boa”*. (op. cit. p. 69).

Em semelhante articulação, João Alves fala do início de sua relação política quando foi convidado para ser prefeito da Capital pelo então governador do Estado José Rollemberg Leite, para que ele fosse até a sua casa, pois tinha interesse em adquirir um apartamento da Habitacional. [...] *“A conversa, contudo, foi bem diferente: ele não queria comprar um imóvel, mas meu passe! Na realidade – imaginem minha surpresa! -, ele queria me fazer um convite para ser prefeito de Aracaju. Confesso que quase caí da cadeira pelo susto da comunicação”* (op. cit. p. 364).

Outro exemplo dessa articulação entre política e o estabelecimento de relações pessoais por meio da atuação profissional, João Alves menciona a articulação e militância política atrelada a sua função profissional, quando afirma que *“em plena Ditadura militar, passei a liderar, em Sergipe, a oposição simultaneamente ao governo do estado, que controlava as demais oposições e todos os meios de comunicação, e ao general presidente da república, que detinha estrategicamente o controle do BNH e da CEF. Mas, se, empresarialmente, foi uma temeridade, em termos políticos foi altamente enriquecedor pelo que aprendi com um dos políticos mais hábeis e preparados da nossa história republicana. Travei uma amizade íntima com Tancredo Neves, que só foi interrompida com a sua morte”* (Santos, 2002, p. 365-366).

Um aspecto interessante quando observamos as trajetórias políticas dessas lideranças, é que todos eles antes de chegarem ao cargo de governador já lideravam ou eram filhos de políticos que lideravam grupos e agrupamentos políticos no Estado. E na função de líder de um grupo e de um agrupamento, esses políticos passavam a controlar diretamente o acesso de outros políticos a outros cargos políticos. O que se observa é que não só a função de ser líder, mas também como padrinho político. Como exemplo, podemos retomar uma entrevista de Antônio Carlos Valadares, em que deixa claro como ele foi importante para a eleição de Jackson Barreto para prefeitura de Aracaju. Assim, ele afirma que nas eleições de 1985, *“realizaram-se as eleições municipais nas capitais cujos prefeitos eram anteriormente nomeados pelo governador. Fui o coordenador político da campanha que levou Jackson Barreto à Prefeitura de Aracaju”*.

E se repete em 1994, Jackson quase ganhou o governo quando disputou contra Albano Franco. Jackson conseguiu formalizar acordos, empolgar e atrair lideranças no interior que passaram a defender o seu nome, mesmo enfrentando a ira do governo, que estava se esvaziando e se dividindo. “*Líderes de peso passaram a integrar a nossa campanha, como Jerônimo Reis, de Lagarto; Luciano Bispo, de Itabaiana; Joaldo Barbosa, de Boquim; José Néelson, de Estância; José Everaldo, de Poço Verde; Suzana Azevedo, de Aracaju; Belivaldo Chagas e Pedrinho Valadares, de Simão Dias; Bosco França, de Riachão; Renatinho, de Propriá; doutor Júlio, de Glória; José Américo, de Dorcas, dentre outros. Na capital, tínhamos o apoio do PT, PP, PC do B e PCB. Tivemos como candidato a vice de Jackson, o respeitado e querido ex-senador e médico de renome em Sergipe, Francisco Rollemberg, que foi também um grande reforço para aquela campanha histórica*”. (Santos, 2002, p. 107).

Neste momento, Antônio Carlos Valadares, deixa claro a importância das bases locais na estruturação política dos agrupamentos políticos, principalmente fortalecendo a condição de facções entre os grupos políticos vigentes. Se retornarmos ao capítulo 3, podemos observar lá que tanto Antônio Valadares, quanto Jackson Barreto foram provenientes do grupo Franco, mas se colocavam em oposição a esse grupo em virtude da formação de um novo agrupamento, o qual estava sendo liderado por Jackson Barreto.

Apreender por meio desses relatos, das falas e das interpretações feitas por biógrafos dedicados aos estudos dos governadores, nos possibilitou perceber como a mobilização dos recursos, sejam eles políticos, escolares, profissionais e até mesmo as relações pessoais estabelecidas e identificadas na trajetória política desses políticos profissionais, condizem com uma ampliação do que identificamos em nosso estudo como trunfos para a construção da carreira política e assim empreender que a formatação dessa carreira requer a construção de um ofício respaldado em várias esferas sociais.

Desta feita, o que percebemos, é que esses governadores se distinguem por uma característica própria, ao mesmo tempo, que têm na profissão uma das suas bases de recursos políticos, não é na sua condição de representantes profissionais de determinada categoria de trabalho – engenheiro, administrador, funcionário público etc., - que constitui sua representatividade social e suas pretensões políticas, e sim em sua trajetória política como profissionais políticos. A política torna-se o campo de atuação em que eles se demonstram ávidos detentores do seu conhecimento, chegando até mesmo a se tornarem os dirigentes e líderes dos *habitus* necessários para fazer parte desse universo, como se esse fosse o universo propício apenas aqueles que estejam vinculados a suas redes de parentela e filiações partidárias,

que ganham ares de notabilidade eleitoral e, por sua vez, se constroem como prováveis líderes políticos e realimentem as redes de inserção e recrutamento para tal posição.

4.4 As trajetórias das lideranças: os caminhos para a construção de uma carreira

Para contribuir com a construção dos perfis de liderança política a partir dos governadores sergipanos eleitos na redemocratização, é importante apresentar as suas trajetórias numa soma entre história de vida e percurso profissional. Nesse sentido, apresentamos essas trajetórias, seguindo a sequência de seus mandatos, pois segundo Bourdieu (1986), essas podem ser compreendidas como uma série de posições ocupadas sucessivamente pelo mesmo agente e suscetível a incessantes transformações. Soma-se a isso a perspectiva de Petrarca (2008), quando afirma que a construção profissional é um conjunto diversificado de contatos e vínculos.

Apresentar as trajetórias desses atores políticos profissionais nos permite demonstrar como ocorreu o desenvolvimento de um capital político desenvolvido por esses políticos, principalmente em meio a suas redes de relações, as quais se tornam uma das principais marcas da política sergipana. Essa dinâmica de política atrelada a redes de relações sociais assemelhasse às argumentações que Linda Lewin (1993) faz da análise da política e parentela na Paraíba. Demonstra uma espécie de única linha de articulação entre todos os políticos, cujas escolhas, afetos e desafetos ocorrem de acordo com a própria pretensão particular de cada uma, mas sustentada principalmente nas relações de ‘amizade’, ocultas por preferências partidárias.

João Alves Filho

O ex-governador, João Alves Filho, é natural do município de Aracaju no dia 3 de julho de 1941, filho do empresário da construção civil João Alves e de Maria de Lourdes Gomes. Iniciou-se na política em 1975, por intermédio do então governador de Sergipe, José Rollemberg Leite, que o nomeou prefeito de Aracaju. Filiado à Aliança Renovadora Nacional (Arena), partido que dava sustentação ao regime militar instaurado no país em abril de 1964, tornou-se muito popular durante sua gestão, adquirindo a fama de tocador de obras e administrador competente. Em decorrência da mobilização nacional em prol dos novos partidos surgidos na proposta de início de redemocratização do Brasil, teve seu nome lançado a convite de Augusto Franco, então governador de Sergipe, para filiar-se ao Partido Democrático Social (PDS), agremiação sucessora da Arena. Em seguida foi indicado candidato ao governo estadual,

tendo seu nome referendado por Albano Franco, presidente da comissão executiva regional do PDS e filho do governador, e apoiado pelos prefeitos e pelas bases pedetistas.

Tendo como companheiro de chapa o candidato a vice Antônio Carlos Valadares, foi muito bem-sucedido, elege-se com 76% dos votos válidos, uma das mais expressivas votações no Estado, para o pleito de 1983-1987. Em março de 1985, João Alves acabou rompendo politicamente com a família Franco e ingressou no Partido da Frente Liberal (PFL). Ainda em 1985, envolveu-se na disputa eleitoral em torno da prefeitura de Aracaju. Procurando consolidar no nível municipal a Aliança Democrática, aliou-se ao PMDB de Aracaju em apoio a Jackson Barreto, vitorioso no pleito realizado em novembro. Beneficiado pela popularidade de Alves e pela composição de partidos que incluía o Partido Comunista Brasileiro (PCB), o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e os “progressistas históricos” do PMDB, Antônio Carlos Valadares, apesar de pouco conhecido, venceu a disputa do dia 15 de novembro, tornando-se o único governador do PFL eleito naquele pleito. Em 1987, foi empossado Ministro do Interior.

No ano de 1991 é eleito Governador novamente, para o seu 2º mandato (1991-1995), fruto de uma aliança um tanto quanto desastrosa, mas vitoriosa, pois apesar de ter rechaçado inicialmente qualquer possibilidade de aliança com o PMDB, controlado pela família Franco em Sergipe, a chapa da qual fez parte como candidato a governador acabou sendo composta por Albano Franco, que pleiteava uma vaga no Senado. Por intervenção direta de Collor, o PFL e o PMDB formalizaram uma aliança no estado para impedir uma disputa entre Albano e João Alves, pois, se o primeiro fosse eleito governador, teria que abandonar a presidência da Confederação Nacional da Indústria (CNI) num momento visto como indesejável pelo próprio governo federal. No final de seu mandato de 1995, consegue eleger com força esmagadora a sua esposa, a Sra. Maria do Carmo Alves, como Senadora da República por Sergipe (1999), sendo reeleita por duas vezes consecutivas, ou seja, até o presente ano. Atualmente encontra-se licenciada do cargo e assume o cargo de Secretária da Família e Assistência Social de Aracaju, período de gestão de seu esposo.

No ano de 2003, é eleito para o seu terceiro mandato (2003-2007) como governador. No final de seu mandato, formaliza alianças partidárias com lideranças de partidos divergentes, o PSDB, por exemplo, para ser reeleito. Não obtém sucesso e é derrotado pelo seu concorrente e rival político histórico, desde o período do regime militar, o ex-prefeito Marcelo Déda Chagas. Retornando a vida política como prefeito da Capital para o período de 2013-2017. Em 2016, tenta a reeleição para prefeito do município, mas é eliminado no primeiro turno, ficando no 3º lugar. Com a derrota, seus correligionários decidem apoiar o filho de um dos seus antigos rivais políticos, o deputado estadual Valadares Filho, e demonstra no cenário sergipano a junção

novamente de um ‘antigo bloco político’, vale ressaltar que João Alves foi governador tendo como seu vice o atual senador Antônio Carlos Valadares.

Em 2020, João Alves Filho faleceu em 24 de novembro de 2020, aos 79 anos, em Brasília–DF, em virtude de complicações por conta do novo coronavírus (Covid-19), e com o falecimento a sua representatividade política também ficou enevoadada, pois toda capitalização em torno do nome João Alves Filho direcionou-se a sua esposa, a viúva e senadora Maria do Carmo Alves (DEM), com também se tornou a principal figura representativa do Democratas em Sergipe.

Antônio Cargos Valadares

O ex-senador Antônio Valadares iniciou sua carreira política no ano de 1966, quando então prefeito de Simão Dias através da ARENA. Em novembro de 1970, elegeu-se deputado estadual pela Arena. Tomou posse na Assembleia Legislativa de Sergipe em fevereiro do ano seguinte, logo após ter concluído seu mandato à frente da prefeitura de Simão Dias. Reelegeu-se em 1974 e iniciou seu segundo mandato de deputado estadual em fevereiro do ano seguinte, tendo sido líder do governo e da Arena e membro da Comissão de Justiça no biênio 1975-1976. Em 1977, tornou-se presidente da Assembleia Legislativa, cargo no qual permaneceu até o final da legislatura 1975-1979.

Em novembro de 1978, elegeu-se deputado federal. Empossado em fevereiro de 1979, licenciou-se do mandato no mês seguinte para ocupar o cargo de secretário de Educação e Cultura de Sergipe, na gestão do governador Augusto do Prado Franco. No pleito de novembro de 1982, elegeu-se vice-governador na chapa encabeçada por João Alves Filho, seu companheiro de partido. Encerrado seu mandato de deputado federal em janeiro de 1983, ao final da legislatura, em março foi empossado vice-governador de Sergipe. Na eleição seguinte, por força com a coligação do seu antecessor, João Alves Filho, o Antônio Carlos Valadares é eleito Governador do Estado para o período de 1987 até 1991.

No pleito de outubro de 1994, elegeu-se senador por Sergipe na legenda do PP, assumindo sua cadeira em fevereiro do ano seguinte. Em agosto de 1995, com a criação do Partido Progressista Brasileiro (PPB), fruto da fusão do PP com o Partido Progressista Reformador (PPR), ingressou nessa agremiação.

Em outubro de 1998, candidatou-se ao governo de Sergipe com o apoio de uma ampla coligação de esquerda que incluía, além do PSB, o Partido dos Trabalhadores (PT), o Partido Democrático Trabalhista (PDT), o PCdoB e o PCB. Seu companheiro de chapa, candidato a

vice-governador, foi o também senador José Eduardo Dutra, do PT. Todavia, o vencedor do pleito foi Albano Franco, que se reelegeu governador de Sergipe.

Em 1995, elegeu-se Senador da República por Sergipe. E, consecutivamente em 2002, também foi eleito novamente para o Senado na legenda do PSB, tornando-se líder do PSB na Casa, e foi titular das comissões de Reforma do Regimento Interno do Senado Federal; de Relações Exteriores e Defesa Nacional; de Desenvolvimento Regional e Turismo; de Constituição, Justiça e Cidadania, além das comissões relativas às Medidas Provisórias e ao Rio São Francisco, o que mostra um forte envolvimento com as mais altas classes de domínio da política nacional. O seu último mandato foi em 2011, estendendo-se até 2019.

Albano do Prado Pimentel Franco

A sua entrada na política se dá em 1967, como deputado estadual, estendendo-se até 1970. Posterior a essa sua atuação política, lança-se como suplente de Lourival Batista (1982), que já fazia parte da política sergipana desde 1967, quando foi governador de Sergipe e secretário de Educação e Cultura na gestão de Augusto Franco, o que demonstra uma ligação direta com a família Franco. Seu primeiro mandato como senador foi de 1982 até 1991 e em setembro de 1990 assinou a ficha de filiação ao PRN, e no mês seguinte candidatou-se à reeleição para o Senado, iniciando seu segundo mandato em 1991 até 1994. O final do seu mandato se dá em virtude da sua campanha eleitoral para governador de Sergipe por meio da sua filiação no PSDB e total apoio a eleição de Fernando Henrique Cardoso. Conseguiu reunir em torno de seu nome a maior coligação do país — ao todo 12 partidos, incluindo o PMDB, o PFL e o Partido Progressista Reformador (PPR) —, além do então governador de Sergipe, João Alves, e 70 dos 75 prefeitos do estado. O controle que sua família exercia sobre três emissoras de televisão e três importantes jornais de Aracaju foi outro fator que contribuiu para sua campanha. Seu opositor nessa eleição era Jackson Barreto, antigo aliado e um dos aliados da parentela de seu pai, Augusto Franco.

Foi candidato a reeleição em outubro de 1998, com o apoio da coligação integrada pelo PSDB, Partido Progressista Brasileiro (PPB), PMDB, PL e Partido Popular Socialista (PPS), além de agremiações de menor peso político, teve como principais adversários João Alves, candidato do PFL, e o senador Antônio Carlos Valadares, lançado por uma frente de esquerda liderada pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB). No primeiro turno, alcançou 40,17% dos votos válidos contra 38,7% conferidos a Alves. Esse resultado obrigou a realização do segundo turno, no final de outubro, quando garantiu sua reeleição, o que o tornou o primeiro governador reeleito em Sergipe.

Em 1º de janeiro de 2003, Albano Franco transmitiu o governo de Sergipe ao sucessor João Alves. Em 2006, candidatou-se a deputado federal, decisão de última hora destinada a conquistar apoio e palanque para Geraldo Alckmin, candidato à presidência da República, junto ao PSDB de Sergipe. Por conta do apoio dado a Alckmin, teve que subir no mesmo palanque de João Alves, seu adversário político e candidato à reeleição. Elegeu-se com 97.019 votos, assumindo o mandato em fevereiro de 2007 até 2011, quando largou a sua vida pública declarada. Retornando como entusiasta na última campanha eleitoral para governador, em 2014, como articulador de campanha de seu filho Ricardo Franco (DEM) como primeiro suplente da senadora Maria do Carmo Alves, esposa de um dos seus antigos correligionários e posteriormente rivais políticos, João Alves Filho. Lançando força econômica e midiática a campanha eleitoral do senador Eduardo Amorim para o governo do estado contra o atual governador Jackson Barreto. Saiu vitorioso na coligação política de seu filho, mas derrotado na campanha governamental, o que lhe ocasionou um efetivo afastamento do mundo político de Sergipe.

Por certo, a trajetória política de Albano Franco está exemplificada no poderio político e representativo de seus familiares, como, por exemplo, o seu pai Augusto Prado que foi deputado federal por Sergipe (1967-1971), em seguida senador (1971-1979), depois governador (1979-1982) e, mais uma vez, deputado federal (1983-1987). Seu tio, Walter do Prado Franco, foi constituinte (1946), senador (1946-1955) e deputado federal (1955-1957). Seu irmão, Antônio Carlos Franco, foi constituinte (1987-1988) e deputado federal (1987-1991).

Marcelo Déda Chagas

Nasceu no município de Simão Dias, e iniciou a sua vida política em 1977 através de sua atuação no Movimento Estudantil Secundarista no Colégio Estadual Atheneu Sergipense, contra o regime autoritário militar. E prossegue sua militância estudantil antes de entrar no curso de Direito e começa com a formação do PT em Sergipe, intensificada justamente com a sua entrada liderança no Diretório Central de Estudantes da UFS (DCE/UFS).

Lança-se politicamente em 1982, quando disputou uma vaga na Assembleia Legislativa de Sergipe, mas não foi bem-sucedido. Após concluir a graduação em 1984, foi advogado de diversos sindicatos e assessor jurídico da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Em 1985, voltou a participar de uma disputa eleitoral, pleiteando a prefeitura de Aracaju. Apesar de derrotado, conseguiu uma expressiva votação, ficando atrás somente de Jackson Barreto, candidato do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Ao longo desse ano e do seguinte, exerceu ainda a função de chefe de gabinete da presidência do Conselho

Regional de Engenharia e Arquitetura. Já como membro do diretório nacional do PT, disputou novamente, em novembro de 1986, uma vaga na Assembleia Legislativa. Foi o candidato mais votado de toda a história de Sergipe até então, e no ano seguinte iniciou seu mandato de deputado estadual constituinte. Encerrou o mandato em janeiro de 1991, sem ter conseguido se reeleger em outubro do ano anterior.

Nos anos de 94, lança-se candidato a deputado federal, tendo como principal base eleitoral a capital sergipana, com aproximadamente 26 mil votos, o último de uma bancada de oito. Empossado em fevereiro de 1995, iniciou um biênio como vice-líder de seu partido na Câmara dos Deputados, até 1998. Posteriormente foi reeleito ao cargo de deputado federal, que iniciou seu novo mandato em fevereiro de 1999, e em outubro de 2000 elegeu-se prefeito de Aracaju na legenda petista. Entrou na disputa como um dos últimos colocados, mas acabou ganhando a eleição ainda no primeiro turno, com 52,8% dos votos válidos. Em 1º de janeiro de 2001 renunciou ao mandato de deputado federal para assumir a prefeitura. Em 2004, foi reeleito prefeito da capital sergipana no primeiro turno, agora com 71,3% dos votos válidos. Com essas vitórias, foi se consolidando como uma importante liderança na região.

Em março de 2006, renunciou à prefeitura para se candidatar ao governo do estado. Aliados em outros estados, PFL e PSDB enfrentavam conflitos de interesse em Sergipe, na Bahia e no Maranhão. Em Sergipe, ainda durante a convenção estadual do partido, em junho, o presidente do PSDB no estado, Bosco Costa, rompeu com o PFL, seguido por sua substituta, Maria Mendonça. Os dois deixaram o partido dos tucanos e passaram a apoiar a campanha de Marcelo Déda, candidato do PT ao governo do estado, e de Luís Inácio Lula da Silva, candidato à presidência da República. Em outubro, favorecido por sua boa avaliação como prefeito junto aos eleitores, Marcelo Déda se lança governador do estado, tendo como vice, Belivaldo Chagas (PSB), um dos principais nomes dos correligionários dos “Valadares”. Obteve mais uma significativa vitória, vencendo o pleito com 52,48% dos votos válidos e derrotando o então governador e candidato pefelista à reeleição, João Alves Filho. Tal resultado alterou o panorama político sergipano, tradicionalmente influenciado pelo PFL. A derrota do bloco liderado por João Alves significava uma nova perspectiva política para Sergipe, e o Marcelo Déda uma nova liderança política, tendo em vista também a sua articulação com o ex-presidente Lula, do qual era compadre por afilhado de uma de suas filhas do primeiro casamento.

A segunda reeleição de Marcelo Déda (2010) se deu novamente por uma soma significativa de um bloco que outrora saíra vencedor, um bloco que juntava o PMDB liderado por Jackson Barreto, o PSB liderado por Valadares e Belivaldo Chagas, o PSC com Eduardo Amorim, antigo correligionário de João Alves Filho. Desta vez o seu vice era o ex-deputado

federal Jackson Barreto (PMDB), que foi um dos seus opositores nos anos 80-90. Mas que representou uma significativa liderança para o sucesso de Marcelo Déda nesta última eleição. Em 2011, o então senador Eduardo Amorim cancela o seu apoio a Déda e torna-se um dos principais opositores do governo, principalmente isso se reflete nas sucessivas derrotas dos projetos do governo na Assembleia Legislativa, principalmente no projeto PROINVESTE, como também nas críticas feitas dentro do seu próprio partido em virtude da militância petista na educação, em decorrência das greves em razão do Piso Salarial dos Professores.

Em 02 de dezembro de 2013, Marcelo Déda falece em São Paulo, em decorrência de complicações de saúde ocasionadas por um tratamento de câncer, não concluindo o seu último mandato, que foi assumido por seu vice-governador, Jackson Barreto de Lima.

Jackson Barreto de Lima

Iniciou a sua carreira política em 1962, quando participou ativamente da campanha eleitoral do então governador João de Seixas Dória, juntamente com João Augusto Gama, que depois se tornaria prefeito da capital. Um ano depois vai estudar no Rio de Janeiro (1963) e volta em 1966, quando se juntou aos amigos Augusto Gama, Benedito Figueiredo, Moacir Mota e Wellington Mangueira, e inicia o curso de Direito, ligando-se ao centro Acadêmico e, por conseguinte, a fundação do DCE. Em novembro de 1972 elegeu-se vereador à Câmara Municipal de Aracaju na legenda do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido de oposição ao regime militar. Empossado em fevereiro de 1973, elegeu-se deputado estadual em novembro de 1974, deixou a Câmara dos Vereadores e assumiu sua cadeira na Assembleia Legislativa de Sergipe em fevereiro do ano seguinte. Ainda em 1975, foi líder da bancada do MDB na Assembleia. Em 1976 foi acusado, juntamente com outras 18 (dezoito) pessoas, de tentar reorganizar o PCB em Sergipe, acusação da qual seria absolvido em todas as instâncias.

Em 1977, elegeu-se deputado federal em novembro de 1978, após superar, na Justiça Eleitoral, uma tentativa de impugnação de sua candidatura por parte do procurador da República Evaldo Campos. Tomou posse na Câmara dos Deputados em fevereiro de 1979 e deixou a secretaria do MDB em seu estado. Com a extinção do bipartidarismo em novembro de 1979 e a consequente reformulação partidária, ingressou no Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Com o restabelecimento de eleições diretas para as prefeituras das capitais estaduais, foi eleito prefeito de Aracaju no pleito realizado em 15 de novembro de 1985, à frente de uma coligação de partidos composta, além do PMDB, pelo Partido da Frente Liberal (PFL), o PCB e o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), os dois últimos na legalidade desde maio daquele ano. Apoiado pela máquina administrativa da capital sergipana e do governo estadual,

chefiado por João Alves Filho, do PFL, obteve 71,8% dos votos válidos, tendo sido o candidato com maior votação proporcional em todas as capitais do país. Empossado em janeiro de 1986, ocupou o lugar de José Carlos Teixeira, deixando, por conseguinte, sua cadeira na Câmara dos Deputados, que foi ocupada pelo ex-governador de Sergipe João Seixas Dória.

Filiado ao Partido Democrático Trabalhista (PDT) desde 1991, nas eleições municipais de outubro de 1992 elegeu-se pela segunda vez prefeito da capital sergipana, obtendo 68% dos votos úteis no primeiro turno. Empossado em janeiro de 1993, afastou-se da prefeitura em março de 1994 para disputar o governo de Sergipe no pleito de 3 de outubro, sendo substituído pelo vice-prefeito José de Almeida Lima, seu primo. Apoiado por uma coligação encabeçada pelo PDT e integrada ainda pelo PSB, o PCdoB, o Partido dos Trabalhadores (PT), o Partido Progressista (PP) e o Partido da Mobilização Nacional (PMN), obteve expressiva votação no primeiro turno, superando por uma pequena margem de votos o candidato do Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB), senador Albano Franco. Apesar dessa pequena vantagem, do apoio da máquina administrativa da capital e do apoio do ex-governador Antônio Carlos Valadares, foi derrotado no segundo turno. Apoiado pelo então governador de Sergipe, João Alves, do PFL, Albano venceu o pleito, assumindo o governo do estado em 1º de janeiro de 1995.

Candidatou-se novamente à Câmara dos Deputados em 2002 e foi o terceiro mais votado em Sergipe, com quase 58 mil votos. Tomou posse em seu segundo mandato de deputado federal em 1º de fevereiro de 2003. Ainda em 2003 deixou o PMN e retornou ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Nesse período votou a favor das reformas previdenciária e tributária, ambas promulgadas em dezembro de 2003. Tornou-se vice-líder do partido na Câmara dos Deputados a partir de 2004.

Em 2006, concorreu à reeleição na Câmara dos Deputados e foi o único deputado federal de Sergipe eleito na legenda do PTB, com pouco mais de 100 mil votos. Durante a campanha eleitoral integrou a coligação de partidos que apoiou Marcelo Deda, do PT, candidato ao governo do estado. Jackson Barreto recebeu muito destaque da imprensa nacional em 2009 por conta da sua proposta de emenda à Constituição Federal (PEC) que previa a possibilidade de duas reeleições para membros do Executivo. Como consequência, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, por exemplo, poderia ser candidato a um terceiro mandato. Tal projeto foi, posteriormente, rejeitado na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados. Em 2010 foi eleito vice-governador de Sergipe na chapa que reelegeu o governador Marcelo Déda, seu adversário nas eleições municipais de 1985. Em 2013, com a morte de Marcelo Déda, Barreto assumiu o governo sergipano no mandato que se encerra em 2014. Foi reeleito em 2015,

elegendo-se no primeiro turno, numa campanha eleitoral que tinha como seu principal opositor o senador Eduardo Amorim, antigo correligionário nas eleições governamentais que tornaram Déda governador e o próprio Jackson Barreto, vice-governador.

Em 06 de abril de 2018, abdica do cargo de governador para concorrer ao cargo de senador. Não tendo êxito, sendo inclusive derrotado por um dos seus principais rivais políticos, Alessandro Vieira (então PSDB).

Belivaldo Chagas

Nascido em 19 de abril de 1960, no município de Simão Dias/SE, é defensor público aposentado. Iniciou sua carreira política em 1986-1990, quando se elegeu para o primeiro mandato como deputado estadual, participando do Grupo Valadares (PSB). Depois se reelegeu em mais três mandatos consecutivos, 1991-1995, 1996-1999, 2000-2003.

Tornou-se vice-governador em 2007 junto do ex-governador Marcelo Déda, inclusive assumindo o governo do Estado durante o período em que o governador se ausentou por problemas de saúde. Em 2011 assumiu o cargo de Secretário de Estado da Educação (SEED). Quando em 2014 concorreu ao cargo de vice-governador com Jackson Barreto, do qual saíram vitoriosos. Em 2018, assumiu o governo do Estado, quando o então governador Jackson Barreto se abdicou do cargo para concorrer ao cargo de Senador. Em 2019 concorreu ao cargo de governador, tendo ao seu lado a viúva de Marcelo Déda, Eliane Aquino Custódio (PT). Vitoriosos, governaram o estado até os anos 2022.

Além dos cargos elegíveis, Belivaldo Chagas ocupou os cargos delegados de: Oficial Administrativo da Secretaria de Estado da Educação de Sergipe (SEED); o de Diretor-Presidente dos Serviços Gráficos de Sergipe (SEGRASE); o de Secretário de Estado da Articulação com os Municípios; Coordenador Geral do Projeto Nordeste (PRONESE); Secretário de Estado de Desenvolvimento Municipal de Aracaju; Secretário Extraordinário de Relações Institucionais e de Articulação Política do Município de Aracaju; Secretário de Estado da Educação (SEDUC); Vice-Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Estado da Educação (CONSED) e Secretário de Estado-Chefe da Casa Civil.

No início do ano de 2024, Belivaldo Chagas deixou a presidência do Diretório Estadual do PSD em Sergipe, e se filiou ao Podemos⁵². A sua filiação ao Podemos faz parte de uma estratégia política da liderança, com o objetivo de disputar um cargo eletivo de vice-prefeito na

⁵² Maiores informações sobre a desfiliação de Belivaldo Chagas do PSD, disponível em: <https://www.itnet.com.br/noticia/exgovernador-belivaldo-chagas-troca-de-partido-e-anuncia-sua-precandidatura-a-viceprefeito-em-aracaju>. Acesso em: 30 mar. 2024.

política municipal de Aracaju junto a deputada federal Yandra Moura (União), que se lançou pré-candidata a prefeita da Capital.

Fábio Cruz Mitidieri

Natural de Aracaju, Sergipe, Fábio Mitidieri iniciou sua trajetória política como vereador pelo PDT no município de Aracaju, exercendo o cargo de 2009 a 2012. Em 2011, licenciou-se para assumir a Secretaria de Esporte e Lazer da Prefeitura de Aracaju. Posteriormente, em 2013, assumiu a Secretaria de Estado do Trabalho. Em 2014, concorreu e foi eleito deputado federal. Em 2015, deu início ao seu mandato como deputado federal pelo PDT, sendo reeleito em 2019. No entanto, licenciou-se para concorrer ao cargo de governador do estado, assumindo a gestão estadual em 2023 até o presente momento.

O início de sua gestão foi caracterizado pela formação de um novo agrupamento político em Sergipe, no qual se distanciou de ex-aliados, como o ex-governador Jackson Barreto de Lima e seu grupo. Durante seu primeiro ano de governo, Mitidieri construiu um grupo político composto por ex-atores políticos destacados na cena política sergipana, muitos dos quais estiveram em lados opostos ao seu por muitos anos. Apesar de ter seguido uma linha política de centro-esquerda, alinhada com líderes como Marcelo Déda e Jackson Barreto, Mitidieri passou a contar com o apoio de antigos rivais de seus líderes, como André Moura (União), Venâncio Fonseca (PP), Maria do Carmo (viúva de João Alves Filho) e o senador Alessandro Vieira (PSDB).

O vice-governador de Mitidieri é o ex-deputado estadual José Macedo Sobral (Zezinho Sobral), e seu secretário de Educação é responsável por marcar o início de sua gestão, marcada por políticas acirradas em relação aos professores estaduais, principalmente em relação ao Sindicato dos Professores (Síntese), bem como aos trabalhadores da Companhia de Saneamento de Sergipe (DESO), devido ao interesse em elaborar propostas de privatização da empresa.

Politicamente, o governo Mitidieri tem se sustentado por meio de alianças políticas e partidárias baseadas na distribuição de cargos políticos de alto escalão no estado, especialmente com políticos de carreira com base familiar consolidada. Exemplos dessas alianças incluem Zezinho Sobral, filho de uma das famílias políticas mais importantes de Laranjeiras; o ex-secretário de Turismo Marcos Franco, representante da família Franco na política; Fábio Reis e Sérgio Reis, representantes de uma destacada família política em Lagarto; Gustinho Ribeiro e sua família em Lagarto, incluindo sua mãe Áurea Ribeiro e sua esposa, prefeita de Lagarto, Hilda Rollemberg Leite; além do líder na Assembleia Legislativa, o deputado Cristiano Cavalcante, e sua esposa, a prefeita de Capela, Silvany Mamlak.

Essas alianças políticas familiares demonstram como a gestão do governo Mitidieri é sustentada e como sua liderança política é fortalecida, corroborando a análise de que sua ascensão ao cargo de governador do estado representa o retorno do domínio das bases familiares na política sergipana.

4.5 A construção de Perfis de lideranças: base familiar, de base política profissional e por vinculação a militância política

Com base no conjunto das informações obtidas dos atores políticos profissionais que ocuparam o cargo de governadores do estado pós-regime militar, foi possível construir alguns perfis políticos dessas lideranças. Perfis os quais intitulamos de perfis de liderança.

Embora a construção desses perfis utilize uma ou duas variáveis como fundamentais para a análise e construção dos atores políticos circunscritos, o intuito aqui é apreender de maneira geral como essas lideranças são construídas a partir de um desses perfis. Por certo, esses perfis não engessam os políticos em apenas um tipo de liderança, inclusive conduzindo a mutações.

Quadro 16 – Tipos de Perfis de Lideranças Políticas (1983-2022)

TIPOS DE PERFIS DE LIDERANÇAS	
Liderança de Grupo de Base Familiar	João Alves Filho Antônio Carlos Valadares Albano Pimentel do Prado Franco Fábio Cruz Mitidieri
Liderança por pertencimento a Grupo de Base Política Profissional	Jackson Barreto de Lima Belivaldo Chagas Silva
Liderança por vinculação a Militância Política	Marcelo Déda Chagas

Fonte: Organizada pelo autor, 2024.

Lideranças política de grupo de base familiar

Esse perfil é composto por lideranças políticas que construíram a sua posição por pertencimento a grupos de base familiar. Esse tipo de liderança apresenta algumas características significativas quanto a sua composição, como, por exemplo: o uso dos recursos familiares como um dos principais capitais políticos; construíram as suas carreiras políticas fazendo parte e liderando grupos políticos de base familiar e agrupamentos que também tem a mesma base de sustentação. A trajetória política dessas lideranças se dá pela condição de serem

filhos e apadrinhados políticos de líderes políticos consagrados no cenário nacional, estadual e local. Dentro do universo de governadores estudados nesta Tese, concentram-se nesse perfil 04 (quatro) lideranças:

- *João Alves Filho*, iniciou a sua trajetória política apadrinhado por Augusto Prado Franco, como interventor municipal na capital, Aracaju, durante o período do Regime Militar. Exercendo inclusive a função de um dos políticos mais notáveis dentro do Grupo Franco. Contudo, rompe com o seu líder político com o intuito de formar o seu grupo político. O que ocorre logo após a sua eleição para o cargo de governador do estado em 1983. João Alves também foi apadrinhado pelo presidente da República para exercer o mandato de Ministro do interior, na gestão de José Sarney. Embora João Alves se encontre nesse perfil de liderança, ele também pode se posicionar como um líder que constrói outras lideranças políticas em virtude do capital familiar, o melhor exemplo é os mandatos consecutivos de sua esposa, Maria do Carmo Alves para o cargo de senadora por Sergipe (eleita senadora por três vezes consecutivas). Contudo, esse capital familiar compartilhado não teve sucessos vindouros com os outros descendentes de João Alves, inclusive o seu grupo político praticamente não existe hoje em dia, apenas sendo ovacionado a condição da sua titulação com o único político sergipano que exerceu o mandato de governador por 03 (três) mandatos consecutivos. Podemos definir, então, João Alves Filho como uma liderança de grupo de base familiar apadrinhado.

- *Antônio Carlos Valadares*, que desde quando iniciou a sua carreira política foi em virtude do apadrinhamento direto de seu pai, Pedro Almeida Valadares, que foi por muitas vezes prefeito no município de Simão Dias–SE, inclusive iniciando o seu filho para fazer a sucessão familiar do seu legado político. Em semelhante perspectiva, o ex-governador, Antônio Carlos Valadares também utilizou o mesmo recurso familiar para a promoção do seu filho, Antônio Carlos Valadares Filho, que em 2003, assumiu a presidência do Diretório Municipal do PSB em Aracaju; em 2006 concorre e elege-se deputado federal, reelegendo-se em 2010 e 2014. Atualmente exerce cargo de Assessoria Especial na Secretária Geral da República (2023). Antônio Carlos Valadares é um exemplo significativo de Liderança de grupo de base familiar consanguíneo.

- *Albano do Prado Franco*, também iniciou a sua carreira política sendo apadrinhado pelo seu pai, o ex-governador Augusto Prado Franco. Contudo, a condição de apadrinhamento político na família Franco deu-se desde a formação desse grupo político com as parentelas dos Leite de Riachuelo e dos Rollemberg de Japaratuba e Estância. Albano Franco, também seguindo o exemplo de hereditariedade política, capitalizou a condição de acesso de seu filho Ricardo Franco à política, sendo suplente da Senadora Maria do Carmo Alves. Albano do Prado

Franco, também se configura como um significativo exemplo de liderança de grupo de base familiar, pelo grau do capital político hereditário consanguíneo, em virtude da liderança de seu pai, Augusto do Prado Franco. Um dos principais líderes⁵³ do Grupo Franco.

- *Fábio Cruz Mitidieri*, teve o início de carreira política em virtude da carreira política de seu pai, Luiz Mitidieri, que foi por 03 (três) vezes deputado estadual. Como também participou e participa significativamente da política local do município de Boquim. Também segue o seu norte de apadrinhamentos políticos a sua irmã, Maísa Mitidieri, que desde 2018 exerce o mandato de deputada estadual e foi reeleita atualmente para o pleito 2023-2026. Soma-se a isso, uma tradição familiar de vários outros políticos da família Mitidieri em Boquim, como, por exemplo, o seu tio, Jorge Mitidieri. Fábio Mitidieri, também se configura como um significativo exemplo de liderança de grupo de base familiar, pelo grau do capital político hereditário consanguíneo, em virtude da liderança de seu pai, Luiz Antônio Mitidieri, no município de Boquim/SE.

Lideranças política por pertencimento a grupo de base política profissional

Esse perfil é composto por lideranças políticas que construíram a sua posição por pertencimento a grupos de base política e grupos de base profissional. São lideranças que construíram a sua trajetória por meio de vinculações políticas, entendendo-se que essas vinculações são firmadas dentro de conjunturas profissionais na política. Em outras palavras, são lideranças que construíram a sua trajetória em meio a grupos e agrupamentos políticos já estabelecidos, ganhando notabilidade e passando a construir o seu próprio grupo e liderando agrupamentos.

Perfil de liderança fortemente estabelecido a partir das transformações decorrentes dos períodos da República, principalmente a partir da redemocratização, e em virtude da mudança dos recursos sociais que foram acionados e reconvertidos ao longo da carreira profissional desses atores na política. Neste perfil, levando-se em consideração o universo empírico da tese, 02 (dois) políticos se alinham a esse perfil:

- *Jackson Barreto de Lima*, embora tenha iniciado a sua trajetória política dentro do movimento estudantil, principalmente no Atheneu Sergipense e na UFS, mas já só de fato iniciou a sua carreira política quando se lançou como vereador da capital, Aracaju, em virtude de ter sido escolhido pelo agrupamento Franco como um possível e significativo político para

⁵³ Aqui identifico o Augusto Franco como um dos principais líderes do Grupo Franco, porque por se tratar de um grupo de base familiar, a condição de liderança desse grupo perpassa pela condição de pertencimento familiar. Atualmente, o principal nome político atribuído ao grupo Franco é o do secretário de Turismo, e ex-deputado federal, Marcos Franco, neto de Augusto Franco e sobrinho de Albano Prado Franco.

a ampliação profissional política do grupo. Isso se dá precisamente durante o período do regime militar e da redemocratização, quando os recursos sociais acionados para o acesso e reconvertidos para a manutenção da permanência na política ampliaram-se. Vale ressaltar que a família de Jackson Barreto era uma entusiasta do grupo PSD, sob a liderança de Francisco Leite Neto, sobrinho de Augusto César Leite, que era sogro de Augusto Franco. Contudo, ao longo de sua trajetória não permaneceu nesse agrupamento, como também construiu um agrupamento com o seu nome. Liderando inclusive políticas significativas contra os seus principais correligionários. Jackson Barreto é conhecido no universo político sergipano como um dos mais significativos construtores de atores políticos no estado, principalmente em virtude de seus diversos trânsitos nos mais variados grupos políticos ao longo da sua trajetória. Atualmente Jackson encontra-se construindo alianças políticas pelos municípios do estado, para se fortalecer politicamente e reconstruir o seu grupo político e formar um novo agrupamento político. O fato de Jackson Barreto construir um grupo e liderar um agrupamento político, se deu principalmente em virtude dos cargos eletivos que adquiriu ao longo de sua trajetória política, por isso ele se configura como uma liderança de grupo de base política profissional, pois é na profissionalização da política que ele se estabelece como liderança.

- *Belivaldo Chagas*, também se insere nesse perfil de liderança, visto que, o seu acesso à política foi feito por meio do pertencimento a grupo político já estabelecido (o grupo Valadares), contudo, a sua trajetória política se dá principalmente em decorrência dos cargos eletivos que galgou ao longo de sua carreira profissional na política. Belivaldo Chagas se tornou o seu principal representante na assembleia legislativa de Sergipe por 03 (três) mandatos consecutivos, inclusive sendo indicado para a composição da chapa majoritária junto a Marcelo Déda para o cargo de vice-governador. Durante o seu mandato como vice-governador também assumiu a secretaria de Estado da Educação e profissionalmente representava um dos principais nomes políticos no partido PSB. Logo após a morte de Marcelo Déda, em virtude de sua expertise para a política, é indicado pelo grupo governista, neste momento liderado por Jackson Barreto, para ser o seu vice-governador, inclusive depois sendo indicado pelo mesmo agrupamento para a campanha 2018 como governador ao lado da viúva de Marcelo Déda. Atualmente, Belivaldo Chagas lidera um pequeno grupo político que tem como principal base eleitoral o município de Simão Dias. E compõe o quadro de lideranças pertencentes ao agrupamento Mitidieri.

Liderança política por militância político-partidária

Esse perfil é composto por lideranças políticas que construíram a sua posição por pertencimento a militância político-partidária. São lideranças que iniciaram a sua carreira por direta vinculação partidária, desde a sua inserção e militância em agremiações educacionais, e filiando-se a partidos políticos vinculados com as questões estudantis, sindicais e de orientação ideológica da esquerda. Uma característica importante desse perfil político é a permanência de filiação a um determinado partido. Destaca-se dentro desse perfil, no universo pesquisado, apenas 01 (um) único ator político:

- *Marcelo Déda Chagas* iniciou a sua carreira política filiado ao movimento estudantil no Colégio Estadual Atheneu Sergipense. Depois passou a fazer parte do Movimento estudantil da Universidade Federal de Sergipe. Por conseguinte, se filiou ao Partido dos Trabalhadores (PT), partido esse que permaneceu até a sua morte em 2013. Por certo, o avô de Marcelo Déda foi um político influente no município de Simão Dias, inclusive vinculado a uma das principais lideranças políticas de Sergipe, Leandro Maynard Maciel. Contudo, Marcelo Déda nunca fez menção e uso desse capital como condicionante para a construção de sua carreira política. Historicamente reconhecido no estado com o político que sempre militou em um único partido e em defesa da pauta dos sindicatos e dos trabalhadores. Mesmo que politicamente a sua esposa, Eliane Aquino (PT), tenha seguido a carreira política em cargos privilegiados – vice-prefeita de Aracaju e vice-governadora –, nenhum desses cargos foram indicados diretamente por ele, mas sim pós sua morte e com o uso do seu capital político, numa espécie de herança política pós-morte. Contudo, até os dias atuais, a figura de liderança atribuída ao ex-governador Marcelo Déda é fortemente marcada por sua oposição aos grandes agrupamentos e grupos políticos de base familiar em Sergipe, embora que, durante os seus governos, tenha construídos blocos e agrupamentos formados com líderes provenientes de lideranças de base familiar e lideranças de base político profissional.

A construção desses perfis de liderança nos permitiu compreender como em meio a um universo de 07 (sete) governadores que administraram o executivo estadual foram construídos como lideranças levando-se em consideração os seus grupos e agrupamentos políticos aos quais faziam e fazem parte. Divididos em 03 (três) grandes perfis ideais, essas lideranças, embora que estejam centradas em perfis distintos, apresentam de certa maneira interrelações estruturais. Interrelações que podem ser percebidas por meio da análise de fundamento dos seus agrupamentos e dos grupos políticos aos quais fazem parte.

Para melhor compreender essas relações, que se definem principalmente visando promover um sistema de alianças e a lógicas de dominação e manutenção das suas condições de poder e dominação, esses líderes foram ao longo do tempo, e em decorrência das transformações ocasionadas pelos períodos históricos do regime republicano, significativas transformações dos recursos sociais, aos quais eram e foram acionados e reconvertidos para o seu sucesso eleitoral.

Se partirmos para o início da redemocratização em Sergipe, vamos ter como o principal recurso político de constituição e liderança a condição de pertencimento a um grupo de base familiar. É o que aconteceu com a indicação de João Alves Filho para prefeitura de Aracaju e por conseguinte a sua indicação para assumir o cargo de governador do estado em 1984. João Alves foi apadrinhado pelo grupo de Base Familiar liderado por Augusto Franco. Em semelhante perspectiva, temos Antônio Carlos Valadares, que já pertencia a um grupo de base familiar, liderado por seu pai no município de Simão Dias, inserido no agrupamento dos Franco.

Se retornarmos a Isaura de Queiroz (1976), esses líderes representam os típicos políticos apadrinhados, os quais correspondem a um elo de sustentação de um domínio caracterizado pela base familiar, ou seja, não é apenas a família Franco que estrutura e fomenta a continuidade desse grupo, mas um conjunto de outros líderes que são cooptados e apadrinhados para a sustentação e poderio do grupo.

Quando tomamos a liderança de Jackson Barreto e Belivaldo Chagas como líderes por grupo de base política profissional, estamos evidenciando a característica de utilizarem o recurso do seu cargo eletivo como o condicionante para a construção de suas carreiras políticas. Esses utilizam os cargos e o peso atribuídos aos cargos adquiridos, principalmente de vice-governador e governador, como condicionantes máximos para a construção de grupos e agrupamentos em que a potencialidade de sua existência é a profissionalização política. Eles representam os altos cargos do estado e por esse motivo utilizam como fonte de cooptação e construção de alianças e redes de relações dentro do estado.

São lideranças e constroem as suas redes de dominação estabelecendo critérios de vinculações profissionais com outras áreas de interesse do Estado, principalmente cargos que tenham completa ligação com a gestão pública estadual. Um exemplo dessa vinculação, se dá na análise do grupo liderado por Belivaldo Chagas, que com o final do seu mandato como governador, conseguiu construir redes de relações e inclusive nomeações significativas nas áreas do sistema empresarial de Sergipe, representada pela sua filha que assumiu a presidência do SEBRAE e de seu genro como conselheiro do Tribunal de Contas do Estado. Esse exemplo demonstra como o recurso profissional é utilizado por essas lideranças para a composição de

sua titulação como líder, como também demonstra a diversificação dos recursos necessários para a composição desse agrupamento político, o qual não é formado apenas por políticos profissionais, mas também por atores que se detêm determinados capitais necessários para a manutenção da condição de liderança do líder do grupo e do agrupamento político.

Por fim, apresentamos o perfil de liderança por militância político partidária, que conforme foi exposto acima, é exemplificado na liderança de Marcelo Déda. Embora esse perfil fomente a condição de uma liderança que utiliza o recurso militante como principal característica de definição, não podemos esquecer que o grupo liderado por Marcelo Déda era composto por políticos advindos das alianças construídas dentro dos espaços de militância partidária e do movimento estudantil. Contudo, o agrupamento ao qual esse líder liderava era composto por uma diversidade de atores políticos, principalmente de vinculação política profissional.

Um ponto significativo que devemos retomar sobre esses perfis de liderança é que a sua composição, embora potencialize um ou dois recursos sociais como condicionantes para a sua formação, isso não o condiciona a uma formação engessada, pois a sustentação dessa liderança pode se dar em virtude de outros condicionantes estabelecidos pelos agrupamentos e pelas circunstâncias históricas e na própria dinâmica do jogo político.

CONCLUSÕES

Construir uma análise compreensiva e interpretativa sobre a construção de lideranças políticas é o principal objetivo dessa Tese. Atrelando-se à compreensão de como esses atores são acionados, adquirem espaço de articulação e poder dentro dos grupos e agrupamentos políticos, foi o norte analítico por aqui galgado. Então, assim sendo, como se constroem essas lideranças?

Ponto central é: não existem lideranças políticas sem compreender que elas são frutos de um conjunto de recursos sociais que são acionados e reconvertidos como trunfos políticos. Dentre esses recursos sociais estão as alianças, pois é mediante a um sistema de alianças que podemos empreender a formação de grupos e agrupamentos políticos.

Então a construção é definida da seguinte forma: os atores entram na política, nas mais diversas funções existentes, desde meros articuladores nas reuniões de bairro, até mesmo se construírem em cabos eleitorais, e por conseguinte, começam a construir o seu capital eleitoral e se lançam em partidos políticos. Mas, também existem aqueles atores políticos que entram na política pela defesa de uma determinada causa, ou seja, pela militância em algum movimento estudantil, e por ali começa a trilhar frentes de defesa e de causa. Ou aqueles que já nascem condicionados a serem os caminhos políticos de seus pais.

Ao longo do estudo, percebemos que existiram lideranças políticas que se construíram por força da mudança do regime político vigente, passando de monarquistas a republicanos no apagar das luzes da Proclamação da República; como também tiveram lideranças que militaram por um ideal republicano desde o período imperial.

Atores políticos que se criaram em virtude da condição de dominação e poder estabelecida por seu poderio econômico e patriarcal, exercendo a sua posição de mando, dominação e posse. Mas que conseguiram personificar o poder em condição política em virtude das relações e alianças que foram traçando, visando perpetuar o seu poder econômico, e agora, mais do que nunca, transformá-lo em político.

Outros atores construíram o seu capital político a partir de sua formação profissional, pois era preciso estabelecer institucionalização, ordem e progresso na formação da república recente. O domínio dos bacharéis em detrimento dos seus pais, coronéis. Contudo, a lógica permanecerá a mesma: a condição de poder e líder, ou liderar e demonstrar mais relações de poder.

Durante a República Velha, essas lideranças em busca de um pacto com o governo federal, tiveram que diversificar as suas práticas de acesso e sucesso político, embora em Sergipe, essa prática se estabeleceu e se fortaleceu por força do sistema de alianças estabelecido a partir da política de parentelas. Os apadrinhamentos dos sanguíneos e dos afins. As lógicas de compadrio e compadresco. O importante era a condição de construir os elos fortes e fracos de ampliação do poder político.

Os apadrinhamentos permitiram a ampliação das redes de relações para além dos currais eleitorais dos coronéis, ampliando-se as áreas de articulação e de poder desses senhores de grandes extensões de terra e que agora não eram apenas senhores coronéis, mas também políticos. Detinham o poder e faziam do poder público o seu palco de manutenção de poder. O que se observou durante o período da República Velha foi o surgimento de grupos políticos completamente aparentados, tanto pela consanguinidade como pelos elos de camaradagem.

Entretanto, com o novo regime estabelecido com o Estado Novo, as lógicas de manutenção desses grupos tiveram que sofrer as flutuações da condição imposta. Os grupos foram se organizando em partidos políticos diversos e plurais, inclusive com parentes fundando partidos para terem agrupamentos fortalecidos, era o que observamos, por exemplo, com a família Leite, que detinha o poderio do partido PSD e que também criavam outros partidos para manter o poder em um único agrupamento familiar.

Não muito diferente foi a condição das lideranças políticas no período populista, no qual a diversidade de partidos ganhou uma dimensão herculana, mas que mantinha como cabeça dessas legendas partidárias as mesmas figuras políticas do período da república velha e do Estado Novo, a exemplo de Leandro Maciel, General Maynard e Coelho e Campos e Leite Neto, Augusto César Leite e Silvio César Leite. Todos centrados entre o PSD, PR e UDN.

Em 1964, com a imposição do Regime Militar e com a instituição do Ato Institucional n.º 2, e a condição do bipartidarismo, todos esses atores políticos, já se identificavam como líderes políticos e se aglutinaram no partido do governo, na ARENA. Como já era de se esperar, a ARENA funcional em Sergipe como uma sede de parentelas, e todos eles desejosos de se tornarem os maiores políticos de Sergipe. Condição essa que era estabelecida pelo fato de estarem na condição de governador do Estado.

Reversaram entre si a condição das indicações dos interventores, ficando em uma reprodução aparentada desses políticos, com, por exemplo, José Rollemberg Leite, além das facções e jogos de interesses construídos para a condição de acessar os maiores postos do estado. Com ocorreu com Lourival Baptista até conseguir chegar ao cargo de governador. Chegando a esse posto tratou de direcionar forças a manter o espaço seguro para a manutenção

de sua parentela, principalmente evidenciada pelos seus laços profissionais, neste caso, o industrial, Augusto Prado Franco.

Augusto Franco, por certo, é a maior liderança política em caráter de criação e manutenção de poder. Levando-se em consideração o período político, regime militar, o político conseguiu ter sucesso político e construir as lideranças políticas que hoje se apresentam em sua maioria provenientes de seu grupo político. Ele conseguia aglutinar uma *expertise* que ia desde a própria diversificação de capitais no estado, como também sabia manter uma parentela consanguínea e de afins em seu grupo.

Foi proveniente de Augusto Franco que tivemos a formação do primeiro governador eleito democraticamente em Sergipe, 1983, João Alves Filho. Aparentado por Augusto Franco, conseguiu galgar o cargo de governador e de construir o seu grupo político que perdurou até 2013, inclusive com a inserção, rompimentos e reconstruções junto ao seu grupo de origem, o grupo Franco. Mas não só João Alves pode ser intitulado de cria do grupo Franco, como também Antônio Carlos Valadares e Jackson Barreto, ícones da política partidária sergipana até os dias atuais.

Seguindo o seu mestre, Augusto Franco, depois o principal opositor de todos eles, exceto de seu filho, Albano Franco, que tentou manter a capitalidade de seu pai, mas sem muito êxito, apenas marcou a sua participação da política democrática de Sergipe como ‘o filho de Augusto Franco’. Foi a partir de Augusto Franco que surgiram as novas frentes de oposição dentro do estado, principalmente direcionada pelos partidos de esquerda, os quais foram ganhando adeptos inclusive de antigos correligionários dos grupos outrora vigentes: Franco-Alves.

Na principal trincheira oposicionista direcionado pelo ideal de uma condição de trabalho e de igualdade social, surge a liderança de Marcelo Déda no Partido dos Trabalhadores (PT), principalmente em 1986, quando lança candidatura para prefeito de Aracaju. Contudo, consagra-se politicamente quando com o auxílio de ex-lideranças do lado oposto da oposição se faz presente junto a ele, no intuito de destruir o poderio político do grupo Alves, liderado por João Alves.

Com a sua vitória é o início de uma nova temporalidade na política sergipana, na formação de novos grupos e agrupamentos políticos, inclusive no despertar do ego e da personificação de partidos, como foi o caso do PT, que ficou identificado como o partido de Déda em Sergipe.

Com sua morte, o seu agrupamento, completamente preenchido de estrelas políticas, começa a apresentar rachaduras, levando inclusive a construção de novos sistemas de alianças sustentados na troca dos favores e dos postos de poder. Fato esse vai ocorrer com um dos seus

correligionários, Belivaldo. Construtor de novo agrupamento e de uma política baseada nas relações de favores e cargos.

Atualmente, um grande agrupamento sustenta a base governista, representado na figura de liderança de Fábio Mitidieri, mas que também congrega em semelhante perspectiva uma constelação de atores políticos com pretensões a líderes.

Por certo, produzir uma análise sobre a construção de lideranças políticas sergipanas, e empreender essa inquietação como uma investigação científica, bem como defender a Tese de que a construção dessas lideranças se dá pela relação entre os grupos e agrupamentos que esses líderes fazem parte, bem como o peso das alianças e redes de relações que esses utilizam como forma de sustentação da sua condição e líder, foi o principal intuito desse estudo. O que permitiu direcionar e apresentar como ponto de resposta, a construção dos perfis de lideranças.

Os perfis, tomando a compreensão e interpretação das trajetórias e carreiras dos 07 (sete) governadores eleitos a partir da redemocratização, a formatação de 03 (três) perfis distintos, embora que se cruzem, pois os recursos acionados e reconvertidos ao longo da carreira desses líderes, somados com a conjuntura política e histórica do estado, direcionaram para um perfil composto por lideranças políticas que construíram a sua posição por pertencimento a grupos de base familiar, no qual se inserem os líderes João Alves Filho, Albano Prado Franco, Antônio Carlos Valadares e Fábio Cruz Mitidieri; um perfil composto por lideranças políticas que construíram a sua posição por pertencimento a grupos de base política e grupos de base profissional, são exemplos, os líderes Jackson Barreto e Belivaldo Chagas; e por fim, o perfil de liderança composto por lideranças que construíram a sua posição por pertencimento a militância político-partidária, onde o ex-governador Marcelo Déda se enquadra.

Contudo, para além dos perfis, a Tese também possibilitou empreender uma análise de que não são somente os cargos que definem a composição de liderança, embora em Sergipe, ser governador é a principal representação dessa afirmativa. Mas no campo real da formatação das lideranças, o peso das alianças e dos recursos sociais a serem reconvertidos em trunfos políticos é um dos principais pontos de alerta. Ora, não estou assim afirmando que o cargo eletivo não é importante, afinal é importantíssimo, contudo, ele sozinho não resolve a equação de construção das lideranças.

Outro ponto significativo diz respeito à condição do grupo de base familiar como o principal recurso de disputa e estruturação na política sergipana. São as relações com os grupos de base familiar cuja dinâmica dos agrupamentos políticos sergipanos se estrutura. Mesmo com a mudança dos regimes políticos, o que a Tese demonstrou, foi que de acordo com cada período da república, os grupos e agrupamentos mesmo acionando outros recursos, como o profissional

e ou o do próprio cargo eletivo como potencializador para a manutenção da construção das carreiras políticas dos líderes, mas foi de fato o recurso familiar, entendido como a liga dentro dos grupos de base familiar que deram sustentáculo à manutenção e à perpetuação da condição de líder para os atores políticos sergipanos.

Mesmo que em determinado momento, como na redemocratização, na qual temos uma pluralidade de recursos sendo utilizados para a reconversão política, é efetivamente o peso atribuído às relações de alianças parental, numa lógica de parentelas, cujos apadrinhamentos entre os aliados e afins, que o recurso de base familiar melhor fortaleceu a condição de líder. E nesse sentido, a construção de Fábio Mitidieri como líder político do estado, melhor representa a volta do domínio de base familiar na política sergipana.

Assim sendo, com a construção da interpretação sobre as lideranças, seus grupos, seus agrupamentos e suas facções e alianças previsíveis ou imprevisíveis, conseguimos afirmar que a construção de uma liderança política não está apenas na compreensão e análise de seus recursos – eles são por certo fundamentais de serem analisados – mas está também no cerne de construção dos grupos e agrupamentos políticos, pois são nesses blocos que conseguimos compreender as lógicas que levam às escolhas daqueles que serão consagrados, em Sergipe, como lideranças, já que a condição de liderança está intimamente ligada à condição do cargo de governador.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRANCHES, Sérgio. **Presidencialismo de coalizão: raízes e evolução do modelo político brasileiro**. 1.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. 434.p.
- BARRETO, Luiz Antônio. **Personalidades sergipanas**. Aracaju: Typografia Editorial, 2007. 375.p.
- BEZERRA, Antônio. M. **Riachuelo, passado de riquezas**. 2.ed. Aracaju: Textopronto Editora e Gráfica, 2012. 440.p.
- BEZERRA, Marcos. O. **Em nome das "bases": política, favor e dependência pessoal**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política, 1999.
- BLONDEL, Jean. **As condições sociais da vida política na Paraíba**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 1957.
- BOMFIM, Fagner dos Santos. **Modalidades de inserção, processo de recrutamento e investimentos na carreira política: os governadores sergipanos, pós-redemocratização do Brasil** / Fagner dos Santos Bomfim. São Cristóvão, 2016. 69f. Monografia (Curso de Ciências Sociais). Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, SE, 2016.
- BOMFIM, Fagner dos Santos. **Os vereadores e o ofício da política em Riachuelo: recursos sociais, redes de relações e dominação** / Fagner dos Santos Bomfim. São Cristóvão, 2019. 145 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, SE, 2019.
- BOURDIEU, Pierre. A força do direito: elementos para uma sociologia do campo jurídico. IN: _____. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Difel, 1989, p. 209-254.
- BOURDIEU, Pierre. Introdução a uma Sociologia Reflexiva. IN: _____. **O Poder Simbólico**. RJ, Bertrand Brasil, 1998, p. 17-58.
- BOURDIEU, Pierre. O capital político. IN: Revista Brasileira de Ciência Política, n.5. Brasília, jan/jul 2011, p. 193-216. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/1761>. Acesso em: 23 nov.2023.
- BRAGA, M. S. S.; BOLOGNESI, B. 2013. Dimensões do Processo de Seleção da classe política brasileira: autopercepções dos candidatos à Câmara dos Deputados nas eleições de 2010. In: SANTOS, A. M. **Os Eleitos**. Representação e carreiras políticas em democracias Porto Alegre: Editora UFRGS, 2012
- BRANDÃO, Gildo Marçal. “Ideias e Argumentos para o Estudo da História das Ideias Políticas no Brasil”. In: MARTINS, Carlos Benedito; LESSA, Renato; FIGUEIREDO, Angelina Maria Cheibub. (Ed.). **Horizontes das ciências sociais no Brasil**. Ciência política. São Paulo: ANPOCS; Instituto Ciência Hoje; Discurso Editorial; Barcarolla. 2010, p. 367-376.
- BRASIL, [Constituição (1988)]. **Emenda constitucional nº 16, de 04 de junho de 1997**. Da nova redação ao § 5º do art. 14, ao caput do art. 28, ao inciso II do art. 29, ao caput do art. 77 e ao art. 82 da Constituição Federal. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 05 jun. 1997. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc16.htm. Acesso em: 20 jan. 2024.
- BRASIL. TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL, SERGIPE. Eleições, 2022. Disponível em: <https://www.tre-se.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-2022/resultado-da-totalizacao-1o-e-2o-turno>. Acesso em: 15 dez. 2023.

- CALUMBY, Marlene Alves. **Construtor João Alves sem reticências**. Aracaju, SE: J. Andrade, 2015. 188.p.
- CAMILO, Antônio. **Antônio Carlos Valadares: o realizador de sonhos**. 1.ed. Aracaju, SE: Criação Editora, 2023. 406.p.
- CANEDO, L. B. **Os usos da educação escolar na carreira de profissionais da política**, 11/2003, Estudos Históricos (Rio de Janeiro), Vol. 1, pp.1-26, Rio de Janeiro, RJ, BRASIL, 2003.
- CARMELO, A. **Olympio Campos perante a História**. 2ª edição. Aracaju. DEGRASE. 2005.
- CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem: a elite política imperial (Parte I). Teatro das Sombras: a política imperial (Parte II)**. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Relume-Dumará, 1996. 460.p.
- CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual. IN: **Revista DADOS**, n.º 40. v. 2. 1997. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0011-52581997000200003>. Acesso em 14 ago. 2021.
- CHARLE, Christophe. História das elites e método prosopográfico. IN: HEINZ, F. M. (org.). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. 2006, p. 41-54.
- CODATO, A. A formação do campo político profissional no Brasil: uma hipótese a partir do caso de São Paulo. **Revista de Sociologia e Política**, v. 16, n. 30, p. 89-105, 2008.
- CODATO, A.; CERVI, E. U.; PERISSINOTTO, R. M. "Quem se elege prefeito no Brasil? Condicionantes do sucesso eleitoral em 2012". **Cadernos Adenauer**, vol. 14, nº 2, p. 61-84, 2013.
- CONNIFI, Michael. A elite nacional. In: HEINZ, Flávio M. (org.). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 99-122.
- CORADINI, O. L. **Em nome de quem? Recursos sociais no recrutamento de elites políticas**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001. 198.p.
- CORADINI, O. L. **Em nome de quem? Recursos sociais no recrutamento de elites políticas**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.
- COSTA TELES, L. E. Caudilhismo e clientelismo na América Latina: Uma discussão Conceitual. **Periódicos UFJF**. 2019, 1, 100-114. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/facesdeclio/article/view/26436>. Acesso em: 15 ago. 2023.
- DANTAS, I. **História de Sergipe. República (1889-2000)**. RJ, Tempo Brasileiro, 2004. 334.p.
- DANTAS, Ibarê. **A tutela militar em Sergipe (1964-1984)**. 2.ed. São Cristóvão: Editora UFS, 2014. 522.p.
- DANTAS, Ibarê. **Coronelismo e dominação**. Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, PROX/CECAC? Programa editorial, 1987. 110.p.
- DANTAS, Ibarê. **Eleições em Sergipe (1985-2000)**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2002. 312.p.
- DANTAS, Ibarê. **Leandro Maynard Maciel: na política do século XX**. Aracaju: Criação, 2017. 438.p.
- DANTAS, Ibarê. **Marcelo Déda na construção da democracia**. 1ª. ed. Aracaju, SE: Criação,

2023. 540.p.

DANTAS, Ibarê. **O Tenentismo em Sergipe**: da Revolta de 1924 à Revolução de 1930. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 1974. 252. p.

DANTAS, Ibarê. **Os partidos políticos em Sergipe (1889-1964)**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

DANTAS, Ibarê. **Revolução de 1930 em Sergipe**: dos tenentes aos coronéis. São Paulo: Cortez; Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, 1983. 199.p.

FIGUEIREDO, Ariosvaldo. **História Política de Sergipe**. 1.º Vol. Aracaju: Sociedade Editorial de Sergipe, 1986. 372.p.

FIGUEIREDO, Ariosvaldo. **História Política de Sergipe**. 2.º Vol. Aracaju: Sociedade Editorial de Sergipe, 1989. 338.p.

FONSECA, D. **Monsenhor Olympio Campos** – Professor da Escola Normal. REVISTA DE ARACAJU – Centenário de Monsenhor Olympio Campos, 1954, p. 37-41.

FORTES, Bonifácio. **Sergipe**: República dos raros. Belo Horizonte: SEPARATA 23/24. 1968.

GARRAUD, Philippe. **Profession**: homme politique. La carrière politique des maires urbains. Paris: L'Harmattan, 1989, 222.p.

GASPARI, Elio. **A ditadura derrotada**: o sacerdote e o feiticeiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. 583.p.

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**: as ilusões armadas. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. 432.p.

GASPARI, Elio. **A ditadura escancarada**: as ilusões armadas. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. 544.p.

GOLDMAN, Noemi, SALVATORE, Ricardo. **Caudillismos rioplatenses**: nuevas miradas a un viejo problema. Buenos Aires: Eudeba, 1998.

GOMES, Ângela de Castro. **1964**: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. 420.p.

GRIJÓ, Luiz A. Biografia, para quê? .IN: CORADINI, Odaci L. (org.). **Estudos de grupos dirigentes no Rio Grande do Sul**: algumas contribuições recentes. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. p. 85-102.

GRILL, I. G. **Elites, profissionais e lideranças políticas (RS e MA)**: pesquisas recentes. São Luís: EDUFMA, 2008. 276.p.

GRILL, I. G.; REIS, E. T. **Elites parlamentares e a dupla arte de representar**: intersecções entre política e cultura no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2016. 260.p.

GRYNSZPAN, M. “A teoria das elites e sua genealogia consagrada”. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, n. 41. jan./jun. 1996. p. 35- 83.

HEINZ, Flávio. (Org.). **História social das elites**. São Leopoldo: Oikos, 2011. 168.p.

IZUMI, Mauricio; NEIVA, Pedro. **Perfil profissional e distribuição regional dos senadores brasileiros em dois séculos de história**. IN: Revista Brasileira de Ciências Sociais. v.29. n.84, fevereiro 2014. p. 166-240.

KUSCHNIR, K. **O Cotidiano da Política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. 162. p.

LAGÜENS, João V. M. Política dentro de casa: notas sobre articulações, conversas e grupos políticos. IN: COMERFORD, J; BEZERRA, M. O; PALMEIRA, M. (Org.). **Questões e dimensões da política: 20 anos do Núcleo de Antropologia Política – NuAP**. Rio de Janeiro-RJ: Papéis Selvagens, 2017. p. 59-68.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto**. Rio de Janeiro: Editora Nova fronteira. 1997. 363.p.

LEWIN, Linda. **Política e Parentela na Paraíba**: Um estudo de caso da oligarquia de base familiar. Rio de Janeiro: RJ, Record, 1993. 432.p.

LIMA, A. I. N. da M; BOMFIM, F. dos S; MEDRADO, T. H. **Profissão e poder**: formas de estruturação da medicina em Sergipe (1850-1930). IN: **Anais do I Seminário Nacional de Sociologia da UFS**. 27 a 29 de abril de 2016. Programa de Pós-graduação em Sociologia – PPGS Universidade Federal de Sergipe – UFS. Disponível em: <<https://seer.ufs.br/index.php/snsufs/article/download/6044/5057>>. Acesso em: 20 de jan. 2018.

LIMA, Arthur Ives N. da M. **Facções e afetações**: processo de redefinição do judiciário e da política sergipana no século XIX (1836-1892) / Arthur Ives Nunes da Mota Lima. São Cristóvão, 2016. 69f. Monografia (Curso de Ciências Sociais). Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, SE, 2016.

LIMA, Arthur Ives Nunes da Mota. **Direito, política e poder** – padrões de recrutamento dos desembargadores de Sergipe (1891-2018). 2019. 145 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2019.

LOVE, Joseph L; BARICKMAN, Bert J. Elites regionais. In: HEINZ, Flávio. **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p.130-150.

MAYNARD, Andreza Santos Cruz. **A caserna em polvorosa**: A Revolta de 1924 em Sergipe. 2008. 129f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, 2008.

MENEZES, Paulo Barreto de. **Governador Paulo Barreto de Menezes** (autobiografia). Aracaju: J. Andrade, 2010. 144.p.

MENEZES, Valdênio. “Casas de Câmbio” simbólicas: uma agenda internacional de pesquisas sobre elites e reconversões sociais. IN: PETRARCA, Fernanda Rios; LIMA, Arthur Ives Nunes da Mota; BOMFIM, Fagner dos Santos (org...). **Elites Jurídicas em Sergipe**: recrutamento, recursos sociais e redes de relações. 1. ed. – Aracaju, SE: Criação Editora, 2021. p. 13-40.

MICELI, Sergio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, 436.p.

MILLS, C. W. **A elite do poder**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968. 420.p.

MILLS, C. W. **Sobre o artesanato intelectual**. IN: _____. Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios. São Paulo: Zahar Ed, 2009, cap. 1, p. 21-58.

MONTEIRO, Lorena. Estudos de elites políticas e sociais: as contribuições da Sociologia e da História. IN: **Revista Sociedade e Cultura**, Goiânia, v.12, n. 1, p. 25-32, jan/jun. 2009.

NAPOLITANO, Marcos. **1964**: História do Regime Militar Brasileiro. São Paulo: Contexto, 2016. 368.p.

NASCIMENTO, Jorge Carvalho de. **Jackson Barreto: tempo e contratempo**. 1^a.ed. Aracaju, SE: Criação Editora, 2023. 488.p.

NORONHA, Andrius Estevam. O uso da prosopografia para o estudo de elites locais: o caso dos empresários de Santa Cruz do Sul. In: HEINZ, Flávio M. (org.) **História Social de Elites**. São Leopoldo: Oikos, 2011, p. 97-113.

OLIVA DE SOUZA, Terezinha. Estruturas de Poder. IN: DINIZ, Diana Maria de Faro L. (org.). **Textos para a História de Sergipe**. 2. ed. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: IHGSE, 2013, p. 155-205.

OLIVA DE SOUZA, Terezinha. **Impasses do federalismo brasileiro: Sergipe e a Revolta de Fausto Cardoso**. Rio de Janeiro; São Cristóvão: Paz e Terra; UFS, 1985. 258.p.

OLIVEIRA, Wilson José F. de. Dinâmicas Organizacionais, Relações Pessoais e Carreiras Profissionais em Partidos Políticos. 2014.

OLIVEIRA, Wilson José F. de. **Engajamento e Militância Política em Sergipe: contexto político, engajamento individual e atuação profissional**. 1.ed. São Cristóvão: EDUFS, 2014. v.1. 206p.

OLIVEIRA, Wilson José F. de. Entre pessoas e instituições: gramáticas nativas e lógicas de composição política. IN: COMERFORD, J; BEZERRA, M. O; PALMEIRA, M. (Org.). **Questões e dimensões da política: 20 anos do Núcleo de Antropologia Política – NuAP**. Rio de Janeiro-RJ: Papéis Selvagens, 2017. 111-121pp.

OLIVEIRA, Wilson José F. de. O. Entre pessoas e instituições: gramáticas nativas e lógicas de composição política. IN: BEZERRA, M. O; PALMEIRA, M.; COMERFORD, J. (orgs). **Questões e dimensões da política: anais do Encontro dos 20 anos do Núcleo de Antropologia da Política (NuAP)**. Rio de Janeiro (RJ): Papéis Selvagens, 2017.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. WHO Director-General's opening remarks at the media briefing on COVID-19 - 11 March 2020. Genebra: OMS, 2020. Disponível em: <https://www.who.int/director-general/speeches/detail/who-director-general-s-opening-remarks-at-the-media-briefing-on-covid-19---11-march-2020>. Acesso em: 20 dez. 2023.

PALMEIRA, Moacir e GOLDMAN, Marcio (orgs.). **Antropologia, Voto e Representação Política**. Rio de Janeiro: Contracapa Livraria, 1996, 240.p.

PALMEIRA, Moacir. BARREIRA, C. (org.). **Política no Brasil: visões de antropólogos**. Rio de Janeiro: Relum- Dumará: Núcleo de Antropologia Política/UFRJ, 2004. 452.p.

PALMEIRA, Moacir. BARREIRA, Irllys. **Candidatos e candidaturas: enredos de campanhas eleitoral no Brasil**. São Paulo: Annablume, 1998. 292.p.

PERISSIONATTO, R. M; CODATO, A. Dossiê “Elites Políticas”. IN: **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 16, n. 30, 2008, p. 7-15.

PETRARCA, F. R. Pesquisando grupos profissionais: dilemas clássicos e contribuições recentes. IN: CODATO, Adriano. PERISSINOTTO, Renato. (Org.). **Como estudar elites**. Curitiba: Ed. UFPR, 2015. cap. 6, p. 151-181.

PETRARCA, F. R.; REIS, E. T. **Profissões e espaços da política: as potencialidades de uma agenda de pesquisa**. IN: Revista Pós Ciências Sociais/ Universidade Federal do Maranhão, Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, v.12, n.23, 2015. 298p. São Luís: EDUFMA, 2015. p.11-18.

PETRARCA, F. R.; LIMA, A. I. N. da M.; BOMFIM, F. dos S. Parentela e política na medicina no século XIX em Sergipe. IN: **V Congresso Sergipano de História & V Encontro Estadual de História da ANPUH/SE – O Brasil na historiografia de Felisbello Freire: reflexos na pesquisa e no ensino de história.** 24 a 27 de outubro de 2016. Aracaju/SE. Disponível em: https://www.encontro2016.se.anpuh.org/resources/anais/53/1486560093_ARQUIVO_PARENTELAEPOLITICANAMEDICINANOSECULOXIXEMSERGIPE.pdf. Acesso em: 27 jan. 2018.

PETRARCA, F.; OLIVEIRA, W. J. de. Os estudos de elites no Brasil: um ensaio crítico sobre a produção recente. In: REIS, Eliana T. dos; GRILL, Igor G. (Org.). **Estudos sobre Elites Políticas e Culturais** - reflexões e aplicações não canônicas. Volume 2., Maranhão, EDUFMA, 2016. p. 141-165.

PETRARCA, Fernanda R.; LIMA, Arthur Ives Mota Nunes. A formação do Direito: dos agrupamentos políticos a formação do sistema de justiça. IN: PETRARCA, Fernanda Rios; LIMA, Arthur Ives Nunes da Mota; BOMFIM, Fagner dos Santos (orgs.). **Elites Jurídicas em Sergipe:** recrutamento, recursos sociais e redes de relações. 1. ed. – Aracaju, SE: Criação Editora, 2021. p. 81-113.

PETRARCA, Fernanda R.; LIMA, Arthur Ives Mota Nunes. Composição social e lógicas de recrutamento das elites jurídicas em Sergipe. IN: PETRARCA, Fernanda Rios; LIMA, Arthur Ives Nunes da Mota; BOMFIM, Fagner dos Santos (org.). **Elites Jurídicas em Sergipe:** recrutamento, recursos sociais e redes de relações. 1. ed. – Aracaju, SE: Criação Editora, 2021. p. 115-140.

PETRARCA, Fernanda R.; OLIVEIRA, Wilson J. F. de. Familismo à brasileira: das interpretações do país à construção de um modelo teórico-metodológico. IN: **Revista Brasileira de Sociologia.** v.11, nº 28, Maio-Ago, 2023. p.203-225. Disponível em: < <https://rbs.sbsociologia.com.br/index.php/rbs/article/view/915/454>>. Acesso em: 13 de set.2023.

PETRARCA, Fernanda R.; OLIVEIRA, Wilson José F. de. A elite brasileira não é pra principiantes: família, parentela e relações pessoais. IN: PETRARCA, Fernanda Rios; LIMA, Arthur Ives Nunes da Mota; BOMFIM, Fagner dos Santos (org.). **Elites Jurídicas em Sergipe:** recrutamento, recursos sociais e redes de relações. 1. ed. – Aracaju, SE: Criação Editora, 2021. p. 41-79.

PETRARCA, Fernanda R.; OLIVEIRA, Wilson José F. de. Jalecos Brancos e o Dragão Covidiano: as alianças em torno do tratamento precoce. **Revista Ciências Sociais Unisinos**, v. 57, n. 3, set/dez, 2021. p. 324-336. Disponível em: https://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/view/23164. Acesso em: 15 de jan. 2021.

PETRARCA, Fernanda R.; OLIVEIRA, Wilson José F. de. O poder das famílias na política: das parentelas às redes de base familiar. IN: **Revista Estudos Históricos**, n.81, 2024. No Prelo, 2024.

PETRARCA, Fernanda R.; OLIVEIRA, Wilson J. F. de. Parentelas, grupos dirigentes e alianças políticas. IN: **Revista Política & Sociedade** - Florianópolis - Vol. 16 - Nº 37 - Set./Dez. de 2017. Disponível em: < <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/viewFile/2175-7984.2017v16n37p191/35998>>. Acesso em: 24 de ago. 2018.

PETRARCA, Fernanda Rios; LIMA, Arthur Ives Nunes da Mota; BOMFIM, Fagner dos Santos (orgs.). **Elites Jurídicas em Sergipe: recrutamento, recursos sociais e redes de relações**. 1. ed. – Aracaju, SE: Criação Editora, 2021. 236.p.

PETRARCA, Fernanda Rios; LIMA, Arthur Ives Nunes da Mota; BOMFIM, Fagner dos Santos. Perfil sociográfico da magistratura estadual: de 1937 aos dias atuais. IN: PETRARCA, Fernanda Rios; LIMA, Arthur Ives Nunes da Mota; BOMFIM, Fagner dos Santos (org.). **Elites Jurídicas em Sergipe: recrutamento, recursos sociais e redes de relações**. 1. ed. – Aracaju, SE: Criação Editora, 2021. p. 143-175.

PHELIPPEAU, E. Sociogênese da profissão política. IN: GARRIGOU, A.; LACROIX, B. **Norbert Elias, a política e a história**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001. cap. 1, p. 187-208.

PHELIPPEAU, E. Sociogênese da profissão política. IN: GARRIGOU, A.; LACROIX, B. **Norbert Elias, a política e a história**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001, p.187-208.

PIMENTEL, Déborah; SALMERON, Igor. **João Alves Filho: A saga de um político nordestino**. Aracaju, SE: ArtNer Comunicação, 2022. 474.p.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Contribuição para o estudo da sociologia política no Brasil. In:____. **O Mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios**. São Paulo, Editora Alfa-Omega, 1976.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O coronelismo numa interpretação sociológica. In: FAUSTO, Boris. (Org.). **O Brasil republicano: estrutura de poder e economia (1889-1930)**. São Paulo: Difel, 1975, p. 155-190.

SALMERON, Igor da Silva. **A profissão médica e suas esferas clínico-hospitalares: um estudo sobre as relações entre medicina política e medicina empresarial em Aracaju**. 2022. 184 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2022.

SALMERON, Igor da Silva. **Os médicos e seus espaços de atuação: das ressonâncias entre medicina e representatividade profissional em Aracaju**. 2017. 150 f. Dissertação (mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2017.

SANTOS, Adrielma Silveira Fortuna dos. **Das ruas às organizações: emergência e consolidação da militância à direita em Sergipe**. 2020. 302 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2020.

SANTOS, Adrielma Silveira Fortuna dos. **Movimento estudantil universitário de Sergipe: modelos de organização, redes sociais e engajamento individual (2000-2015)**. 2016. 233 f. Dissertação (Pós-Graduação em Sociologia) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2016.

SANTOS, Osmário. Albano Franco. Matéria publicada no Jornal da Cidade em 04/08/1998. IN:____. **Memórias de políticos de Sergipe no século XX**. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2002. pp. 65-70.

SANTOS, Osmário. Antônio Carlos Valadares. Entrevista publicada no Jornal da Cidade em 10/09/2001. IN:____. **Memórias de políticos de Sergipe no século XX**. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2002. pp. 89-111.

SANTOS, Osmário. Jackson Barreto. Entrevista publicada no Jornal da Cidade em 01/01/1993. IN:____. **Memórias de políticos de Sergipe no século XX**. São Cristóvão: Universidade

Federal de Sergipe, 2002. pp. 346-354.

SANTOS, Osmário. João Alves Filho. Entrevista publicada no Jornal da Cidade em 20/08/2000. IN:_____. **Memórias de políticos de Sergipe no século XX**. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2002. pp. 360-367.

SANTOS, Osmário. Marcelo Déda. Entrevista publicada no Jornal da Cidade em 09/10/2002. IN:_____. **Memórias de políticos de Sergipe no século XX**. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2002. pp. 602-612.

SANTOS, Osmário. **Memórias de políticos de Sergipe no século XX**. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2002.

SANTOS, Pâmella S. S. **O ofício de cabo eleitoral: entre campanhas, comícios e o dia a dia da política** / Pâmella Synthia Santana Santos. São Cristóvão, 2016. 115f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, SE, 2016.

SANTOS, Pâmella S. S; LIMA, Arthur I. N. da M; BOMFIM, Fagner dos S. No “tempo da política”: parentela, redes de relações e política profissional no interior sergipano. IN: 31ª Reunião Brasileira de Antropologia, 9 a 12 de dez. 2018, Brasília. **Anais [...]**. GT 30. Eleições e Política. Disponível em: https://www.31rba.abant.org.br/simposio/view?ID_SIMPOSIO=105. Acesso em: 15 jan. 2022.

SANTOS, Pâmella Synthia Santana. **Em nome das redes: família, amizades políticas e alianças em Sergipe** // Pâmella Synthia Santana Santos. São Cristóvão, 2020. 234f Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, SE, 2020.

SEIDL, E. De onde vêm os representantes de Sergipe: notas sobre a política em pequena escala. IN: MARENCO, A., org. **Os eleitos: representação e carreiras políticas em democracias**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2013.

SILVA, Gabriel Paes Tavares. **O caudilhismo Sul-Americano**. Disponível em: < <https://revistas.pucsp.br/index.php/cordis/article/view/61760/42014>. Acesso em: 28 de ago. 2023. p.59-62.

SILVA, José Calazans B. da. Fausto Cardoso e a Revolta de 1906. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. Aracaju, v. XIII, n. 18, 1938, p. 19-23.

TSEBELIS, George. **Jogos ocultos: escolha racional no campo da política comparada**. São Paulo, Edusp. 1998. 256.p.

VANALI, Ana Crhistina; OLIVEIRA, Celso Fernando C. de. Revisitando um clássico: “a família brasileira” de Antonio Candido. **Revista eletrônica Conhecimento Interativo**, SJP/PR (ISSN 1809-3442), V. 14, N. 1, p. 83-123, jan/jun. 2020. Disponível em: <http://app.fiepr.org.br/revistacientifica/index.php/conhecimentointerativo/article/view/393/415>. Acesso em: 15 jan. 2024.

VIEIRA, Bergson Moraes. **Representação política, redes de sociabilidade e composição de bases de apoio parlamentar: mudanças e continuidades na gramática política brasileira**. 2020. 303 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2020.

VILAÇA, Marcos Vinicius; ALBURQUE, Roberto Cavalcanti de. **Coronel, coronéis**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2003.

WEBER, Max. **Ciência e política: duas vocações**. São Paulo: Martin Claret, 2011, 128.p.